JHONNY DE OLIVEIRA BORGES

AS RURALIDADES DO FUNDÃO: ORIGENS, VALORES SÓCIO-CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação / mg / 05/06

B732r Borges, Jhonny de Oliveira, 1973-
As ruralidades do Fundão : origens, valores sócio-culturais
e representações comunitárias no município de Araguari - MG /
Jhonny de Oliveira Borges. - Uberlândia, 2006.
235 f. : il.
Orientador: Rosselvelt José Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlân-
dia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1.Geografia urbana - Araguari (MG) - Teses. 2. Comunidades
agrícolas – Araguari (MG) -Teses. 3. Cultura popular – Araguari (MG) - Teses. I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Fede-
ral de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDU: 911.375(815.12*Arag)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
JHONNY DE OLIVEIRA BORGES

AS RURALIDADES DO FUNDÃO: ORIGENS, VALORES SÓCIO-CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG.

Professor Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador).

Professor Dr. João Marcos Alem - UFU.

Professor Dr. Gilmar Mascarenhas - UERJ.

Data: _____/_____ de _____.

Resultado: _____.

Aos meus pais e irmãos,
pelo estímulo,
carinho e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Geografia, pela oportunidade de realizar este curso.

À Fundação Araguarina de Educação e Cultura – Divisão de Patrimônio Histórico/Arquivo Público Municipal e, em especial, aos membros da comunidade rural do Fundão, que tão bem me receberam e tornaram possível a realização deste trabalho.

À historiadora Maria Consuelo Ferreira Montes Naves - profunda conhecedora da história de Araguari - pela amizade e cooperação.

Ao amigo Edinardo Lucas, que gentilmente fez a arte da capa do trabalho.

Ao amigo Arley Haley Faria, pelas contribuições na configuração do trabalho.

Aos amigos Helen Corrêa Solis Neves, Weber Lúcio Neves e Viviane Silva Barreto, pela assistência e significativas contribuições.

A todos os amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em particular, ao professor Dr. Rosselvelt José Santos, pela paciência, estímulo, amizade e cooperação.

Aos meus pais, irmãos e demais amigos, que, apesar da distância, me incentivaram.

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar (Yi-Fu Tuan).

RESUMO

Esta pesquisa é resultado de questionamentos feitos em torno da atual condição da comunidade rural do Fundão, no município de Araguari–MG, que, apesar de ter sido um dos seus núcleos iniciais de povoamento, encontra-se demograficamente vazia. Houve a preocupação em desenvolver uma análise histórica. Durante a investigação, procurou-se desvendar o processo de ocupação do Fundão, as atividades produtivas, as relações sociais de produção e as práticas cultural-religiosas que foram sendo tecidas pelos seus moradores. Partiu-se do princípio de que, para compreender a realidade atual do lugar, é necessário entender as transformações que nele se efetivaram no decorrer do processo histórico, sobretudo, quando a modernização do campo foi desmistificando a idéia de improdutividade dos cerrados. No bojo deste processo, o êxodo rural é uma conseqüência quase que imediata. De modo geral, nas fazendas, e em particular nas pequenas propriedades, as novas técnicas produtivas foram contribuindo para a redefinição das relações sociais de produção. No caso da comunidade rural do Fundão, antes mesmo da utilização dessas novas técnicas produtivas, promovidas pela atividade industrial, a perda de fertilidade do solo, devido à sua utilização intensiva e inadequada, levou a mudanças nos processos produtivos. Como conseqüência, boa parte das pessoas moradoras no Fundão foi tomando o caminho da cidade de Araguari. Essas transformações sócio-espaciais foram criando marcas profundas na paisagem natural e cultural do lugar, bem como no cotidiano das pessoas. Como tudo aconteceu com certa rapidez, nem sempre foi possível se adaptar às novas realidades impostas. Mas alguns aspectos prevalecem, principalmente em relação aos pertencimentos, pois mesmo aqueles que deixaram o Fundão, para morar na cidade, retornam motivados, em virtude das sucessivas festas religiosas na comunidade. Ao identificar os motivos que levaram as pessoas a deixarem o Fundão, constatou-se que, embora outros processos produtivos tenham sido instalados, o lugar continua sendo retratado. Em decorrência da festa, surge também uma rede social para organizar os eventos religiosos e profanos. A responsabilidade pela realização da festa é compartilhada com todos os membros da comunidade do Fundão, a fim de garantir a sua realização. A análise estrutural da comunidade rural se deu graças às motivações e aos interesses envolvidos na reprodução do lugar. Apesar de o Fundão ter passado por vários processos produtivos que garantiram a subsistência das famílias, a manutenção da comunidade se constitui graças às festas religiosas. Neste sentido, fez-se necessário levar em consideração os aspectos culturais e comunitários, para compreender o processo que continua fortalecendo os vínculos entre as pessoas e o lugar.

Palavras chaves: Lugar, Paisagem, Comunidade, Cultura, Lazer e Festas Religiosas.

ABSTRACT

This research is the result of questionings made about the current condition of the rural community of Fundão, in the city of Araguari- state of Minas Gerais, which despite being one of its embryological nucleus of population, it is now found deserted. There has been a concern to develop a historical analysis. During investigation, it has been searched to clarify the inhabitation process of Fundão, the productive activities, social relations of production and cultural-religious practices which have been developed by its inhabitants. The principle on which it is based is the fact that to understand a current reality of a place, it is necessary to understand the transformations which it has gone through, throughout the historical process, mainly when country modernization has dismistified the idea of infertility in the *cerrado* (typical local vegetation). In the blossom of this process, rural exodus is almost an immediate consequence. Overall, on the farms and specifically in small properties, new production techniques have contributed to redesign social relations of production. In the case of the rural community of Fundão, before the use of these techniques provided by industrial activities, soil fertility loss, due to its inadequate and intensive utilization has led to changes in the productive processes. As a consequence, a substantial group of Fundão inhabitants moved to the city of Araguari. These socio-spacial changes engraved profound marks in the natural and cultural landscape of the place as well as in the everyday life of the people. As everything has happened at a rather fast pace, it has not always been possible for the people to adapt to the new imposed realities. But some aspects remain, principally in relation to belongings, for even those who have left Fundão to live in the city return motivated due to successive religious festivities in the community. Identifying the reasons which led people to leave Fundão it has been noticed that, although other productive processes have been installed, the place continues to be portrayed. Due to the festivity, a social net also arises to organize profane and religious events. The responsibility for holding festivities is shared with all the members of Fundão community, so as to guarantee its realization. Structural analysis of the rural community has been possible due to motivations and interests involved in the place reproduction. Although Fundão has gone through several productive processes which guaranteed subsistence of families, community maintenance is made possible through religious festivities. In this sense, it has been made necessary to take into consideration cultural and community aspects to understand the process which continues strengthening bounds between people and the place.

Key words: Place, Landscape, Community, Culture, Leisure and Religious Festivities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…… 13

CAPÍTULO I - A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE RURAL DO FUNDÃO..... 23

1.1 As origens da comunidade: de Sesmaria do Serrote a Fundão..... 33

1.2 A instalação de redes de transportes e a ampliação do processo de ocupação..... 46

1.3 A euforia que vem do Fundão..... 51

1.3.1 O arroz e os japoneses..... 53

1.3.2 As olarias que abastecem a cidade..... 62

CAPÍTULO II - AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO FUNDÃO..... 66

2.1 O declínio da agricultura aponta para outras possibilidades..... 75

2.2 A produção de tijolos: a outra realidade do Fundão..... 84

2.3 As relações sociais de produção estabelecidas nos processos produtivos das olarias 97

CAPITULO III – OS CITADINOS REPRODUZINDO O RURAL..... 117

3.1 Comunidade, Lugar e Paisagem: Conceitos Importantes..... 122

3.2 Fundão: uma comunidade mantida pelos aspectos religiosos..... 127

3.3 A rede social que contribui para reprodução da Comunidade Rural do Fundão..... 146

CAPÍTULO IV – OS REARRANJOS QUE MANTÉM VIVO O LUGAR..... 178

4.1 Lazer: uma discussão necessária..... 179

4.2 O lazer na comunidade rural do Fundão..... 187

4.3 A Festa: o lazer cíclico..... 199

4.4 As motivações para continuar reproduzindo o lugar a partir das festas..... 211

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 221

REFERÊNCIAS..... 228

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - Localização do município de Araguari – MG.…….…… 24
MAPA 2 –Estrada do Anhanguera: trajeto feito pelos Bandeirantes Paulistas (1736)..... 32
MAPA 3 – Localização da comunidade rural do Fundão. 34
MAPA 4 – Visão do autor da composição territorial das Sesmarias do Serrote e da Pedra Preta e a provável localização do núcleo inicial de povoamento de Araguari – MG. (1818). 38
MAPA 5 – Divisão Distrital do Município de Araguari – MG..... 151
MAPA 6 – Regionalização das Paróquias da Igreja Católica no Município de Araguari – MG. 158
MAPA 7 –Origem de pessoas da área rural que participaram da festa de Santos Reis do Fundão – Araguari, 2005. 163
MAPA 8 – Origem de pessoas da área urbana que participaram da festa de Santos Reis do Fundão – Araguari (MG), 2005. 168
MAPA 9 – Origem de pessoas da área rural que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão – Araguari (MG), 2005..... 173
MAPA 10 – Origem de pessoas da área urbana que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão – Araguari (MG), 2005..... 176
FIGURA 1 – Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde em 1910..... 39
FIGURA 2 – Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde em 2006 – Araguari (MG). 40
FIGURA 3 – Ruínas da Estação Ferroviária Stevenson, tombada pelo Patrimônio Histório do Município de Araguari – MG, localizada nas terras do Sr. Masaaki Mitasutake, próxima à BR 050, entre as cidades de Araguari (MG) e Uberlândia (MG), na comunidade do Fundão. 48
FIGURA 4 – Pilha de arroz no pátio da máquina de beneficiamento da firma Antônio Lemos & Filhos. 60

FIGURA 5 – Local de retirada de argila chamado pelo oleiro de barreiro, próximo ao córrego Fundão..... 90
FIGURA 6 – Processo de produção do tijolo. A argila sai da maromba (pipa movida a motor), à esquerda e é depositada na pocinha destacada no centro da fotografia..... 91
FIGURA 7 – Roda d'água que movimentava a pipa na Olaria do Sr. Antônio Farias, localizada também próxima ao córrego Fundão..... 92
FIGURA 8 – Olaria ainda em funcionamento no Fundão, localizada próximo ao córrego Fundão. Destaque para a carrilha, à esquerda, e para a maromba à direita, que é a pipa movida a motor. 93
FIGURA 9 – Terreiro de olaria localizada próximo ao vale do córrego Fundão. Destaque para as telhas protegendo os tijolos da chuva..... 94
FIGURA 10 – Forno de uma olaria, ainda em funcionamento, localizada na fazenda Fundão, de propriedade de Dona Luzia Maria dos Santos. 95
FIGURA 11 – Tijolo produzido pela olaria do Sr. Antônio Farias (AF) em 1937..... 96
FIGURA 12 - Casa de oleiro localizada em uma olaria ainda em funcionamento, no vale do córrego Fundão..... 101
FIGURA 13 – Sede da fazenda Fundão, onde funcionava a Olaria AF do Sr. Antônio Farias. 101
FIGURA 14 – Cruzeiro do Conjunto Capela do Fundão, localizado à frente da capela... 129
FIGURA 15 – Termo de doação feito pelo Sr. Franklin Esteves dos Santos, na década de 1930, à capela do Fundão. 131
FIGURA 16 – Detalhe do termo de doação mostrando o adquirente Fábrica da Igreja Matriz e o doador Franklin Esteves dos Santos. 132
FIGURA 17 – Conjunto Capela do Fundão (Cruzeiro, Residência do Caseiro, Coreto, Salão de Festa e a Capela) no ano de 2005..... 133
FIGURA 18 – Imagem de São Sebastião trazida de Portugal por João Esteves Sodado para a Capela do Fundão. Ela ocupa lugar de destaque na parte central do altar..... 170
FIGURA 19 – Trecho do córrego Fundão onde a família dos oleiros da Olaria do Sr. Nivaldo costumam nadar. 196
FIGURA 20 – Baile da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão, 2005 204
FIGURA 21 – Cartaz da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida de 2005..... 205
FIGURA 22 – Festa de Santos Reis do Fundão, 2005. A foto mostra a chegada da Folia na Capela do Fundão..... 206

FIGURA 23 – Saída da procissão da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida da capela do Fundão no ano de 2005..... 208
FIGURA 24 – Missa em louvor a São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Momento sagrado da festa dos Santos Padroeiros do Fundão onde os fiéis manifestam a fé, motivação primeira para a manutenção da festa. 214
GRÁFICO 1 – Origem das pessoas que participaram da Festa de Santos Reis no Fundão, 2005. 166
GRÁFICO 2 – Origem das pessoas que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, 2005. 174
GRÁFICO 3 – Motivações para que as pessoas se comprometam com a realização da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do fundão, 2005..... 218
QUADRO 1 - Propriedades com o nome de Fundão na comunidade rural do Fundão – Araguari (MG), 2005..... 35
QUADRO 2 - Produção de arroz no município de Araguari – MG, 1950 – 2004..... 60
QUADRO 3 - Regionalização das Paróquias da Igreja Católica no Município de Araguari, 2005..... 156

LISTA DE TABELAS

1 - Relação de olarias presentes no Fundão até a década de 1960……. 85
2 - Origem dos participantes da festa de Santos Reis do Fundão, 2005..... 161
3 - Origem dos participantes da festa de São Sebastião e N.S. Aparecida do Fundão, 2005..... 169
4 - Origem dos Festeiros da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, 2006 204
5 - Motivações para que as pessoas se comprometam com a realização da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do fundão, 2005..... 215

INTRODUÇÃO

A elaboração e realização de um trabalho investigativo nasce a partir do momento em que algum fenômeno da realidade nos traz dúvidas, descontentamento ou simplesmente instiga a nossa curiosidade. Os porquês se multiplicam em nossas reflexões e nos levam a adentrar no universo da pesquisa científica.

A pesquisa é um universo intrigante para aqueles que se arriscam em nela se aventurar. A aventura provém, principalmente, dos desafios, os quais o pesquisador se propõe a vivenciar, durante o período de sua realização.

São muitos os desafios que se apresentam quando o pesquisador inicia a sua viagem, quase que solitária, para desvendar os enigmas que motivaram o estudo científico. Mas a tendência é que este mundo enigmático da pesquisa se amplie, levando o pesquisador a se aprofundar também nas suas reflexões.

Os enigmas nem sempre surgem a partir do mundo vivido, ou melhor, do cotidiano do pesquisador. De qualquer maneira, muitos acreditam que, quando o enigma surge a partir da vida cotidiana do pesquisador, a realização do trabalho poderá ser mais tranqüila, sem muitos empecilhos, partindo do princípio de que já existe uma relação, mesmo que superficial, do pesquisador com os pesquisados, e que o contexto histórico que deu origem ao lugar é todo, ou parcialmente, de conhecimento tanto do pesquisador como do pesquisado.

Outro fato, que também é considerado por alguns pesquisadores como facilitador para a realização da pesquisa, é o grau de integração do lugar estudado com a realidade local, regional, nacional e, porque não dizer, mundial. Em um lugar onde o grau de integração nos aspectos político, econômico e social é ampliado, as informações tendem a chegar com mais

facilidade e isto se refletirá, ao nosso ver, na quantidade de produções científicas que abordem, mesmo que em partes, um pouco do mundo vivido desses lugares. Não se pode negar a importância de se ter um bom referencial teórico já produzido, pois isto facilita a realização de várias etapas da pesquisa.

Mesmo não tendo, a nosso favor, essas "amenidades" já descritas, que poderiam talvez facilitar a realização da pesquisa, sentimo-nos motivados a estudar a comunidade rural do Fundão. Localizada na área rural do município de Araguari, o Fundão era um local por nós desconhecido e que só se fez conhecer a partir de acontecimentos que apontam para uma ampliação do processo de integração desse lugar, sobretudo dentro de um contexto regional.

O Consórcio Capim Branco Energia – CCBE, que é composto por várias empresas, aproveitando-se das características naturais da região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais, está construindo, no baixo-médio curso do rio Araguari, duas usinas hidrelétricas, a Capim Branco I e II. O empreendimento ocupará terras dos municípios de Araguari, Indianópolis e Uberlândia, sendo que a usina hidrelétrica de Capim Branco II está sendo construída próxima à comunidade rural do Fundão, no município de Araguari.

A certeza de que proporções consideráveis de fazendas terão partes de suas terras tomadas pela água do futuro lago, e, ainda, os já ampliados fluxos de mercadorias e pessoas, demonstram que muitas mudanças estão ocorrendo na região. As possibilidades de mudanças motivaram-nos a realizar vários trabalhos de campo, visando conhecer a dinâmica da comunidade e a nos interessar pela história dos lugares que serão diretamente afetados ou influenciados pela construção da usina de Capim Branco II.

Os frutos desses trabalhos de campo foram diversos. Tivemos a possibilidade de conhecer os modos de vida dessas populações e, também, de participar dos eventos festivo-religiosos que ainda são realizados na comunidade. Foi, justamente, durante a participação nas festas, que a problemática da pesquisa começou a ser construída. Começamos a fazer uma

relação entre o número de pessoas que participam da festa e o número de propriedades e de pessoas que ainda vivem no Fundão.

Apesar da inexistência de um censo populacional que mostre a realidade da comunidade rural do Fundão, e de não ter sido possível apurá-la, em conversas informais fomos percebendo que as centenas de pessoas que participam das festas, na comunidade, representam um percentual elevado, se considerarmos que a população rural de Araguari é de apenas 9.226 habitantes (IBGE, 2000), representando apenas 9,04 % do total da população da cidade, que é de 101.974 habitantes (IBGE, 2000).

Durante os trabalhos de campo que foram realizados no Fundão, observamos que existe muita terra ociosa e que algumas propriedades rurais estão praticamente abandonadas, muitas vezes com a presença apenas de um caseiro, pago pelo fazendeiro para cuidar da propriedade. A problemática nasce quando nos perguntamos: como é que uma comunidade rural, praticamente vazia, consegue se reproduzir? Quem são essas pessoas que hoje participam dos eventos festivo-religiosos do Fundão?

Esses questionamentos se fizeram ainda mais coerentes quando, pesquisando sobre a história de Araguari, tomamos conhecimento de que o Fundão foi uma das duas sesmarias que deram origem ao atual município. Tal descoberta foi um fator motivador para avançar na pesquisa da comunidade. Uma comunidade que é anterior à cidade de Araguari e que, ficando a apenas cerca de sete quilômetros do centro urbano da cidade, apresenta-se despovoada e com processos produtivos desempenhados por trabalhadores rurais. Mesmo nestas condições, a comunidade continua, sobretudo durante a realização dos eventos religiosos.

O conjunto formado pela capela, salão de festa, coreto e cruzeiro passou a ser a referência para todos da comunidade, ou para quem se dirige ao lugar simplesmente para a prática do lazer, pois é lá que todos se encontram, uma vez por mês, para rezar e para festejar. É, sobretudo, nesses momentos, que a comunidade do Fundão continua se reproduzindo, mas

quem reproduz não mora mais lá, eles vivem na cidade de Araguari. O objetivo da nossa pesquisa será o de desvendar como essas pessoas, sendo em sua maioria urbanas, administram seu tempo para reproduzirem o rural, ou seja, como elas incorporam os elementos de um cotidiano urbano nas práticas que hoje são estabelecidas na comunidade rural do Fundão e que contribuem para esse processo de reprodução do lugar.

A pesquisa se justifica por entendermos que ela será uma contribuição para o resgate da história, não só da comunidade rural do Fundão, como também da cidade de Araguari. Pouco se escreveu sobre as origens de Araguari e das atividades produtivas que, inicialmente, foram instaladas no município. Menos ainda se escreveu sobre a comunidade rural do Fundão, apesar de ser um lugar conhecido pela maioria da população araguarina.

Não temos a pretensão de que este trabalho possa suprir essa carência de informações a respeito da história do Fundão ou sobre a cidade de Araguari. Procuraremos desvendar os modos de vida que ali se fazem ou que já se fizeram presentes, mostrando como era o cotidiano dessas pessoas que, em algum momento, ocuparam as terras de relevo acidentado do Fundão e ajudaram a construir a sua história, que é também parte da história de Araguari.

Devido à já mencionada falta de registros a respeito da história de Araguari e do Fundão, a nossa maior fonte de pesquisa foi a história oral das pessoas mais antigas da comunidade. Por meio dos depoimentos de onze pessoas, foi possível fazer um resgate histórico das principais práticas produtivas que foram instaladas no Fundão, especialmente a partir do início do século XX. Tomamos como referência, sobretudo, a experiência vivida por essas famílias mais antigas da comunidade, procurando mostrar como eram os sistemas produtivos e o cotidiano dos membros da comunidade.

A necessidade de conhecer a história de Araguari e, particularmente, do Fundão, foi uma das principais inquietações suscitadas durante a concepção da pesquisa. Procuramos compreender como um lugar, que foi um dos focos iniciais de povoamento na região, não foi

efetivamente ocupado nos primórdios de sua colonização, e, ainda, buscar o entendimento de quais foram os primeiros moradores e os processos produtivos inicialmente instalados.

Para atingir os objetivos da pesquisa, iniciamos o nosso trabalho realizando incursões na história de Araguari e do Fundão. Partimos da demarcação da Sesmaria do Serrote, atual comunidade do Fundão, que se deu na primeira metade do século XIX, mais precisamente no ano de 1818, indo até a situação vivida nesses anos iniciais do século XXI.

O nosso trabalho é, acima de tudo, geográfico. Nele, é possível perceber a preocupação dispensada na relação que procuramos fazer entre tempo e espaço. Mostra como o espaço foi produzido, ao longo do tempo, observando a capacidade de reprodução do homem diante das imposições naturais, econômicas e sociais que se fizeram presentes no lugar estudado. Mas ele se apresenta também como sendo um trabalho interdisciplinar, onde recorremos a outras áreas do saber, para desvendar a nossa problemática. A história, a sociologia, a psicologia e, sobretudo, a antropologia apresentam-se como importantes fontes de pesquisa, que nortearam várias etapas do trabalho.

O trabalho empírico se fez presente em todas as etapas da pesquisa, aliado ao trabalho de gabinete. Para analisar os modos de vida, o trabalho se apresenta, em um primeiro momento, de uma maneira descritiva, onde procuramos fazer uma análise fidedigna da realidade que está sendo apresentada, ou seja, os modos de vida dos primeiros moradores do Fundão foram trabalhados partindo, principalmente, das entrevistas que foram realizadas com as pessoas que vivenciaram os primeiros tempos de constituição da comunidade ou que deles ouviram relatos dos pais. Diante disso, o nosso maior desafio foi lidar com os depoimentos dos entrevistados.

Faz-se necessário dizer que as entrevistas foram feitas de acordo com os objetivos traçados para cada capítulo. Nos dois capítulos iniciais, onde existe uma preocupação de fazermos um resgate histórico, foram entrevistadas onze pessoas com mais de cinqüenta anos

de idade, que nasceram e viveram no Fundão, além de termos realizado pesquisas no Cartório de Registro de Imóveis, no Livro de Tombo da Igreja Matriz de Bom Jesus da Cana Verde, no Livro de Ata da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima e, por fim, nos setores de Patrimônio Histórico e Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Araguari.

No terceiro e quarto capítulos, as entrevistas foram mais diversificadas, sendo que não nos limitamos apenas a uma determinada faixa de idade. Isto porque, nesses momentos da pesquisa, era necessário entender como essas pessoas, que se fizeram ou que ainda se fazem presentes no Fundão, vêem o lugar. Foram entrevistadas mais de 150 pessoas, de diferentes idades, que de alguma forma possuíram ou que possuem vínculos com o Fundão. Neste sentido, foram valorizadas tanto as falas das pessoas que lá nasceram, que lá moraram, por um determinado período de tempo, como também daquelas que simplesmente visitam a comunidade ciclicamente, seja para encontrar parentes ou para participar das festas religiosas. Na produção desses capítulos, as instituições católicas tiveram importância preponderante, sendo que a Cúria Diocesana de Uberlândia, diocese à qual pertence o Fundão e todo o município de Araguari, e, ainda, todos os centros paroquiais foram pesquisados, justamente para entendermos a importância da Igreja Católica na organização deste espaço.

Durante a realização dos trabalhos de campo, os depoimentos das pessoas mais tradicionais da comunidade, que aqui consideramos os antigos moradores, com mais de cinqüenta anos de idade, foram os maiores subsídios da pesquisa. Sem eles este trabalho não teria possíbilidade de ser executado, pois, diante da carência de registros materiais históricos do lugar, essas pessoas se apresentaram como informantes chave para o desenvolvimento do trabalho. Os onze entrevistados citados, sobretudo nos dois capítulos iniciais do trabalho, nasceram e foram criados no Fundão. Vivenciaram as mudanças que foram sendo estabelecidas, como também todas as dificuldades para produzir os meios de vida de suas famílias. Existe, em cada depoimento, uma perceptível carga afetiva com o lugar, que retrata

bem os laços de pertencimento que ainda se mantêm e que, por isso, ainda fazem com que se sintam membros da comunidade, mesmo que lá não estejam mais vivendo.

Em alguns momentos, essa carga afetiva dificultou e ao mesmo tempo possibilitou a pesquisa, pois, por vezes, os entrevistados movidos pela emoção, esqueciam, enquanto que, em outros, conseguiam relatar algumas experiências por eles vivenciadas, no lugar. Ocasionalmente, a idade avançada de alguns se apresentou como um dos grandes desafios da pesquisa. O avançar da idade traz, de forma natural, lapsos de memória, quando, muitas vezes, eles não conseguem se lembrar de alguns detalhes importantes de sua história pessoal, ou, se o conseguem, o contexto já não está vinculado com o que está sendo dito, no momento oportuno. Podemos dizer que a história oral foi um importante instrumento metodológico, sobretudo para os dois primeiros capítulos, de forma que a pesquisa esteve sempre pautada no compromisso de fidelidade à fala do entrevistado. Isto significa que, em nenhum momento, os depoimentos foram alterados de forma a não retratar a realidade descrita pelo informante.

A interpretação e a transcrição das entrevistas se apresentam como um dos grandes desafios da pesquisa, levando em consideração os já mencionados lapsos de memória e também a própria maneira característica de falar das pessoas que são naturais das áreas rurais, que muitos autores identificam como o "modo caipira de ser". Em alguns momentos, estes lapsos de memória traziam, ao mesmo tempo, angústia para o pesquisador e para o pesquisado. A interpretação das falas demandou dedicação e paciência, e uma atenção especial foi dada durante a transcrição de todas as entrevistas, que foram feitas com muito cuidado. Em alguns momentos o entrevistado iniciava sua fala e, logo nos primeiros momentos, o raciocínio era traído pela memória que, quando era retomada, só se reiniciava nos momentos finais da entrevista transcrita. A paciência se faz presente e se justifica, na medida em que o pesquisador procura diminuir a angústia que significa para o entrevistado

não se lembrar de sua própria história, mesmo que para isso tenha que retornar várias vezes, para continuar a entrevista.

As entrevistas são citadas em todos os capítulos, mas, de maneira especial, nos dois primeiros. As falas enriquecem o nosso trabalho, a partir do momento em que são elas que testemunharam o contexto histórico que procuramos apresentar, nesses momentos iniciais da pesquisa, mostrando a constituição do Fundão, os modos de vida, as relações sociais de produção e os principais processos produtivos ali instalados, desde de sua colonização. As pessoas citadas, durante a pesquisa, são sujeitos da história viva, que a partir deste trabalho serão registradas e permanecerão para as gerações vindouras.

Nos dois primeiros capítulos do nosso trabalho, será investigada a história do Fundão. Num primeiro momento, o objetivo principal será mostrar como a comunidade rural do Fundão foi constituída. Sendo ela fruto de uma sesmaria, entendemos por bem conhecer um pouco mais sobre o processo de instalação desse sistema de distribuição de terras, no Brasil, até chegar no contexto histórico da demarcação da sesmaria do Serrote. Nessa incursão histórica abordaremos, também, as principais atividades produtivas desse período inicial de colonização do lugar, o ciclo produtivo e as relações sociais de produção que se fizeram presentes na comunidade, até a década de 1950.

Continuando esse resgate histórico, no segundo capítulo trabalharemos as transformações ocorridas, no Fundão, a partir da década de 1950, com o avanço da urbanização e do processo de industrialização. O objetivo principal deste momento da pesquisa será desvendar como a comunidade rural do Fundão se torna um anexo da produção urbana, ou seja, entender como as transformações sócio-econômicas, provocadas, sobretudo, pela ampliação do processo de urbanização da cidade de Araguari, alteram o cotidiano e conseqüentemente, os processos produtivos da comunidade. As transformações ocorridas, particularmente, pela influência do processo de urbanização, criam novos processos

produtivos dentro do Fundão e redefinem as relações sociais de produção, refletindo-se também na vida cotidiana dos membros da comunidade. Nesse momento, as imposições fogem do âmbito puramente natural, caracterizado pelos aspectos da geografia física (solo, relevo e hidrografia), e passam a sofrer, mais acentuadamente, com os de origem econômico-sociais advindos do crescente processo de urbanização do município de Araguari, que vai levar ao êxodo rural.

Essas transformações, que ocorrem com a ampliação do processo de urbanização, refletem-se, diretamente, nas relações das pessoas com o lugar. A conseqüência imediata da urbanização do cerrado é o êxodo rural. A relação daqueles que deixaram o lugar é alterada, mas não interrompida; isto, porque os vínculos permanecem, mesmo que metamorfoseados, sobremaneira por intermédio das manifestações culturais. No terceiro capítulo, faremos uma discussão sobre o cotidiano e uma reflexão com relação aos conceitos de comunidade, cultura, lugar e paisagem, por serem importantes para uma compreensão das relações que as pessoas mantêm com o Fundão. O objetivo principal do capítulo será analisar como o Fundão está sendo reproduzido, ou seja, quem são essas pessoas que estão envolvidas no processo de reprodução do lugar, após um período de intensa saída de população. Elas são urbanas e, ainda assim, conseguem reproduzir o lugar. A partir do final da década de 1980, o Fundão fica basicamente só com os empregados; os donos das propriedades vão para a cidade, a comunidade passa a ter uma população flutuante, ou seja, a freqüência na comunidade passa a ser cíclica, direcionada, o mais das vezes, para as festas religiosas tradicionais, que são partes integrantes do calendário católico local.

O envolvimento das pessoas demonstra que existe a necessidade de que o lugar continue sendo reproduzido. As motivações para que isto aconteça são diversas. Dentre elas, a necessidade de preservar as tradições do lugar na realização constante dos eventos religiosos e a oportunidade de manter um espaço para a prática do lazer destacam-se como as mais

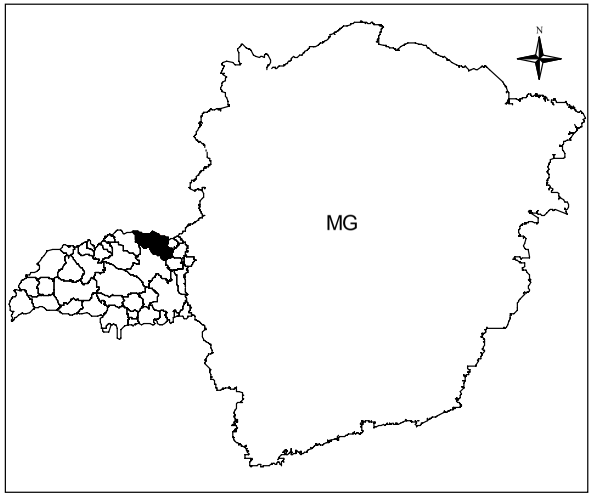
importantes. Diante disto, no quarto capítulo, faremos uma discussão sobre as motivações que levam as pessoas a continuar reproduzindo a comunidade, ou seja, como é que o Fundão se constitui, como comunidade, após quase duzentos anos de sua demarcação como sesmaria do Serrote.

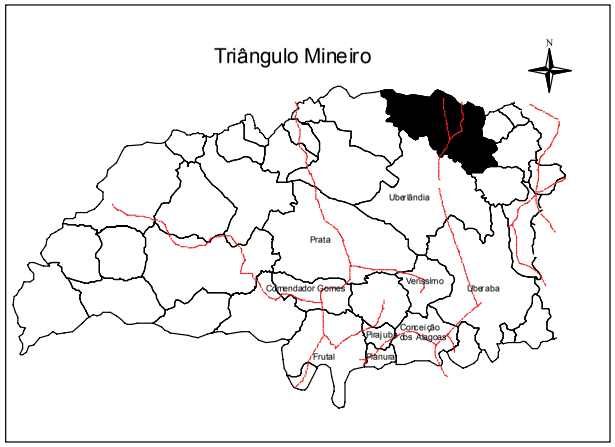
Outras questões serão abordadas, também no quarto capítulo. Dentre elas será importante desvendar como é que os membros da comunidade lidam com a modernidade e toda a correria que é marcante desse processo, e, ainda, de que maneira elas conseguem se organizar para nutrir as relações que são estabelecidas entre os membros da comunidade, para reproduzir o lugar. As pessoas, mesmo morando na cidade de Araguari, estão vindo até a comunidade rural do Fundão. Será importante analisar que tipo de relação esses membros estão estabelecendo com o lugar e conhecer quem são os atuais responsáveis pela reprodução das manifestações cultural-religiosas, às quais atribuem o mérito de dar esta característica cíclica, que retrata a condição da comunidade do Fundão do século XXI.

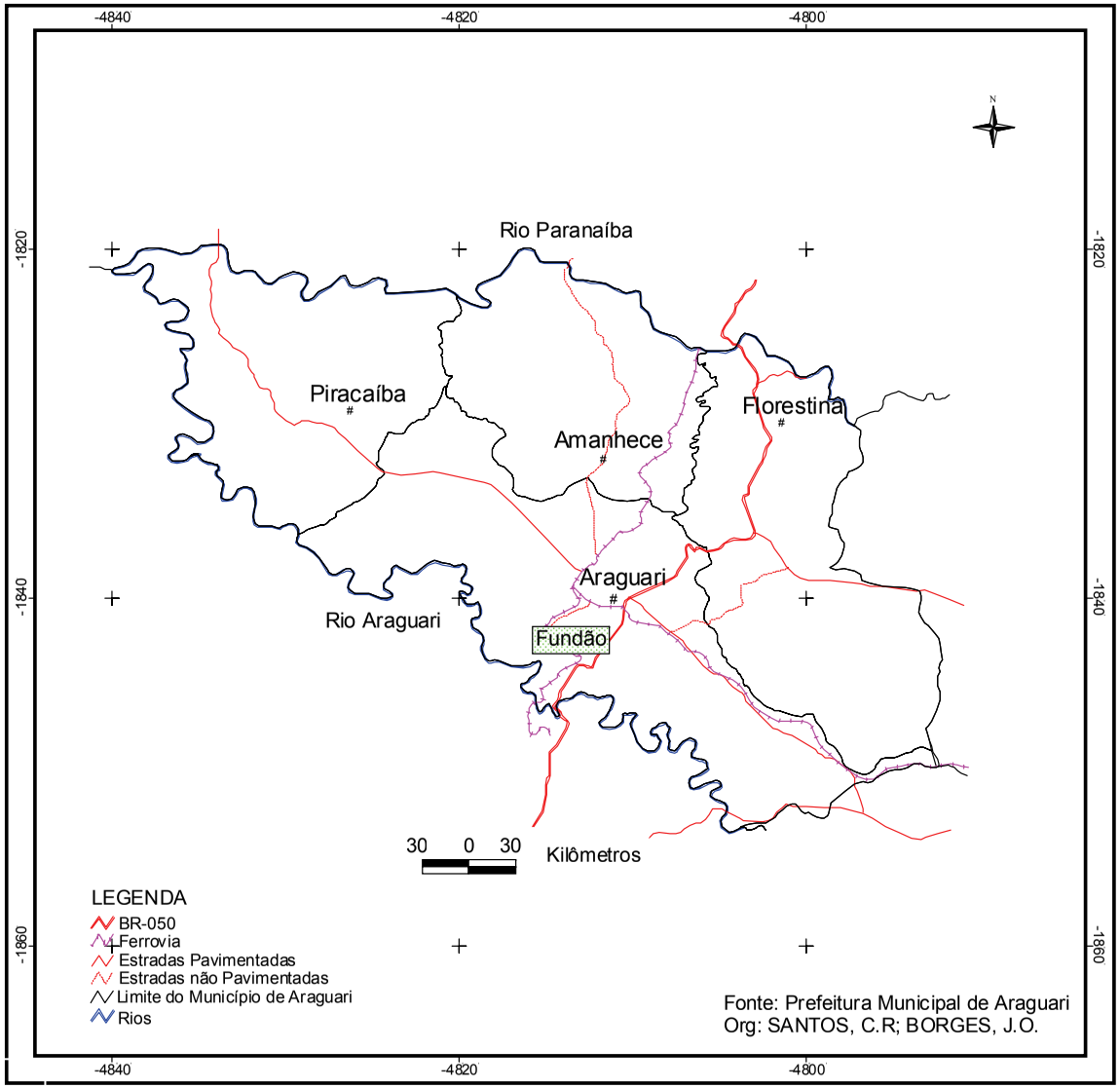
CAPÍTULO I - A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE RURAL DO FUNDÃO

A comunidade rural do Fundão é considerada um dos focos iniciais de povoamento do município de Araguari. Ela está localizada a, aproximadamente, sete quilômetros ao sul dessa cidade, na região do Triângulo Mineiro, entre as cidades de Araguari e Uberlândia, no estado de Minas Gerais. Possui um clima tropical de altitude, caracterizado por duas estações bem definidas - uma seca (inverno) e outra chuvosa (verão) - e por uma vegetação predominantemente de cerrado.

Localização do município de Araguari - MG - 2005







MAPA 1 – De localização do município de Araguari – MG.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira. SANTOS, C. R. (2006).

O município é drenado pela bacia do rio Araguari, ao Sul e ao Sudoeste, e pelo rio Paranaíba, ao Norte. Possui uma extensão territorial de 2.731 Km² (IBGE, 2000), que abriga uma população de 101.974 habitantes (IBGE, 2000), sendo que, destes, apenas 9.226 habitantes (IBGE, 2000) vivem nas áreas rurais. Como já foi dito anteriormente, não existe um censo que aponte apenas a população da comunidade rural do Fundão; contudo, podemos dizer que ela possui uma população fixa reduzida, mas que, durante as festas religiosas, tem esse número ampliado. Esse caráter cíclico da população do Fundão é o que caracteriza a comunidade, neste início do século XXI, e será tratado, com maior profundidade, nos capítulos três e quatro deste trabalho. Mas é bom que se diga que a realidade era outra, no início do povoamento.

O processo de ocupação de terras, no território brasileiro, foi marcado por questões importantes, envolvendo a distribuição e a posse de terras. Antes de a terra ser comercializada, como mercadoria, sua posse sempre foi uma questão fomentadora de conflitos. O jogo político, que sempre se fez presente na história do Brasil, utilizou-se dessa posse para construir as relações de poder, baseadas em políticas paternalistas e excludentes de distribuição de terras.

Mesmo não sendo o objetivo do trabalho, fez-se necessária uma incursão histórica, buscando resgatar o processo de distribuição de terras no Brasil. Isto se justifica pela própria origem da comunidade estudada, cujo contexto histórico será abordado, neste primeiro capítulo.

Uma das formas iniciais, utilizadas pelo Estado, para distribuir terras no Brasil, foi baseada na lei de sesmarias[1]. Instituída por Dom Fernando, rei de Portugal, no dia 26 de julho

[1] Sesmaria vem do verbo *sesmar* e significa dividir terras. A palavra sesmo deriva do latim *sex* ou *seximus* que significa "a sexta parte". Essas grandes extensões de terras, no ano de 1695, foram limitadas a 4 por 1 légua, que equivalia a cerca de 19,3 Km² e, em 1697, foram limitadas a 14,5 Km². As terras eram doadas para homens ligados à nobreza e também para militares e navegantes condecorados com títulos de vitória em batalhas importantes para Portugal. (http://www.rootsweb.com/~brawgw/propriedades.html).

de 1375, tinha como principal objetivo aumentar a produção de alimentos para a Metrópole. Para tanto, determinava que as terras seriam distribuídas com a obrigação de serem cultivadas, pelo menos parcialmente, no prazo máximo de dois anos, caso contrário, o sesmeiro deveria devolvê-la ao reino.

Implantado no Brasil, a partir do ano de 1530, pelo então Capitão-mor e Governador das Terras do Brasil, Martim Afonso de Souza, o sistema de sesmarias tinha como objetivo principal efetivar a colonização do território. Sua implantação baseou-se, sobretudo, no sucesso obtido na metrópole e demais colônias portuguesas. No entanto, a metrópole e demais colônias não tinham as dimensões territoriais do Brasil e sua implantação não pressupunha existência de propriedade anterior, como acontecia em Portugal, onde as terras que eram distribuídas haviam, antes, sido abandonadas.

Em Portugal, o sistema de sesmarias tinha, como princípio fundamental, a distribuição de pequenos lotes e o cultivo da terra. No Brasil, a lei não foi implementada nos mesmos moldes, devido, principalmente, à sua grande dimensão territorial e à carência de mão-de-obra; já que os índios não se sujeitavam ao trabalho forçado, as terras não foram cultivadas como se esperava. Esse fracasso levou à instalação das Capitanias Hereditárias, no ano de 1549, pelo governador geral do Brasil, Tomé de Souza, já com a utilização gradativa da mão-de-obra do escravo africano. Nesse sistema, cada capitão donatário deveria conceder pequenos lotes de terra (sesmarias), dentro de cada capitania, fato este que também não aconteceu.

O sistema de sesmarias permaneceu, até 17 de julho de 1822, praticamente inalterado. Nesse período, o café começa a despontar, juntamente com a cana-de-açúcar, como os principais produtos brasileiros, tendo no escravo africano a mão-de-obra essencial, em praticamente todo o processo produtivo. Aliada a tudo isto, a distribuição de terras continuou sendo feita de forma a privilegiar uma minoria diretamente ligada ao poder. De 1822 até o ano de 1850 não se teve, no Brasil, nenhuma outra lei que regulamentasse a propriedade da terra.

Contudo, no ano de 1850, é proibido o tráfico negreiro, ou seja, o país começava a ter que conviver com a valorização da mão-de-obra escrava, que ficava cada vez mais escassa e comercializada com preços cada vez mais elevados. As fugas de escravos que se rebelavam contra seus senhores, aliadas à proibição do tráfego negreiro anunciavam que medidas deveriam ser tomadas para que os sistemas produtivos do país, que eram baseados, principalmente, na cafeicultura para exportação, não entrassem em colapso.

Diante dessa situação, ainda em 1850, o governo estabelece regras com relação à ocupação de terras no país. O estabelecimento dessas normas foi motivado pela já anunciada libertação dos escravos. Os grandes latifundiários temiam que a liberdade dos africanos gerasse uma onda de ocupações, deixando áreas produtivas então existentes a sofrer com a escassez de mão-de-obra. Segundo Martins (1981), foi

> Por essa razão, no mesmo ano de 1850, a chamada Lei de Terras (Lei nº 601) definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se sujeitaria à compra e venda. Exceção feita àqueles que por ocupação efetiva e cultura habitual, título de sesmaria ou qualquer outro título tivessem a posse efetiva da terra, o único caminho para que alguém se tornasse proprietário territorial a partir de então seria a compra ao Estado. Após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimada antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam o risco de expulsão mediante ação dos "verdadeiros" proprietários, isto é, os possuidores do título de compra. A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como mediador na aquisição da propriedade territorial... (MARTINS, 1981, p. 122).

Na realidade, a lei de terras foi criada pelos grandes latifundiários e significou uma restrição quanto à propriedade da terra para aqueles que ainda não a possuíam. A idéia era dificultar, ao máximo, a aquisição de terras por escravos libertos e por imigrantes que começam a chegar ao país, visando substituir a mão-de-obra escrava. Segundo Strazzacappa; Montanari (2002),

> A Lei de Terras era injusta porque favorecia a expansão dos latifúndios, impedindo a aquisição de pequenas propriedades pelos escravos e imigrantes, que poderiam praticar a agricultura de subsistência através do plantio do arroz, feijão, mandioca e milho (alimentação básica dos brasileiros). Este fato gerou freqüentemente falta de alimentos para muita gente, no decorrer da história do Brasil (STRAZZACAPPA; MONTANARI, 2002, p. 26).

No dizer dos autores, a Lei de Terras teve como conseqüência maior a ampliação da concentração fundiária no país. Para eles, o fato de restringir a posse, limitando o direito à terra somente pela compra, além de contribuir para a concentração fundiária, dificultou a prática da agricultura familiar. Mas é bom que se diga que isto não impediu que acordos entre proprietários e agregados fossem firmados, para garantir a produção de subsistência que, além de garantir os meios de vida, servia como parte do pagamento prestado por esse agregado. Isto ocorreu, sobretudo, após a abolição da escravatura, que se não eliminou, pelo menos restringiu a forma coercitiva que levava os subordinados a trabalhar sem nenhuma paga e ainda o castigava, de maneira violenta, se não o fizesse.

Outro fator importante, que se faz necessário levar em consideração, é que o escravo vivia em condição de extrema submissão ao seu senhor; contudo, a partir do ano de 1850, os trabalhadores estrangeiros já começaram a entrar no país, motivados pela proibição do tráfico negreiro e a conseqüente necessidade de se ampliar a mão-de-obra no campo, em substituição ao negro africano. Obviamente o imigrante não se submetia aos rigores impostos ao escravo, pelos fazendeiros, necessitando haver estabelecimento de acordos, os quais, muitas vezes, incluíam a produção de alimentos para subsistência, dando a esses imigrantes, por vezes, o direito de vender o excedente.

Mas para que esse excedente fosse produzido, eram exigidas dos colonos restrições. Essas restrições estavam relacionadas diretamente à quantidade de alimentos que podiam consumir. Sendo o seu objetivo principal a conquista de um “pedaço de chão”, para plantar sua própria roça e, por sorte, até mesmo enricar, e assim, literalmente, “fazer a América”, tinham que passar por diversas privações. A alimentação era restringida ao que fosse essencialmente necessário para desenvolver as atividades da lida do campo que, além do cultivo de sua roça, incluía a lavoura do patrão. Tudo isto era feito para que a produção do

excedente propiciasse uma acumulação de recursos monetários que, no futuro, pudesse garantir o valor necessário para comprar um pedaço de terra.

Podemos observar que não é possível falar da propriedade da terra sem mencionar a mão-de-obra utilizada para cultivá-la. Essa mão-de-obra nunca foi fácil de ser adquirida. Primeiro, tentou-se utilizar a mão-de-obra indígena, mas os índios logo se negaram a se submeter ao cativeiro, preferindo muitas vezes a morte a perder a sua liberdade, antes garantida. Depois, os colonizadores apelaram para a mão-de-obra africana, em que as pessoas eram trazidas nos chamados navios negreiros e, logo, submetidas ao trabalho escravo. Por último, ameaçados pelo fim do trabalho escravo, o Império e os próprios fazendeiros apelaram para a mão-de-obra estrangeira.

Essas mudanças na utilização da mão-de-obra traziam conseqüências nas relações de produção, onde o tipo de relação entre o fazendeiro, o índio, o negro e o imigrante era diferenciada. Mas o sistema produtivo não sofria conseqüências maiores, pois as técnicas produtivas pouco, ou nada, se alteravam e, na hierarquia do poder, prevalecia a relação de senhor proprietário da terra e o empregado sem posses.

Contudo, não se pode dizer que a relação que se estabelecia entre fazendeiros e agregados não tenha mudado. Com o índio, não foi possível estabelecer uma relação duradoura, já que, não acostumado com o trabalho servil, não se submeteu ao trabalho forçado. O negro africano foi trazido para substituir o trabalho do índio, e durante mais de cem anos viveu sob o regime de escravidão, sendo a relação, estabelecida entre ele e o fazendeiro, a de servo e senhor. Com os imigrantes, as relações eram construídas através de acordos pré-estabelecidos, onde muitas concessões eram feitas, comparadas à mão-de-obra anterior.

A Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 pouco mudou essa realidade, pelo menos no que diz respeito à concentração de terras, tendo em vista que ela foi

implementada em um país republicano, onde as relações de trabalho, já havia três anos, não se baseavam mais, ou pelo menos não deveriam estar baseadas, no regime escravocrata, com uma economia atrelada na produção do café, que já era o principal produto de exportação. A força de trabalho se personifica na figura do homem livre. Segundo Martins (1981),

> As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade (MARTINS, 1981, p. 18).

Dentro deste contexto o trabalho era visto como o único meio de atingir a tão sonhada propriedade da terra. Para o autor, o homem livre, do ponto de vista do fazendeiro, era um empregado, e sua força de trabalho, diferentemente do escravo, tinha que ser capitalizada. Enquanto que no trabalho servil o objetivo maior era conquistar a liberdade, para esse homem livre, que aqui consideramos, sobretudo o imigrante europeu, o trabalho era a possibilidade de exercer a liberdade. No entanto, outras formas, como por exemplo, endividamentos, eram utilizados, como forma de coerção, para que o trabalhador continuasse atrelado ao proprietário da terra.

A produção cafeeira no Brasil representava cerca de 70% da produção mundial, no período da promulgação da Constituição de 1891. Tendo em vista o poder que os latifundiários tinham nas mãos, chegando a interferir no futuro da nação, era natural que nada fosse mudado com relação à propriedade da terra e às relações de trabalho no campo. Com isso, essa constituição assegurou, mais do que nunca, o direito de propriedade, estabelecido na Constituição Imperial de 1824, por Dom Pedro I.

A solidificação do latifúndio no Brasil veio a ocorrer no ano de 1916, com a criação do primeiro Código Civil Brasileiro, que garantia a propriedade particular, estabelecendo as regras para a efetivação de sua posse.

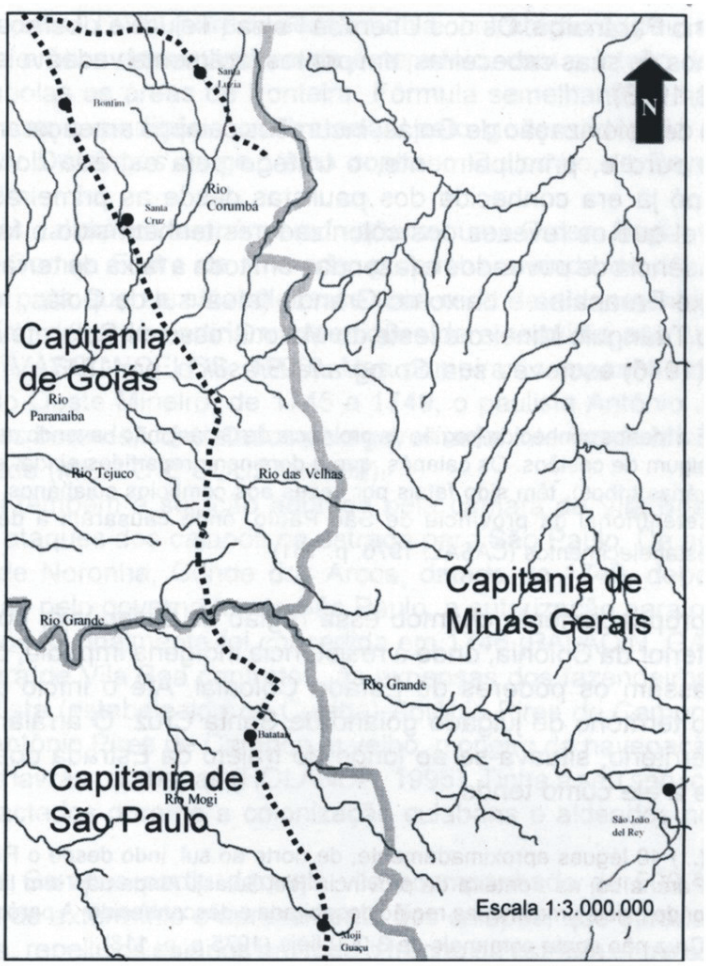
Dentre as oito constituições brasileiras, foi somente a de 1988, ainda em vigor, que, concretamente, apresentou avanços, no que diz respeito à propriedade da terra. Promulgada no dia cinco de outubro, ela assegura o direito à propriedade, desde que sua função social seja cumprida. Diante disso, acrescenta, em seu texto, a necessidade de respeitar o meio ambiente e as leis do trabalho, visando ao bem-estar dos proprietários, bem como dos trabalhares.[2]

Quando imaginamos o contexto histórico de ocupação das terras brasileiras, é possível verificar que seria natural a não implementação efetiva das leis envolvendo a propriedade fundiária no país. As próprias dimensões territoriais das novas terras, a necessidade de acelerar a ocupação e a descoberta de metais preciosos levaram, já no século XVII, ao avanço dos então Bandeirantes paulistas para o sertão.

Os Bandeirantes paulistas foram considerados os grandes desbravadores dos sertões do Brasil. Uma população itinerante que não se fixava, por muito tempo, em um mesmo lugar, buscando a descoberta das riquezas recém-descobertas no interior, principalmente o ouro e o diamante. Mas, mesmo que esses desbravadores não se fixassem em um mesmo lugar, a descoberta de riquezas, no interior do país, motivava os deslocamentos de populações para as novas terras desbravadas e, conseqüentemente, fomentava a formação dos núcleos de povoamento.

No Mapa 2, é possível visualizar o caminho feito pelos Bandeirantes Paulistas que passavam, inevitavelmente, pela atual região do Triângulo Mineiro, atravessando o então rio das Velhas, atual rio Araguari.

[2] Artigo 186 da Constituição Federal de 1988.



MAPA 2 – Estrada do Anhanguera: trajeto feito pelos Bandeirantes Paulistas (1736).
Fonte: D' Alincourt (1975), Saint Hilaire (1975, Eschwege (1996), IBGE (1972).
Autor: Lourenço, L.A.B. (2002).

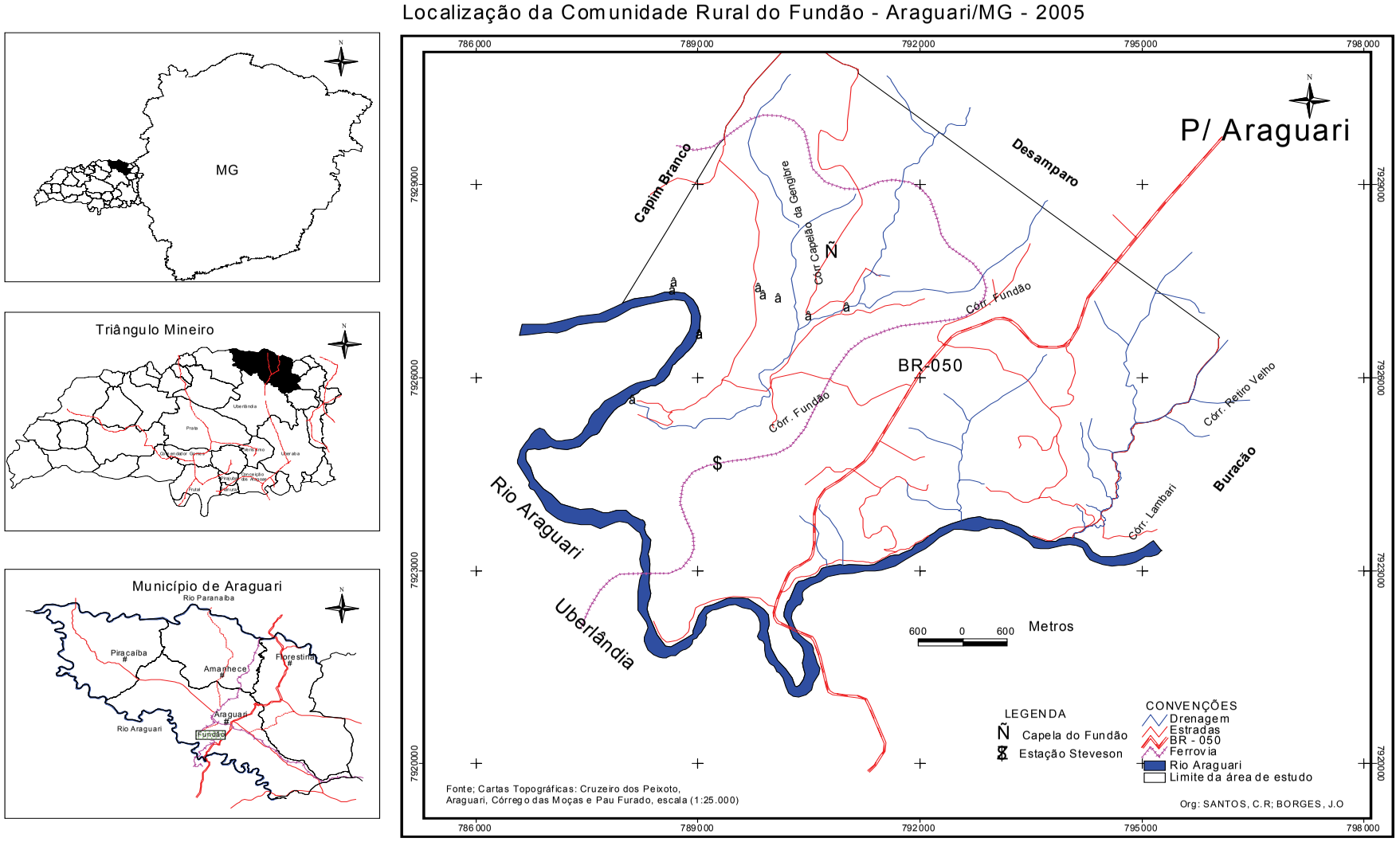
A Comunidade Rural do Fundão, fruto ainda de um processo de ocupação implementado pelo sistema de sesmarias e também ponto de passagem desses desbravadores do sertão, retrata essa realidade, apresentada nesse contexto histórico brasileiro. O objetivo deste primeiro capítulo é entender como é que se efetivou esse processo de ocupação, nessa comunidade rural, e as relações de produção que foram estabelecidas, inicialmente, no lugar.

1.1 As origens da comunidade: de Sesmaria do Serrote a Fundão

A história da Comunidade Rural do Fundão confunde-se com a origem da cidade de Araguari. A primeira solicitação de demarcação das terras onde hoje está localizado o município foi feita junto ao Julgado de Araxá, no ano de 1815, pela senhora Justa Inocência da Conceição. A origem de Justa Inocência é desconhecida, só se sabe que grande importância teve na demarcação das terras na região do Triângulo Mineiro, pela sua influência na Província das Minas Gerais.

Apesar da solicitação de Justa Inocência, a demarcação não foi feita na velocidade que se esperava. Somente no ano de 1818, o Major do Córrego Fundo, o Sr. Antônio de Resende Costa, comissário de Sesmaria do então Sertão da Farinha Podre (nome anterior da atual região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais), foi enviado para demarcar as terras localizadas na região do Córrego do Indaiá e acabar com a grande quantidade de propriedades invadidas na região.

Assim, quatro anos antes de ser revogada a Lei de Sesmarias, é feita a demarcação de várias áreas na região. Entre elas, destacamos as Sesmarias do Serrote e da Pedra Preta. Estas duas sesmarias, demarcadas pelo Major do Córrego Fundo, são consideradas, pelos historiadores de Araguari, como sendo o foco inicial de povoamento do município, que grande importância teve para a história do lugar.



MAPA 3 – Localização da comunidade rural do Fundão.
Fonte: Cartas topográficas DSG: Araguari, Córrego das Moças, Cruzeiro dos Peixotos, Pau Furado.
Dig.: SANTOS, C. R.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2006)

A Sesmaria do Serrote estava localizada ao sul e sudoeste da área que mais tarde, seria então a Freguesia do Brejo Alegre e foi o primeiro nome da Comunidade Rural do Fundão. A origem do nome da comunidade provém, para alguns, das características naturais, pois a região está localizada na parte mais baixa do relevo, próximo ao vale do Rio Araguari e do Córrego do Fundão; para outros, o nome provém do título recebido pelo comissário de sesmaria, Antônio de Resende Costa, o Major do Córrego Fundo.

Podemos perceber que a motivação toponímica para nomear a Comunidade provém, ao mesmo tempo, de características naturais e histórico-culturais do lugar. É notória a importância do topônimo, dado o grande número de propriedades com o nome de Fundão. O topônimo Fundão é um dos referenciais importantes para desvendar a origem da comunidade, visto que ele, por si só, remonta, na memória das pessoas mais antigas, fatos do passado que são um importante subsídio para o estudo do lugar.

QUADRO 1

Propriedades com o nome de Fundão na comunidade rural do Fundão – Araguari (MG), 2005.

FAZENDA	PROPRIETÁRIO
1 - Fazenda Fundão	Diniz Farina
2 - Fazenda Fundão	João Montes
3 - Fazenda Fundão	José Ricardo Montes
4 - Fazenda Fundão	Maria Fátima de Souza
5 - Fazenda Fundão	Alberto Queiroz Fernandes
6 - Fazenda Fundão	Alda Montes Faria
7 - Fazenda Fundão	Cleide Lúcia de Oliveira
8 - Fazenda Fundão	Helio Montes de Souza
9 - Fazenda Fundão	João Batista do Nascimento
10- Fazenda Fundão	Joaquim Ferreira de Godoy Sobrinho
11- Fazenda Fundão	José Barbosa de Souza
12- Fazenda Fundão	Stanislau Vieira dos Santos
13- Fazenda Fundão	Camilo Nildes de Resende
14- Fazenda Fundão	Esperidião Marinho da Silva
15- Fazenda Fundão	Euclides Farias
16- Fazenda Fundão	Geraldo Rodrigues
17- Fazenda Fundão	João Martins da Costa
18- Fazenda Fundão	José Rodrigues Neto
19- Fazenda Fundão	Luiz Mauro Quireza
20- Fazenda Fundão	Luiza Maria dos Santos
21- Fazenda Fundão	Masaaki Mitasutake
22- Fazenda Fundão	Neide Borges Guimarães
23- Fazenda Fundão	Sebastião Wilson Alves

Fonte: IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira (2005).

O QUADRO 1 reflete bem a importância do topônimo para a comunidade. Foram encontradas, no ano de 2004, 23 propriedades com o nome de Fundão. Algumas delas foram recebidas como herança, e acaba sendo normal o nome ser mantido pelos herdeiros, como forma de manter viva a história. Este é um ponto importante que podemos também observar no quadro, ou seja, a questão do parcelamento de terras.

A família Montes é um bom exemplo disto. O patriarca Eduardo Montes Filho chegou ao Fundão com sua esposa, Genuína de Castro Montes, no início do século XX. Quando no Fundão se instalou, o casal tinha seis filhos, mas outros seis ali nasceram. Com a morte do Sr. Eduardo e, mais tarde, de Dona Genuína, a propriedade foi distribuída para os doze filhos. Contudo, analisando o QUADRO 1, podemos perceber que apenas quatro membros da família Montes mantêm propriedades no Fundão - dois filhos (João Montes e Alda Montes) e dois netos (José Ricardo Montes e Helio Montes de Souza). Isto se deve ao fato de a maioria dos doze filhos ter vendido as propriedades para outros, fora do círculo familiar, e ter-se mudado, não só do Fundão, como também de Araguari.

O parcelamento de terra, por herança, é fato comum no Fundão, e o motivo de predominarem as pequenas propriedades, na comunidade. Com tudo isso, o nome Fundão permanece. Entretanto, as memórias das pessoas vivas já não conseguem mais resgatar aquilo que as antecede, seja por não ter suas origens no lugar, ou por não ter lembrança daquilo que foi contado pelos ancestrais. Alguns relatam que se arrependem por não terem perguntado para os pais o que existia antes, quando os primeiros membros das famílias chegaram ao Fundão.

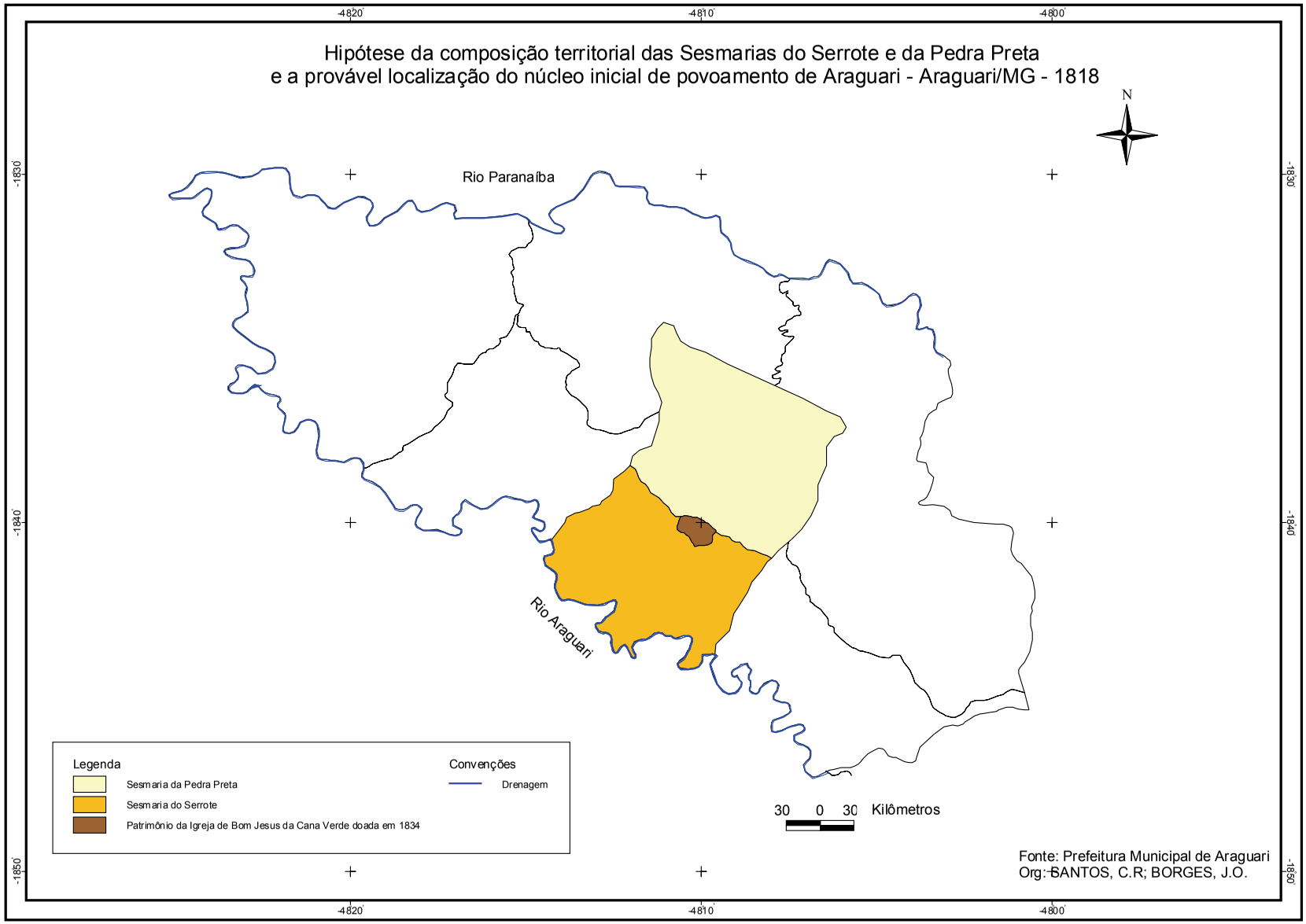
O termo Fundão, além dos resíduos materiais e da memória das pessoas mais antigas, foi o que de mais significativo restou de uma época, já que não existe um referencial bibliográfico que revele as particularidades da origem da comunidade, principalmente quando se trata do período anterior e pós-demarcação da Sesmaria do Serrote.

No caso específico da comunidade estudada, apesar de a Sesmaria do Serrote ter sido demarcada no ano de 1818, não se tem registro de que estas terras tenham sido imediatamente ocupadas. Segundo Mameri (1988):

> Nos primeiros anos do século 19, o Major do Córrego Fundo, Antônio de Resende Costa, comissário de sesmarias do Arraial da Farinha Podre, hoje Triângulo Mineiro, teria vindo a esta região, chegando a Araguari para marcar e demarcar terras e apaziguar os ânimos exaltados com invasões de propriedades. Veio a pedido de Justa Inocência da Conceição, em 1818, para demarcar as terras localizadas no Córrego do Indaiá (MAMERI, 1988, p. 86).

De acordo com Mameri (1988), a preocupação principal de Justa Inocência era legitimar e assegurar a posse das terras, diante de uma onda de invasões que vinham ocorrendo na região do Triângulo Mineiro.

Dezesseis anos depois da demarcação das duas Sesmarias, feita a pedido de Justa Inocência, mais exatamente no ano de 1834, o Sr. Antônio de Resende Costa fez um termo de doação no qual passava, para a Igreja do Patrimônio (nome dado a estas terras doadas), uma grande área localizada entre as duas sesmarias, onde, durante a década de 1840, foi construída a primeira Igreja da então Freguesia do Brejo Alegre, em louvor ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde.



MAPA 4 – Visão do autor da composição territorial das Sesmarias do Serrote e da Pedra Preta e a provável localização do núcleo inicial de povoamento de Araguari – MG. (1818).
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig. SANTOS, C. R.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira (2006).

O termo de doação feito pelo Major do Córrego Fundo desapareceu e, com isso, a propriedade das terras passou a ser questionada por parte do poder público, que começou a se apossar de partes dos terrenos doados. Mas, apesar do sumiço desse termo de doação, a Igreja buscou assegurar o seu direito de propriedade sobre estas terras, por meio de processos judiciais promovidos por ela mesma, no final do século XIX, balizados em depoimentos de pessoas mais antigas no lugar.



FIGURA 1 – Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde em 1910.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Araguari, 1910.



FIGURA 2 – Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde em 2006 – Araguari (MG).
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira (2006).

Buscando compreender o processo de ocupação do Fundão, a pesquisa nos remeteu a uma situação mais ampla neste contexto histórico de doação das terras para a Igreja, que vai além da origem do topônimo. O povoamento das terras doadas para o Patrimônio da Igreja mostrou-nos uma situação inusitada, onde aquela instituição acusa o município de tentar usurpar as terras que foram doadas pelo Sr. Antônio de Resende Costa, no ano de 1834. No livro de tombo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, aberto no dia 10 de julho de 1906, pelo padre Joaquim Amorim, foi transcrita uma cópia desse processo, que constava no livro anterior, datado de 15 de abril de 1895, também desaparecido, com os seguintes dizeres:

> Foi doado pelo Major do Córrego Fundo, assim chamado, não se sabendo onde estão esses papeis, a comarca municipal querendo usurpar este terreno promoveu o cônego Aurélio Dias de Souza uma justificação e vistoria, obtendo sentença favorável. Para firmar mais o domínio da igreja sobre essas terras requereu o mesmo uma

> demarcação que se acha já ultimada e o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo viu, não só a planta, mas como bem as outras onde estão os documentos. Essas terras foram doadas ao Senhor Bom Jesus da Cana Verde, nome da Paróquia (Livro de Tombo da Igreja Matriz de Bom Jesus da Cana Verde, 1906, p. 6).

Esse processo, como já vimos, além de ter tido como objetivo a legitimação da posse das terras por parte da paróquia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, buscou estabelecer os limites destas. Para atingir esses objetivos, foi convocada, durante o processo, a presença de quatro testemunhas que pudessem confirmar ou não a posse da Igreja sobre as terras doadas e, ainda, dar subsídios para que os limites fossem estabelecidos. É bom que se diga que o livro de Tombo da Igreja foi, durante vários anos, o documento mais importante das áreas recém-povoadas. Por ele passava toda a vida dos habitantes dessas aglomerações humanas, desde o momento do nascimento até a morte. Ainda ficavam, lá, registrados todos os acontecimentos políticos importantes, porquanto a Igreja, sobretudo durante o período colonial, interferia diretamente na vida das pessoas, inclusive nos assuntos políticos. Poderíamos até dizer que ela era a instância máxima do poder, transcendendo a uma influência puramente religiosa.

Para demonstrar essa importância da Igreja na vida religiosa e política de Araguari, está registrado, no livro de Tombo de 1906, a transcrição de uma parte do processo onde ela, na figura do seu encarregado, o senhor Olímpio Ferreira dos Santos, manifesta os seus reais interesses:

> Diz Olímpio Ferreira dos Santos encarregado das festas e solenidades da igreja, e zelar da mesma, e nomeado procurador para judicialmente tratar do patrimônio da matriz desta cidade, como se vê, dos documentos juntos que sendo a matriz dessa cidade possuidora de uma área de terras de cultura e campos de criar, nessa cidade, no lugar onde é conhecido como Patrimônio da igreja do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, terras que foram doadas ao Senhor Bom Jesus em 1834 por Antônio de Rezende Costa, vulgo Major do Córrego Fundo, e já falecido, e, nesta ocasião morador no Córrego Fundo, pertencente a Comarca do Araxá, e tendo as ditas terras de extensão, uma légua em quadro mais ou menos a de valor de 360,00 naquele tempo, e havendo desaparecido o escrito da doação quer provar o direito da mesma matriz salve as mencionadas terras pelo que vem suplicamente justificar o seguinte:
> 1º que a dádiva foi feita por Antônio de Rezende Costa, Major do Córrego Fundo;
> 2º que em 1834 mais ou menos foram doadas as terras conhecidas nesta cidade como do Patrimônio da Matriz do Senhor Bom Jesus, nesta mesma cidade;
> 3º que estas terras tem uma légua mais ou menos e limitam-se com as fazendas dos Verdes, Cachoeirinha, Varginha, Desamparo, Fundão, Retiro e Francelino, e que sendo estas fazendas de terras já há tempos divididas judicialmente, representarão ou não os limites do Patrimônio de que se trata da referida Matriz;

> 4º que em tempo algum foram conhecida essas terras como pertencentes a outras, ou, a não ser a igreja matriz dessa cidade;
> 5º que a doação foi escrita e que este documento comprobatório da dádiva referida sumiu-se, não se sabendo onde paira. Assim, pois, o justificante Vossa Excelência, aí está, para que se proceda a justificação no dia lugar e hora que for por Vossa Excelência designado e requer mais a citação do Senhor promotor de justiça e do Sr. Presidente, Agente Executivo Municipal, aquele por parte da fazenda pública e este da municipalidade, e oferece as testemunhas abaixo anotadas independentemente de citações as quais se compromete apresentá-las em juízo e que pregada a justificação presente por sentença seja...entregue ao justificante independentemente de translado para o uso que convier (Livro de Tombo da Igreja Matriz Bom Jesus da Cana Verde, 1906, p. 08-09).

A citação, na íntegra, do trecho do livro de Tombo que trata sobre este confronto jurídico entre a Igreja e o município de Araguari se faz necessária para que possamos pontuar momentos importantes da história do município, que contribuem para desvendar o processo de ocupação do Fundão. O primeiro ponto se deve ao fato de que a extensa faixa de terras, da qual não se sabe exatamente o tamanho, doada pelo então comissário de Sesmarias, Sr. Antônio de Resende Costa, também conhecido como Major do Córrego Fundo, que ficava localizada entre a Sesmaria do Serrote (atual Fundão) e Cunhas, no ano de 1834, foi apossada pelo próprio poder público municipal, no final do século XVIII, início do século XIX, tendo como conseqüência a reação imediata da Igreja Católica, para reaver a posse.

O sumiço do documento de doação fez com que a Igreja procurasse contar com depoimentos de pessoas que, apesar de não terem vivenciado diretamente o momento da doação, ouviram de amigos e parentes, já falecidos, o contexto histórico sobre o assunto. O mais interessante disto é que as quatro pessoas que prestaram depoimento tinham ligação direta com a Igreja, sendo uma delas sacristão. Todos os depoimentos confirmaram a doação feita pelo então comissário de sesmarias, inclusive os limites propostos para que se legitimasse a posse da Igreja sobre as ditas terras. Não estamos afirmando que os depoimentos prestados tenham sido favoráveis à Igreja dada a grande influência exercida por ela na época do processo. Mas apenas apontando para a possibilidade de que, sendo católicos, os depoentes poderiam, de uma certa forma, tender a serem favoráveis a ela.

Outro ponto importante, é que a citação nos levou a pesquisar uma prática comum na época, que era fazer *aforamentos*[3]. Nestes, partes das terras que não estavam sendo utilizadas eram cedidas para que outros pudessem cultivá-las, ou simplesmente construir suas habitações. Nos processos de aforamentos eram atribuídas tanto a posse como a propriedade e, em troca, era paga uma espécie de pensão vitalícia para quem o concedia. Só poderiam ser aforadas as terras ou terrenos que não estivessem sendo cultivados. A Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde utilizou-se muito desse processo quando, convenientemente, achava necessário, mas as terras que não tinham sido aforadas foram o motivo da acusação de roubo, por parte da Prefeitura, e do processo movido contra aquela.

O terceiro ponto a ser destacado, na citação, está relacionado diretamente às propostas de estabelecimentos dos limites das terras do Patrimônio da Igreja. Foi justamente nesse processo, já citado, que encontramos as únicas menções feitas à comunidade do Fundão no livro de Tombo da paróquia Senhor Bom Jesus da Cana Verde, objeto de nossa pesquisa. Como já foi dito, os quatros depoentes confirmaram o que foi declarado pelo Sr. Olimpío Ferreira dos Santos, inclusive quando mencionaram a Fazenda Fundão como um dos limites das terras do Patrimônio. Se o processo para reaver a posse das terras do Patrimônio da Igreja foi movido no ano de 1895, e se é citada, pelos quatro depoentes, a Fazenda Fundão como um dos limites dessas terras, fica evidente que, no mínimo, partes das terras da comunidade rural do Fundão já haviam sido apossadas por outrem. Embora não se saiba quando e por quem foi feita essa posse, e nem em que condições exatamente tal fato ocorreu, isto já nos dá um referencial histórico no estudo da ocupação do lugar.

Antes da criação do Código Civil de 1916, as terras eram ocupadas sem que, muitas vezes, se contestasse o ato. Essas ocupações eram feitas, geralmente, por famílias pobres e

[3] Código Civil de 1916, art. 678 a 694. No Código Civil de 2002, a lei de aforamentos não foi mencionada, por não ser mais uma prática usual no uso da terra. No entanto, o fato de não ser mencionada não significa, necessariamente, que os aforamentos feitos anteriormente ao Código Civil de 2002 não tenham mais valor.

itinerantes, para prática da agricultura de subsistência. Quando o lugar ocupado perdia a fertilidade, devido à carência ou até mesmo à inexistência de técnicas mais adequadas de uso do solo, mudavam imediatamente para outras áreas ainda inexploradas, e o ciclo se iniciava novamente.

No Fundão, o processo de ocupação e exploração da terra é anterior à criação do código de 1916. Isto nos levou a uma análise dos fatos em que as falas dos entrevistados nos deram subsídios para afirmar que a não obrigatoriedade de registrar as terras ocupadas levou a uma ocupação que não deixou documentos que relatassem o nome dos primeiros proprietários, ou, melhor, dos primeiros moradores do lugar. Segundo o Sr. Luiz Alberto, "antes de 1916, não era costume registrar os imóveis no cartório, isto porque não existia uma fiscalização que obrigasse as pessoas a fazê-lo".[4]

Uma outra possibilidade que pode ser apontada para a ocupação e para o aumento do número de propriedades legalizadas, após o ano de 1916, é o recurso do usucapião. Esse recurso foi garantido pelo Código Civil de 1916 e mantido na revisão feita, no ano de 2002. Segundo os artigos 550 e 551 do Código de 1916, é garantido o direito de requerer o registro do imóvel àqueles que já o estão ocupando por um período de 20 anos sem interrupção, independentemente de possuir ou não o título ou declaração de compra fornecida pelo dono anterior, ou da boa fé do requerente. Podem ainda requerer o registro aqueles que ocupam o imóvel por um período de 10 anos ou de 15 anos, se acaso o requerente se ausentou do imóvel por algum período. Isto poderá ser feito desde que ele apresente o título ou declaração de compra fornecida pelo proprietário anterior. Esse título de compra, de que tratam os dois artigos, refere-se àquele comprovante de venda feito muitas vezes à mão, sem valor jurídico, por não ser lavrado em cartório, onde o vendedor apenas declara que está vendendo o imóvel, especificando na maioria das vezes superficialmente o seu tamanho, o nome do vendedor, do

[4] Entrevista concedida no mês de abril/2005 pelo Sr. Luiz Alberto de Fátima Rodrigues, oficial substituto do Cartório de Registro de Imóveis do município de Araguari – MG.

comprador e a data da transação. Em ambos os casos, pode-se considerar o dono anterior, desde que haja, com este, um grau de parentesco direto, comprovado.

Ainda que o aumento do número de propriedades rurais e a expansão da área urbana de Araguari, sobretudo após a efetivação de sua emancipação política, aponte para um crescimento considerável de sua população, há de se mencionar que, na segunda metade do século XIX, o grande foco de atração, na região, foi Bagagem, atual Estrela do Sul, dada a descoberta de diamantes naquela região. Segundo Guimarães,

> A Bagagem, hoje Estrela do Sul, foi no século passado a cidade de maior progresso nas Minas Gerais, no período que decorreu a sua descoberta e fundação em 1849 até mais ou menos o ano de 1900...Ela foi grande em população, no setor econômico, no cultural e a maior produtora de diamantes em tamanho e qualidade de todo Brasil (GUIMARÃES, 1969, p. 9).

Na fala do autor é possível perceber que, apesar do seu desenvolvimento, a Freguesia do Brejo Alegre (atual Araguari), até o final do século XIX, não despertava o interesse dos Bandeirantes e Tropeiros, que viam, na Bagagem (atual Estrela do Sul), o lugar das oportunidades.

Mesmo não sendo um grande foco de atração de população, em 1888, a Vila do Brejo Alegre é elevada oficialmente à categoria de cidade, com o nome de Araguari, pelo Decreto-lei de nº 3591. Nesse momento, Araguari vive um momento importante de sua história, não só no aspecto político, que veio com a emancipação, mas também no aspecto econômico. A agricultura praticada, não só no Fundão, mas também em outras áreas rurais do município era, até aquele momento, basicamente, a produção de alimentos para subsistência, e os poucos excedentes abasteciam a cidade de Araguari.

1.2 A instalação de redes de transportes e a ampliação do processo de ocupação

Ainda que não tenha sido o grande foco de atração populacional da região do Triângulo Mineiro, na segunda metade do século XIX, a região onde está localizada o município de Araguari e, obviamente, a comunidade do Fundão conheceram um período de crescimento econômico que foi sustentado, a princípio, pela instalação de infra-estrutura de transporte.

Apesar da carência de registros materiais históricos, no que diz respeito à origem da comunidade do Fundão, a necessidade de fazer circular as mercadorias que eram produzidas nas áreas rurais de Araguari motivou, inicialmente, a criação de portos fluviais, nos rios que cortam o município, e a ampliação das estradas vicinais que ligavam as comunidades rurais à área urbana do município.

Acredita-se que a instalação de estradas e a criação de portos no rio Araguari tenham sido responsáveis por aumentar o fluxo de pessoas que por ali passavam, fomentando, assim, a ocupação mais efetiva dessa região, posteriormente à década de 1860. Com isso, as primeiras áreas ocupadas foram aquelas mais próximas dos respectivos portos e das estradas que davam acesso a estes.

Em publicação feita pela Fundação Educacional e Cultural de Araguari – FUNEC e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi transcrito um ofício da Câmara Municipal, datado de 28 de abril de 1892, no qual se faz referência aos portos localizados no rio das Velhas – atual rio Araguari. Segundo este:

> A Câmara Municipal deste Município, faz saber a todos [...] que por resolução da câmara fica marcado prazo de 90 dias para os proprietários dos seguintes portos do Rio das Velhas: (Pau Furado, Fundão e Porto da Lona), consertarem seus barcos existentes, ou construírem outros, a poder satisfazer as necessidades públicas sem perigo de vida para os transeuntes [...] (pág. 77).

Atendo-nos, a princípio, à data do ofício, 28 de abril de 1892, e posteriormente à latente preocupação da Câmara Municipal com o estado de conservação das embarcações, no transporte de mercadorias e pessoas, consideramos ser bem provável que estes portos já existissem, em uma data bem anterior à da publicação do referido ofício. Se as embarcações já estavam precisando de manutenção, por estarem colocando em risco a vida das pessoas, com certeza seria necessário um período relativamente longo para que elas tivessem chegado a esse ponto de deterioração.

Dos portos existentes no Rio Araguari, no município de mesmo nome, destacavam-se os do Fundão, do Lona e o do Pau-Furado. O do Fundão e do Lona faziam o transporte de mercadorias e de passageiros na direção de São Pedro do Uberabinha, atual Uberlândia, enquanto que o do Pau-Furado, na direção de Uberaba. Esses portos estavam todos localizados em propriedade particular. Para utilizá-los era necessário uma paga, que quando não pudesse ser em dinheiro poderia ser em mercadoria.

Além dos portos fluviais, a instalação do transporte ferroviário foi um fato importante para o desenvolvimento de Araguari. Apesar de a inauguração oficial do primeiro trecho de ferrovia ter ocorrido somente em 24 de fevereiro de 1913, já em 1896 havia sido inaugurada a primeira estação ferroviária de Araguari, localizada na região central da cidade. No Fundão, a inauguração da estação ferroviária Stevenson, no ano de 1937, mudou a rotina dos que ali viviam.



FIGURA 3 – Ruínas da Estação Ferroviária Stevenson, tombada pelo Patrimônio Histório do Município de Araguari – MG, localizada nas terras do Sr. Masaaki Mitasutake, próxima à BR 050, entre as cidades de Araguari (MG) e Uberlândia (MG), na comunidade do Fundão. Autor: SANTOS, Rosselvelt José (2004).

O uso da estação ferroviária ia além da sua utilização para fazer o transporte de passageiros e mercadorias. O Sr. Diniz Farina nasceu e foi criado no Fundão; segundo ele, era comum o pessoal do Fundão ir "jogar bola lá na estação, porque tinha um time lá na Stevenson, então nóis jogava bola lá[5]". Além do campo de futebol, a Stevenson tinha uma escola comunitária e um bar, anexo a ela. Com isso, o trânsito de pessoas das fazendas do Fundão para a estação era diário, e nem nos fins de semana esse fluxo se interrompia, pois lá também eram oferecidas possibilidades para a prática do lazer, coisa rara para quem tinha uma vida tão difícil, no campo.

A ferrovia pertencia à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e a inauguração do trecho no município de Araguari, com a conseqüente construção e inauguração das estações

[5] Entrevista concedida pelo Sr. Diniz Farina no mês de abril de 2005.

ferroviárias, trouxe um número grande de funcionários da referida companhia que, mesmo depois de terminadas as obras, ali se estabeleceram. Dentre estes que se estabeleceram, alguns foram personalidades destacadas dentro da comunidade rural do Fundão, os quais, trabalhando e morando na Stevenson, inseriram-se na vida comunitária, participando ativamente na preparação e organização dos eventos festivo-religiosos. Um exemplo disto é a família Farina; segundo o Sr. Diniz Farina, seu pai:

> veio pra cá em 1923, mas só comprou terra lá em 1955...não tá errado, não foi não. Eu nasci no dia 06 de janeiro de 1925, no dia de Santos Reis [...] meu pai comprou lá eu tinha uns 15 anos. Quer dizer que [...] foi de 1945 pra trás. Eu casei em 1952, e nois já tinha a fazendinha lá, o sítio lá [...] Papai chegou no Brasil tinha quinze anos a mamãe trêis. Papai veio pra Araguari pela Mogiana. Papai era feitor lá da turma. Ele ajudou construir a Stevenson. Ele ajudou a fazer a estrada de ferro até aqui. Ele veio como empregado da Mogiana. Aí ele ficou por aqui. Papai trabalhou 33 anos na Mogiana (Informação verbal) [6].

Descendente de imigrantes italianos, o senhor Ricardo Farina, pai do entrevistado, veio para o Brasil com sua família (pai, mãe e dois irmãos) no ano de 1888, com a finalidade de trabalhar nas lavouras de café do estado de São Paulo. Contudo, no ano de 1923, já empregado na Companhia Estrada de Ferro da Mogiana, foi enviado para Araguari, com a finalidade de trabalhar na implantação da estrada de ferro e na construção das estações. Em Araguari morou, inicialmente, nas casas feitas pela própria companhia Mogiana, nos arredores da estação Stevenson. De acordo com escritura, lavrada em cartório, a família Farina comprou a fazenda Fundão do Sr. João Esteves Sodado, conhecido também por Joãozinho Português, no ano de 1937, ou seja, no mesmo ano de inauguração da estação Stevenson. O patriarca Ricardo Farina, inicialmente, dividiu seu tempo entre o trabalho na estação e o trabalho na fazenda. A família ficou numerosa, ao todo eram quinze filhos, e aos mais velhos cabia a incumbência de cuidar da fazenda.

O exemplo da família Farina ilustra bem a importância da vinda dos trilhos para a região. O próprio João Esteves Sodado, que vendeu a propriedade para o Sr. Ricardo Farina,

[6] Entrevista concedida pelo Sr. Diniz Farina no mês de abril de 2005 na cidade de Araguari-MG.

embora não tivesse filhos, fixou-se no Fundão com a esposa e contribuiu para a construção da história do lugar.

Podemos dizer, então, que a partir da década de 1890, os imigrantes trabalhadores da Companhia Mogiana foram, nesse período histórico, parcialmente responsáveis pelo fluxo populacional mais relevante no município, contribuindo para o processo de ocupação da comunidade rural do Fundão.

O aumento do fluxo de pessoas e de mercadorias na região, seja por meio dos portos fluviais no Rio Araguari, seja pela instalação da ferrovia, não eliminou a utilização dos carros de boi. Nesses carros, que eram puxados por até quatro bois, transportava-se de tudo. Neles as pessoas eram transportadas para participar das festas comunitárias e para irem à cidade. Os produtos que eram feitos no campo e que abasteciam a cidade também eram por eles transportados, como, por exemplo, o arroz, o leite e os tijolos de argila. Tudo isso tinha como destino, sobretudo, as cidades de Araguari e Uberlândia.

Nesse período, que vai do final século XIX até início do século XX, um clima de euforia começava então a ser percebido no Fundão. A instalação de uma relativa infra-estrutura de transporte, ligando Araguari às regiões portuárias de São Paulo e Rio de Janeiro e também ao interior do Brasil, deu um novo ânimo à economia araguarina. Na comunidade do Fundão, as fazendas produtoras de arroz e as olarias começavam a empregar várias pessoas que, se já não viviam no Fundão, para lá iam, com o objetivo de garantir a sua subsistência e reprodução social, enquanto trabalhadores rurais e proletários oleiros.

1.3 A euforia que vem do Fundão

Em verdade, como o próprio subtítulo sugere, a euforia que vem do Fundão pode ser pontuada em alguns momentos históricos importantes, para facilitar a sua compreensão. O primeiro momento foi justamente o da demarcação da Sesmaria (1818) que, como já vimos, não motivou a imediata ocupação. O segundo momento foi a instalação dos portos fluviais no rio Araguari (segunda metade do século XIX), que embora tenha trazido um pequeno aumento no fluxo de pessoas e de mercadorias na comunidade, não significou um aumento de propriedades rurais. O terceiro momento foi a chegada da ferrovia, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (primeira metade do século XX), que apesar de ter sido um fator primordial na ampliação da ocupação não incrementou, na mesma proporção, a quantidade de pessoas e mercadorias em circulação. O quarto momento foi o plantio do arroz (a partir da década de 1920), que apesar de atrair um bom número de trabalhadores, inclusive de trabalhadores imigrantes, para as propriedades, não aumentou a circulação e ocupação do lugar, pois esta movimentação se dava, basicamente, na época da colheita. O quinto momento que marca esse processo eufórico de ocupação foi a chegada das olarias (início do século XX).

As olarias, no seu momento de maior produção, chegaram a empregar, todas juntas, aproximadamente cento e cinqüenta pessoas. Todos os empregados moravam dentro das próprias propriedades e davam uma nova dinâmica à rotina diária da comunidade. A circulação de pessoas e mercadorias, com a instalação das olarias, aumentou consideravelmente.

Podemos afirmar que o final do século XIX e, sobretudo, o início do século XX foi um período histórico importante para o Fundão. As características naturais não favoreciam a

instalação de um processo produtivo semelhante ao que se instalara no interior de São Paulo e sul de Minas, ou seja, a cultura do café. A presença de um relevo acidentado na sua paisagem natural definiu os sistemas produtivos mais adequados para o lugar, onde se destacava a agricultura de subsistência e a pecuária leiteira.

Os elementos da hidrografia, principalmente a presença do rio Araguari e do córrego Fundão apontavam para a possibilidade de cultivo das terras drenadas pelos dois canais fluviais. Os sistemas produtivos que se instalavam na região destinavam-se, basicamente, à subsistência, com exceção feita para a expressiva produção das olarias e de arroz, que era feita em grandes quantidades, visando à venda do excedente.

A atividade agrícola surgiu primeiro na comunidade. O cultivo do solo requeria que a vegetação de Cerrado fosse desbravada, para efetivar a ocupação do Fundão. As primeiras áreas a serem ocupadas foram os vales do rio Araguari e do córrego Fundão. Nessas áreas, mais úmidas, a mata era fechada, com destaque para a presença de árvores como o angico e a aroeira.

O angico e a aroeira eram espécies vegetais arbóreas comuns na região, e tinham que ser retiradas para cultivar a terra. A utilização de técnicas rudimentares dificultava o desmatamento dessas áreas, pois essas espécies vegetais, quando mais desenvolvidas, possuíam raízes profundas, requerendo longas horas e muito esforço para retirá-las. Isto fazia com que os recém-chegados, com a utilização somente do machado, cortassem as árvores, mas deixassem os tocos.

As primeiras culturas eram feitas na “mata ou roça de tocos”. No meio dos tocos plantava-se o fumo, o milho, o feijão e a melancia. A cultura associada já era praticada, no início da colonização do Fundão. Durante vários anos, o cultivo foi feito no meio da mata de tocos, justamente pela dificuldade de arrancá-los. Segundo o Sr. João Montes, que chegou ao Fundão ainda criança:

> Por causa de ter derrobado mato virge deu fumo demais. Eu lembro que o fumo ficou mais arto do que um home. E feiz aquele fumo, e o homem chegou lá pra comprá e admirô demais do fumo. Era bem feito demais. Eu era pequeno, piquitito. Quem cuidava dos fumo era a Fia, a Alercina e as outra minhas irmã (Informação verbal)[7].

Segundo o entrevistado, a exploração de terras virgens garantia uma colheita farta. No dizer de Candido (1982, p. 86), naquela época "plantava-se para viver, com pouca ou nenhuma utilização comercial do produto; no solo novo, a colheita era enorme em relação ao plantio, sobrando mantimento". A terra ainda mantinha a sua fertilidade original e, mesmo sendo o cultivo na "mata de tocos" obtinha-se bons resultados. O arar a terra era a maior dificuldade do processo produtivo, além, é claro, do corte das árvores.

Até o final da década de 1920, foi comum o cultivo do milho, fumo, feijão e da melancia no meio da roça de tocos. Contudo, quando começou a ser cultivado o arroz, fazia-se necessário arrancar os tocos, para que a terra pudesse ser arada de forma adequada, o que, naquela época, era feito com a utilização dos carros de boi.

1.3.1 O arroz e os japoneses

O arroz foi, durante muitos anos, o principal produto agrícola da região. No Fundão, ele era cultivado nas regiões mais úmidas, próximas ao rio Araguari e córrego Fundão. Segundo o Sr. João Montes:

> Os primeiros plantador de arroz lá foi os japonês, uai [...]foi o primeiro que veio uai. Foi o primeiro que arrancou toco no enxadão. Ninguém nunca tinha arrancado toco com o enxadão [...]. Nunca tinha visto falar em arrancar pau sô. Ele arrancou pau, rancou lá no Gengibre onde plantou fumo. Tinha toco demais lá, tinha toco de aroeira, essa madeira é velha aqui. Eu era menino, rapazim, eu até admirei. Nois foi lá vê arrancá aqueles toco lá grande [...] ranco aqueles toco que era um absurdo. Ia muita gente vê aquilo lá. Rancando aquele montão de toco. Ocê pensa um anjico grande, o anjico é uma madeira que cresceu muito, rancando toco dessa grussura, o tanto de raiz que tem aquele toco. Dois home não ranca aquilo num dia. Rancava

[7] Trecho de entrevista concedida no dia 15 de junho de 2005, na cidade de Araguari, pelo Sr. João Montes, filho do Sr. Eduardo Montes Filho um dos primeiros moradores do Fundão.

> aquelas raiz tudo. Ai depois de rancá tudo arava. A terra ficava arada, arada de boi né (Informação verbal)[8].

Famílias de japoneses chegaram no Fundão na década de 1920, mas apenas duas foram trabalhar na fazenda Fundão da família Montes, como meeiros. Os demais foram para outras fazendas, especialmente para a fazenda Fundão, do Sr. João da Cruz Machado[9].

Na fazenda da família Montes, as moradias foram construídas exclusivamente para receber os trabalhadores japoneses e ficavam a aproximadamente 300 metros de distância da sede da fazenda. O córrego foi desviado para que pudesse atender, também, aos novos moradores. A casa era de alvenaria e possuía poucos cômodos. O tipo de parceria "a meia" não significava que a produção fosse dividida em duas partes iguais, porque o custo da produção era todo feito pelo proprietário da terra. A esses japoneses, que lá chegaram desprovidos de qualquer posse, que não fosse basicamente as roupas do corpo, cabia fazer a terra produzir, mas não se tem conhecimento do percentual que ficava a seu cargo.

A vinda dos japoneses foi exatamente para o cultivo do arroz, pois eles aproveitavam a experiência da terra natal, no cultivo desse produto. Eles já possuíam suas próprias técnicas de produção, inclusive para a retirada dos tocos. Na entrevista com o Sr. João Montes, fica clara a dificuldade para arrancar os tocos de angico e aroeira, visando ao cultivo do arroz. Tudo era feito no enxadão e demandava vários dias para execução de todo o trabalho.

Podemos dizer que, além do tempo, o trabalho exigia muito esforço e paciência. As dificuldades impostas pelas características naturais da paisagem, aliadas à utilização de técnicas tradicionais de cultivo leva-nos a entender que o tempo social era lento, ou seja, tudo demandava um período maior para que fosse realizado. Na administração desse tempo, as

---

[8] Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2005, na cidade de Araguari - MG com o Sr. João Montes, antigo morador do Fundão.

[9] Embora tenhamos encontrado registros da presença de trabalhadores japoneses na Fazenda do Sr. João da Cruz Machado, não foram encontradas pessoas que dessem detalhes da relação de trabalho que era lá estabelecida. Os descendentes do Sr. João da Cruz não possuem mais propriedades no Fundão. O que se sabe é que o Sr. João da Cruz foi o maior produtor de arroz de Araguari, na década de 1930.

relações de produção eram baseadas no trabalho coletivo. Não era possível realizar todo o processo produtivo sozinho, porque era um trabalho árduo e nada prazeroso. Diante disso, recorria-se à mão-de-obra de toda a família, inclusive das mulheres que, com o enxadão nas mãos, ajudavam os homens da família na execução do trabalho. Segundo o Sr. João Montes, "ela capinava igual home, as japonesas capinava roça igual home[10]". As mulheres das famílias de origem japonesa, que trabalharam na fazenda do Sr. Eduardo Montes, pai do entrevistado, não se davam ao luxo de ficarem apenas cuidando da casa e dos filhos; elas, juntamente com os maridos, pegavam a enxada e iam cuidar da roça.

É possível observar, pela própria fala do entrevistado, que quando as dificuldades eram grandes, mesmo as tarefas ditas masculinas, as mulheres se aventuravam a realizá-las. A mulher, dentro dessa sociedade camponesa aqui descrita, tem um papel primordial na estrutura familiar. Além de mãe e de todas as responsabilidades diárias que comumente são ditas femininas, como por exemplo cozinhar, cuidar da casa e dos filhos, ela se vê obrigada a ir para a roça, pela própria carência de mão-de-obra familiar masculina. Neste caso, os filhos ainda eram pequenos e não conseguiam uma produtividade que pudesse resultar em ganhos representativos para a família.

O esforço para a retirada dos tocos chamava a atenção até mesmo da vizinhança, que muitas vezes eram surpreendidos observando os imigrantes japoneses fazendo a retirada. Apesar de já haver utilização de tração animal, todo o trabalho de retirada dos tocos era braçal; iniciava-se no raiar do dia, ia até o anoitecer e, no outro dia, começava-se tudo de novo. Quando concluído o trabalho de retirada dos tocos, a terra era então arada, para plantar o arroz.

Os japoneses foram imigrantes marcantes no Fundão, justamente por conseguirem uma produção que fez da fazenda de propriedade do Sr. Eduardo Montes um dos destaques no

[10] Entrevista concedida em abril de 2005, na cidade de Araguari – MG, pelo Sr. João Montes, filho do Sr. Eduardo Montes, primeiro dono da Fazenda Fundão, de propriedade da família.

cenário regional. A grande inovação era a retirada dos tocos. Há de se acrescentar que o plantar na roça de tocos era prática comum em toda a região, mas quase ninguém se aventurava a retirá-los, pelo esforço que era exigido. Para os japoneses, a produção do arroz poderia ser ampliada se os tocos fossem retirados, pois, assim, a terra poderia ser arada com maior perfeição. É por isso que, na concepção do Sr. João Montes, não se poderia plantar arroz na roça de tocos, dada a menor produtividade da terra. Os tocos, além de ocupar espaço, não possibilitavam o uso do arado chatanola[11], puxado por seis bois e de importante produtividade.

Dificuldade maior do que a retirada dos tocos foi a adaptação dos japoneses à nova realidade. A vinda da família para o Brasil ocorreu motivada pelas conseqüências da Primeira Guerra Mundial. Aportaram em Santos e, pouco tempo depois, vieram para a região de Araguari, não intencionalmente, mas com a esperança de conseguirem terra para plantar arroz. O objetivo principal das famílias era, basicamente, ganhar dinheiro para comprar terra no Japão e voltar. Segundo Maria Consuelo, "um dos motivos principais deles terem vindo para Araguari era porque a estrada de ferro da Mogiana terminava em Araguari. Muitos ficavam pelo caminho, mas outros queriam se aventurar até o final"[12].

As diferenças culturais se apresentaram logo no começo. A primeira dificuldade foi com a língua. Para se comunicar, os japoneses se apegavam aos gestos e às poucas palavras que haviam aprendido em português. A segunda dificuldade era a alimentação. Foi difícil se acostumar com a dieta alimentar da região, que se baseava praticamente no arroz com feijão e carne de porco.

[11] Tipo de arado que funcionava movido por tração animal.
[12] Entrevista concedida no dia 10 de janeiro de 2006, na cidade de Araguari - MG. Além de ter suas origens no Fundão, a historiadora Maria Consuelo Ferreira Montes Naves é filha do Sr. João Montes e participou de uma pesquisa financiada pela Estrada de Ferro Mogiana, realizada pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, em parceria como Arquivo Público de Uberaba que tinha, como objetivo, estudar a imigração estrangeira no Triângulo Mineiro.

As restrições que a comunicação impunha para esses imigrantes iam além das dificuldades de relacionamento com o dono da terra. A relação de dependência, que normalmente já existe entre patrão e empregado, se ampliava a partir do momento em que, até mesmo para comprar aquilo que era necessário, na cidade, era indispensável a ajuda do patrão. Para Claval (2001, p. 170-171), "a comunicação deixa de ser fácil, quando se muda de sistema de codificação. Ao contrário, a facilidade de relações estabelecidas entre aqueles que não têm nenhum obstáculo deste tipo a vencer multiplica suas similitudes".

Os obstáculos impostos pelas dificuldades de comunicação aumentavam, sim, a dependência do empregado, em relação ao patrão. Mas, por outro lado, as trocas tinham que ser maiores, para que este grupo pudesse, de alguma forma, ser aceito pela cultura que o acolhia, diferentemente daqueles que não tinham esse mesmo grau de dificuldade de integração cultural. Outro fator motivador para superação das dificuldades culturais era a necessidade urgente de diminuir a dependência em relação ao dono da fazenda. Isto fez com que a dificuldade com a língua não perdurasse por muito tempo, pois chegou ao ponto de que até para ter e fazer o que comer, dentro de casa, necessitavam da ajuda da família do patrão.

Resolvido o problema de comunicação oral, as dificuldades com o cardápio, aos poucos, podiam ser superadas. Mesmo que não fosse possível produzir a mesma dieta alimentar do país de origem, podia-se aprender a cozinhar a dieta local, onde as receitas, indicando as maneiras adequadas de preparo, podiam ser apreendidas com as outras famílias que trabalhavam na fazenda e com a família do patrão.

Outro ponto a ser mencionado, com relação à parceria feita com os japoneses, era que uma relação amistosa, apesar da nitidamente hierarquizada, entre patrão e empregado, foi sendo tecida entre as famílias. Em alguns momentos ela ficou mais evidente, como revela o relato do Sr. João Montes,

> [...] A mamãe secou o leite, era véia, aí a japonesa vinha dá de mamá pra minha irmã, a Zeti. Ela não morreu ainda não, os outro já morreu tudo. Aí ela largava a enxada [...] ela largava da enxada, tomava banho e vinha dá mamá pra menina. E vinha mesmo! Aquilo era gente boa! Ela criou a menina, dava muito leite. Era muito sadia! Eu sei que aí ela criou a menina. O Masaaki é irmão de leite da Zeti (Informação verbal)[13].

Nessa região do Fundão era comum o compadrio, as amas de leite, que teciam e reforçavam a sociabilidade entre patrões e empregados. A fala do entrevistado mostra que as humanidades se fazem presentes, mesmo dentro de uma realidade em que o objetivo central era reproduzir capital. Para o patrão, a mulher ajudava porque era "gente boa", e isto reforçava os laços de amizades entre as duas famílias. Fica nítido o destaque que o entrevistado faz ao fato de a japonesa deixar a enxada em hora marcada, todos os dias, para dar de mamar à filha do patrão.

Segundo Franco (1997, p. 23), esse fato é um traço típico do sertanista, em que se observa que o "comportamento das pessoas traduzido pela ajuda mútua, a solidariedade nas comunidades pequenas, possibilita a complementaridade de seus membros mediante relações de contraprestação que se estendem a todas as áreas da vida social".

Partindo do ponto de vista da autora, percebemos que o ato de generosidade da mulher poderia ser traduzido, mesmo que inconscientemente, como uma atitude de contraprestação, como uma paga ao que já foi feito pelo patrão, ou uma paga pelo que no futuro possa precisar que seja feito. Dentro deste contexto, a generosidade não pode ser analisada simplesmente como uma doação desinteressada, já que a luta era sempre para se conseguir, primeiramente, os mínimos necessários à sobrevivência, principalmente se analisarmos a situação do ponto de vista da família japonesa. Não se podia ignorar a necessidade do outro, isto poderia fazer com que ele esquecesse as suas, no futuro. Faz-se necessário considerar, como ponto relevante na análise, a troca de favores, que chegam quase sempre travestidos em atos de generosidade gratuita.

---

[13] Entrevista realizada no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG, com o Sr. Eduardo Montes.

A comunidade rural do Fundão se enquadra dentro desse contexto, já que nessas relações, estabelecidas no interior das propriedades, fazia-se presente, necessariamente, a ajuda mútua, notada não só nas atividades cotidianas da fazenda, mas também na construção da capela e nas festas religiosas do lugar, fato que vamos analisar com mais profundidade no capitulo III deste trabalho.

Na década de 1940, devido ao enfraquecimento do solo, a fazenda já não produzia como antes. A parceria e tudo o que envolvia a relação de produção entre os japoneses e os proprietários durou mais de quinze anos. Mesmo tendo conseguido juntar o dinheiro necessário para comprar terra no país de origem, foram impedidos de voltar, por causa do envolvimento do Japão na segunda guerra mundial. Acabaram por deixar a comunidade do Fundão e tentaram produzir arroz em outras comunidades rurais, antes de se mudarem, definitivamente, para a cidade de Araguari.

Tem-se notícia dos descendentes de apenas um dos dois casais de japoneses, que teve cinco filhos, sendo que alguns destes são comerciantes e continuam vivendo na cidade de Araguari, mas não possuem terras no Fundão[14].

Durante mais de 20 anos o arroz foi cultivado em várias propriedades rurais do Fundão, sendo que grande parte da produção era vendida para os cerealistas da cidade de Araguari. De 1920 até o final da década de 1950, o arroz produzido no Fundão contribuiu para que Araguari ficasse entre os maiores produtores de arroz do estado de Minas Gerais. Contudo, é bom dizer que a produção de arroz continuou sendo feita sem a interrupção da produção de demais produtos, sobretudo aqueles de tradicional importância para dieta caipira, como o milho, o feijão e a mandioca.

[14] Essa informação foi obtida através de pesquisa realizada pela historiadora Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, já que o Sr. Massahaki Yamamoto, filho de um dos casais de japoneses que viveram na fazenda Fundão, de propriedade da família Montes, se negou a dar entrevista.

QUADRO 2

Produção de arroz no município de Araguari – MG, 1950 – 2004.

Ano	Quantidade Produzida (Tonelada)
1950	45.000
1968	18.000
1975	6.420
2004	36

Fonte: Fundação Araguarina de Educação e Cultura e Senso Agropecuário do IBGE, 2000.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira, 2006.

A produção de arroz, no Fundão, já era destacada, desde o ano de 1934. Embora não mostre como era a produção total de arroz desse ano, em documentos encontrados na Fundação Araguarina de Educação e Cultura e organizados pela Prefeitura Municipal de Araguari (1934, p. 24), é relatado que "a última colheita de arroz do agricultor João da Cruz Machado, na fazenda Fundão, atingiu a 8.500 sacos. É esse o maior produtor de arroz em todo o estado de Minas Gerais".



FIGURA 4 – Pilha de arroz no pátio da máquina de beneficiamento da firma Antônio Lemos & Filhos. Praticamente toda essa produção era originária do Fundão.
Fonte: Fundação Araguarina de Educação e Cultura, 1934.

No QUADRO 2 é possível perceber que a maior produção de arroz em Araguari foi registrada no ano de 1950, mas, nos anos subseqüentes, essa produção caiu, drasticamente. O

uso “inadequado do solo”, por vários anos seguidos, provocou a perda de sua fertilidade natural. A carência de recursos técnicos para amenizar os impactos causados ao solo fez com que a cultura do arroz fosse praticamente interrompida. No dizer de Candido (1982),

> ...em caso de enfraquecimento do solo, associado à precariedade da técnica, era possível recorrer a novas terras, onde se recriavam as condições anteriores, não apenas de produtividade, como de isolamento, perpetuando a auto-sufuciência e tornando desnecessária a introdução de hábitos mais rigorosos de trabalho. (CANDIDO, 1982, p. 86).

No caso específico do Fundão a interrupção na produção comercial do arroz ocorreu em praticamente todas as propriedades. A prática de uma agricultura itinerante, como aponta Candido (1982), não era possível de se realizar, tendo em vista que nas demais áreas, que ainda não estavam ocupadas pela prática da agricultura, o relevo acidentado praticamente impossibilitava a sua utilização. Aliado a isso, a maioria das propriedades do Fundão já tinha donos, que foram obrigatoriamente levados a legalizá-las, como recomendava o Código Civil de 1916, o que impedia a ampliação da área cultivada por intermédio de novas ocupações. Com isso, o período de fartura, para os produtores de arroz, mostrava sinais de que chegara ao fim.

Podemos afirmar que o Fundão viveu o seu momento auge no início do século XX, e um dos principais motivos dessa euforia foi justamente a rizicultura. Os vales do rio Araguari e de outros canais fluviais, de menor volume d’água, como o do córrego Fundão, por serem áreas úmidas, eram as preferidas para o cultivo do cereal. A produção tinha destino certo, os cerealistas de Araguari, proprietários de máquinas de arroz, no município. Até a década de 1960, o arroz figurou como o mais importante produto agrícola do Fundão, para comercialização.

1.3.2 As olarias que abastecem a cidade

Quando se fala nesse período de euforia do Fundão, é impossível deixar de falar das olarias. Apesar de fazermos um estudo mais aprofundado sobre elas, no segundo capítulo, neste momento é importante falar delas para explicar essa euforia da qual estamos tratando.

O crescimento da urbanização da Vila de Brejo Alegre aumentou a demanda por materiais de construção, para que as habitações fossem erguidas. O primeiro sinal dessa necessidade foi um oficio feito pelo Sr. Joaquim Gonçalves Goulart, em 1885, no qual solicitava um terreno para a produção de adobos. O pedido foi aceito pela Câmara de Vereadores, que disponibilizou dois terrenos, para que o solicitante pudesse escolher. Com esta doação, nasce a primeira indústria da Vila. Os dois terrenos ficavam localizados próximos ao Brejo Alegre, onde hoje está localizada a avenida Coronel Teodolino Pereira de Araújo, região central de Araguari.

A partir do ano de 1885, as olarias se configuraram como uma das principais atividades produtivas do Fundão. Mesmo que a primeira não tenha se instalado na comunidade, a grande quantidade de argila, no vale do rio Araguari e córrego Fundão, fez com que elas, logo, fossem ali implantadas.

Já no início do século XX, essas olarias representavam as maiores empregadoras do Fundão e entre as maiores de todo o município de Araguari. A primeira a se instalar foi de propriedade do Sr. Manoel dos Santos e, até o ano de 1960, existiam aproximadamente 14 olarias, no Fundão.

Para fazer o escoamento da produção utilizavam-se, até a década de 1950, principalmente dos carros de boi; a partir da década de 1960, passou a ser comum o uso de caminhões, para fazer o frete. Quando se usavam os carros de bois, a produção era levada

diretamente para Araguari, ou até a estação Stevenson, e, da estação, a produção era transportada até os principais mercados consumidores em ascensão: as cidades de Araguari e Uberlândia. Com a intensificação do uso dos caminhões esse transporte, muitas vezes, era feito da origem diretamente ao destino.

O crescente processo de urbanização de Araguari leva alguns dos proprietários rurais do Fundão a aproveitarem a grande quantidade de argila nos canais fluviais que drenam a região. Esse fato fez da produção de tijolos, ao lado da produção do arroz, a principal atividade econômica da comunidade. Ao Fundão é atribuído o mérito de ter construído Araguari e de ter contribuído para a expansão urbana da cidade de Uberlândia. De acordo com o Sr. Diniz,

> [...] do Fundão vinha cerca de 50 mil tijolo todo dia pra Araguari... essas casas aqui é tudo tijolo lá do Fundão. Ocê vê essas casas boas e bonitas aí, os tijolo é tudo de lá. Do Sebastião Faria, Tijolo 51. Tem muito tijolo vendido aí. O Antônio Faria, meu irmão, tocou olaria lá no Fundão muitos anos. Teve uma época que ele fez 500.000 tijolo e entregou lá na Stevenson. Mas fez uma pilha de tijolo lá que ocê não avistava a estação não. Muitos perguntava: "mas o que é aquilo que ta lá na estação?" Tampou a estação lá! Isso tudo era pra por nos vagão [...] O Fundão construiu Araguari! Araguari não tinha casa aqui não! Tinha rancho aí oh! O Fundão tem uma importância muito grande, ora! (Informação verbal)[15].

Na fala, é possível perceber um sentimento de pertencimento de alguém que nasceu e cresceu no Fundão e que vivenciou um momento importante da história do lugar. O entrevistado deixa clara também a importância dessa atividade econômica para a economia, não só da comunidade, como também para Araguari. A indústria de tijolos viveu o seu momento áureo porque os novos municípios emancipados demandavam o produto para se desenvolverem.

Numa região que, desde sua demarcação como Sesmaria, sempre procurou sua vocação produtiva, as olarias pareciam ser a resposta tão esperada. Deixando de lado o fato de que o Sr. Diniz Farina tem suas origens no Fundão e que, por isso, seja natural que ele tenha

[15] Entrevista com o senhor Diniz Farina, realizada no mês de abril/2005 na cidade de Araguari – MG.

uma identidade com o lugar, fazendo com que ele valorize, de uma maneira explícita, as atividades produtivas desenvolvidas, inclusive, pela sua própria família, na comunidade, é possível interpretar que a expansão das olarias significou uma mudança na pacata rotina do Fundão. Antes delas, a movimentação de pessoas e mercadorias se restringia, basicamente, ao interior das propriedades, e seguia o ciclo da colheita agrícola. Com as olarias, era constante a circulação de pessoas e mercadorias pelas estradas, propriedades, portos e estação ferroviária.

Os dois produtores que o Sr. Diniz menciona na sua fala são seus irmãos mais velhos, Sebastião Faria e Antônio Farias, que comandavam duas das cinco maiores olarias do Fundão. Para diferenciar os tijolos e se saber a origem destes, cada um tinha a sua marca. No caso da olaria de Sebastião Faria, a marca do tijolo era 51, e a de Antônio Farias tinha as iniciais do seu nome como marca do tijolo (AF). Apesar da ausência de registros materiais históricos que comprovem a importância do Fundão, na sua fala o entrevistado quer deixar bem claro que o referencial é a grande quantidade de construções feitas com tijolos das olarias da comunidade. A euforia trazida pela produção dos tijolos marca a história do lugar.

Não seria exagero afirmar que, com a implantação das olarias, a ocupação e circulação de pessoas e mercadorias atingem seu auge, no Fundão. Contudo, a maioria das pessoas que vinha para a comunidade não adquiria terras, mas apenas vendia sua mão-de-obra. Isto mostra que as olarias motivaram uma ampliação no processo de ocupação, o que, entretanto, não alterou a estrutura fundiária da comunidade, ou seja, as propriedades não foram, necessariamente, divididas, compartimentadas.

Outro fator importante a ser mencionado é que, embora as olarias tenham intensificado a ocupação do Fundão, com a geração de novos empregos, tendo os trabalhadores que morar dentro das propriedades onde estavam localizadas as olarias, isto não resultou em ganhos significativos para eles, que não melhoraram sua renda e aumentaram sua dependência em

relação à cidade, para comprar a sua alimentação, já que não lhes era dado o direito de plantar a sua roça nas propriedades onde estavam localizadas as olarias.

No próximo capítulo veremos por que esse momento de intensa atividade econômica no Fundão não passou de uma euforia. Esse clima não se refletiu em satisfação para todos os agentes envolvidos nos processos produtivos instalados na comunidade. Seja durante a produção de arroz, já retratada neste capítulo, seja no processo de instalação das olarias, veremos que os ganhos não se refletiram em fartura para todos os sujeitos envolvidos no processo produtivo.

CAPÍTULO II - AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO FUNDÃO

Dando uma seqüência história para o nosso trabalho, faz-se necessário resgatar parte do contexto histórico que o Brasil estava vivendo, após a década de 1950, e traçar um paralelo com a realidade vivida pela comunidade do Fundão, no mesmo período.

A década de 1950 foi, para o Brasil, um período de crescimento da atividade industrial e conseqüente ampliação do processo de urbanização. Os reflexos eram sentidos diretamente no campo que, com investimentos governamentais, aumentou a mecanização e a produção agrícola, levando, em algumas situações, à expulsão do homem do campo, que viu sua mão-de-obra sendo substituída. Esta realidade mostra o meio rural sendo atingido e inserido, definitivamente, dentro de um contexto de produção capitalista, em que o objetivo principal acabava sendo produzir para abastecer as cidades, que se multiplicavam numa velocidade impressionante e cada vez mais acelerada.

Na cidade, cresce o setor comercial, que assumiu o papel de mediador na relação entre produtor e consumidor. O que era produzido casualmente, como excedente, sobretudo até o final do século XIX, para abastecer as vilas, povoados e cidades, passa a ser, na primeira metade do século XX, uma regra dentro do sistema capitalista. O rural é visto, neste período, basicamente como um anexo do urbano, ou seja, ao rural é atribuída a responsabilidade de produzir alimentos para abastecer as cidades.

A inserção do campo nos modos de produção capitalista aumentou a concentração fundiária, estimulou a monocultura para exportação e reduziu as possibilidades dos

trabalhadores sem posses conquistarem a propriedade da terra. A eles restava se submeterem às regras estabelecidas pelo capitalismo monopolista, na condição de força de trabalho, na maioria das vezes mal remunerada.

As reflexões que normalmente se faz acerca do processo de urbanização têm quase sempre, como ponto de partida, o advento da industrialização. O processo de industrialização é visto como a chegada do progresso, do desenvolvimento e da geração de riqueza. Chega-se ao ponto de todos acreditarem que não existe uma via de desenvolvimento que não passe pelo viés da industrialização.

A cidade aparece, dentro desse processo, como o lócus do desenvolvimento industrial. É lá que ele se efetiva. É lá que a riqueza é gerada e a vida transformada, em um ritmo alucinante. Essas afirmações levam-nos a acreditar que a cidade seria o único lugar para se vivenciar o progresso, o moderno e, em contrapartida, o campo seria o lugar para se vivenciar o passado, o tradicional, que muitas vezes é interpretado como sinônimo de atraso. O fato é que essas afirmações nos levam a ficar diante da apresentação de duas realidades desconexas. Para Marques (2002, p.104), "em geral a imagem comum do campo é associada ao passado, à tradição, aos costumes humanos e naturais e a cidade ao futuro, à modernização e ao desenvolvimento".

A idéia de que o rural e o urbano se apresentam como duas realidades distintas e opostas mostra uma concepção muito apregoada, não só pelo senso comum, mas também em alguns trabalhos científicos sobre o tema. Para Marques (2002), essa maneira de ver o rural e o urbano faz parte de uma concepção do modo de produção capitalista, que tem no segundo o lócus da produção e do consumo. Dentro dessa concepção, o moderno se inscreve no urbano, pois é nele que a produção e o consumo se realizam em plenitude. O rural seria, neste sentido, a periferia, o anexo desse modo de produção dominante, que valoriza, sobretudo, os núcleos urbanos, pela sua maior capacidade produtiva e de consumo. Ao campo caberia, simplesmente, o papel de suprir as carências alimentares dos citadinos.

Essa relação que se faz entre o rural do passado e o urbano do futuro é equivocada, por ignorar a interdependência entre os dois espaços. Segundo Martins (1975),

> [...] Pressupõem, pois, uma unilateral dependência do rural em relação ao urbano, que se "moderniza" e neste se integra apenas na medida em que consome os produtos e os estilos de vida da sociedade urbana. A relação e a dependência recíprocas estão aí negadas. Mesmo quando se pensa numa dependência contrária, do urbano em relação ao rural, tem-se em mente o estrangulamento da oferta de produtos agrícolas ao mercado urbano, ante uma demanda desproporcionalmente maior, atuando de modo inflacionário [...] (MARTINS, 1975, p. 05).

Para Martins (1975), a concepção que vem sendo apregoada é a de que o rural só se moderniza, ou se integra ao mundo moderno, se tiver possibilidades financeiras de consumir aquilo que é produzido pelo urbano. Diante dessa situação, o rural acaba sendo sempre o grande responsável pelos problemas urbanos, seja por não ter condições de consumir os produtos industrializados produzidos por essas áreas urbanas, seja por não conseguir produzir alimentos em quantidades suficientes para atender a crescente demanda das cidades. Ao rural seria, então, atribuída a responsabilidade de inflacionar os alimentos que são consumidos nos centros urbanos. Além disso, essa maneira de pensar o rural como passado e a cidade como futuro deixa de levar em consideração o presente, que na nossa concepção se constrói na vida cotidiana, nos afazeres diários que, na maioria das vezes, se revelam repetitivos e cansativos. Existem, nessa interpretação do rural e do urbano, homens que estão inseridos dentro do processo de produção capitalista e que a ele são submetidos, mas eles não se anulam diante daquilo que lhes é imposto, pois é necessário levar em consideração sua capacidade, não só de adaptação, mas também de superação das realidades impostas.

Sobre a busca de conceituar o rural e o urbano, Marques (2002) diz que,

> De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (MARQUES, 2002, p. 100).

Dentro dessa abordagem, que considera o espaço como "continuum", revela-se um rural que vem passando ou que passou por um processo de urbanização que se manifesta pela implementação de novas tecnologias, não só nos processos produtivos, mas também dos meios de comunicação, quebrando o isolamento que caracterizava as áreas rurais tradicionais, ou seja, anteriores a esse acesso às novas tecnologias. No dizer de Verde (2004),

> [...] O rural e o urbano devem ser entendidos como um *continuum*, uma vez que: o rural se urbanizou devido ao desenvolvimento e à aplicação de técnicas industriais na agricultura; existiu um "transbordamento do urbano para o rural" em termos culturais; existe um processo de valorização do apelo ambiental do rural pelos habitantes dos centros metropolitanos demandando e criando ocupações consideradas urbanas no rural; existência de um mercado de trabalho que possibilita à família rural obter outras fontes de renda além da agricultura; aponta, ainda, a existência de um aumento real da renda rural, conseqüência da participação das rendas oriundas da atividade não-agrícola (VERDE, 2004, p. 9).

Seja valorizando essa visão *dicotômica* ou a de *continuum,* na busca de definir o que é rural e o que é urbano não se pode negar a importância de se analisar a população e a densidade demográfica, além, é claro, dessas mudanças nos modos de vida que a implementação de novas tecnologias acaba trazendo, como conseqüência.

Diante disso, entendemos o processo de urbanização do Fundão partindo dessa abordagem do *continuum*, ou seja, um espaço rural que se urbanizou devido ao acesso ampliado às novas tecnologias (energia elétrica, rádio, televisão, telefone, veículos automotores, etc), mas também devido à perda populacional pela qual o Fundão passou, sobretudo após a década de 1960, e todas as transformações nos modos de vida e nas manifestações cultural-religiosas provocadas por esse processo. Segundo Verde (2004, p. 12), "a dimensão demográfica deve ser considerada no reconhecimento dos espaços rurais por refletir uma realidade particular determinada pela natureza das atividades, pela cultura e, fundamentalmente na relação diferenciada com a natureza".

Essa perda populacional, aliada às mudanças nos modos de vida, trazidas pela ampliação do acesso às novas tecnologias, leva-nos a pensar no surgimento de um "rural

transformado" que, apesar de não mudar em sua essência as culturas locais, aproxima-o do urbano, ainda que menos artificializado.

A expressão "ruralidade" tem sido usada, de forma corrente, no meio acadêmico, para designar esse "rural transformado", mais integrado ao urbano e, portanto, diferente daquele "rural tradicional", do período pré-industrial.

Embora o conceito de ruralidade ainda esteja em construção, são várias as tentativas de defini-lo. Dentre estas tentativas, Saraceno (1996), diz que:

> A ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Ainda que não contíguos, os territórios rurais compartem, de fato, algumas características comuns que no entanto não foram definidas de maneira clara nem no que concerne aos indicadores que devem ser utilizados, nem no que se refere ao limite que deveria distinguir o rural do urbano. Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. Com freqüência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão oficial empenhado nessa tarefa (Nações Unidas, OCDE, U. E., Escritórios de Estatísticas) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo limitado (SARACENO, 1996, p. 3).

Na fala de Saraceno (1996), chama a atenção o fato de ela considerar ruralidade como um conceito territorial marcado pela homogeneidade. Dá-nos a impressão que o termo ruralidade nada mais é do que uma tentativa de designar esse lugar de convergência entre aquilo que é rural e aquilo que é urbano. Essa seria uma forma de considerar, na análise, o que Verde (2004, p. 18-19) chama de "lugares mais ou menos rurais representando uma oportunidade de incluir, ampliar, absorver o que tem se mantido de fora, alargando horizontes, não naturalmente, mas dependentemente da decisão política de assim ser". De uma certa forma, isso quebra aquela visão *dicotômica* de se analisar e conceituar o rural e o urbano, pois um não elimina a existência do outro. Ela não se enquadra mais dentro da realidade de um mundo globalizado. Segundo Moreira (2003, p.7), "é possível falar de elementos de ruralidade na cidade, bem como, elementos da urbanidade em espaços rurais".

Diante disso, é possível considerar as ruralidades do Fundão que estão presentes na cidade de Araguari, como também das urbanidades de Araguari que se fazem presente no Fundão. A perda populacional sofrida pela comunidade estudada, após década de 1960, mudou os modos de vida, mas não eliminou as práticas culturais.

Podemos dizer que as ruralidades do Fundão se fazem notar, de maneira especial, na representatividade que tem o lugar para as pessoas que, apesar de não viverem mais lá, ainda hoje participam das manifestações cultural-religiosas que são realizadas na comunidade e reproduzem valores vivenciados e apreendidos no Fundão. A religiosidade, manifestada pela fé nos santos padroeiros (Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião), bem como o patrimônio cultural edificado, presente na comunidade, contribuem para a manutenção das identidades e, conseqüentemente, para a reprodução do lugar.

Esses traços de ruralidades do Fundão nos remetem àquilo que Moreira (2003) considera, nas diferentes noções de rural e de ruralidades, como sendo a "proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais". Esta questão do sentir-se parte faz com que essas ruralidades estejam, intrinsecamente, presentes nos membros da comunidade, estejam eles vivendo ou não no Fundão, e é o que move a continuidade de participação nos eventos festivo-religiosos, fato este que veremos, em profundidade, nos próximos capítulos.

O processo de industrialização e expansão urbana pelo qual passavam as cidades de Araguari e Uberlândia, após a década de 1950, trazia mudanças na vida da comunidade rural do Fundão, que mais tarde viriam a ser traduzidas nessas ruralidades e urbanidades que o caracterizam. Essas mudanças se fizeram notar, primeiramente, nos processos produtivos ali implementados. De um lado, seus habitantes conviviam com o declínio da produção de arroz e de outras culturas comercialmente importantes, especialmente pelo empobrecimento do

solo, obrigando-os a mudar de atividade produtiva ou a se transferirem para a cidade; por outro, a pecuária leiteira e a produção de tijolos eram vistas como boas alternativas para superar esta situação. Nesta perspectiva, a pecuária mereceu destaque, por exigir poucos gastos, se comparada com a agricultura, e também as olarias, por causa da crescente demanda por tijolos nas áreas urbanas mais próximas e pela abundante presença de argila nos vales dos seus canais fluviais.

Essa capacidade de adaptação e superação das dificuldades é percebida, na história da comunidade do Fundão, desde sua ocupação. As limitações impostas pelas características naturais, como, por exemplo, o relevo acidentado e a baixa fertilidade do solo, mais acentuadamente nas áreas mais distantes dos vales fluviais, fizeram com que os araguarinos do Fundão desenvolvessem processos produtivos que suas possibilidades financeiras permitiam. Os membros da comunidade sempre buscaram a superação dos momentos de crise, para continuar se reproduzindo no lugar.

Se, por um lado, as características naturais não eram muito favoráveis para a prática da agricultura, por outro ela oferecia possibilidades de reprodução, a partir da exploração da argila, para a produção de tijolos. Como se vê, o rural, visto do ponto de vista da comunidade do Fundão, diferencia-se das outras áreas rurais tipicamente agrícolas, pois nele se efetiva um processo industrial, por meio da instalação das olarias.

Com isso, quando analisamos o processo de ocupação do Fundão, percebemos que as mudanças foram constantes, inclusive no cotidiano das pessoas. No entanto, o cotidiano não pode ser interpretado como algo estático, não sujeito a mudanças, ou seja, rotina pura e simples, justamente pela capacidade de reagir do homem. Para Lefebvre,

> [...] ele seria algo mais: não uma queda vertiginosa, sem um bloqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade, etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p. 20).

Mesmo diante da imposição de um cotidiano que não o agrada, por ser penoso, sofrível nas suas particularidades, o homem cotidiano pode, por vezes, sair da rotina imposta.

Nos momentos em que os produtores rurais do Fundão tiveram que superar situações adversas, o cotidiano foi alterado. O ciclo anual de preparo da terra, do plantio, da colheita, do transporte, e ainda, a preparação das festas, as celebrações religiosas, a saída do homem do campo, a chegada para trabalhar nas olarias, enfim, tudo que envolve o dia a dia foi sofrendo modificações, com a intensificação do processo de urbanização. A vida cotidiana das pessoas era composta pela penúria e carência de recursos, mas também pela fartura, alegria e satisfação de desejos. No cotidiano, a administração do tempo se apresentava pela capacidade que os produtores tinham de se organizar na realização das tarefas necessárias à produção de sua subsistência. Segundo Lefebvre (1991),

> [...] O estudo da vida cotidiana [...] Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Os processos produtivos, aos quais a busca da sobrevivência humana estão intimamente ligados, sofreram e continuam a sofrer com as conseqüências provocadas pela modernidade. Essa modernidade é vista por Lefebvre (1991, p. 31) como sendo aquilo que traz “o signo do novo e da novidade: o brilho, o paradoxal marcado pela tecnicidade ou pelo mundano”.

O desenvolvimento das técnicas produtivas provocou uma verdadeira revolução nos modos de vida das populações. A aceleração do processo industrial e da urbanização fez com que os modos de vida tradicionais, ligados ao rural, fossem aos poucos sendo modificados. Diante de todas essas transformações trazidas pela modernidade, Lefebvre (1991) diz que:

> [...] Nossa vida cotidiana se caracteriza pela nostalgia do estilo, por sua ausência e pela procura obstinada que dele empreendemos. Ela não tem estilo e, apesar dos esforços para se servir dos estilos antigos ou de se instalar nos restos, ruínas e lembranças desses estilos, fracassa na tentativa de criar um estilo próprio. A tal ponto que se pode distinguir e até opor *estilo* e *cultura* (LEFEBVRE, 1991, p. 36).

O homem cotidiano, no limiar do século XXI, encontra-se à procura de uma identidade onde o nostálgico se ergue como uma arma para sua manutenção, numa sociedade industrial e do consumo. Essa identidade encontra-se perdida ou em vias de entrar no esquecimento, por parte dos que hoje ainda se identificam com ela. Podemos dizer que os frutos da modernidade embriagaram as culturas locais com estilos de vida que, aos poucos, demonstraram a necessidade de adaptações.

Diante de todas essas transformações e necessidade de adaptações, trazidas pelo processo industrial, que exalta o urbano, faz-se necessário refletir a respeito da vida cotidiana, no espaço rural. Desse modo, decifrar e mostrar os modos de produção e as relações sociais, envolvidos nesse processo, permitiu-nos conhecer a comunidade rural do Fundão.

Refletindo a respeito do processo de transformação dos ciclos produtivos, o objetivo do segundo capitulo será desvendar como a comunidade rural do Fundão se torna um anexo da urbanização de Araguari. Para isso, faremos um estudo dos processos produtivos implementados na comunidade, a partir da década de 1950, partindo, sobretudo, da vida cotidiana. Entendemos que toda mudança traz, como conseqüência, uma alteração nos modos de vida, o que se reflete diretamente nas relações sociais que são estabelecidas no lugar. Diante disso, a euforia descrita no final do primeiro capítulo nos remete, agora, a uma outra etapa da pesquisa, ou seja, a de compreender os momentos de exaltação e de fartura.

2.1 O declínio da agricultura aponta para outras possibilidades

Depois de apresentar bons resultados na produção de arroz (1920-1960), o Fundão se vê numa situação de mudança no processo produtivo. O empobrecimento do solo e a falta de recursos para investir na sua correção e mecanização da produção leva a maioria das propriedades rurais da comunidade a optar pela pecuária leiteira. Mas a pecuária leiteira, por si só, não conseguia manter as propriedades e, diante disto, os proprietários se viam na situação de terem que ampliar as possibilidades de produção. Segundo Maria Consuelo, no final da década de 1950, o que predominava no Fundão era,

> [...] basicamente [...]a pecuária[...] principalmente leiteira. O capim que tem lá, o pasto é tão ruim que pra corte é muito difícil [...] meu pai nessa época fazia doce de leite lá, é o gado leiteiro. Produzindo leite e fazendo alguma coisa desse leite mesmo. Então a gente fazia doce de leite. Meu pai fez doce de leite em torno de vinte oito anos. Então esse doce de leite era feito por nós. Nós íamos pra lá pra fazer. Vendia aqui e vendia em Uberlândia (informação verbal)[16].

Na entrevista, Maria Consuelo retrata uma realidade vivenciada por ela, que nasceu no Fundão. A entrevistada tem como parâmetro a propriedade da família que, depois de ter atingido produção destacada de arroz, por aproximadamente trinta e sete anos, se viu numa situação de dificuldades, necessitando urgentemente ampliar as possibilidades de produção para prover o sustento da família. O esgotamento do solo levou seus pais a cultivarem, basicamente, a mandioca, e a se dedicarem, quase que exclusivamente, à pecuária leiteira. Do leite que era produzido, retirava-se apenas uma pequena parte para o consumo da família, e, com o restante, fazia-se doce de leite, que era vendido, juntamente com a mandioca, na cidade de Araguari. As vendas do doce foram aumentando, fazendo com que, além de consumirem toda a produção de leite da fazenda, começassem a comprar de alguns vizinhos e,

[16] Entrevista com Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, realizada no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

principalmente, de outras comunidades rurais. A rotina de trabalho exigia grande esforço; levantavam-se todos os dias por volta das quatro horas da manhã. Os filhos, que já nesta época estudavam na cidade, dormiam em Araguari, iam cedo pra escola, mas às 11 horas tinham que estar na fazenda, para ajudar os pais na produção do doce. O trabalho só se encerrava depois das 18 horas. Depois desta jornada, os filhos iam para a cidade – já que tinham que freqüentar a escola no outro dia de manhã - e até as 21 horas o restante da família ia dormir, para recomeçar tudo novamente, no outro dia.

Mesmo utilizando-se de toda a mão-de-obra familiar, não era possível dar conta de todo o trabalho da fazenda. Diante disto, a família recorria à contratação de três empregados, que ajudavam na ordenha, cuidavam do gado, carregavam os tachos pesados de doce e ajudavam também no seu preparo. Dos cinco filhos, os dois mais velhos eram os que mais se envolviam nas tarefas diárias da fazenda. Nos dias de maior produção, a família chegou a produzir doce utilizando-se de mais de dois mil litros de leite. Em cada tacho eram colocados cerca de 200 litros, sendo necessárias duas "boca de fogo", para cada um deles. Tudo isso era feito em um único galpão, que ficava na sede na fazenda. Durante aproximadamente quatro horas, todos tinham que cuidar do seu tacho, sempre tomando cuidado para não deixar o doce empelotar; a única solução era mexê-lo o tempo todo, para que ele não subisse e ganhasse consistência. Ao pai cabia, também, a tarefa de fiscalizar o trabalho da família e dos demais funcionários. Segundo Maria Consuelo,

> [...] bater o meu pai não batia não, mas ele era de falar, e eu destetava a falação. Ele ficava dando a bronca perto de outras pessoas, aquilo era uma coisa que me incomodava muito. Os nossos tinham que ser o melhor e ele nunca elogiava. Não elogiava [...] a gente fazia aquilo sem parar e não tinha uma hora que ele não chegava perto e falava assim: "olha essas beiradas cheia de pelota!" (informação verbal)[17].

[17] Entrevista com Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, realizada no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

Se já não bastasse o árduo trabalho que o próprio processo produtivo dos doces requeria, todos eram obrigados a conviver com um calor quase insuportável, dentro do galpão, com todas aquelas fornalhas em funcionamento, durante as quatro horas necessárias para que o doce ficasse pronto e pudesse ser retirado. Os tachos que ficavam sob a responsabilidade dos filhos tinham que ser os melhores. Isso era para servir de exemplo para os demais funcionários. Não se admitia que a qualidade do doce ficasse comprometida por falha de quem o preparava, já que os custos da produção eram altos e a menor possibilidade de ter a mercadoria recusada, pelos compradores, apavorava o dono da propriedade familiar.

O processo produtivo da fazenda impunha uma rotina de trabalho diária árdua e extremamente cansativa. Os pais não tinham escolha, pois para prover o sustento da família, submetiam-se ao árduo trabalho e, não podendo abrir mão do trabalho familiar, obrigavam os filhos, ainda crianças, a ajudarem na produção. As crianças começavam a trabalhar muito cedo. Com oito a dez anos de idade já iniciavam sua labuta diária nas tarefas da fazenda, sendo obrigadas a levantar antes do sol nascer. Essa história só começou a ser mudada quando começaram a freqüentar a escola. Mas, para Martins (1973),

> No meio rural, a concomitância da escolarização com o trabalho produtivo...não é apenas um aspecto distintivo da inserção da escola na vida da sua população. É imposição, igualmente, das condições de existência e das representações que as integram coerentemente num modo de vida (MARTINS, 1973, p. 85).

A necessidade de freqüentar a escola surge de uma realidade puramente urbana, mas sua influência, sobretudo, após a década de 1950, passa a transcender os limites do sítio urbano, atingindo o modo de vida camponês, na área estudada. A educação se constitui, a partir desse momento, como essencial para a vida dos citadinos, mas para os camponeses ela nada mais é do que um valor urbano que é transferido para o rural, sendo por eles assimilados, sobretudo pela imposição das duras condições de subsistência.

No Fundão, a freqüência à escola era vista pelas crianças como uma possibilidade de se livrar, pelo menos por algumas horas, do trabalho pesado, ao qual eles eram necessariamente submetidos. Contudo, as idas diárias para a cidade não os isentavam de ajudar nos trabalhos do campo.

Diante disto podemos perceber que o trabalho infantil nas áreas rurais era uma prática comum e extremamente necessária, pois desonerava a família e possibilitava ampliar a produção dos excedentes, que eram comercializados nas cidades mais próximas, Araguari e Uberlândia. Apesar de sentirem a falta da importante ajuda dos filhos, durante o período em que eles estavam estudando, os pais viam na escola uma possibilidade de ascensão social, ou seja, a esperança de que os filhos tivessem uma melhor sorte no futuro, não passando pelas mesmas dificuldades por eles enfrentadas.

Durante as férias escolares, as crianças passavam na fazenda o período integral. O trabalho penoso não era visto com bons olhos por elas, pois as férias, que eram para descansar e aproveitar para a prática do lazer, eram vivenciadas com uma carga dobrada de trabalho. Dessa forma, contavam-se os dias para que as aulas recomeçassem. Nesse comportamento, tem-se um aspecto interessante sobre a freqüência escolar, pois a educação não era valorizada pela criança como possibilidade de ascensão social, mas sim como uma saída do cotidiano difícil, que o trabalho do campo impunha. Contudo, isto não significa uma negação do modo de vida rural, mas sim, uma ampliação da influência dos valores urbanos na vida camponesa. Esses valores eram passados, não só pelos professores, mas também pelos colegas de classe, durante as quatro horas diárias em que eles permaneciam dentro da instituição.

Podemos, com isto, afirmar que o processo de urbanização, pelo qual passava o Fundão neste período, foi influenciado também pelos valores que eram ensinados nas instituições educacionais da época, valores que eram balizados por uma ótica capitalista de produção. Dentro dessa ótica, a educação era vista pelos camponeses como uma defesa para

as surpresas que muitas vezes os acontecimentos impunham à cotidianidade local, como, por exemplo, as mudanças radicais nos sistemas produtivos das propriedades, que levaram ao estreitamento nas relações comerciais com o urbano, para produzir os meios de subsistência. A produção de tijolos, do doce de leite e demais produtos agropecuários, que eram comercializados na cidade, passou a impor, aos membros da comunidade do Fundão a necessidade da alfabetização e conhecimento das operações básicas da matemática, para não correrem o risco de ser enganados nas negociações com os citadinos.

Gradativamente, a ampliação da influência da cidade de Araguari, no Fundão, começa a interferir nos modos de vida das pessoas. Na medida em que as crianças iam crescendo e passando para etapas seguintes do processo escolar, começa a crescer também o período de permanência delas na cidade. Segundo Dona Florizete,

> [...] A gente veio pra cá, eles já tava na idade de estudar. Lá na roça era difícil pra estudar. Tinha professora que não parava lá.Não tinha escola que prestasse. Aí ele comprou aqui, uma casinha aí, a gente veio pra cá e eu fiquei com os meninos...os menino já, dois já tava indo pra escola [...] (informação verbal)[18].

A educação dos filhos foi mencionada por várias pessoas como sendo o motivo principal da saída das famílias do Fundão. Contudo, duas escolas chegaram a funcionar na comunidade. A primeira delas foi a Escola Afonso Arinos, que começou a funcionar no ano de 1945, na fazenda Fundão do Sr. Antônio Farias. A iniciativa de abrir a escola foi do próprio Sr. Antônio, cuja finalidade principal era atender aos filhos dos funcionários da fazenda e, conseqüentemente, a toda a comunidade. No ano de 1948, ela é municipalizada e passa a se chamar Escola Municipal Afonso Arinos. A partir desse momento, a Prefeitura de Araguari começou a arcar com as despesas da escola, sobretudo com o salário do professor. A Sra. Maria Farias, filha do Sr. Antônio, chegou a ser aluna da escola e, em 1959, começou a atuar também como professora. Em 1960, por iniciativa da Prefeitura, começa a funcionar

[18] Entrevista com a Sr. Florizete Montes Farina, esposa do Sr. Diniz Farina e irmã do Sr. João Montes, ambos já citados neste trabalho, realizada no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

outra escola, na Capela do Fundão, e a Sra. Maria é convidada para trabalhar também ali, onde permaneceu por poucos meses. Em 1970, a Escola Municipal Afonso Arinos foi transferida para a estação ferroviária Stevenson. Segundo a Sra. Maria,

> A transferência da escola para a Stevenson aumentou o número de alunos. Ela ficava em um lugar de mais fácil acesso, já bem próxima da rodovia. Tinha muitos alunos! A mudança da escola da fazenda pra Stevenson foi bom pra escola da Capela, porque elas ficaram mais distantes uma da outra, e pro pessoal que ficava na baixada do rio, que tinha que vir e subir pela capela pra chegar a escola era muito difícil (informação verbal)[19].

A entrevistada fala com muito entusiasmo desse período. A mudança da escola para a estação Stevenson facilitava o acesso dos alunos, por estar nas margens da rodovia BR 050, entre Araguari e Uberlândia, diminuindo a distância para quem morava naquela região localizada próxima à margem esquerda do córrego Fundão, bem como do outro lado da rodovia, que os moradores consideram como comunidade do Buracão. Para a entrevistada, a facilidade do acesso e a manutenção das duas escolas eram fundamentais, pois, até então, a comunidade tinha que conviver com a grande evasão escolar, sobretudo por causa das distâncias que os alunos tinham que percorrer, aproximadamente cinco quilômetros, antes da mudança da escola.

É necessário dizer que, apesar de as duas escolas que existiram no Fundão terem sido municipalizadas, era comum os fazendeiros da comunidade contribuírem na infra-estrutura, principalmente com doações de mesas e cadeiras. A falta de professores para acompanhar as duas escolas, aliada à grande evasão escolar, fazia com que a escola, que funcionava na capela, ficasse longos períodos sem funcionamento. Diante dessa situação, as duas escolas rurais da comunidade que, em tese, deveriam motivar a permanência dos filhos dos produtores rurais no campo, devido à carência de infra-estrutura, mão-de-obra e implantação das séries

[19] Entrevista com a Sra. Maria Farias, filha do Sr. Antônio Farias, realizada no mês de agosto de 2005, na cidade de Araguari – MG.

seqüenciais, contribuíram para o inverso, ou seja, a saída das crianças e, posteriormente, das famílias, para a cidade.

Além da necessidade de estudar, outros fatores foram fundamentais para a saída gradativa das pessoas do Fundão. Como já sabemos, o processo de ocupação do lugar se intensificou, no início do século XX (1900 – 1930). Muitos dos que chegaram nesta fase, já na década de 1950 – 1960 faleceram, e as propriedades foram distribuídas entre os herdeiros. Destes, alguns não preservaram a posse da propriedade herdada, sendo que os que não venderam para parentes negociaram com outros, que nem sempre tinham ligação com o lugar. A conseqüência imediata disto era a paulatina mudança para a cidade.

O que se percebe, dentro deste contexto, é que os mais velhos, os desbravadores do Fundão, por assim dizer, não deixaram o lugar por vontade própria. Aqueles que não morreram foram levados a deixar o lugar por insistência dos filhos e netos. Estes, já morando na cidade e preocupados com a saúde daqueles, convenciam-nos a mudarem para a cidade, facilitando o acompanhamento de seus progenitores.

Aos poucos, as idas até a cidade, que antes se resumiam aos finais de semana, passaram a ser diárias. A educação dos filhos levou, paulatinamente, os descendentes dos primeiros moradores do Fundão a comprar e manter outras residências, na cidade. No início, apenas os filhos se deslocavam, todos os dias, para a cidade. Depois foi a vez de a mãe dividir o seu tempo entre os afazeres da fazenda e o cuidado com os filhos, até que a situação começou a ficar insustentável e toda a família acabava fazendo a mudança definitiva para a cidade. Nestas circunstâncias, quando a propriedade familiar não era vendida, ela passava a funcionar como uma espécie de segunda residência, mas de onde a família ainda retirava a sua subsistência. Para muitos era difícil se desfazer do patrimônio familiar e ainda perder o contato com toda aquela paisagem, que já fazia parte do seu cotidiano.

Desse modo, podemos afirmar que o Fundão, a partir da década de 1950, começou a passar por um processo de urbanização (êxodo rural e alteração dos modos de vida) que não se refletiu, necessariamente, na imediata transferência de tecnologia para o campo, promovendo a modernização dos processos produtivos e a conseqüente recuperação dos solos, cansados pela intensa exploração no cultivo do arroz. Isto ocorreu, sobretudo, pela falta de recursos de grande parte dos proprietários rurais do Fundão, aliada a dificuldades de concessões de empréstimos para o pequeno proprietário, pois as propriedades rurais do Fundão se compartimentaram e vários produtores vivenciaram a necessidade imediata de mudar ou ampliar a produção das propriedades rurais.

Como já foi dito anteriormente, o processo de urbanização do Fundão foi marcado pela ampliação da influência da cidade de Araguari. O aumento da urbanização de Araguari, em direção ao sul do município, encurtou a distância entre o Fundão e o núcleo urbano da cidade. Com isto, os acessos foram facilitados e a manutenção das escolas, na comunidade, interrompida pelo poder público municipal, alterando o cotidiano e aumentando a dependência do lugar, em relação à cidade de Araguari.

Neste processo de mudanças alguns valores, que antes eram puramente urbanos, começaram a ser colocados como essenciais para o rural, como, por exemplo, a educação escolar. Como já sabemos, a saída das pessoas da comunidade foi motivada, inicialmente, justamente pela necessidade de estudar. Apesar de iniciativas isoladas terem instalado, já na década de 1940, a primeira escola da comunidade, a infra-estrutura e demais condições que eram oferecidas não foram suficientes para manter as crianças estudando no campo.

As idas e vindas das crianças para a cidade, se por um lado reduzia a mão-de-obra familiar das fazendas, por outro era uma esperança de um futuro melhor. Esse contato ampliado dos camponeses com o urbano, gradativamente, foi ampliando também a influência

dos valores citadinos no rural, pois, embora as crianças não perdessem sua essência rural, os anseios e objetivos do urbano já as seduziam e não deixavam de influenciar os pais.

A dura rotina do trabalho no campo, apesar de ser vista pelos mais velhos com muito saudosismo, para as crianças, que já sofriam essa influência da vida urbana, era penosa, e roubava o tempo que podia ser dedicado à diversão e ao estudo. Gradativamente, o estilo urbano de viver, aliado às dificuldades de se manter no campo, foi levando a um considerável fluxo migratório em direção à Araguari, depois da década de 1950, que, aqui, consideramos como um divisor de águas, na história do Fundão.

Embora, nessa década, as dificuldades e novas necessidades tenham provocado a saída de pessoas do Fundão, por outro lado, neste mesmo período, o lugar recebeu um fluxo considerável de pessoas, provenientes da cidade e de outras comunidades rurais. O fato é que as propriedades que ficavam mais distantes dos principais canais fluviais, o rio Araguari, o córrego Fundão e Capelão da Gengibre (MAPA 3), não tinham a possibilidade de extrair argila para produção de tijolos. Segundo Maria Consuelo, seu "pai só não partiu para o ramo de olaria porque suas terras estavam distantes do lugar onde se encontrava a argila para fazer tijolo[20]". Em praticamente todas as propriedades que se encontravam próximas aos lugares de extração da argila, a produção de tijolos foi aos poucos se tornando a principal atividade produtiva e uma saída, ainda que momentânea, para as dificuldades financeiras que por eles estavam sendo enfrentadas.

Podemos dizer que os fluxos maiores de pessoas que abandonavam o Fundão eram, sobretudo, provenientes dessas propriedades rurais, que não tinham em suas terras a presença da argila, necessária para o fabrico dos tijolos. Nas décadas de 1950 e de 1960 temos, então, duas realidades distintas dentro da comunidade: a dos fazendeiros que, por imposição de suas condições financeiras e das características físicas das propriedades, ampliaram sua relação

[20] Entrevista com Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, realizada no mês de agosto de 2005, na cidade de Araguari – MG.

com o urbano para garantir sua subsistência, e os fazendeiros que tinham propriedades nas áreas de exploração de argila que, motivados pelo crescimento urbano, sobretudo de Araguari e Uberlândia, investiram na produção de tijolos e atraíram um grande fluxo de trabalhadores das fazendas vizinhas, da cidade de Araguari e de outras comunidades rurais. Tem-se, dessa forma, a emigração nas áreas mais distantes dos canais fluviais e imigração nas propriedades próximas a eles. Mas ambas são reflexos do processo de urbanização, de ampliação da influência do urbano, no Fundão. As pessoas saíam, facilitadas pela proximidade com cidade de Araguari, pela necessidade de estudar e pela ampliação da influência do modo de vida urbano, mas, por outro lado, chegavam para trabalhar nas olarias visando atender à crescente demanda por tijolos das cidades da região, que ampliavam rapidamente seus sítios urbanos e utilizavam-se dos tijolos que estavam sendo produzidos no Fundão.

2.2 A produção de tijolos: a outra realidade do Fundão

O início da industrialização de Araguari começou, como já vimos, com a produção de adobos, no ano de 1885. Essa primeira unidade industrial, que se localizava bem próxima da então Vila do Brejo Alegre, com o tempo, ficou insuficiente para atender ao aumento da demanda por esse material, na cidade. Quando os tijolos começaram a substituir os adobos, o número de olarias também é ampliado. O mais interessante disso tudo é, justamente, a ampliação dessa produção, em direção à comunidade rural do Fundão.

O Fundão, possuindo em abundância a matéria-prima necessária para produção dos tijolos, passou a ser, já no início do século XX, o maior produtor de tijolos de Araguari. Podemos

dizer que a presença da argila e a ampliação do sítio urbano de Araguari e Uberlândia motivaram um processo de industrialização do Fundão. É intrigante o fato de que, naquele momento, a maior parte das olarias instaladas no município estavam nessa localidade, que não se poderia considerar como parte integrante do urbano, mas que se industrializava em função dele.

A mudança, no cotidiano das pessoas, foi imediatamente sentida, pois o fabrico de tijolos, sobretudo naquela época, era uma atividade produtiva que requeria um grande número de mão-de-obra, o que aumentava a circulação de pessoas e de mercadorias em toda a comunidade, aumentando também o fluxo de participação dessas pessoas nas festividades comunitárias.

As primeiras olarias foram ali instaladas já nos primórdios do século XX. A precursora foi a do Sr. Manoel dos Santos, da qual não se tem conhecimento do ano em que entrou em operação e nem do ano exato em que deixou de funcionar. Os fazendeiros, observando o sucesso econômico dessa primeira, pouco tempo depois instalaram outras, de forma que, até a década de 1950, pelo menos mais três olarias já estavam funcionando: a do Sr. Agenor Correia de Melo, a do Sr. Antônio Farias e a do Sr. Sebastião Faria.

TABELA 1
Relação de olarias presentes no Fundão até a década de 1960

MARCA DO TIJOLO	PROPRIETÁRIO	NÚMERO DE PIPAS	NÚMERO MÍNIMO DE EMPREGADOS	NÚMERO MÁXIMO DE EMPREGADOS
Desconhecido	Manoel dos Santos	01	05	10
51	Sebastião Faria	03	15	30
44	Agenor Correia de Melo	01	05	10
55	Agenor Correia de Melo	01	05	10
31	Manoel Oliveira Gomes	01	05	10
31	Manoel Oliveira Gomes	03	15	30
AF	Antônio Faria	02	10	20
Desconhecido	João Antônio de Melo	01	05	10
IM	Irineu Montes	01	05	10
TOTAL	**07**	**14**	**70**	**140**

FONTE: Pesquisa de Campo.
Autor: Borges, Jhonny de Oliveira. (2005).

Todo tijolo tinha que ter uma marca. Era ela que indicava a origem, ou seja, em qual olaria ele havia sido produzido. Apesar de não haver muita diferença nos preços que eram praticados na comercialização, a qualidade do tijolo era o diferencial. Quando os tijolos quebravam com facilidade, o indicador maior seria o de que, durante o seu processo produtivo, havia sido agregada uma grande quantidade de solo, em relação à quantidade de argila necessária para sua produção. A durabilidade desse tijolo era bem menor do que a daquele no qual o fabricante que utilizava basicamente a argila.

Quando perguntados, os araguarinos se lembram das olarias, nem tanto pelo nome do proprietário, mas sim pela marca do tijolo. É incomum os moradores mais antigos, não só do Fundão, mas também da cidade de Araguari, não se lembrarem das Olarias 51, AF e da 31. Filhos do patriarca Ricardo Farina, Sebastião Faria, dono da olaria 51, e Antônio Farias, da olaria AF, tornaram-se, ao lado do Sr. Manoel Oliveira Gomes, da olaria 31, os maiores produtores de tijolos de Araguari, naquele período, chegando juntos a empregar até noventa trabalhadores, conforme mostra a TAB. 1.

Com exceção da marca AF e IM, iniciais de Antônio Farias e Irineu Montes, respectivamente, proprietários de olarias, não se sabe o que motivou as demais marcas. Alguns entrevistados disseram que o uso de números, para designar a marca dos tijolos, era para homenagear alguém ou para lembrar alguma data importante para a família do proprietário, ou, ainda, para registrar o ano em que a olaria iniciou as suas atividades.

Dos sete proprietários de olarias identificados durante a pesquisa, apenas não foi possível saber a marca de duas, a do Sr. Manoel dos Santos e a do Sr. João Antônio de Melo. Sobre isso, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que a memória muitas vezes trai, pois muitos já não conseguem mais lembrar com exatidão dos fatos que ocorreram em um passado relativamente distante, ainda que eles tenham, de alguma forma, vivenciado-

o. Somado a isso, atribuímos a não lembrança das marcas dos tijolos, também, à pouca expressividade produtiva destas, em relação às demais.

Independentemente da marca do tijolo, a "pipa" era essencial, no processo produtivo. O termo "pipa" era atribuído ao equipamento onde se colocava a argila, para ser amassada. Segundo o Sr. Sebastião,

> ...cada pipa é considerado uma olaria...A pipa é onde amassa o barro pra fazê o tijolo. Parece um Engenho, só que ela tem umas faca dentro. É como uma caixa grande e, ali dentro, trabalha as faca. A pipa roda puxada a animal. A pipa roda e amassa o barro, e o barro vai pra uma pocinha que tem do lado e dali ele já sai pronto pra fazê o tijolo. (Informação verbal)[21].

O Sr. Sebastião é neto do Sr. Agenor Correia de Melo, dono da olaria 55. Na sua fala, ele deixa claro que, depois da argila, a pipa era muito importante para se obter qualidade dos tijolos no processo produtivo. Para os oleiros, cada pipa era considerada uma olaria. Diante disto, até a década de 1960, foram registradas quatorze pipas, o que, segundo os oleiros, seriam quatorze olarias.

A geração de emprego, devido a esta atividade, até a década de 1970, fez do Fundão uma das maiores áreas empregadoras do município de Araguari. Segundo o entrevistado, em períodos de produção normal, onde a procura por tijolos não era tão grande, cada pipa exigia a contratação de cinco empregados, ou seja, cada olaria empregava, no mínimo, cinco pessoas; já nos períodos de grande demanda, esse número de empregados por pipa dobrava. Na TAB. 1, podemos observar que, nos períodos de baixa produção, não se empregavam menos de setenta pessoas e, durante o período de maior demanda, esse número subia para cento e quarenta.

Os períodos de baixa e alta produtividade eram determinados, principalmente, pelo ciclo da natureza, semelhante ao que acontece com a prática agrícola. Sendo o cerrado

[21] Entrevista com o Sr. Sebastião Cândido de Melo, realizada no mês de julho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

brasileiro marcado por duas estações bem definidas, um inverno seco e um verão chuvoso, e estando o Fundão localizado nesse bioma, o período de maior produção era de junho a agosto, ou seja, durante o inverno, onde os baixos índices pluviométricos facilitavam a vida de quem precisava construir e também para quem precisava vender os tijolos. Já durante o verão, ocorria o inverso, o excesso de chuvas atrasava as obras que porventura estivessem sendo implementadas, sobretudo nas áreas urbanas, refletindo diretamente na produção de tijolos e na mão-de-obra empregada. Isto quer dizer que o número de empregados aumentava durante o inverno e reduzia-se durante o verão.

Cada olaria funcionava como uma pequena vila, pois algumas moradias eram construídas próximas às pipas, para abrigar a família dos oleiros. A intenção era fazer com que os funcionários gastassem o mínimo de tempo possível com os deslocamentos e, assim, dedicar mais tempo à produção dos tijolos.

Em todas as unidades produtivas, as casas tinham basicamente o mesmo padrão. Elas eram construídas com tijolos feitos pelas próprias olarias, assentados com o uso de barro. As paredes não recebiam reboco, o piso era feito de terra batida e possuíam de dois a três cômodos; isto sem contar o banheiro, mais conhecido como fossa, que ficava de cinco a dez metros afastado das casas.

Cada olaria tinha de cinco a dez casinhas, que ficavam localizadas próximas umas das outras e, geralmente, o oleiro trazia toda a família para morar com ele. Durante a labuta diária, os filhos mais velhos e as esposas, por vezes, ajudavam no processo produtivo, o que proporcionava uma renda adicional para a família.

Antes da inauguração da estação ferroviária Stevenson, praticamente toda a produção das olarias era transportada por carros de boi. Após o ano de 1937, quando é inaugurada a estação, sua própria localização (MAPA 3), próxima da rodovia BR 050, entre os municípios de Araguari e Uberlândia, facilitou o escoamento da produção, que era levada até ela e de lá transportada, pelo trem, até os clientes da cidade de Araguari e Uberlândia.

Contudo, toda essa euforia, relacionada à produção de tijolos, não se refletia em beneficio para todos os agentes que estavam envolvidos no processo produtivo das olarias. Segundo o Sr. Sebastião,

> [...] as olarias dava muita fartura de tijolo porque de dinheiro não dava não [...] O proprietário ganhava bem. Mas quem trabalhava, os funcionários, ganhava muito pouco, muito pouco. A tabela de pagar [...] porque lá pagava tudo por tabela, era muito pouco, era barato (informação verbal)[22].

No período de maior produção, os sete proprietários de olarias comandavam um total de, aproximadamente, cento e quarenta funcionários. Isto mostra que os lucros da atividade se concentravam nas mãos de um grupo muito pequeno de pessoas. A grande massa trabalhadora recebia baixos salários, pagos de acordo com a produtividade e que, ainda por cima, eram tabelados.

Uma mesma tabela era praticada nas quatorze olarias, portanto, não adiantava mudar para outra olaria, com base apenas no valor em dinheiro que era pago pela produtividade dos trabalhadores. O salário só poderia ser maior se, por acaso, as vendas de uma determinada olaria fossem superiores às das demais. Se assim não fosse, os trabalhadores tinham que procurar outras vantagens que porventura estivessem sendo oferecidas, além dos baixos salários que, igualmente, eram pagos, na região. Na olaria do Sr. Antônio Farias, por exemplo, por vezes, o proprietário cedia pedaços de terra para serem cultivados pelos oleiros, durante o período de chuvas, quando as vendas e, conseqüentemente, a produtividade de tijolos, caía drasticamente. Mas isto não era uma prática muito comum entre os proprietários das olarias.

Como já vimos, anteriormente, cada pipa, ou seja, cada olaria exigia, no mínimo, cinco funcionários no seu processo produtivo. Era necessário um funcionário para puxar a argila, chamado entre os oleiros de "carroceiro". A ele cabia a função de extrair a argila, o que, naquele tempo, era feito com o uso de enxadão, e depois transportar a argila, do lugar

[22] Entrevista com o Sr. Sebastião Cândido de Melo, realizada no mês de julho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

chamado por eles de “barreiro”, até o picador. Eram dois picadores, que ficavam do lado direito e esquerdo da pipa. No picador a argila era depositada pelo carroceiro, onde era amassado pelo próximo funcionário, chamado de “amassador de barro”.



FIGURA 5 – Local de retirada de argila chamado pelo oleiro de barreiro, próximo ao córrego Fundão.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira (2005).



FIGURA 6 – Processo de produção do tijolo. A argila sai da maromba (pipa movida a motor), à esquerda e é depositada na pocinha destacada no centro da fotografia.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Ao amassador de barro cabia a tarefa de colocar um pouco de água para que a argila fosse diluída. Os oleiros chamavam de “curtir” a esse processo de deixar a argila em repouso, em um pouco de água. Depois disso, o amassador amassava a argila até que ela ficasse bem macia e a colocava na pipa.



FIGURA 7 – Roda d'água que movimentava a pipa na Olaria do Sr. Antônio Farias, localizada também próxima ao córrego Fundão.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

A pipa é comparada, pelo Sr. Sebastião, com um engenho de fazer cachaça, mas dentro dela possuía duas facas, que eram movimentadas por tração animal, geralmente puxadas por dois cavalos, ou por uma roda d'água. Quando ela é a motor, recebe o nome de "maromba". Na pipa a argila era misturada por quinze minutos, para amassar e deixá-la bem homogênea. Depois de passar pela pipa, era depositada em um buraco feito no chão pelos oleiros, chamado "pocinha". Na pocinha a argila estava pronta para fazer o tijolo.



FIGURA 8 – Olaria ainda em funcionamento no Fundão, localizada próximo ao córrego Fundão. Destaque para a carrilha, à esquerda, e para a maromba à direita, que é a pipa movida a motor.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).

Assim que a argila saía da pipa, o cortador de barro, também conhecido como "banqueiro", colocava a argila em um carrinho de madeira, vulgarmente chamado pelos oleiros da época de "carrilha[23]," e a levava até o terreiro. No terreiro o banqueiro pegava a massa de argila, passava na areia, e depois a jogava na forma. Cada forma fazia dois tijolos. Depois de jogar a argila na forma, o "banqueiro", ou cortador de barro, com um pedaço de arame, bem rente à forma, cortava o tijolo, virava a forma e o colocava no terreiro, para secar. O tijolo podia ficar, no máximo, trinta minutos na posição em que foi retirado da forma durante esse processo inicial de secagem, pois, se assim não fosse feito, ele ficaria todo trincado.

[23] O uso da carrilha era muito comum neste período (1950 – 1960). Era um trabalho extremamente pesado, já que, naquela época, não era comum o uso de pneus. A carrilha era toda de madeira, inclusive as rodas, o que deixava o transporte da argila até o terreiro e dos tijolos até o forno, mais penoso.

Após esse tempo, era necessário fazer o que eles chamavam de “riçar”, que nada mais é do que virar o tijolo de lado, para secar. O trabalho de riçar era feito pelos filhos dos oleiros. Este era o único trabalho nas olarias que podia ser feito pelas crianças, por ser um trabalho mais leve, de fácil execução. Depois de “riçado”, ou seja, mudado de posição, o tijolo ficava no máximo duas horas secando e, em seguida era empilhado, sendo que em cada pilha poderiam ser colocados, no máximo, dez tijolos. Quando empilhados, eles deveriam ficar, aproximadamente, doze horas, para terminar o processo de secagem.

Durante o período chuvoso, nas olarias que não possuíam os terreiros cobertos, era necessário proteger as pilhas de tijolos com o uso de telhas, e mais tempo seria necessário para que o tijolo ficasse completamente seco. Se, mesmo com a proteção das telhas, eles ficassem molhados, era necessário deixar um tempo maior no terreiro, para que eles pudessem secar.



FIGURA 9 – Terreiro de olaria localizada próximo ao vale do córrego Fundão. Destaque para as telhas protegendo os tijolos da chuva.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

A última etapa do processo produtivo era realizada pelo “enfornador-desenfornador”. Esse trabalho era normalmente realizado por uma única pessoa e a ela cabia a tarefa de levar os tijolos até o forno, colocar a “capa”, que nada mais é do que uma cobertura feita com tijolos, colocados deitados por cima dos que deveriam ser queimados, fechar a abertura com barro e retirar os tijolos depois que estiverem prontos.

A responsabilidade de colocar a lenha e assistir ao funcionamento do forno é do queimador. No entanto, não se contratava um funcionário especificamente para realizar essa tarefa. Os demais oleiros se alternavam nessa função e recebiam um valor adicional no pagamento semanal.

Eram necessárias doze horas para que o forno fosse aquecido e mais, aproximadamente, trinta e seis, para queimar os tijolos. Depois de queimados, retirava-se o barro utilizado para fechar a abertura do forno, e os tijolos tinham que ficar mais doze horas no forno para poder esfriar. Do forno o tijolo já saía pronto para ser vendido.



FIGURA 10 – Forno de uma olaria, ainda em funcionamento, localizada na fazenda Fundão, de propriedade de Dona Luzia Maria dos Santos.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

De todas as tarefas, a do “queimador” era a que mais danos a saúde trazia. A vigilância tinha que ser constante, para não deixar a lenha acabar e o fogo diminuir, inclusive durante os períodos chuvosos. Os problemas de saúde provinham, principalmente, pelo trabalhador ficar mais exposto à fumaça e ao calor excessivo dos fornos, e ainda, por vezes, tomando chuva para levar lenha e não deixar o fogo apagar.



FIGURA 11 – Tijolo produzido pela olaria do Sr. Antônio Farias (AF) em 1937.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

A descrição do processo produtivo das olarias foi importante para que pudéssemos entender cada etapa de produção, que vai desde a extração da argila, até a retirada do tijolo queimado do forno. Contudo, somente com a descrição, não fica explícito como eram as relações sociais de produção, a remuneração e, conseqüentemente, as condições de vida dos trabalhadores.

2.3 As relações sociais de produção estabelecidas nos processos produtivos das olarias

Os meios de produção do tijolo, no Fundão, eram compostos pela matéria-prima, capital e força de trabalho. O proprietário da olaria era quem detinha os dois primeiros elementos; os oleiros eram proprietários somente de sua força de trabalho.

Antes de começar suas atividades, o oleiro negociava com o patrão a remuneração da sua força de trabalho. Durante essa negociação, ficavam definidas as tarefas, a remuneração e a moradia da família. Apesar de o projeto de lei n. 5.452, que instituiu a CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, ter sido homologada no dia 01 de maio de 1943, nas olarias não se estabelecia um contrato de trabalho, tudo era decido com base na palavra empenhada.

O excesso de mão-de-obra ociosa, aliado às dificuldades de arrumar um emprego levavam os oleiros a aceitar a oferta do dono da olaria, mesmo sabendo das dificuldades do trabalho e da baixa remuneração. Mas, se porventura o empregador não cumprisse o que tinha sido firmado, como não existiam vínculos empregatícios, além da palavra empenhada, o oleiro simplesmente deixava o trabalho e ia imediatamente procurar trabalho nas olarias vizinhas.

As tarefas eram pesadas, difíceis de ser executadas, por exigir muito esforço físico, mas eram bem divididas. O carroceiro, o amassador de barro, o banqueiro, o riçador e o enfornador - desenfornador sabiam exatamente o que deveriam fazer, no processo produtivo. A divisão das tarefas era cumprida à risca, e embora a função do queimador fosse considerada mais sacrificante, todos se sentiam seduzidos a realizá-la, já que isso significava um valor adicional no pagamento semanal.

Entre os oleiros, existiam manifestações de solidariedade. O fato de cada um ter sua função específica, durante o processo produtivo, não anulava a solidariedade na realização das

tarefas. Portanto, era comum aquele que estava exercendo a função de queimador ser ajudado pelos colegas, principalmente durante o período chuvoso, pois os fornos precisavam ser assistidos e abastecidos de lenha durante as quarenta e oito horas necessárias para que o tijolo ficasse pronto.

Devido ao longo tempo necessário para que o tijolo ficasse pronto, era comum, nas olarias, a existência de mais de um forno. Assim, a produção não era interrompida. Enquanto um dos fornos estava cheio o outro já estava disponível para receber mais tijolos.

Todo o trabalho era feito por tarefa, ou seja, para cada dia tinha-se uma meta a ser cumprida. Essa meta era definida pelo proprietário da olaria, que determinava a quantidade de tijolos a ser produzida à cada dia. Para cumprir o estabelecido, a jornada de trabalho era pesada. Os oleiros começavam sua lida diária às duas horas da madrugada. Por volta das nove horas eles almoçavam, sendo reservado apenas 30 minutos de intervalo para essa refeição. Às 12 horas, aqueles que tinham levado algum alimento para lanchar paravam, por aproximadamente 10 minutos. O trabalho findava, normalmente, por volta das 14 horas. Isto perfazia uma rotina diária de trabalho de 12 horas, com apenas 40 minutos de intervalo, que era utilizado para o almoço e para o lanche.

Aos sábados, o trabalho começava também às duas horas da madrugada, mas encerrava-se até às 10 horas da manhã, para que os oleiros pudessem almoçar e ir até a cidade, fazer a feira. Como o pagamento era semanal, o sábado era o dia reservado para comprar os alimentos e outras mercadorias que se fizessem necessárias. Com isso sobrava, basicamente, apenas o domingo para o descanso.

Este horário de trabalho não era imposto pelo patrão. Os oleiros preferiam trabalhar nas primeiras horas do dia, para que não ficassem muito tempo expostos ao sol, e também para que as tarefas fossem cumpridas mais cedo e pudessem, assim, descansar o restante do

dia. Geralmente, depois que eles terminavam as tarefas, aproveitavam o tempo para dormir, já que, às duas horas da madrugada, teriam que começar tudo novamente.

Como já foi mencionado anteriormente, o pagamento pelas tarefas executadas era tabelado. Essa tabela era fixa e, independentemente da função que cada um exercia, o valor a ser pago era o mesmo, com exceção feita àquele que acumulava naquela semana a função de queimador. A tabela era baseada no milheiro de tijolo, ou seja, para cada mil tijolos produzidos o oleiro recebia um valor pré-fixado. Em média cada trabalhador recebia de Cr$20,00 a Cr$30,00 (vinte a trinta cruzeiros) por semana, mas, segundo informações dos antigos oleiros, para que ele conseguisse satisfazer todas as necessidades, seriam necessários aproximadamente Cr$50,00 (cinqüenta cruzeiros) semanais[24]. Sobre isto, o Sr. Sebastião fala que, naquela época:

> Nois recebia a metade de um salário mínimo [...] O povo falava: "pra não trabaiá com olaria não, porque tudo que o ocê ganha, ocê deixa lá e resolve ali mesmo". Como se diz só faz pra comer. Nossa era uma época difícil demais. Porque não tinha outra coisa pra mexer [...] Só que tinha esse serviço procê trabaiá, porque hoje, hoje não tem. Hoje além de ta ruim não tem (informação verbal)[25].

Quando os trabalhadores aceitavam a proposta dos donos das olarias, eles estavam conscientes dos valores que iriam receber como pagamento, mas sujeitavam-se, por não haver outra possibilidade de produzir os meios de sua subsistência. A fala do entrevistado deixa bem

[24] O Cruzeiro era a moeda do período descrito pelo entrevistado (final da década de 1950). Embora o oleiro tenha fornecido todos os valores que estão citados no trabalho, eles não retratam o que exatamente recebiam semanalmente. Portanto, o entrevistado fornece esses valores com a intenção de mostrar a discrepância entre o que ele recebia e o que era necessário para atender suas necessidades básicas. Depois de mais de 40 anos, o Sr. Sebastião - oleiro do Fundão - só tem a certeza de que o que ele recebia chegava à metade de um salário mínimo da época. Segundo o economista Sebastião Ferreira da Cunha, se tomarmos o histórico do padrão monetário brasileiro e fazermos a conversão desses valores, seria necessário Cr$180,0013 para obtermos uma unidade de dólar americano no período descrito pelo entrevistado. Utilizando o mesmo método de cálculo para o salário mínimo, o economista concluiu que em 1959 ele era de Cr$5.999,95. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico), com o objetivo de mostrar as perdas salariais do trabalhador brasileiro, diz que o salário mínimo de 1959, equivaleria receber aproximadamente R$816,81 em fevereiro do ano 2000. Tendo como referência o salário mínimo de 1959 e sua conversão para o mês de fevereiro de 2000, significa dizer o salário mínimo recebido pelo oleiro em 1959 era de aproximadamente Cr$2999,75, ou seja, R$408,40 no ano 2000. Diante tudo isso, se consideramos o salário semanal citado pelo oleiro (Cr$20,00), teremos um salário mensal de apenas Cr$80,00, bem longe do meio salário mínimo que ele mesmo alegou ter recebido em 1959. Dessa forma, optamos manter os valores citados pelo entrevistado como referencial de análise, mas conscientes de que eles não retratam a realidade salarial da época considerada no trabalho.

[25] Entrevista com o Sr. Sebastião Cândido de Melo, realizada em julho de 2005, na cidade de Araguari - MG.

claro isto que foi posto. Quanto ele diz que tudo que ganha fica ali mesmo, quer dizer que o trabalho nas olarias não era suficiente sequer para prover o sustento da família, e tudo o que ganhava ia para essa finalidade. O "deixar ali mesmo" seria receber para pagar a alimentação, ou seja, não existia nada que pudesse ser guardado, acumulado, com vistas a atender às dificuldades futuras, porque só se conseguia fazer para a comida. As dificuldades já se apresentavam no momento presente e não eram superadas em tempo real, e nem existiam expectativas de que essas necessidades fossem supridas, em um espaço curto de tempo, trabalhando nessa atividade produtiva.

A remuneração da força de trabalho do oleiro não estava baseada nas relações sociais que foram empregadas na produção da mercadoria. Prova disto é que a tabela de pagamentos, que era utilizada para remunerá-los, não estava de maneira alguma vinculada ao preço do tijolo, no mercado consumidor. O preço do tijolo poderia sofrer as flutuações normais do mercado, baseado na lei da oferta e da procura, mas o salário do oleiro era sempre o mesmo, pois a tabela raramente se alterava.

O oleiro não tinha noção da margem de lucro do proprietário da olaria, já que, depois que os tijolos eram entregues, as vendas se efetuavam diretamente nas cidades. A única certeza eram as carências de toda ordem, às quais os empregados estavam submetidos, contrastando com a fartura do proprietário da olaria, que se podia notar, imediatamente, pelas próprias condições da moradia. Enquanto a casa dos oleiros era extremamente rústica e possuía apenas três cômodos, a do dono da olaria era enorme, bem acabada, com vários cômodos.



FIGURA 12 - Casa de oleiro localizada em uma olaria ainda em funcionamento, no vale do córrego Fundão.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).



FIGURA 13 – Sede da fazenda Fundão, onde funcionava a Olaria AF do Sr. Antônio Farias.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).

Na maneira de vestir era também possível perceber as diferenças das condições de vida, isto porque, para os oleiros, a compra de roupa, as idas à cidade e outras formas de prática do lazer que, porventura, necessitassem de dinheiro para serem feitas, não eram vivenciadas. Quando não se tinha condição de fazer as roupas em casa, era necessário sacrificar a satisfação das necessidades mais vitais, ou seja, a comida, para poder comprar o que vestir. A roupa nova, entre os funcionários das olarias do Fundão, era considerada artigo de luxo, e poucas vezes o oleiro se dava a essa regalia.

Apesar da baixa remuneração paga pelos proprietários das olarias, estes não ofereciam outras possibilidades para facilitar a vida dos oleiros. Com exceção feita à Olaria do Sr.Antonio Farias, que durante o período de menor produtividade cedia pedaços de terras da propriedade para que o oleiro pudesse cultivar e reduzir o gasto com alimentação, os demais tinham que se contentar com o que ganhavam. Para Martins (1983, p. 160), os donos de olarias não cediam partes das terras ociosas para que o oleiro pudesse cultivar, porque, "assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador".

O "se virar" para prover o sustento da família levava os trabalhadores, por vezes, aos endividamentos. Essa baixa remuneração fazia com que os funcionários das olarias, principalmente durante o período de chuva, quando a produção de tijolos caía consideravelmente, recorresse à ajuda do patrão, para comprar alimentos na cidade. O uso da "caderneta" era um recurso muito praticado nesse período, mas o comerciante só vendia a prazo para aqueles que ele tinha garantia de que fosse receber, o que não era o caso dos oleiros. Diante disso, a dependência em relação aos patrões aumentava muito. Quando a dívida com o patrão estava muito alta, o oleiro já não conseguia mais pagar.

Na visão dos oleiros, se o vínculo com o empregador fosse cortado, ele não teria mais a obrigatoriedade de pagar a dívida, já que nenhum documento era assinado, na contratação dos seus serviços.

De qualquer forma, muitas vezes o oleiro não via outra saída, pois, com uma receita em torno de Cr$ 20,00 (vinte cruzeiros) semanais e uma despesa de Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros), era impossível suprir todas as suas necessidades. Levando-se em conta o valor que era necessário para suprir as necessidades básicas, a saída dele era comprar tudo o que era necessário, pagar o que era possível e continuar endividado. Diante disto, mesmo depois de ter trocado de olaria, esse trabalhador corria o risco de ficar endividado também com o novo patrão e ter que mudar, novamente, de trabalho.

Uma outra relação de trabalho era também comum nas olarias. Apesar de a remuneração não ser superiormente vantajosa em relação à primeira, o arrendamento foi uma prática que se fez presente na produção de tijolos. Neste tipo de relação de trabalho, o acordo era feito também através da palavra empenhada. Não se tinha, nem por parte do arrendador e muito menos por parte do arrendatário, a preocupação de que tudo fosse juridicamente legalizado. Para Martins (1975, p. 16), “o arrendo é um tipo de parceria feita entre o proprietário do imóvel, onde pesa sobre o arrendatário todos os custos e riscos do empreendimento, já que a renda paga é freqüentemente fixa”. O arrendador se isentava de qualquer responsabilidade diante dos prejuízos que o empreendimento pudesse gerar.

Nos tipos de arrendamentos que foram praticados nas olarias do Fundão, o que se sabe é que os valores pagos tinham como ponto de referência a quantidade de tijolos produzidos. Normalmente, a quantidade usada como referência era o milheiro de tijolo. Isso quer dizer que, para cada mil tijolos produzidos, pagava-se um valor já pré-fixado entre o arrendador e o arrendatário.

O percentual praticado no arrendamento de olaria, sobretudo no final da década de 1950 e início da década de 1960, era de 20% para o dono da olaria e 80% para o arrendatário. Em valores isto significava que, por semana, o arrendatário recebia um total bruto de aproximadamente Cr$ 60,00, sendo que o gasto com lenha, funcionários e transporte deveria ser deduzido desse valor, já que a parte que cabia ao arrendador era livre de qualquer despesa. Então, desses Cr$ 60,00 recebidos pelo arrendatário, aproximadamente Cr$ 30,00 eram para pagar os oleiros que, segundo a tabela, recebiam também baseado no milheiro de tijolo. Cerca de Cr$ 28,00 era o custo que se tinha com a lenha e com o transporte e, ao final de tudo, sobrava livre para o arrendatário somente Cr$ 2,00 semanais. Não podemos deixar de mencionar que, antes mesmo do arrendo ser concedido, o arrendador exigia do arrendatário a fidelidade a ele na compra da lenha, ou seja, além de não ter custo nenhum com a produção, o dono da olaria ainda tinha a renda da lenha, garantindo, para ele, maior rentabilidade no arrendo.

Receber o valor bruto de Cr$ 60,00 para cada 30.000 tijolos produzidos é muito pouco, se compararmos com a responsabilidade a mais que recai sobre as costas do arrendatário, em relação aos oleiros que simplesmente exercem sua função dentro da olaria. Como se isto não bastasse, esse valor oscilava muito e, independentemente disso, a tabela de pagamento dos oleiros tinha que ser cumprida. Diante dessas circunstâncias, o arrendatário, para diminuir os seus gastos com a tabela de pagamentos, participava também do processo produtivo, exercendo mais de uma tarefa. No arrendamento, a família do arrendatário tinha que, necessariamente, participar do processo produtivo, pois, com isto, ele tinha a possibilidade de aumentar sua renda com o arrendo.

Em momento algum, nem mesmo no arrendamento, era garantido o direito de exercer outro tipo de atividade produtiva que não fosse a produção de tijolos. O cultivo da terra, a criação do gado e demais atividades produtivas instaladas nas fazendas continuavam sendo

exercidas pelo dono da olaria. Mesmo que exercer estas atividades fosse da vontade do arrendatário, não era incluída no acordo verbal de arrendamento estabelecido entre as partes. Essa situação é mencionada pelos ex-trabalhadores de olarias com muito pesar, já que eles viviam com muitas dificuldades e a possibilidade de cultivar a terra poderia reduzir o custo com a compra de alimentos na cidade.

Apesar de terem que enfrentar uma rotina diária de trabalho pesada, a alimentação não era a mais recomendável. Não podendo cultivar a terra, os oleiros tinham que comprar sua alimentação na cidade, o que, com a limitação da renda, propiciava comprar pouca variedade, o que se refletia na qualidade da dieta alimentar.

Os escassos recursos impunham uma dieta simples, composta basicamente do arroz com feijão. O consumo da carne, a que raramente era possível ter acesso, era feito normalmente no domingo, dia de folga, como um prato nobre. Mesmo no domingo, era permitido repetir somente o arroz com feijão, porque a carne era regrada. Prato nobre também eram as verduras e os legumes, pois o dinheiro dava, basicamente, para comprar apenas o arroz com feijão. Isso quer dizer que, a semana inteira, a família dos oleiros consumia, no almoço e na janta, o arroz com feijão e raramente, aos domingos, conseguia comprar a mistura, que para eles, tinha que ser a carne bovina. Segundo Candido (1982),

> É preciso acentuar que esta alimentação deficiente é elemento de uma situação mais ampla de carência, que atinge todos os setores da vida caipira. Para conseguir a estreita margem de lucro que lhe permite sobreviver, o pequeno sitiante e o parceiro se vêem obrigados (seria correto dizer – cada vez mais obrigados) a reduzir drasticamente a satisfação das necessidades. Em conseqüência, as necessidades para ele são mínimas; sua batalha de todos os dias é travada, estritamente, para não passar fome (CANDIDO, 1982, p.158).

Dentro dessa realidade apontada por Candido, o oleiro se encontra em uma situação pior do que a do pequeno sitiante, por ele apresentado. No caso do sitiante, ou do parceiro, bem ou mal, um pedaço de terra era cedido para que ele pudesse produzir, pelos menos, hortaliças, para sua subsistência. Os trabalhadores das olarias, no entanto, não podiam cultivar

a terra, e ainda eram assalariados e extremamente mal remunerados. Os oleiros trabalhavam arduamente, todos os dias, basicamente para garantir a alimentação. Eles não tinham opção, os empregos eram escassos, e sua qualificação, diante da nova realidade de intensificação do processo de urbanização, não lhes proporcionava exercer outra atividade, porque o "estudo" era pouco. A máxima do oleiro era "viver para o trabalho para continuar sobrevivendo".

O que acontece no Fundão, com a instalação das olarias, é um fato que contribuiu para o que estamos chamando de processo de urbanização do rural que, como já vimos, nada mais é do que a transferência de traços do urbano que são assimilados pelo rural, o que Moreira (2003, p. 7) designa como sendo "urbanidade". O Fundão seria, então, um rural que, após a produção de tijolos, perdeu um pouco daquela identidade comum apregoada para as áreas que praticam uma agricultura comercial, cuja finalidade principal é abastecer a cidade.

Com as olarias, os trabalhadores que chegam são desprovidos de qualquer meio de produção, que não seja a sua força de trabalho. O Fundão, diante disso, que já passava por um processo de mudanças de atividades produtivas, devido ao empobrecimento do solo, não consegue sequer produzir alimentos para alimentar a própria comunidade, que havia recebido novos moradores com a chegada dos oleiros. A realidade do Fundão era a de um lugar que, nas partes mais altas, ou seja, nas propriedades mais distantes dos canais fluviais, onde estavam localizadas as olarias, estavam perdendo população para a cidade e deixando caseiros para cuidar das terras, e nessas partes mais baixas, estava recebendo esse grande número de pessoas, que viam nessas olarias uma oportunidade de melhorar sua qualidade de vida, quase que completamente desprovidas de recursos.

Nas fazendas onde estavam instaladas as olarias, o proprietário, praticamente, não cultivava a terra, exceto quando plantava para o próprio consumo, que incluía a mandioca, o milho e as hortaliças. O gado era praticamente leiteiro e, quando muito, abastecia somente a fazenda. Depois que foram instaladas as olarias, esses fazendeiros se dedicaram basicamente a

essa atividade. Nas propriedades, enormes porções de terras ficavam ociosas e não eram cedidas para que os oleiros pudessem cultivar, o que poderia amenizar a miséria na qual viviam essas populações. Mas, para que isso pudesse acontecer, além de o dono da olaria ceder parte das terras ociosas para oleiro cultivar, ele deveria flexibilizar a pesada jornada de trabalho, coisa que ele não estava disposto a fazer, tendo em vista a grande demanda e os bons lucros que estava obtendo com a atividade.

Henri Lefebvre (1991, p. 42-43) faz uma relação, no mínimo interessante, a respeito dessas duas realidades opostas. De um lado a miséria dos oleiros e de outro a fartura dos proprietários das olarias. Essa situação vivida pelos oleiros seria, para ele, o retrato do que ele chama de "miséria do cotidiano que é o repetitivo, a sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: o domínio da economia, da abstinência, da privação e da repressão dos desejos". O cotidiano do oleiro é repetitivo, cansativo e, por vezes, enfadonho e ainda marcado pela supressão dos desejos e pela satisfação somente das necessidades mais urgentes. No outro extremo, o proprietário da olaria vive o que Lefebvre (1991, p.41-43) chama de "grandeza do cotidiano que é a apropriação do corpo, do espaço e do tempo, do desejo, a moradia, a casa, o encontro das necessidades e dos bens, a posse". Proprietário dos meios de produção, os donos de olarias se reproduzem na exploração do trabalhador assalariado mal remunerado. A paga que é dada pelo trabalho do oleiro não reflete o valor de venda da mercadoria que foi por ele produzida. A diferença do que recebe o oleiro, em relação àquilo que é recebido pelo dono da olaria, é imensurável para a realidade de miséria vivida pelo primeiro, que sequer fica sabendo o valor real do seu trabalho personificado na mercadoria, que é o tijolo.

Necessário se faz levar em consideração o número de trabalhadores das olarias, para se ter uma noção real das pessoas que viviam a miséria do cotidiano, descrita por Lefebvre (1991). Para isso, é importante levar em consideração que, se em cada olaria trabalhavam,

durante o período de grande produtividade, aproximadamente cento e quarenta pessoas, e considerando que pelo menos 50% delas eram casadas e tinham no mínimo um filho, viviam, então, nessas condições, aproximadamente trezentas pessoas. Em uma atividade produtiva desenvolvida no espaço rural, trezentas pessoas é um número extremamente significativo.

A carência desse grande número de pessoas levava à busca de saídas para superar, pelo menos em parte, as necessidades básicas. Diante disso, a proximidade das casas e o trabalhar juntos faziam com que as famílias participassem da vida uma das outras e soubessem das necessidades mais urgentes dos vizinhos, promovendo assim manifestações de ajuda mútua que ultrapassavam aquela que existia durante o processo de produção do tijolo.

Os rendimentos das famílias eram basicamente os mesmos. Dessa forma, as famílias mais numerosas, por vezes, eram as que mais passavam necessidades. Essas necessidades incluíam inclusive, a falta de mantimentos em casa, para poder fazer as refeições. Era muito comum o "empréstimo de mantimentos", para que o vizinho pudesse suprir suas necessidades imediatas de alimentos.

Além da solidariedade entre vizinhos, outras ações eram feitas pelos oleiros para promover ou facilitar, de alguma forma, a aquisição dos meios de vida. Como a rotatividade de funcionários era muito grande, os oleiros passavam, praticamente, por todas as olarias do Fundão. O motivo principal era fugir das dívidas adquiridas junto ao patrão, mas por vezes era por desentendimento com o dono da olaria, ou com colegas de trabalho.

Sendo as olarias relativamente próximas umas das outras, essa proximidade, aliada à grande rotatividade dos oleiros, fazia com que eles conhecessem também os funcionários das outras olarias, e que, inclusive, houvesse laços de amizade e de compadrio entre eles.

Quando a família de um oleiro convidava a de outro para apadrinhar o filho recém-nascido, esse convite era motivado, sobretudo, pelos laços de amizade, parentesco e

religiosidade que já existiam entre eles. Isto, de uma certa forma, aumentava a responsabilidade dos compadres com relação ao afilhado, que se estendia à família deste. Desta maneira, a ajuda mútua se fazia mais presente, já que, nas comunidades rurais tradicionais, o compadrio era como se fosse uma espécie de extensão da responsabilidade de paternidade dos filhos, onde, na falta dos pais, aos padrinhos cabia, pelo menos moralmente falando, a responsabilidade de cuidar do afilhado.

Não era comum, mas acontecia de a família do oleiro convidar a os patrões para serem padrinhos dos filhos. O compadrio fortalecia as relações entre as famílias. Neste sentido, quando os patrões eram convidados para serem padrinhos do filho do empregado, existia a expectativa, por parte deste, que o estreitamento da relação entre eles pudesse trazer algum tipo de beneficio em relação aos demais funcionários. Para Franco (1997),

> O compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas. “Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado eram tão mais fortes que os da consangüinidade: não apenas o padrinho era obrigado a tomar o lugar do pai, sempre que necessário, mas tinha que ajudar seu afilhado em várias ocasiões [...]; o afilhado, por sua vez, ajudava o padrinho em tudo o que este necessitava, e freqüentemente tomava o nome da família” [...] Isto exprime uma relação de dependência: é proteção que o menos favorecido procura fixar através do batismo (FRANCO, 1997, p. 85).

Na citação, apesar de a autora estar se referindo especificamente às relações de produção que eram estabelecidas entre os colonos e os fazendeiros, nas grandes propriedades produtoras de café, no estado de São Paulo, o compadrio era uma prática comum no meio rural brasileiro. Desde épocas remotas, ele já era visto, no sertão brasileiro, como uma possibilidade de proteção dos desprovidos de recursos por parte dos proprietários de terra. No Fundão, apesar do compadrio não ter sido tão comum nas relações de produção, ele acontecia e, muitas vezes, o objetivo do oleiro, que convidava o patrão, era, de alguma forma, ter a proteção, ou algum tipo de privilégio, por parte deste.

A religiosidade do homem do campo – assim considerada, também, a figura do oleiro do Fundão - é outro fator importante, que pode ser percebido na relação estabelecida no compadrio. A fé é não só uma motivação para superação dos momentos difíceis da vida, mas também alimenta a esperança de que, com a ajuda divina, as dificuldades serão superadas. O batismo é o primeiro e talvez o mais importante sacramento da Igreja Católica. É através dele que a família consagra seu filho a Deus e assume o compromisso de educá-lo na fé da Igreja. Neste aspecto, se os padrinhos não deram a vida biológica para o afilhado, eles assumem, diante de Deus e da igreja, o compromisso de suscitar a vida religiosa no recém-nascido e de dele cuidar, principalmente na ausência dos pais.

Nos arrendamentos das olarias, os laços de parentesco, amizade e até mesmo de religiosidade eram também levados em consideração. Não se arrendava a olaria para alguém com quem o proprietário não tivesse algum tipo de vínculo. Diante do fato de os acordos serem feitos embasados na palavra empenhada, o arrendo, quando era dado, tinha que ser feito para alguém que tivesse credibilidade, inclusive moral. Era mais seguro para o arrendador que o arrendatário fosse alguém do seu círculo de convivência. Isso era uma garantia de que o acordo não seria rompido.

Mesmo com todo o esforço dos oleiros em buscar saídas para a superação das dificuldades impostas, as relações sociais de produção não conseguiram sustentar a atividade produtiva, por muito tempo. Já no início da década de 1970, a atividade começava a sofrer queda de produtividade e carência de mão-de-obra.

Os principais motivos que levaram a esse declínio de produtividade foram a escassez de recursos naturais, a implementação de uma legislação ambiental mais rigorosa, intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho e os baixos salários pagos aos empregados.

A retirada das matas ciliares, nas regiões onde se encontra a argila, provocou a intensificação do assoreamento dos canais fluviais. A lenha necessária para o processo de queima dos tijolos ficou cada vez mais escassa, o que provocou a busca deste recurso em regiões mais distantes. Essas longas distâncias, além de requererem muito tempo, encareciam o frete, o que se refletia, diretamente, no preço dos tijolos.

A intensificação da fiscalização, em relação à degradação do meio ambiente, por parte dos órgãos governamentais, aos poucos levou à proibição de retirada da argila em áreas de preservação permanente e proibiu, também, a retirada de madeira no cerrado do Fundão.

Outro ponto importante foi a intensificação da fiscalização do Ministério do Trabalho. Como já foi descrito anteriormente, o oleiro trabalhava exposto a uma série de riscos, sem o uso de equipamentos adequados. Além disso, nunca tinham suas carteiras de trabalho assinadas, não possuindo, portanto, os direitos assegurados pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, como, por exemplo, jornada de trabalho de quarenta e oito horas semanais, 13° salário, férias e sistema previdenciário. Diante disso, o Ministério do Trabalho começou a intensificar a fiscalização nas olarias. Sobre esse período Dona Francisca diz que:

> [...] Até 1960, 1965 por aí. Funcionava tudo normal, só que fartura de tijolo, porque de dinheiro não [...] aí em 1965 pra cá começou cair o movimento [...] é o governo. O governo vai mexendo no preço das coisas, vai indo não dá pra trabalhar mais.A lenha é muito cara, não ta existindo lenha mais. A mão-de-obra tem que ser mais cara, porque senão ninguém trabalha mais. Tudo isso vai tirando a imagem do dono da olaria, sabe? Até que chegou num ponto que ele não agüentou tocar [...] tem outra coisa [...] o sujeito não vai lá pra ganhar só aqueles trocadinho não [...] (informação verbal)[26].

Para a entrevistada, o preço das "coisas" é citado como a principal causa da queda de produção, que culminou no fechamento de algumas olarias. Mas devemos considerar que as condições de trabalho já descritas, aliadas à baixa remuneração, começou a levar os oleiros a abandonarem a atividade e se aventurem na busca de outro tipo de trabalho, sobretudo na cidade

[26] Entrevista com a Sra. Francisca Laudelina Rodrigues de Melo, realizada no mês de julho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

de Araguari. Na realidade, esses operários, influenciados pelo modo de vida urbano e pelos meios de comunicação, começaram a tomar maior conhecimento dos direitos trabalhistas que eles tinham, inclusive ao direito de um salário mínimo. Diante disso, chegaram a uma espécie de exaustão, ou seja, atingiram o ponto máximo que era possível suportar, já que, além de ganharem pouco, a crise pela qual começava a passar a atividade levava, muitas vezes, ao não recebimento dos salários, por parte dos oleiros.

A crise pela qual a mais importante atividade produtiva do Fundão começava a atravessar dava sinais de que o período de euforia que se estabeleceu, no início do século XX, com o arroz, e posteriormente, com as olarias, estava chegando ao fim. As dificuldades já apresentadas tornavam a continuidade da produção de tijolos inviável, na comunidade. Os oleiros começavam então a abandonar, definitivamente, a profissão.

Descrevendo sua própria experiência, o Sr. Sebastião, que além de ter sido oleiro, foi ainda arrendatário, menciona como foi difícil esse período de mudanças no Fundão. Sobre isso ele diz que:

> Era a coisa mais difícil que ocê pensar na vida. Tudo que ocê pensar de difícil ainda era mais. Ih, rapaz! Naquela época não tinha onde ocê trabaiá. Oh! Procê vê a dificuldade que eu tive, eu tinha vindo pra cidade e tinha aprendido a trabaiá de caminhão, nas olaria lá, pra puxar lenha, aquelas coisa. Ai eu pensei: eu acho que com o caminhão eu ganho mais. Ai o que que eu fiz, eu sacrifiquei tudo até dá um jeito de mudar aqui pra cidade. Ai fiz exame e tirei a carteira e fui viajar com o caminhão, sem ter um tostão no bolso e a minha casa aqui era de aluguel. Tinha que pagar o aluguel no fim do mês. Mas Deus me ajudou dum tanto que quando eu comecei trabaiá lá comecei a ganhar um dinheirinho pra pagar o aluguel de casa e deixar as latinha cheia pra ninguém passá fome. Graças a Deus ninguém daqui de casa nunca passô fome. Nóis trabaiava muito, mas as latinha era sempre cheia. Aí deu pra comprar umas ropinha pra minhas três filhas né. Todas elas já tava grandinha quando nóis vei pra cidade, só a mais nova é que nasceu aqui. Depois de três ano pagando aluguel eu consegui comprar uma casinha. Das olarias pra cá a minha vida melhorou demais! (informação verbal)[27].

O entrevistado nasceu no ano de 1930 e, com doze anos de idade, já estava trabalhando nas olarias. Durante 18 anos foi das olarias que retirou o sustento da família, apesar das dificuldades. Somente no ano de 1960 foi que ele se transferiu, definitivamente,

[27] Entrevista com o Sr. Sebastião Cândido de Melo, realizada no mês de julho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

para a cidade de Araguari. Na fala é possível perceber que se fazia necessário tentar a vida na cidade. Apesar de não ter tido oportunidade de freqüentar regularmente a escola, aproveitou-se da experiência adquirida nas olarias, onde aprendeu a dirigir e, por várias vezes, puxava lenha.

O sacrifício para o Sr. Sebastião foi pegar tudo o que havia produzido, deixar de comprar roupas e outras coisas que se faziam necessárias, para investir numa nova profissão, a de motorista de caminhão. Sua fala é repleta de representatividade. Um ponto é justamente a capacidade de superar os momentos difíceis, utilizando-se da experiência adquirida na produção de tijolos, única atividade desenvolvida por ele até aquele momento.

A família, que sempre viveu com muita necessidade, apesar de nunca ter passado fome, deveria passar por mais um período de privações para que o caminhão fosse comprado. Sua experiência é um bom exemplo do que Martins (1981, p. 134) chama de concepção burguesa do trabalho, onde ele "é admitido como veículo de libertação, como meio para destruir a exploração baseada no trabalho". É exatamente isso que se pode perceber de mais concreto na fala do entrevistado. Os sacrifícios que se estenderam, durante um bom período, na cidade, foram necessários e vencidos com muito trabalho, e logo a situação ficou melhor. A compra de roupas, que antes eram um artigo de luxo, agora poderia ser feita sem sacrificar a alimentação da família, e a propriedade da casa, que nunca havia sido conquistada, passou a ser uma realidade. Não que a vida na cidade tenha sido um paraíso, mas, para o entrevistado foi, se comparada com a penúria imposta pelo cotidiano vivido nas olarias.

A religiosidade é um dos traços mais marcantes da ruralidade do Fundão e ela se faz também presente na fala do Sr. Sebastião. Ele atribui a Deus o mérito de ter conseguido superar as dificuldades impostas pela realidade vivida no campo, e a Ele é, também, atribuída a vitória, a conquista de uma vida um pouco melhor na cidade.

Diante de tudo isso, podemos afirmar que a instalação das olarias nunca significou fartura, mas sim a busca de sobrevivência para aqueles desprovidos de todo e qualquer tipo de bens de produção, que não fosse a sua força de trabalho. Sendo assim, mesmo tendo consciência que sua força de trabalho estava sendo explorada e mal remunerada, durante todo o período de funcionamento das olarias, eles se submetiam, pois viam nessa atividade uma forma de garantir a sobrevivência de sua família.

Para os proprietários, as olarias representaram uma importante fonte de renda que, em aproximadamente cinqüenta anos de atividades, propiciaram, para aqueles que souberam aproveitar, uma boa oportunidade de acumulação de capital. A década de 1970 é marcada, na história do Fundão, com a crise de produtividade das olarias, que anunciou o fim da euforia e o êxodo rural.

O fim da euforia produtiva, apesar de ter intensificado a saída de população do Fundão, não significou um rompimento dessas pessoas com o lugar, pois eles continuaram retornando à comunidade e reproduzindo relações com o lugar. No entanto, aos poucos, os que possuíam propriedades na comunidade foram se mudando para as cidades, mas as propriedades não foram necessariamente negociadas. O arrendamento e a contratação de caseiros passaram a ser práticas comuns em praticamente todas as fazendas do Fundão.

Quando falamos de arrendamento de terras no Fundão, começamos a entender que alguns desses fazendeiros, que optavam por não vender suas propriedades, começam a construir um novo tipo de relação como o lugar. Mas não era uma relação pura e simplesmente de ter um lugar para descansar nos finais de semana, mas sim, uma forma de se manterem donos do lugar onde nasceram e cresceram. Os vínculos com o lugar, o amor à terra e pela natureza faziam com que, mesmo que tivessem necessidade de vender as terras, elas não fossem vendidas e, quando vendidas, que fosse para alguém da família, para que pudessem ter a liberdade de continuar indo ao lugar. Falando da propriedade de seus pais, no

Fundão, Maria Consuelo[28] diz que "se pudesse eu não venderia nunca. Aquilo ali é aquela coisa que você nasceu. Eu sonho com aquilo constantemente. Tenho um amor, assim, imenso! Mas eu não acredito que vá ficar".

A entrevistada não acredita que a terra será mantida por muito tempo pelos seus pais, devido às dificuldades financeiras para manter a propriedade, fato comum entre os moradores do Fundão. Isso entristece os membros da família, que estão prestes a ver um patrimônio familiar, de grande valor sentimental, ter que ser vendido, por questões financeiras.

Diante dessa situação, o termo comunidade começa a ter uma outra configuração, ou seja, um outro significado para as pessoas que têm suas origens no Fundão. O ter que vender a propriedade não provoca o corte dos vínculos dessas pessoas com o lugar, mas o transforma. Neste sentido, a comunidade, através das festas religiosas e dos laços de pertencimento, continua existindo, para essas pessoas. É o que nós consideramos como a existência de uma "comunidade simbólica", que será tratada no capítulo três.

Se o Fundão, até o início da década de 1980, era reproduzido, sobretudo, por suas atividades econômicas, hoje ele se reproduz, principalmente, pela realização das festas religiosas. Paralelamente a todo o processo de ocupação e instalação dos vários processos produtivos que se efetivaram na comunidade, a religiosidade sempre esteve presente, embora não tenhamos, até o final deste capítulo, falado a respeito. Existiram, na comunidade, rituais religiosos que envolviam praticamente todas as pessoas do Fundão, as quais participaram da colocação do cruzeiro, da construção da capela, da celebração das missas e dos cultos, das procissões, das festas em homenagem ao santo padroeiro.

Esse ciclo religioso é o que de mais marcante restou desse período de intensa ocupação e instalação dos processos produtivos que se efetivaram no passado, além, é claro,

[28] Entrevista concedida por Maria Consuelo Ferreira Montes Naves, durante o mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

dos laços de afetividade das pessoas que ali nasceram, foram batizadas, trabalharam e constituíram família.

As manifestações cultural-religiosas da comunidade demonstram que o Fundão não foi abandonado, já que as pessoas continuam indo, ciclicamente, para preparar e organizar as festas religiosas, ou simplesmente para visitar os lugares onde nasceram e cresceram, mas elas não se fixam mais lá. Contudo, nem por isso as demais atividades produtivas que se fizeram presentes no Fundão deixaram de existir, apenas não têm mais a representatividade que tinham antes, sobretudo para a economia araguarina. A pecuária, apesar da pouca representatividade regional, é tida como a principal atividade do Fundão, e três olarias retomaram as suas atividades, adotando um sistema produtivo bem semelhante ao já descrito no subcapítulo 2.2.

CAPITULO III – OS CITADINOS REPRODUZINDO O RURAL

Como o trabalho vem sendo desenvolvido na perspectiva de dar uma ordem cronológica aos eventos que aconteceram na comunidade pesquisada, neste capítulo trataremos dos vínculos que as pessoas mantêm com o lugar.

Neste terceiro capítulo, analisaremos um Fundão urbanizado, onde as poucas atividades desenvolvidas já não são suficientes para reproduzirem por si só o lugar, o qual se tornou, para muitos, um conjunto de fazendas que possibilitam prazerosas visitas regulares, para apreciar uma paisagem menos artificializada, que o Fundão ainda oferece.

Para entendermos como a comunidade é reproduzida, foi necessário fazer uma discussão acerca dos conceitos de termos que estão, a todo momento, sendo utilizados, no trabalho. Exatamente agora, começamos a nos perguntar: quais são os parâmetros para ainda considerar o Fundão como uma comunidade? Será que existe uma comunidade que se estabelece ciclicamente, a partir de certos acontecimentos, ou seja, que é vivenciada basicamente nos momentos festivos? Que representatividade tem este lugar para aqueles que ainda continuam reproduzindo-o? Se a religiosidade é parte da cultura de um povo e as festividades católicas é o que ainda se mantém de mais relevante no lugar, qual é o papel da Igreja, neste processo?

De uma certa forma, os dois primeiros capítulos foram uma discussão histórica, com enfoque especial nos modos de vida das pessoas, que nasceram e viveram ou que para lá mudaram, para trabalhar. O estilo de vida rural aos poucos foi-se modificando, pela variação populacional e instalação de outros processos produtivos. Podemos dizer que as relações

sociais que foram estabelecidas entre os primeiros moradores do Fundão, e os que depois chegaram, motivados pelas expectativas de conseguir melhores condições de vida, foram aos poucos consolidando um estilo de vida que agregou aspectos culturais diversos. Com o processo de urbanização, muito das práticas culturais se perderam, no entanto, outras permaneceram.

Mas, o que é cultura? Nos estudos a esse respeito, chama a atenção a distinção que Kroeber (1993, p. 36) faz, entre herança biológica e herança social. Segundo ele, na transmissão cultural a "herança social não se limita aos pais e aos antepassados reais na linha de ascendência, mas abarca uma multiplicidade de indivíduos, consangüíneos e sem qualquer parentesco, mortos, vivos e, por vezes, até mais jovens do que os herdeiros". Isso quer dizer que a herança social vai além de traços físicos herdados dos progenitores. O que diferencia a espécie humana dos demais animais é que, além das heranças geneticamente herdadas dos pais, o homem, utilizando-se de sua racionalidade, cria novas maneiras de sobrevivência e consegue se adaptar, até com certa facilidade, a lugares cujas características físicas divergem, quase que completamente, do seu lugar de origem. Com relação a isso, Kroeber completa dizendo que "a evolução orgânica está essencial e inevitavelmente ligada a processos hereditários; a evolução social que caracteriza o progresso da civilização, por outro lado, não está, ou não está necessariamente, associada a agentes hereditários". Isso quer dizer que a capacidade criativa do homem independe de sua herança biológica, e a apreensão do que foi criado pode ser, por ele, facilmente apreendido ou recusado.

Dentro desta mesma linha de análise feita por Kroeber, Beals (1967) considera que:

> Culture can mean "social heredity" or the things men learn when they are trained within a particular group of people. Culture can also mean the kind of entity expressed by such words as Eskimo, France, Navajo, Hindu, Zulu, or Samoa. Some anthropologists use "tradition" or "cultural tradition" to refer to the first meaning of culture and "socialcultural system" to refer to the second meaning of culture. (BEALS, 1967, p. 5).

O autor considera também que a cultura pode ser uma herança social ou um conjunto de coisas apreendidas dentro de uma certa organização social. Beals (1967) considera, ainda, que a cultura pode também ser expressa por meio de palavras que remetem à origem de um povo, já que cada grupo social tem sua própria organização e práticas sociais que a identificam. É muito comum o uso do termo cultura tradicional que, normalmente, é usado para fazer referência às práticas culturais mais antigas, ou primeiras, de um povo. Já o termo sistema sócio-cultural é usado, principalmente, para estabelecer comparações existentes entre diferentes grupos sociais. É importante destacar que, embora cada grupo social possua suas práticas culturais específicas, o desenvolvimento tecnológico-informacional faz com que valores culturais sejam transmitidos rapidamente pelos diversos meios de comunicação modernos. Com isso, mudanças começam a ocorrer nos sistemas culturais, onde novos valores são agregados. Sobre isso Beals, diz que:

> Cultural systems are never static. They are, as has been pointed out, influenced by external condition and environmental forces. Their internal structure is in a constant state of flux, due to changes in the status of individuals and repetitive changes in the status of the community. (BEALS, 1967, p. 246).

O processo de urbanização, o desenvolvimento tecnológico, independentemente da velocidade de sua socialização, têm causado mudanças significativas nos diversos sistemas culturais. Que a cultura não é estática, é fato, no entanto, o homem pode, se lhe convier, preservar aspectos que achar importantes serem preservados. A cultura é vivenciada de maneira diversa por cada indivíduo pertencente a um mesmo grupo social, cabendo a ele decidir o que deve ser preservado e o que deve ser abandonado. No entanto, mesmo assim, a comunidade vem sofrendo mudanças profundas, em sua estrutura interna. A velocidade das mudanças vem ampliando, também, os descontentamentos e despertando o saudosismo, sendo comum ouvir expressões como esta: “antigamente era melhor”. Este tipo de expressão é usado para retratar os aspectos negativos da modernização e a conseqüente mudança nas práticas culturais, que altera o cotidiano e os processos produtivos das comunidades.

Com relação a essas mudanças, Laraia (1986, p. 100) afirma que existem dois tipos de mudanças culturais: "uma é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro". É notório que as mudanças culturais, advindas da ampliação do contato com outros sistemas culturais, é maior e mais brusca do que as provocadas pela dinâmica interna de cada sistema cultural. Como exemplo, basta pensarmos no período da colonização do Brasil; o contato do nativo com o branco colonizador causou uma mudança radical nos sistemas culturais dos índios brasileiros.

Diante do que foi abordado a respeito do conceito de cultura, alguns deles, ditos "modernos" e "abrangentes", destacam-se, entre os pesquisadores, como os que mais refletem a realidade do mundo contemporâneo. Morin (2001), falando da diversidade cultural e pluralidade de indivíduos, afirma que:

> A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres regras, normas proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular (MORIN, 2001, p. 56).

No conceito atribuído por Morin (2001), observamos que preserva a hereditariedade social de sua transmissão, apregoada por outros autores, e defende a diversidade cultural. Considera que o estágio técnico-científico, em que uma determinada sociedade se encontra, não determina a presença ou a ausência de cultura. A cultura é inerente a todo homem, portanto, não existe sem ele. Outro ponto importante é o destaque dado pelo autor aos bens culturais imateriais, ou seja, a valorização da representação simbólica das coisas. Os mitos, as crenças, valores morais recebem uma atenção especial na definição de cultura proposta por ele.

Outra definição que, a princípio, se mostra "completa", abordando diversos aspectos que dizem respeito à cultura, é a apregoada por Claval. Para ele cultura é

> [...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma

> geração a outra. Ela tem raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 2001, p. 63).

Os bens culturais podem, assim, ser divididos em bens culturais de natureza material e bens culturais de natureza imaterial. Consideramos bens culturais de natureza material o patrimônio edificado de um determinado lugar, a paisagem modificada pela ação antrópica, que expressa nela o cotidiano das comunidades e, conseqüentemente, a sua história. A arquitetura é o que mais se destaca no patrimônio edificado, onde as construções trazem à memória lembranças de eventos que aconteceram no passado. É senso comum, nos conceitos por nós estudados sobre cultura, inclusive neste proposto por Claval (2001), considerar a herança social, a transmissão de comportamentos, saberes, técnicas, conhecimentos, valores, como, por exemplo, a religiosidade e todo o conteúdo simbólico de um grupo social, de uma geração para outra. Consideramos todos os aspectos culturais não tangíveis como sendo os bens culturais de natureza imaterial, portanto, as festas, os saberes, a culinária, a religiosidade e os símbolos de toda ordem são agregados como patrimônio cultural de uma comunidade.

Na citação de Claval (2001) é possível perceber outro aspecto, comum também em outros autores: o fato de que a cultura não está isenta de sofrer intervenções externas. Os contatos entre os diferentes grupos sociais fazem com que novos valores sejam agregados e outros abandonados, ou simplesmente modificados. Há que se considerar, ainda, a capacidade criativa do homem, que, a cada dia, cria novas expressões, novos modelos de comportamento, novas técnicas produtivas, que geram muitas vezes conflitos dentro de um mesmo grupo social, ou entre grupos sociais.

Dentro da realidade estudada, percebemos que as mudanças são sentidas com mais intensidade quando, normalmente, confrontam valores morais antigos, principalmente os vinculados à religiosidade. As pessoas mais antigas geralmente são as que mais sofrem com

essas mudanças, porque rompem com valores muitas vezes herdados dos mais velhos e defendidos pela sua religiosidade. Essa religiosidade se faz presente, de uma maneira especial, no Fundão. Mas as pessoas que participam dos eventos religiosos não moram mais lá. Voltamos a nos questionar com relação aos valores culturais do Fundão e se, realmente, podemos ainda considerá-lo como uma comunidade.

3.1 Comunidade, Lugar e Paisagem: Conceitos Importantes

Uma discussão sobre a comunidade nos remete a uma outra que envolve, diretamente, os conceitos chave da Geografia que, neste trabalho, ganham destaque: lugar e paisagem. Quando pensamos em comunidade, logo imaginamos um aglomerado de pessoas, que vivem em um determinado lugar, com sua paisagem parcialmente ou totalmente modificada, que expressa a história de vida e todo o conjunto de práticas que, através do tempo, foram paulatinamente ali estabelecidas.

Podemos dizer, então, que a comunidade surge a partir de relações sociais estabelecidas em uma dimensão escalar do espaço, onde o trabalho humano se instaurou, imprimindo na paisagem a sua marca, que desperta sentimentos de pertencimentos, criando identidades. Neste sentido o lugar é, segundo Carlos,

> [...] produto das relações humanas, entre homens e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é ai que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 1996, p. 29).

A ênfase do conceito de lugar, proposto pela autora, está nas relações que o homem estabelece entre si e com a natureza, construindo nessa relação uma gama de conteúdo simbólico, assimilado por aqueles que vivem em um determinado lugar, o que contribui para criação de identidades. Carlos (1996, p. 20) complementa o conceito quando diz que "o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida".

Há que se considerar o tempo como um aspecto importante na construção desse lugar apropriável para vida, do qual fala Carlos (1996). Todo o conteúdo simbólico, que é construído durante esse processo de apropriação, é fruto da relação que o homem estabelece com os seus e com o meio, através do tempo. Nesse processo de construção da vida, o homem cria laços fortes com o lugar, onde cada símbolo, cada monumento por ele construído passa a ter um significado especial. Tuan (1980, p.107) chama de *topofilia* "todos os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material, despertando sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar e o lócus de reminiscências e meio de ganhar a vida". Neste caso, entendemos o lugar como sendo o produto das relações humanas, que pela cotidianidade suscita, nos seres humanos, laços afetivos alimentados, sobretudo, pelo tempo e pela representatividade do sistema simbólico, criado ou herdado, contribuindo assim para a sua reprodução.

A paisagem, quando apreendida pelo trabalho humano, é o resultado das relações que o homem estabelece com o meio. Neste sentido, para Berque (1984 apud CLAVAL, p. 92), "a paisagem é uma das matrizes da cultura, o lugar onde as atividades humanas gravam a sua marca". A paisagem modificada torna-se, por assim dizer, paisagem cultural e passa a compor o patrimônio cultural do lugar, considerado responsável por despertar no homem o *sentimento topofílico* ao qual se refere Tuan (1980, p. 107).

Ainda sobre o conceito de lugar, Santos (1997 apud SUERTEGARAY, 2001) diz que o "lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano

compartido entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum". A existência de um cotidiano compartilhado pelos homens na produção do lugar, e a afirmação da presença dos conflitos, no convívio social, acrescenta algo novo na forma de pensar o lugar. Até este momento, ele tem sido apontado como pacífico, amistoso, marcado por uma vida comum baseada na solidariedade, mas ignorando a existência dos conflitos. O cotidiano, a vida comum, a solidariedade e os conflitos são situações que se apresentam na produção do lugar e que, ao mesmo tempo, nos dá indicações do que seja comunidade, e, conseqüentemente, parâmetros para analisar a utilização do termo ao lugar estudado.

Se pensarmos no Fundão, que foi descrito nos dois primeiros capítulos, não hesitaremos em afirmar que ele é uma comunidade. Um lugar que foi sendo ocupado por uma população que compartilhava de uma mesma crença religiosa, vivendo, inicialmente, basicamente do cultivo da terra e da criação do gado bovino, e que mais tarde, conviveu com a instalação de outros processos produtivos. Enfim, compartilhavam de interesses e condições de vida semelhantes, caracterizando, assim, a existência de relações sociais marcadas pela solidariedade, ajuda mútua, mas também por conflitos. Seria aquele lugar "cálido, confortável e aconchegante" do qual fala Bauman (2003, p. 7). Podemos dizer que eles compartilhavam de uma vida cotidiana comum, e estabeleciam assim, uma comunidade.

Neste sentido, analisando o Fundão, sobretudo, até a década de 1950, tê-lo-emos, segundo Fichter (1973), como sendo uma comunidade

> [...] essencialmente "ligada ao solo", no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida. A comunidade é considerada sempre em relação ao meio físico. A comunidade é, essencialmente, uma agrupação ou uma rede de pequenos grupos, porém, em sua totalidade, pode-se distinguí-la em muitos aspectos com um grande grupo social. Os membros da comunidade têm consciência das necessidades dos indivíduos dentro e fora de seu imediato e tendem a cooperar estreitamente (FICHTER, 1973, p. 154).

Na citação é possível fazer uma relação entre lugar e comunidade. O lugar é uma dimensão do espaço apropriada por determinado grupo social. A comunidade só será constituída se esse grupo social, além de compartilhar de um lugar comum, compartilhar de outras práticas e interesses comuns, seja no campo religioso ou do trabalho. Neste sentido, um complementa o outro. A constituição de uma comunidade não nega a existência de conflitos; os conflitos existem, mas, na sua essência, as relações sociais estabelecidas em seu seio são marcadas pela solidariedade.

Neste tipo de comunidade, descrita por Fichter (1973), o grau de integração da comunidade tende a ser elevado, já que as distâncias são reduzidas e os contatos entre eles constantes. Isso facilita a participação e o conhecimento das necessidades uns dos outros, aumentando, assim, a cooperação entre eles.

A comunidade rural do Fundão, após a década de 1950, com a intensificação da urbanização, passou por um processo de saída de população que provocou uma mudança no ritmo da comunidade. Com esse processo de "esvaziamento populacional", a vida cotidiana, as práticas produtivas e religiosas, que faziam do Fundão uma comunidade, na acepção total da palavra, começa a se restringir, praticamente, apenas ao aspecto religioso e aos laços de pertencimentos que foram construídos com o lugar, através do tempo. Ainda que muitas propriedades não tenham sido negociadas, elas começaram a funcionar apenas como segunda residência. Isso é dito porque os vínculos das pessoas com o lugar, a cada dia, foram-se reduzindo, basicamente, aos eventos religiosos e às visitas esporádicas daqueles que ainda mantinham suas propriedades no lugar.

Com o declínio das atividades produtivas, cai a movimentação de pessoas na comunidade. Algumas sedes de fazendas e olarias foram abandonadas. A comunidade, que era fixa, passa a se encontrar ciclicamente. Mas podemos falar da existência de uma comunidade, mesmo que seja cíclica? A este respeito, Fichter diz que:

> [...] aplica-se ainda o termo "comunidade" às "velhas" vizinhanças ou bairros da cidade nos quais os habitantes têm ainda análoga ascendência étnica e nível econômico e de instrução similar, e viveram juntos durante longo tempo". (FICHTER, 1973, p. 155).

Apesar de o autor fazer referência às comunidades presentes no urbano, é possível interpretá-la para a realidade estudada, partindo do ponto de vista de que "viveram juntos", na mesma comunidade, "durante longo tempo". Aqui, é interessante pensar a comunidade, pois, no caso do Fundão, mesmo as pessoas não vivendo mais lá, os mais antigos se sentem membros da comunidade, ainda que, dificilmente, participem dos eventos religiosos realizados. Portanto, o termo comunidade ainda se aplica ao Fundão, não só pelo fato de continuar realizando as celebrações e festas religiosas, mas, também, por despertar o sentimento de pertencimento nas pessoas, onde cada fato histórico, cada construção arquitetônica, que ainda se mantém, e a própria paisagem natural fazem com que as pessoas que nasceram, foram criadas, trabalharam ou que no lugar se estabeleceram, por um longo período de tempo, ainda se sintam membros da comunidade. Diante disso, podemos dizer que, se levarmos em consideração apenas o aumento do fluxo de pessoas, para participar dos eventos religiosos, o Fundão é uma comunidade cíclica, para a Igreja e para os que participam da festa; mas, se considerarmos os laços de pertencimento das pessoas com o lugar, ela é fixa, porque mesmo não vivendo mais no lugar, os laços ainda permanecem.

Podemos afirmar que o Fundão ainda é uma comunidade. No entanto, a maioria das pessoas que têm uma grande identificação com o lugar já não participam mais dos eventos religiosos, e não possuem mais fazendas no Fundão. Partindo do princípio de que os valores culturais podem ser transmitidos de geração para geração, corre-se o risco que esses vínculos familiares com o Fundão sejam rompidos, pois muitas vezes os mais jovens não se interessam a dar continuidade àquilo que é transmitido pelos pais. Se assim ocorrer, o Fundão poderá perder até mesmo esse caráter de comunidade cíclica, que tem a freqüência de seus membros apenas nos períodos festivos. Diante disso, a preocupação dos pais em envolverem os filhos

nos preparativos das festas é constante. Para o Sr. Mauri Rodrigues, "é importante levar os netos e os filhos, porque na minha falta alguém tem que levar isso tudo pra frente[29]".

Neste momento, outra questão é levantada. Se as pessoas mais antigas da comunidade, em sua grande maioria, não participam mais dos eventos religiosos que se realizam no Fundão, quem é que está reproduzindo as festas da comunidade? Mas, antes de abordarmos a reprodução do Fundão, através das festas religiosas, faz-se necessário entender a importância da religiosidade das pessoas, para a manutenção da comunidade. Para isso, faremos uma viagem no tempo, com a finalidade de entender como se deu a construção do conjunto da capela, que envolve o salão de festa e o coreto, hoje, ponto de referência; mais especificamente, o local do reencontro para os membros da comunidade do Fundão. Importa-nos, ainda, conhecer como eram as procissões e as primeiras festas realizadas.

3.2 Fundão: uma comunidade mantida pelos aspectos religiosos

A comunidade do Fundão tem, na religiosidade de seus membros, o motor que movimenta as manifestações culturais. Como já abordamos anteriormente, a cultura de uma comunidade é composta pelos bens culturais de natureza material, como, por exemplo, as construções arquitetônicas e pelos bens culturais de natureza imaterial, que são os saberes, os valores e todo o conteúdo simbólico criado para mediar as relações humanas, as relações do homem com a natureza e com as divindades. Nesse sentido, o sistema simbólico,

[29] Entrevista realizada no mês de novembro de 2005 na cidade de Araguari - MG. O Sr. Mauri Rodrigues é presidente da Capela do Fundão. É ele que toma frente nos preparativos das festas que são realizadas no Fundão.

caracterizado nas atividades religiosas do Fundão, desde os primórdios de sua ocupação/reocupação, sempre se fez presente.

Tendo a sua ocupação intensificada no início do século XX, da qual um dos motivos foi a chegada da ferrovia na região e a conseqüente construção da estação ferroviária Stevenson, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro trouxe, para a região, vários funcionários, provenientes, sobretudo, do estado de São Paulo. Dentre estes, estava o Sr. João Esteves Sodado, também conhecido como "Joãozinho Português", que, apesar de morar em Araguari, comprou terras na região do Fundão.

O Sr. Joãozinho Português teve uma importância fundamental para a vida religiosa da comunidade do Fundão. Descendente de uma família de católicos fervorosos, e devoto declarado de Nossa Senhora de Fátima, padroeira de Portugal, sua terra natal, logo se inseriu na vida religiosa araguarina. Tendo propriedade no Fundão, e percebendo a necessidade de um lugar para fazer as orações comunitárias, no início da década de 1920, por iniciativa dele e de alguns outros moradores foi fincado o primeiro Cruzeiro, próximo ao vale do rio Araguari. Este Cruzeiro significou, para eles, a demarcação do lugar do sagrado, onde a comunidade se reunia para fazer as suas orações, seja para pedir chuva, durante o período de estiagem, ou para a realização dos terços que começavam a ser realizados, quase que simultaneamente à sua colocação.

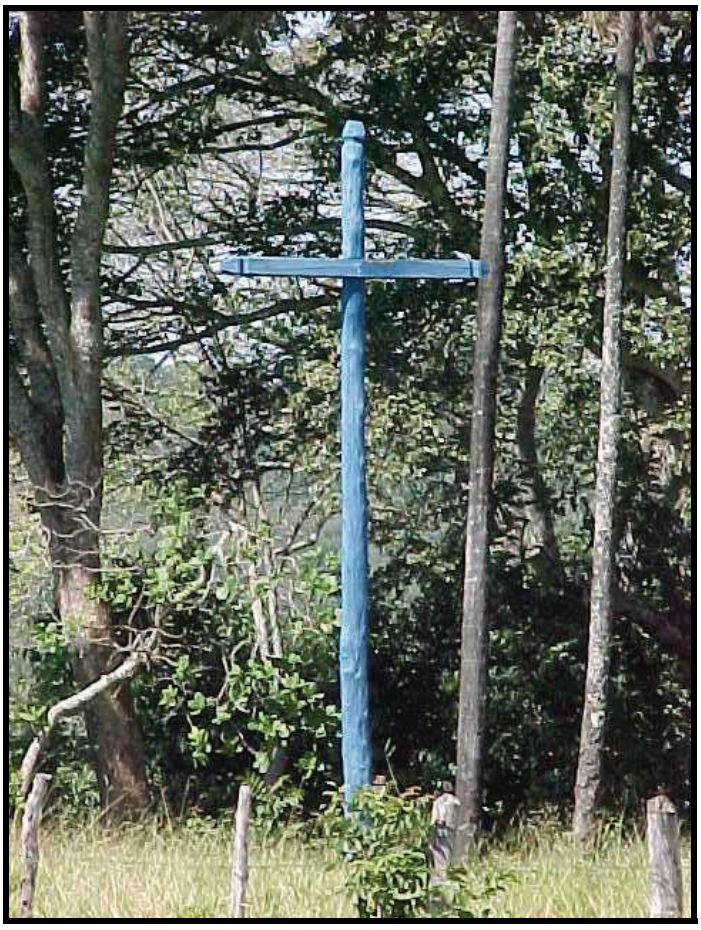


FIGURA 14 – Cruzeiro do Conjunto Capela do Fundão, localizado à frente da capela.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).

Logo, os terços que eram realizados no Cruzeiro começaram a ser acompanhados dos leilões. O Sr. Joãozinho Português e sua esposa, conhecida pelos mais velhos como Dona "Tiofa", chegaram a ir de propriedade em propriedade, chamando as pessoas para participar dos terços e levar as prendas para os leilões. Segundo o Sr. João Montes, inicialmente era de costume,

> [...] rezá o terço. E pegava aquele dinheiro, a dona Tiofá dava pros pobre aqui. Aí saiu o negócio de fazê uma capela lá. Vei um povo do Buracão no terço e juntou muita gente lá no terço, certo? Muita gente. Rezava aquele terço com o povo do Fundão ali. Aí vinha esse povo lá do Buracão, Retiro Velho, essa coisa aqui. Ai deu muito dinheiro. Ai sai aquele palpite para fazê uma capela lá. Aí vamo fazê a capela. Ai fez a capelinha [...] Uma capelinha petiquita. (Informação verbal)[30].

[30] Entrevista concedida pelo Sr. João Montes no mês de junho de 2005 na cidade de Araguari – MG.

O dinheiro arrecadado nos primeiros terços foi, inicialmente, doado para as pessoas mais necessitadas da comunidade, mas logo surgiu a idéia de construir uma capelinha. Então, na década de 1930, poucos anos depois de fixarem o Cruzeiro, com a ajuda de pessoas provenientes do Buracão e do Retiro Velho, comunidades rurais vizinhas do Fundão, conseguiram arrecadar quantias razoáveis de dinheiro, através dos leilões.

Com a realização dos leilões começaram a colocar em prática a idéia de construir uma capela, sendo que a coordenação de tudo ficaria na responsabilidade do Sr. Joãozinho Português. A doação do terreno foi feita pelo fazendeiro Sr. Franklin Esteves dos Santos, através de título de doação, em nome de Fábrica Igreja Matriz. Todos os tijolos utilizados para a construção foram doados pelas olarias do Fundão, e eram transportados nos carros de boi do Sr. Joãozinho Português que, além de participar ativamente na construção da capela, trouxe a imagem de São Sebastião, eleito pela comunidade o padroeiro do Fundão. Ela foi trazida diretamente de Portugal, e depois que a capelinha ficou pronta, foi colocada no altar. Sua construção foi feita em sistema de mutirão, onde os membros da comunidade, se reuniam, nas horas vagas, para juntos trabalharem na obra.



FIGURA 15 – Termo de doação feito pelo Sr. Franklin Esteves dos Santos, na década de 1930, à capela do Fundão.
Fonte: Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, Araguari – MG.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira.


ESCREVENTE AUTORIZADA :
Norma Martins Nogueira

D O A Ç Ã O.-

FAZENDA DO "FUNDÃO".-

TE: FÁBRICA DA IGREJA MATRIZ.-

TE: FRANKLIN ESTEVES DOS SANTOS e

NTRATO: CEM CRUZEIROS.-

FIGURA 16 – Detalhe do termo de doação mostrando o adquirente Fábrica da Igreja Matriz e o doador Franklin Esteves dos Santos.
Fonte: Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, Araguari – MG
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Antes mesmo que a capela de São Sebastião ficasse pronta, já eram realizadas as festas em louvor ao santo padroeiro e a Nossa Senhora Aparecida, mas, depois de sua construção, a participação das populações circunvizinhas, nas festas e demais celebrações religiosas, cresceu, aumentando também a necessidade de um acompanhamento melhor, por parte da Igreja. Com isso, no ano de 1949, com a criação da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, o Fundão passa a ser acompanhado pelo padre da paróquia recém-criada. Também lá, na igreja matriz dessa mais nova paróquia araguarina, o Sr. Joãozinho Português teve participação fundamental, contribuindo, na década de 1950, para a criação da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima, da qual foi presidente, no ano de 1953.

Com o passar dos anos, a pequena capela, construída na década de 1930, já não suportava mais o grande número de visitantes. Em 1966, o Sr. Sebastião Faria e sua esposa,

Alda Montes Faria, doaram um terreno medindo 2.365,50 m^2, para que a ampliação da Capela de São Sebastião fosse feita. Mas, o Sr. João Esteves Sodado, o Joãozinho Português, não viu a ampliação da igreja, já que, de acordo com o Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima, ele veio a falecer no mês de abril de 1963[31].

A capela, ampliada, foi entregue à comunidade, no final da década de 1960, e, ainda na década de 1970, foi construído o coreto para a realização dos leilões e o atual salão de festas. Depois disso, várias mudanças foram feitas, pela realização de outras reformas que se seguiram.



FIGURA 17 – Conjunto Capela do Fundão (Cruzeiro, Residência do Caseiro, Coreto, Salão de Festa e a Capela) no ano de 2005.
Fonte: MARQUES, Rogério Borges. (2005).

[31] "Ficou marcada missa de mês que será rezada por alma do Ex-irmão João Esteves Soldado para o dia 26 de maio de 1963 as 08:00 horas". Este trecho foi extraído do livro de ata da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima, em ata feita no dia 12 de maio de 1963.

Embora a ampliação e as reformas tenham sido vistas como necessárias, algumas mudanças, que foram feitas em relação à construção original, não agradaram a certos membros da comunidade. Aliado a isso, o êxodo rural provocado, sobretudo, pelo fechamento das olarias, fez com que as festas, que até a década de 1970 eram organizadas e realizadas, basicamente, com a presença de moradores do Fundão, chegassem aos anos de 1980 com uma grande participação de pessoas que não tinham suas origens na comunidade, intervindo diretamente na própria organização da festa.

O aumento da participação de pessoas de fora da comunidade provocou, conseqüentemente, uma redução no número de participantes que tinham vínculos com o Fundão. Segundo Maria Consuelo,

> [...] aquela igreja lá pra eles era um local de oração. Então eles nunca concordaram com a coisa do baile. Desde de que priorizaram o baile, fomos afastando todos [...] a minha família não aceitou; nem o meu pai e nem os meus tios. Todos afastamos. Por exemplo, a tia Aldinha, a Alda Montes Farias, ela tomou conta daquela igreja décadas e décadas. A partir do momento que começou os bailes, ela foi afastando e parou de ir [...] Que foi intensificando mais, foi nos anos 1980. Até o final dos anos 1980 eu ainda participava. A gente quando jovem, na década de 1980 a gente tava jovem, aí a gente foi muito. Tinha a dança e aí a gente ia, apesar de ter horário tá. Mas também foi acontecendo muita coisa. Muita briga, assassinato [...] (Informação Verbal)[32].

A entrevistada faz um paralelo da festa de antes com a festa atual. A motivação principal da festa era a de reunir a comunidade, para que juntos tivessem um momento de oração, de bate-papo, de descontração. Os bailes eram realizados, mas contavam com um número menor de participantes, e, quase todos provenientes do Fundão. Depois da década de 1970, com a construção do salão de festas, os bailes passaram a ser o principal atrativo. O número de pessoas de outras comunidades na festa mais do que duplicou. Aos poucos, aqueles que viam na festa uma oportunidade de rever os amigos e, juntos, preservarem a tradição de fazer as orações comunitárias e bater um bom papo, foram aos poucos deixando

[32] Entrevista concedida por Maria Consuelo Ferreira Montes Naves no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

de participar das festas. Ao mesmo tempo em que ocorreu o aumento no número de participantes, houve, também, o aumento da necessidade de policiamento, para conter as brigas e demais atos de violência.

A interferência das pessoas de fora da comunidade, na organização e realização dos eventos religiosos, provocou mudanças que não foram assimiladas com tranqüilidade por todos. As pessoas mais tradicionais do lugar que, costumeiramente, todos os meses, se faziam presentes na celebração dos terços e também nas festas, praticamente não participam mais. Descontentes com as mudanças, essas pessoas se sentiram excluídas, e as visitas, quando realizadas, se tornaram cada vez mais escassas. Com relação a isso, o Sr. Sebastião diz que não lhe agrada mais participar das festas que são realizadas na capela, porque:

> [...] Antigamente ocê ia lá pra conversar com um amigo seu, e ocê tinha pessoas da família e ocê tinha amigo seu pra conversar. Hoje ocê vai lá ocê não tem um amigo pra conversar, o povo que tá lá é o povo daqui, e eles ainda põe aquelas caixas lá que ocê não pode escutar nada. Eu por exemplo não vou lá pra dançar, eu vou pra conversar com os amigos, e hoje não tem ninguém mais que eu conheço, praticamente ninguém mais. Essa barulheira agrada a juventude, a juventude é que agrada disso lá, porque vai pra lá, vai dançar, vai lá pra divertir. Comigo já é o contrário, eu vou lá pra conversar com o amigo, mas o amigo já não tá lá mais. Quando eu acho um, ocê não tem como conversar (Informação Verbal)[33].

As pessoas que participam, atualmente, da festa, não compartilham da experiência de terem pertencido àquela comunidade do Fundão de outrora, que era marcada por práticas produtivas comuns, pela simplicidade, e pela solidariedade, que se fazia tão marcante, sobretudo, durante as celebrações religiosas do lugar. As músicas que são tocadas já não agradam mais e, ainda, o alto volume do som impede que se estabeleça um bom diálogo entre os participantes. O entrevistado destaca que o que agrada aos jovens - grande número de pessoas, som alto e músicas mais modernas - não agrada aos mais velhos. Os membros que têm suas origens na comunidade do Fundão, que nasceram, cresceram e participaram das

[33] Entrevista concedida pelo Sr. Sebastião Cândido de Melo no mês de abril de 2005, na cidade de Araguari – MG.

primeiras festas, quando vão às festividades, sentem-se perdidos, no meio da multidão. A festa reproduz uma comunidade da qual ele não se sente parte. Dona Francisca diz que:

> [...] hoje ocê chega lá é tudo gente estranha! Ocê fica vendida. Antes desse povo tomar conta a gente chegava lá e fazia aquela festona! Ia os vizinho lá tudo. Hoje é conhecido nosso sim, mais eu nem gosto muito de ir lá, porque o resto que vai é tudo estranho (Informação Verbal)[34].

Todas as pessoas que têm suas origens no Fundão, e que vivenciaram as primeiras manifestações culturais do lugar, sentem-se membros do que nós chamamos de "comunidade simbólica". Isso porque, segundo Weber (1973, p. 140), "a comunidade pode apoiar-se sobre toda espécie de fundamentos, afetivos, emotivos e tradicionais". Diante disso, a comunidade do Fundão, da qual se sentem parte, existe, fundamentalmente, nas lembranças de cada um deles. Essa comunidade é fixa porque ela permanece na memória, mesmo que não se vivencie mais o lugar. Mas, simbólica, porque reflete um modo de vida pertencente ao cotidiano de um passado relativamente distante, onde as lembranças nutrem a identidade com o lugar. Muitos não vão mais ao Fundão, para não sentir a dor de ver, por vezes, o abandono em que se encontram as propriedades rurais das quais um dia foram proprietários ou trabalharam. Preferem ter apenas a lembrança de um Fundão que significou um momento importante na vida de cada um. Essa comunidade, fixa e simbólica, ao mesmo tempo, existe ainda para aqueles que, além de terem nascido no lugar, também enterraram seus mortos. Referimos-nos, aqui, às crianças recém-nascidas, enterradas aos pés do primeiro Cruzeiro da comunidade.

Outras concepções de comunidade aparecem na obra de Bauman (2003). No entanto, Buaman não trata, diretamente, desta concepção de comunidade fixa e simbólica, da qual estamos falando, neste trabalho. Numa interpretação sucinta de sua obra, ela retrata que com a vivência, neste mundo cada vez mais globalizado e individualizado, cresce a necessidade de

[34] Entrevista concedida por Dona Francisca Laudelina Rodrigues de Melo no mês de abril de 2005 na cidade de Araguari – MG.

se ter “liberdade e segurança”, na vida cotidiana. Viver em comunidade seria, então, uma opção para essa questão.

O surgimento desse tipo de comunidade, suscitada pela busca da “liberdade e segurança”, é o que Bauman (2003) chama de “comunidade de entendimento comum”, mas que, segundo ele:

> [...] mesmo se alcançada, permanecerá portanto frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhe faz nas suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas [...] (BAUMAN, 2003, p. 19).

O que nós estamos considerando como “comunidade fixa” pode ser comparada com o que Bauman (2003, p.17) entende como sendo “aquela que não foi produzida artificialmente ou meramente imaginada”. Neste sentido, essa “comunidade de entendimento comum” se encaixa bem naquilo que tem sido constantemente feito nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, com a criação dos condomínios fechados, formando aquilo que Bauman (2003, p. 52) considera como as “comunidades cercadas dos bem sucedidos”. As pessoas procuram esses lugares na busca de tranqüilidade e segurança, que são mantidas à custa de muita vigilância. Portanto, essa é uma tranqüilidade ameaçada a todo momento; neste sentido, ganha-se segurança mas perde-se a liberdade, pois se vive, de uma certa forma, grande parte do tempo, em que se está em casa, enclausurado.

Na visão de Buaman (2003, p. 54), entre aqueles que ele considera como sendo membros de uma “elite global”, os “globalizados”, cresce a necessidade de se fazer parte de uma comunidade

> [...] cujos usos principais são confirmar, pelo poder do número, a propriedade da escolha e emprestar parte de sua gravidade à identidade a que confere “aprovação social”, deve possuir os mesmos traços. Ela deve ser tão fácil de decompor como foi fácil de construir. Deve ser e permanecer flexível, nunca ultrapassando o nível “até nova ordem” e “enquanto for satisfatório”. Sua criação e desmantelamento devem ser determinados pelas escolhas feitas pelos que as compõem – por suas decisões de firmar ou retirar seu compromisso. Em nenhum caso deve o compromisso, uma vez

> declarado, ser irrevogável: o vínculo procurado não deve ser vinculante para seus fundadores [...] (BAUMAN, 2003, p. 62).

Esse tipo de comunidade é criada por conveniência, onde o pertencer a uma comunidade dá a sensação de não estar sozinho no mundo. Contudo, não se admitem cobranças. É necessário respeitar a autonomia dos seus membros. Os compromissos firmados podem ser rompidos quando bem se desejar. Não existe, necessariamente, fidelidade ao grupo, portanto, a confiança no outro também é limitada.

Neste sentido, esta comunidade "descompromissada", da elite global, é nitidamente diferente daquela concebida como sendo a comunidade rural do Fundão, no início do século XX, e que Claval (2001, p. 116) chama de "comunidade de lugar". Nesta "comunidade de lugar", a vida tradicional, vivida nas sociedades agrárias, é valorizada. O nascer, o ser batizado e enterrado criam vínculos, identidades. Portanto, essa comunidade está ligada com o se sentir parte do lugar.

A comunidade do Fundão não tem as mesmas características da "descompromissada" comunidade da "elite global", apresentada por Bauman (2003), mas também não possui mais as mesmas características da tradicional "comunidade de lugar", de Claval (2001). Como já vimos, a grande perda de população, sofrida pelo Fundão, sobretudo após a década de 1960, fez com que a relação das pessoas com o lugar fosse alterada. De uma certa forma, entendemos que, no Fundão, alguns aspectos dos dois perfis de comunidade, que já foram anteriormente descritos, são passíveis de serem encontrados. Ela é uma "comunidade cíclica" para aqueles que, independentemente de terem nascido ou não no Fundão, continuam todos os meses se dirigindo para lá, para participar das festividades religiosas, ou seja, é uma comunidade cíclica mantida, principalmente, pela religiosidade dos seus membros. Mas é também uma "comunidade simbólica", para aqueles que nasceram e foram criados no Fundão

e que, embora não participem mais dos eventos religiosos, se sentem parte, por causa da identidade construída com o lugar.

Se, por um lado, algumas pessoas, que têm suas origens no Fundão, não continuam participando dos eventos festivos, por outro, a comunidade tem recebido pessoas de diferentes faixas de idade e que não têm suas origens no Fundão, para auxiliar nos preparativos da festa. Essa flexibilidade na aceitação de novos membros tem garantido a existência dessa comunidade cíclica que se tornou o Fundão, mas não anula a representatividade que ele possui, enquanto comunidade simbólica, para aqueles que possuem laços afetivos com o lugar. Nesse sentido, o Fundão poderia se enquadrar dentre as comunidades que, segundo Stokowski (2000),

> [...] são lugares, espaços de interações e centros de sentimento. E são decisivamente importantes para o nosso desempenho e nossas experiências de vida [...] os espaços nos quais nos aventuramos, saindo de nós mesmo e do grupo de pessoas mais íntimas, para encontrar outras que podem se parecer ou não conosco. As comunidades são os espaços para os quais nos dirigimos a fim de participar da vida, de trabalhar, rezar, nos divertir, nos socializar, viajar e nos inserir em atividades políticas e econômicas. Em última análise, as comunidades são espaços que criamos com esforço para que nosso mundo tenha sentido, seja mais razoável. São construídas coletivamente, não são dadas a ninguém (STOKOWSKI, 2000, p. 302).

Neste conceito, proposto por Stokowski (2000), destacamos o fato de que a autora não isenta os membros de honrarem os compromissos assumidos com a comunidade, que é vista como lugar de estabelecer relações, seja através da prática do lazer, da religiosidade, do trabalho ou, ainda, por intermédio da inserção nos movimentos políticos, econômicos e sociais.

A comunidade do Fundão tem, sobretudo nas festas e em todos os rituais religiosos que a compõem, a sua razão de ser. Dentre todos os rituais da festa, a procissão é lembrada de maneira especial pelos membros mais tradicionais da comunidade, e contribui para fortalecer seus laços de pertencimentos. Os andores de São Sebastião e de Nossa Senhora Aparecida são cuidadosamente enfeitados e carregados pelos fiéis. Segundo o Sr. Sebastião,

> [...] no começo a procissão gastava uma hora pra dá a volta. E era gente! Tinha época que enquanto tinha gente chegando na capela, ainda tinha gente saindo pra procissão. A procissão saía da porta da igreja e descia por baixo. Lá tinha uma estrada que cortava berando o cerrado por cima e começava a descer numa baixada, e ia cá perto do Sebastião Faria e depois voltava. Era longe, dava mais de dois quilômetros. Hoje dá uma volta de uns 100, 200 metros só. Do lado do córrego do Fundão a gente avistava a procissão, mesmo que não tivesse de noite e com vela na mão, a gente via. Era muito bonito. Mas foi poucas veis de noite, ela era mais de dia. Era sempre as três hora da tarde. Todo ano de festa lá, a procissão era as três hora da tarde. (Informação verbal).[35]

A realização da procissão sempre se fez presente, tanto na festa de São Sebastião como na de Nossa Senhora Aparecida; contudo, há mais ou menos cinco anos, a festa de Nossa Senhora Aparecida, que acontecia no mês de outubro, passou a ser realizada juntamente com a festa de São Sebastião. A proximidade com a data da festa de São Sebastião, que é realizada no mês de julho[36], a pouca disponibilidade do padre e a baixa rentabilidade da festa foram os motivos que levaram à interrupção de sua realização. Na procissão da festa de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida também é homenageada, tendo a sua imagem carregada no andor. Contudo, o percurso da procissão ficou reduzido a uma volta, ao redor do conjunto da capela. Entendemos que o priorizar o baile - a maioria das pessoas que participam da festa, atualmente, vem basicamente para este momento - tenha sido o principal motivo para reduzir a procissão aos 100, 200 metros, citados pelo entrevistado. Eles lembram com muito saudosismo que as "procissões de antigamente" eram melhores, indo até próximo do vale do rio Araguari, e que de longe se avistava a procissão.

O Sr. João Montes, que chegou no Fundão ainda criança, se emociona quando fala do Fundão vivenciado por ele. Todas as vezes que ele fala sobre o período em que vivia lá, emociona-se

[35] Entrevista concedida por Sebastião Cândido de Melo, no mês de junho de 2005 na cidade de Araguari – MG.
[36] Apesar do dia de São Sebastião ser 20 de janeiro, a festa é realizada no mês de julho, já que o mês de janeiro é período chuvoso na região.

> [...] todas as vezes que eu falo do Fundão eu choro! Eu não guento! O Fundão é tudo! Gente boa, amizade criatura! Aquele povo era os meus irmão. O mundo foi bom demais pra mim. Eu sô bobo não sô? Mas como é que eu fico assim? Eu queria conversar com ocê sobre o Fundão e eu não dou conta criatura! (Informação verbal)[37].

Os laços de pertencimento do Sr. João Montes são tão fortes que ele não consegue falar sobre a sua vida no Fundão, quando perguntado. Para esse senhor de 91 anos e que chegou ao Fundão com 10 anos, o Fundão "é tudo". A comunidade do Fundão, vivenciada por ele, só existe no seu imaginário, que ganha vida nas suas lembranças. A maioria das pessoas que compartilharam com ele desse período já faleceram, as paisagens que faziam parte do seu cotidiano já foram modificadas, ou não mais existem, e da fazenda que a ele pertencia, pouca coisa restou. Isso, porque os bens materiais que possuía, na comunidade, em sua grande parte se foram, mas a sua identificação com o lugar permanece. Podemos dizer, então, que o Sr. João Montes, como os demais primeiros moradores do Fundão, que ainda estão vivos, se sentem parte de uma comunidade simbólica, de um Fundão que só existe no imaginário de cada um deles.

Em resumo, a vida religiosa e o jeito "caipira" de ser das pessoas do Fundão são remanescentes dessa ruralidade que o caracteriza, e sempre foram um dos alicerces para continuar reproduzindo o lugar. Através das manifestações cultural-religiosas, eles conseguiram manter uma proximidade maior entre eles, fazendo com que as relações ficassem estreitas. Depois da década de 1950, e, sobretudo, após a década de 1970, boa parte dos membros da comunidade, cujo número não sabemos expressar, viram-se obrigados a mudar para a cidade. Mas, ainda assim, as pessoas conseguiam arrumar tempo para participar dos eventos religiosos que aconteciam no Fundão e viam, nestes momentos, a oportunidade do reencontro e de se fazer comunidade pela prática da fé religiosa. A ampliação no número de visitantes, aliada à possibilidade de aumentar as doações com a festa, levou à ampliação da capela, à construção do coreto e do salão de festas. A festa se tornou, assim, mais popular e,

[37] Entrevista concedida pelo Sr. João Montes no mês de junho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

com isso, as pessoas cujas origens provêm do Fundão aos poucos foram deixando de participar, chegando a ponto de se sentirem estranhos, em sua própria comunidade. Diante disso, as pessoas do Fundão passam a pertencer a uma comunidade fixa e simbólica ao mesmo tempo, ou seja, eles se sentem parte de uma comunidade que se reúne nas festas e que, simbolicamente, é representada pelos laços religiosos e pelas lembranças das experiências vividas no passado. O que é possível vivenciar nos dias atuais nem sempre os agrada e, por vezes, os entristece.

Claval (2001, p. 114) afirma que "a vida em comunidade tem necessidade de uma base territorial". No Fundão a base territorial é fixa, mas a comunidade não. A maioria das pessoas não vive mais lá. Entendemos essa comunidade simbólica como sendo uma comunidade que se construiu através do tempo, na vivência do cotidiano, dentro de uma base territorial fixa e que é mantida, principalmente, pela afetividade que as pessoas têm com o lugar, ainda que a vivência do cotidiano não se desenvolva mais nele.

Se a comunidade é fixa e simbólica, para as pessoas que têm suas origens no Fundão, para as outras, que hoje continuam reproduzindo o lugar a partir do aspecto religioso, ela é cíclica. Isso, porque têm data marcada para se reunirem. No entender de Dona Eleusa, que morou muitos anos no Fundão e que, junto com o marido, é responsável pela capela,

> O Fundão mesmo não é uma comunidade, porque comunidade é as pessoas que mora lá e que participa das atividades, mas que participa mesmo são pouca. Hoje é o povo da cidade que ajuda a gente fazê as festas e os terços. Eu acho que esse povo da cidade que ajuda a fazê a festa é uma comunidade. (Informação verbal)[38].

A entrevistada retrata bem a comunidade cíclica da qual estamos falando. Para ela, o Fundão seria, sim, uma comunidade, se todos que morassem lá, participassem dos eventos religiosos, que acontecem todos os meses. A maior parte das pessoas que possuem

[38] Entrevista concedida por Dona Eleusa Pereira de Melo Rodrigues, no mês de setembro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

propriedades no Fundão deixam os caseiros tomando conta e passam a viver na cidade de Araguari. Os vínculos das pessoas com o lugar ocorrem, também, a partir das atividades agropecuárias. Em contrapartida, as pessoas que estão envolvidas na organização e realização das manifestações cultural-religiosas da comunidade são pessoas que vivem na cidade e que não têm vínculo algum econômico, com o Fundão. Um número relativamente grande de pessoas, que vivem nos mais diversos bairros de Araguari, participam de praticamente todos os terços preparatórios para a Festa de São Sebastião e para a mais recente festa, a de Santos Reis. São festeiros, ajudam na arrecadação de prendas e na condução de todos os festejos. Eles participam e envolvem toda a família nos preparativos.

Outra situação é aquela dos que vivem ou que trabalham na comunidade. Na região do Fundão, as dimensões territoriais são reduzidas e as propriedades rurais são relativamente próximas umas das outras. A proximidade física, para os mais velhos habitantes do Fundão, poderia fazer com que as relações estabelecidas no lugar fossem mais calorosas e integradas, e que constituíssem realmente uma comunidade. Contudo, a situação atual impede que isso aconteça. Segundo o Sr. Sebastião, "não existe os donos morando lá. Os donos tão morando aqui. Eles vão lá só de passeio[39]".

Os tempos são outros e, segundo o Sr. Daniel Montes, que possui, juntamente com o seu pai, uma fazenda no Fundão,

> [...] o Fundão é meio desunido. Comunidade pra mim é um grupo de pessoas que conversa, planeja as coisas junto, que troca idéia no trabaio da terra. No Fundão não tem isso não, não tem uma formada não. Agora pra fazê a festa tem comunidade porque a festa todo mundo qué (Informação verbal)[40].

Fica claro, na fala do entrevistado, que o único momento em que ele se sente em comunidade é nas festas religiosas que acontecem na capela. No dia a dia do Fundão as

[39] Entrevista concedida pelo Sr. Sebastião Cândido de Melo, no mês de julho de 2005, na cidade de Araguari – MG.
[40] Entrevista concedida pelo Sr. Daniel Montes, no mês de setembro de 2005, na comunidade do Fundão – Araguari (MG).

relações de quem ali mora ou trabalha são superficiais e mediáticas, e embora eles se conheçam, não existe um clima de cooperação estabelecida, cooperação essa que, segundo Sr. Daniel, aparece somente durante a realização das festas. Como as relações e interações mudaram, algumas referências de comunidade continuam. O Sr. Cláudio, também morador do Fundão, diz "não saber falar se existe comunidade ou não, mas os vizinhos ajudam uns aos outros. Nas festas da capela eles se organizam bem para fazê-la"[41]. Apesar do entrevistado não saber explicar se o Fundão é uma comunidade, é possível perceber, em sua fala, que, na sua experiência pessoal, existe, sim, um clima de cooperação com os vizinhos, que vai além da cooperação para realizar a festa. Isso se justifica, sobretudo, pela história de cada um deles. O Sr. Cláudio, filho de um dos mais tradicionais moradores do Fundão, o Sr. Stanislau Viera dos Santos, conhecido por todos como Sr. Taninho, praticamente nasceu e cresceu no Fundão. As relações que foram estabelecidas com o lugar são mais fortes do que a do entrevistado anterior, que embora tenha vínculos com o lugar, não foi criado no Fundão. Com isso, chegamos à conclusão de que a comunidade poderá não existir completamente para aqueles cujos vínculos com o lugar ainda não foram completamente estabelecidos. Podemos dizer, então, que a comunidade poderá ser fixa para aqueles que vivenciam o dia a dia do lugar, cíclica para aqueles que vivenciam apenas as manifestações cultural-religiosas e fixa-simbólica para aqueles que, embora não freqüentem a comunidade, ainda se sentem parte dela, por terem as suas origens no Fundão.

Outra realidade interessante é a concepção de comunidade e a relação que os adolescentes têm com o Fundão. Diante da preocupação dos mais velhos em manter a tradição de realizar os eventos religiosos, é comum levarem os filhos e netos, seja para ajudar nos preparativos ou, simplesmente, para participar dos cultos, missas e festas. No que diz respeito a essa relação com o Fundão, Vinícus diz que "o Fundão faz parte da vida de sua família. A

[41] Entrevista concedida pelo Sr. Cláudio Vieira dos Santos no mês de setembro de 2005, na comunidade do Fundão – Araguari (MG).

comunidade é um momento marcante[42]". Ainda sobre a comunidade do Fundão, Aline diz que:

> Eu vou no Fundão desde dos meus 15 dias de nascido. A minha mãe era festeira e ela não tinha como faltar e, teve que me levar e até hoje eu vou lá. Eu gosto muito de lá, eu cresci lá dentro, eu pretendo ajudar muito mais do que eu ajudo hoje, a igreja. Eu quero participar muito mais nas festas, tanto na de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida como na de Santos Reis. Tudo que depender de mim pra ajudar manter a comunidade, eu ajudo (Informação Oral)[43].

O participar dos eventos religiosos do Fundão fez com que os dois adolescentes citados construíssem, também uma identidade com o lugar. Ambos se sentem membros da comunidade e asseguram que, na falta dos pais, continuarão realizando os eventos religiosos.

Portanto, a comunidade continua, não como era no passado, mas como um conjunto de pessoas que se reúne em torno de identidades religiosas, pertencimentos e, por vezes, interesse, principalmente pelo lazer que o lugar oferece. Sobre isso, o Sr. José Rodrigues diz que:

> Antigamente a gente ia na festa de cavalo, mas agora vai tudo de carro [...] Na festa tem que fazer de tudo um pouco [...] Dançar, tomar goró. Dançar com as muié. Reza [...] Primeiro ocê chega, vai lá, reza, faz seu pedido, faz a sua oferta, o que ocê quiser. Depois sai dali tem o leilão, ocê já toma uma cervejinha, parte pra uma dança, distrai a vida, uai (Informação verbal)[44].

Morador da comunidade rural do Buracão, no município de Araguari, o entrevistado participa das festas do Fundão, há anos. Para ele a festa é uma oportunidade de sair da rotina diária do campo e dos problemas do dia a dia, uma maneira de "distrair a vida".

No próximo subcapítulo, abordaremos as pessoas que ainda conseguem, mesmo que ciclicamente, arrumar tempo para reproduzir o lugar, o que, como já comentamos, se dá, sobretudo, através das manifestações cultural-religiosas. Também trataremos das origens

---

[42] Entrevista realizada com Vinícus Willian, no mês de novembro de 2005, na cidade de Araguari - MG. Vinícius é neto do Sr. Mauri Rodrigues, presidente da Capela do Fundão.
[43] Entrevista realizada com Aline da Cunha no mês de novembro de 2005, na cidade de Araguari – MG. Aline é neta do Sr. João Malaquias antigo morador do Fundão.
[44] Entrevista realizada com o Sr. José Rodrigues, no mês de junho de 2005, na comunidade rural do Buracão – Araguari – MG.

espaciais das pessoas que vêm para o lugar. Algumas, comprometendo-se em manter os ritos e rituais sagrados e profanos das festas tradicionais do cerrado, outras, pelo simples prazer de participar.

3.3 A rede social que contribui para reprodução da Comunidade Rural do Fundão

Muito se discute com relação à origem da palavra "rede". Quando se pensa na origem etnológica da palavra, tem-se, segundo Dias (2005, p. 14), que "a palavra rede provém do latim *retis* e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós".

Mais tarde, com a evolução do conceito, Dias (2005, p. 14) afirma que ele passa a ser "associado ao organismo humano, sobretudo ao funcionamento do cérebro" e depois passa também a ser utilizado para se referir às "representações geométricas do território feitas pelos cartógrafos". Ainda segundo Dias (2005), foi somente a partir do século XVIII que:

> [...] a rede não é mais somente observada sobre o corpo humano – como malha ou tecido -, ou no seu interior. Ela pode ser objetivada como matriz técnica – infra-estrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo. Se até aquele momento a história da rede esteve ligada a uma referência ao organismo, a seguir ela estará também ligada a uma referência à técnica. (DIAS, 2005, p. 15).

A idéia de "rede social" surge no século XIX, quando o conceito passa a ser utilizado para analisar as mudanças sociais, promovidas pelo avanço técnico. Contudo, o desenvolvimento industrial e tecnológico tomou impulso somente após a Segunda Guerra Mundial e atingiu o seu ápice após a década de 1970. Neste sentido, o uso do termo rede começou, nesse momento, a ser apropriado para designar os progressos tecnológicos

conquistados pelos sistemas de comunicação, mostrando que, a cada dia, as realidades sociais estão mais próximas e conectadas entre si. Isso aconteceu inicialmente pelo uso do rádio, da televisão e do telefone, e mais tarde, com o uso dos telefones celulares e dos computadores, onde a "Internet" conecta as pessoas numa rede de comunicação e de informação instantânea. Segundo Trivino (1998),

> Na etapa atual das forças produtivas, as redes tecem as sociedades, rearticulam a política, reorganizam as economias, modulam as culturas. Estão na base da interatividade absoluta e veloz entre pessoas, empresas e governos; da anulação do território geográfico, da supressão do espaço físico, da compressão do tempo da instantaneidade, da instituição da velocidade como vetor da cultura [...] (TRIVINO, 1998, p. 13).

A concepção contemporânea de rede está diretamente vinculada aos progressos tecnológicos da informação. O seu uso tornou-se corrente a partir da evolução dos meios de comunicação, levando à instantaneidade do contato, que é virtual, dentro de um mesmo grupo social ou entre os mais diversos grupos sociais, independentemente de sua localização espacial.

No contato virtual, as distâncias do espaço físico são superadas pela instantaneidade do tempo, e as práticas culturais ficam expostas a uma interferência, também instantânea, de valores externos a ela, mas isso não significa a anulação do território geográfico, mencionado por Trivino (1998), pois, segundo Dias (2005, p.22), esse tipo de "relação feita entre redes e território, associa contração das distâncias à negação do espaço, reduzindo o espaço geográfico à noção de distância". Entendemos que estes grupos sociais instantaneamente conectados estão inseridos em uma base territorial que, para Dias (2005, p.22) independentemente do desenvolvimento da técnica, não é um "espaço ausente de história"; portanto, o tempo não pode ser "reduzido à noção de tempo real".

Ainda sobre o conceito de rede, Castells (1999, p. 498) considera que "rede é um conjunto de nós interconectados". Os nós representam o encontro das partes que compõem a rede. A formação dessas redes pode ter interesses diversos. Segundo Castells, elas

> [...] são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio [...] (CASTELLS, 1999, p. 498).

Diante disso, entendemos que rede pode ser um tipo de organização social em que a produção é exercida pelas partes que a compõe. A hierarquia social se faz presente no processo produtivo, mas não anula a importância das partes. Neste sentido, no sistema em redes, a proximidade espacial não é primordial, já que, com o desenvolvimento da comunicação eletrônica, os contatos são mantidos com regularidade. Contudo, os contatos virtuais não eliminam os pessoais, na execução do que foi previamente programado, como, por exemplo, a realização dos eventos religiosos do Fundão, que envolve um grupo de pessoas, as quais, mesmo vivendo em lugares diferentes, se organizam, para realizar a festa.

O conceito de rede social, utilizado por Lazega (1998 apud SANTOS, 2005, p. 57), retrata bem essa rede que continua reproduzindo a comunidade rural Fundão. Para ele,

> A rede social é geralmente definida como um conjunto de relações específicas (por exemplo: colaboração, apoio, conselho, controle ou ainda influência) entre um conjunto limitado de atores. [...] Estas entidades, ou atores coletivos, são mais que um sistema de relações entre membros: elas compreendem também, por exemplo, uma cultura ou um sistema de normas. (LAZEGA, 1998 apud SANTOS, 2005, p. 57).

A rede social que continua realizando os eventos religiosos no Fundão é movida por um conjunto de valores que fazem parte da cultura imaterial dos membros da comunidade. Os laços afetivos com o lugar, aliados à religiosidade manifestada pela fé nos santos padroeiros (São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e Santos Reis) fazem com que o traço marcante dessa rede seja a solidariedade, a doação, onde cada um doa aquilo que pode. E se não pode

materialmente doar nada, doa o tempo livre que tem, para organizar as festas. Neste caso, a rede que reproduz o Fundão, por meio dos eventos religiosos, assume o que Sherer-Warren (2005, p. 42) chama de "dimensão estratégica", funcionando como um "elemento organizador, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos e de movimentos sociais no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos" que, no caso das festas, estão representados, principalmente, pela Igreja Católica.

Podemos perceber, então, que, as redes sociais assumem algumas funções importantes que garantem a sobrevivência das atividades as quais elas se propõem realizar. Embora a rede social que atua no Fundão durante as festas tenha, como traço marcante, a doação, elas desempenham um papel importante, que é o de organizar e articular (um exemplo disso é a existência de um presidente da capela e a eleição de festeiros).

Não se pode esquecer da importância que a rede social também tem no estabelecimento de relações com os "poderes instituídos" que, muitas vezes, garantem a realização das festas. Se a rede social não estiver bem estruturada, o padre poderá colocar obstáculos na realização das festas, alegando que a comunidade não está suficientemente organizada para levar para frente as responsabilidades que se exigem. A falta de articulação poderá ainda impedir os contatos com os políticos locais, dificultando a melhoria dos acessos à comunidade e, até mesmo, as possíveis doações que poderiam ser feitas para as festas e, conseqüentemente, para a Igreja.

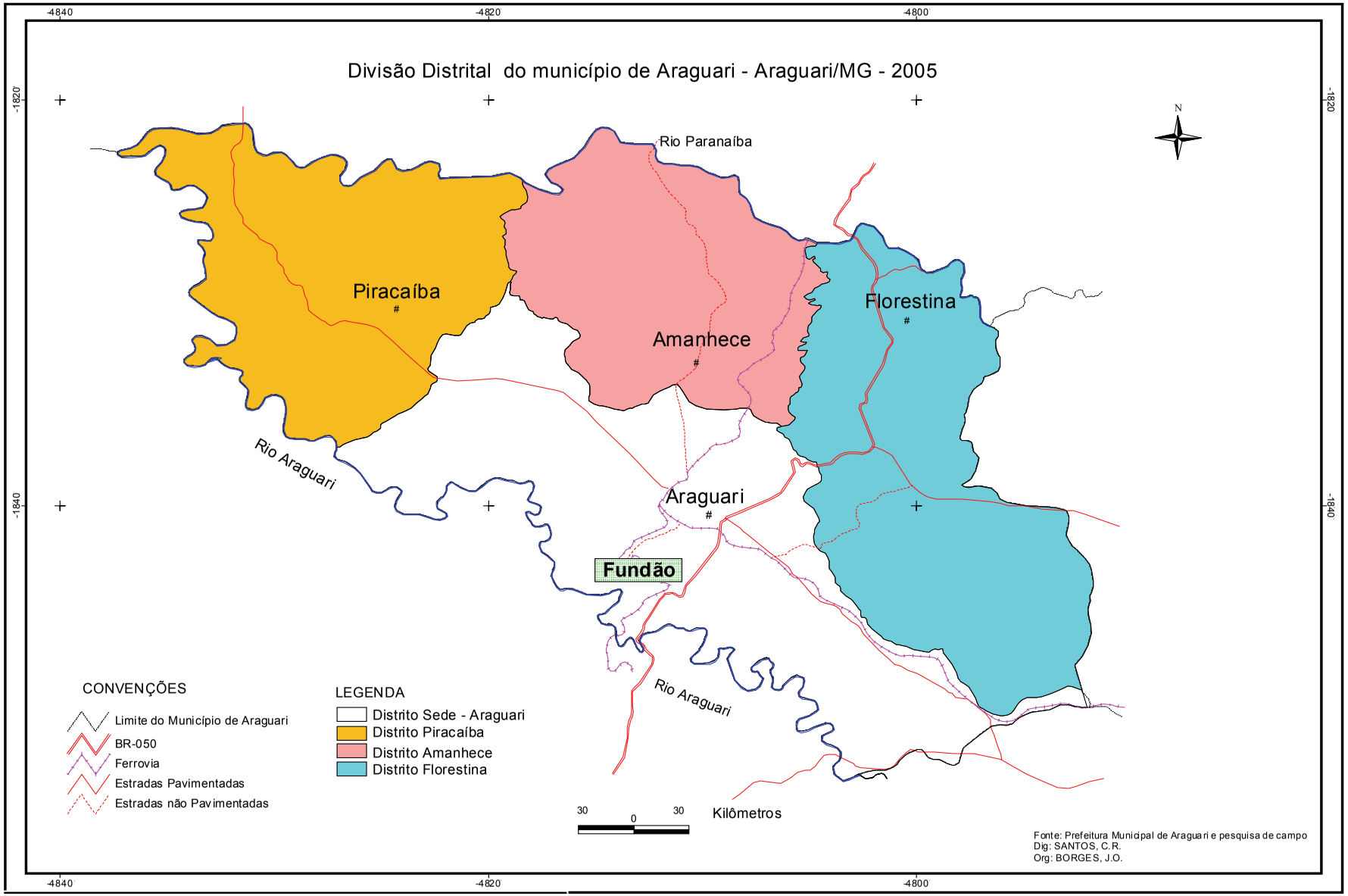
A rede social que realiza as festas no Fundão possui uma centralização do poder de decisões que está sob a responsabilidade do pároco e do presidente da capela, mas as funções, as responsabilidades, são descentralizadas. Neste caso, o padre e o presidente da capela assumem a responsabilidade de coordenar as atividades. Os membros da comunidade não costumam questionar as decisões que por eles são tomadas, porque acreditam que estão

servindo à Igreja. Assim sendo, Tiago, falando da importância em ajudar nas festas, diz que "o importante é ajudar a Igreja"[45].

Mas, antes mesmo de entender como funciona essa rede social, que ainda hoje continua reproduzindo o Fundão, chamamos a atenção para a regionalização do município de Araguari - representada no MAPA 5 - para compreendermos onde a Prefeitura Municipal de Araguari enquadra o Fundão, dentro da divisão administrativa do município. Com relação a isso, o capítulo III da Lei Orgânica do município, que trata da divisão administrativa, diz que, para facilitar a administração, este poderá ser dividido em distritos. Para isso, faz-se necessário:

> I – população, eleitorado e arrecadação não inferiores à décima parte exigida para a criação do Município;
> II – existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinqüenta moradias, escola pública, posto de saúde, posto policial e um templo religioso.

[45] Entrevista com Tiago Pascoal Rodrigues, neto do Sr. Mauri Rodrigues presidente da Capela do Fundão, realizada no mês de novembro de 2005 na cidade de Araguari – MG.



MAPA 5 – Divisão Distrital do Município de Araguari – MG.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig.: SANTOS. C.R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Diante disso, podemos perceber, no MAPA 5, que o município de Araguari é formado por quatro distritos. O distrito de Amanhece, ao Norte, o distrito de Florestina, a Nordeste e o distrito de Piracaíba, a Noroeste e, por fim, o distrito sede, que ocupa toda a porção sul do município, onde está localizada a comunidade rural do Fundão. Não existe, na lei orgânica do município, nada que se refira às comunidades rurais, diretamente. O que fica claro é que cada distrito é formado pela sua área urbanizada e pela área rural. É interessante observar que um dos critérios básicos para sua criação é a presença de, pelo menos, um templo religioso, que atenda a todo o distrito. Neste sentido, uma comunidade rural é, para a Prefeitura Municipal, um conjunto de fazendas que são polarizadas pelo distrito da qual ela faz parte, sendo assim assistido por ele, naquilo que é exigido para sua criação. Fica nítido que o sentido maior de comunidade é trazido pela existência de uma capela, onde um grupo de pessoas se reúne para que ali exerçam a fé religiosa que compartilham.

A construção de uma capela faz com que uma área rural tenha um ponto de referência, e que se constitua e seja reconhecida como uma comunidade, justamente por compartilharem de uma fé religiosa comum. Sendo o Brasil um país de maioria católica, o possuir uma fé religiosa comum é um vínculo que estreita as relações sociais entre os leigos. A religiosidade desperta nestes um sentimento de fraternidade, em que todos acreditam serem filhos de um único Pai, que a todos os seus filhos ama incondicionalmente. Essa filiação simbólica é incrementada pelas celebrações, onde os vínculos são mediados pela fé e alimentados, sobretudo, pela fraternidade que se acredita existir entre eles.

Diante disso, a Igreja Católica tem uma participação preponderante na vida de todos os leigos. Ela instaura a sua própria regionalização onde, segundo parâmetros próprios, cria e extingue comunidades. Segundo Dom José, bispo da diocese de Uberlândia, “tendo pelo menos as atividades de vez em quando, né, quando dá oportunidade de uma missa que o padre

possa ir em outros momentos de reunião pra oração, né, é uma comunidade sim"[46]. Neste sentido, a Igreja não ignora as manifestações autônomas dos leigos, que se organizam e iniciam encontros para oração. Dessa forma, o templo católico não é essencial para que uma comunidade seja constituída. Para isso, basta que grupos de pessoas, que compartilham de uma mesma fé religiosa, se reúnam com uma determinada freqüência, para fazer suas orações e demais atividades religiosas. Contudo, a construção de uma capela faz com que, além de constituída, ela seja reconhecida como uma comunidade religiosa, tendo um lugar apropriado para realizar as celebrações eucarísticas. Mas, ainda assim, a presença do padre nas celebrações é que dará legitimidade à comunidade, já que, segundo o catolicismo, ele seria uma espécie de "pastor" que tem a responsabilidade de conduzir e cuidar das "ovelhas do rebanho".[47]

Como já se sabe, a Igreja foi a instituição de maior poder nas cidades que surgiram nas áreas inicialmente colonizadas no Brasil, pelos portugueses. No planalto central brasileiro, a história não foi diferente. Na cidade de Araguari, o povoado só cresceu e desenvolveu após a construção da Igreja Matriz de Bom Jesus da Cana Verde. Segundo Bourdieu,

> [...] A Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica [...] pela afirmação ou pela reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia [...] (BOURDIEU, 1992, p. 70).

A ordem simbólica instituída pela Igreja Católica exerce uma influência acentuada, entre os leigos. Essa influência, no início da colonização, é retratada quase que como um poder supremo, portanto inquestionável e inviolável. Árduas penitências eram colocadas aos fiéis que não seguissem os ensinamentos da Igreja, dados, sobretudo, através do sacerdote.

---

[46] Entrevista concedida pelo bispo da diocese de Uberlândia, Dom José Alberto Moura, realizada no mês de setembro de 2005 na cidade de Uberlândia – MG.

[47] Em várias passagens da Bíblia Jesus se refere ao "povo de Deus" como ovelhas. Mas isso aparece de maneira especial no capítulo 21, versículos de 15 a 17, passagem conhecida como "A tríplice confissão de Pedro", quando Jesus Cristo pergunta por três vezes se o apóstolo Pedro o ama, e, em cada resposta positiva de Pedro, Jesus respondia: "Apascenta as Minhas ovelhas". Pedro é considerado, pelos católicos, como o primeiro Papa, e todos os demais são seus sucessores. Todos os demais sacerdotes da hierarquia eclesiástica são também considerados pastores, responsáveis por conduzir o rebanho que, simbolicamente, representa todos os fiéis.

Levando em consideração o fato de que vivemos em um país de maioria católica, nos tempos atuais, mesmo que muitos não sejam praticantes, esta ordem simbólica ainda continua sendo estabelecida, baseada na instalação do consenso. Ela começa a ser inculcada desde de criança, alimentada inicialmente pela freqüência às celebrações, pela participação nas festas religiosas e pela sucumbência diante dos principais sacramentos da Igreja, como por exemplo o batismo, a primeira eucaristia, a crisma e o casamento. A hierarquia eclesiástica é formada pelo corpo de sacerdotes, que são vistos como representantes de Jesus Cristo na Terra, e por isto são instituídos de um poder simbólico, muitas vezes inquestionável, por parte dos fiéis. A obediência aos valores da Igreja é defendida pelos sacerdotes, que contam com toda essa ordem simbólica, que é pela própria Igreja estabelecida. O prêmio, para aqueles que seguem os ensinamentos e as diretrizes apontadas pelos valores católicos, é a garantia da vida eterna, a conquista da santidade. Para reforçar tudo isso, são necessários os modelos, que são os santos católicos, sempre representados nos altares de todas as igrejas e capelas. As histórias a respeito das vidas destes santos são vistas pelos fiéis como exemplos a serem seguidos, e sempre que estes vêem as imagens, lembram-se do modelo de vida a ser seguido.

Por toda essa ordem simbólica, estabelecida pela igreja, Bourdieu (1992) afirma que ela contribui para a "manutenção de uma ordem política". Um dos maiores exemplos disso é o papel da igreja nos movimentos sociais, que ganham vida nas diversas pastorais (Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, dentre outras), que demonstram o poder que a Igreja tem de congregar um grande número de pessoas para cumprir objetivos traçados pela cúpula eclesiástica. Geralmente, não se questionam os objetivos traçados para cada um desses movimentos sociais, apenas se cumpre, pois se é um poder instituído por Deus, não pode ser questionado.

Esse poder simbólico, de que a Igreja é detentora, institui uma regionalização do espaço que não segue necessariamente, os parâmetros estabelecidos pelos órgãos públicos. Diante disso, a regionalização feita por ela segue padrões que, segundo Dom José,

> [...] depende de dois fatores principais. Primeiramente a proximidade geográfica né, então é mais fácil aí. Depois a possibilidade de assistência de algum padre. Por exemplo, tem padre que tem paróquia no centro, mas o padre daquela área lá está muito sobrecarregado, então fica anexo à uma paróquia central. Por exemplo, a paróquia da Catedral, atendia lá no bairro Dom Almir, o padre aqui que dava assistência lá, então ficava ligada ao padre daqui. Agora predominantemente é a região geográfica. (Informação verbal)[48].

Segundo a regionalização feita pela Igreja, o território nacional é dividido em arquidioceses. A arquidiocese é a denominação recebida pela diocese principal, que tem a função de coordenar as demais dioceses pertencentes à sua área de influência. As arquidioceses são administradas pelos arcebispos, enquanto que as dioceses pelos bispos. As dioceses são divididas em paróquias[49], que por sua vez são constituídas por comunidades rurais e urbanas. Cada paróquia possui uma Igreja Matriz, sendo que as demais igrejas e capelas da paróquia ficam a ela vinculadas. A casa paroquial, residência do pároco, na maioria das vezes, fica localizada próxima à Igreja Matriz, para facilitar a administração da paróquia.

A regionalização das paróquias, normalmente, não coincide com a estabelecida pelas prefeituras. Prova disso é que em um bairro com grande dimensão territorial pode existir mais de uma paróquia. A presença de uma igreja, e a grande quantidade de leigos, são fatores primordiais para a criação de uma paróquia. Outro fator primordial na regionalização do espaço, pela Igreja, é que, além da proximidade geográfica citada por Dom José, leva-se em consideração a disponibilidade do padre, para dar assistência. É consenso, entre os sacerdotes, que a cada ano tem caído o número de "vocações", ou seja, o número de jovens que querem servir à Igreja, como sacerdotes. A carência de padres tem levado as celebrações eucarísticas a serem mais constantes na Igreja Matriz, e, cada vez mais escassas nas demais comunidades da paróquia. Tem sido comum a celebração de cultos, pelos "ministros da eucaristia[50]", para suprir a ausência do padre.

---

[48] Entrevista concedida por Dom José Alberto Moura, bispo da diocese de Uberlândia, durante o mês de setembro 2005 na cidade de Uberlândia – MG.

[49] As dioceses são formadas por paróquias, que são administradas por sacerdotes que recebem o nome de pároco. Cada paróquia possui, assim, um pároco.

[50] Os ministros da eucaristia são pessoas que possuem uma formação específica, dada pela própria Igreja Católica, que o autoriza a exercer algumas funções dentro da Igreja, particularmente distribuir a eucaristia e ministrar o culto, que se diferencia da missa propriamente dita, pois nesta há a consagração do corpo e do vinho, que é função específica do sacerdote.

De acordo com o QUADRO 3, é possível observar a regionalização das paróquias de Araguari, instituída pela Igreja Católica.

QUADRO 3

Regionalização das Paróquias da Igreja Católica no Município de Araguari, 2005.

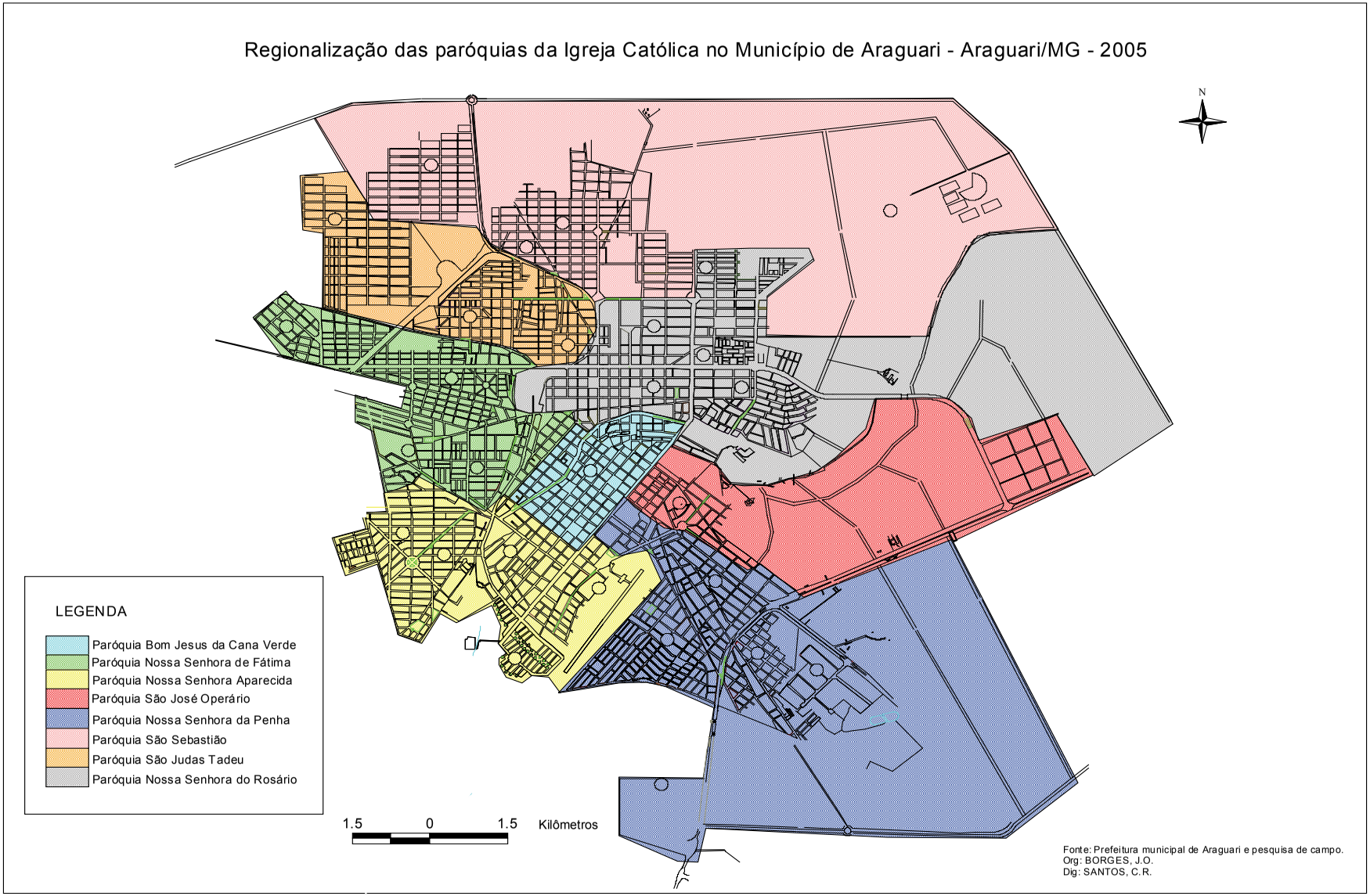
Paróquia	Bairros	Comunidades Rurais
Bom Jesus da Cana Verde	Centro (parte)	Campo Redondo
	Bosque (parte)	Distrito de Florestina
		Bom Jardim
Nossa Senhora de Fátima	Goiás	Nenhuma
	Fátima	
	Industrial	
	Chancia	
	Centro Acima do Córrego	
Nossa Senhora Aparecida	Maria Eugênia	Santo Antônio
	Brasília	Santa Cruz[51]
	Gutierrez	Fundão
	Santa Helena	
	Aeroporto Sul	
	Centro (parte)	
São José Operário	Aeroporto	Nenhuma
	Milenium	
	Amorim (parte)	
	Bosque (parte)	
	Idelmiro	
	São Vicente	
	Regina	
Nossa Senhora da Penha	Amorim (parte)	Salto
	São Luiz	Meloso
	Flamboyants	Buracão (jardim das oliveiras)
	Novo Horizonte	Serragem
	Santa Luzia	Contenda
		Estiva
		Nova Esperança
		Piçarrão
		Quilombo
São Sebastião	Jardim Panorama	Distrito de Amanhece
	Jóquei Clube	
	Miranda (parte)	
	Ouro verde (parte)	

Continua

[51] Esta comunidade é acompanhada por duas paróquias. Os padres se revezam para dar assistência a ela.

Paróquia	Bairros	Comunidade
São Judas Tadeu	Santa Terezinha	Araropira
	São Sebastião	Barreiro
	Viena	Barracão
	Independência	Patrona
		Distrito de Piracaíba
		Alto São João
		Santa Cruz
		Flores
Nossa Senhora do Rosário	Rosário	Nenhuma
	Ouro Verde (parte)	
	Miranda	
	Paraíso	
	Centro (parte)	
	Sibipuruna	
Total : 08	**33**	**24**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).



MAPA 6 – Regionalização das Paróquias da Igreja Católica no Município de Araguari – MG.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de campo.
Dig.: SANTOS, C. R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Com a utilização de mapas e trabalhos de campo, dispomos das localizações estratégicas das paróquias em Araguari. Constatamos que o município está divido em oito paróquias. Na área urbana da cidade, as oito paróquias envolvem 33 bairros, incluindo a região central. É possível perceber, no QUADRO 3, que a região central é dividida entre três paróquias e os bairros Amorim, Bosque e Ouro Verde, entre duas paróquias diferentes. Neste caso, isto foi organizado baseado na proximidade geográfica, que facilita o acompanhamento do sacerdote e a participação das comunidades.

A Igreja reconhece a existência de 24 comunidades rurais no município de Araguari. Entre estas estão incluídos os Distritos de Amanhece, Piracaíba e Florestina. Diante disso, podemos observar que, diferentemente do que estabelece a Lei Orgânica do município, para criação de distritos municipais, a Igreja Católica considera comunidade rural os lugares onde ela foi instituída pela construção de uma capela ou de um salão comunitário. Nas 24 comunidades rurais, representadas no QUADRO 3, todas possuem necessariamente uma capela ou um salão comunitário, onde os membros se reúnem para as celebrações eucarísticas, terços e festas dos santos padroeiros.

A paróquia de Nossa Senhora Aparecida foi criada em 14 de março de 1987. Desde então, a comunidade do Fundão tem sido acompanhada pelo pároco dessa paróquia. Como podemos observar no QUADRO 3, além do Fundão, a paróquia inclui parte da região central, Bairros Maria Eugênia, Brasília, Gutierrez, Santa Helena, Aeroporto Sul e ainda as comunidades rurais de Santo Antônio e Santa Cruz. Neste caso, a paróquia de Nossa Senhora Aparecida é constituída por bairros e comunidades rurais que geograficamente, estão localizadas próximas à Igreja Matriz. É interessante observar que o fato de a Igreja Matriz estar localizada no bairro Santa Helena justifica a criação da paróquia, já que os bairros que a compõem foram frutos da expansão

urbana, ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, onde vários dos antigos moradores do Fundão, que se mudaram para a cidade, fixaram moradia, neste período.

O conjunto que compõe a capela do Fundão está a, aproximadamente, sete quilômetros de distância da Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida. A estrada que dá acesso está em boas condições de tráfego, embora não seja asfaltada. Esses fatores facilitam o acesso daqueles que moram na cidade e têm fazendas na região, ou que simplesmente para lá se destinam visando participar das manifestações cultural-religiosas da comunidade. Como destacamos anteriormente, estamos considerando o fluxo de pessoas que, com datas marcadas, se destinam ao Fundão para a organização e participação nos eventos religiosos, como "comunidade cíclica".

Essa comunidade cíclica, de origem religiosa, provém principalmente dos bairros que fazem parte da paróquia de Nossa Senhora Aparecida e de outras comunidades rurais, que são acompanhadas por outras paróquias. No ano de 2005, tivemos o cuidado de participar das duas principais festas realizadas na comunidade, com o objetivo de registrar e de verificar de onde estão vindo as pessoas que compõem esta comunidade cíclica que estamos analisando, responsável pela continuidade da realização das festas. A festa de São Sebastião é tradicional. Ela é realizada desde a colocação do Cruzeiro, mas a festa de Santos Reis é uma iniciativa recente desta comunidade cíclica, que continua reproduzindo o Fundão, por intermédio desses eventos religiosos.

TABELA 2

Origem dos participantes da festa de Santos Reis do Fundão, 2005.

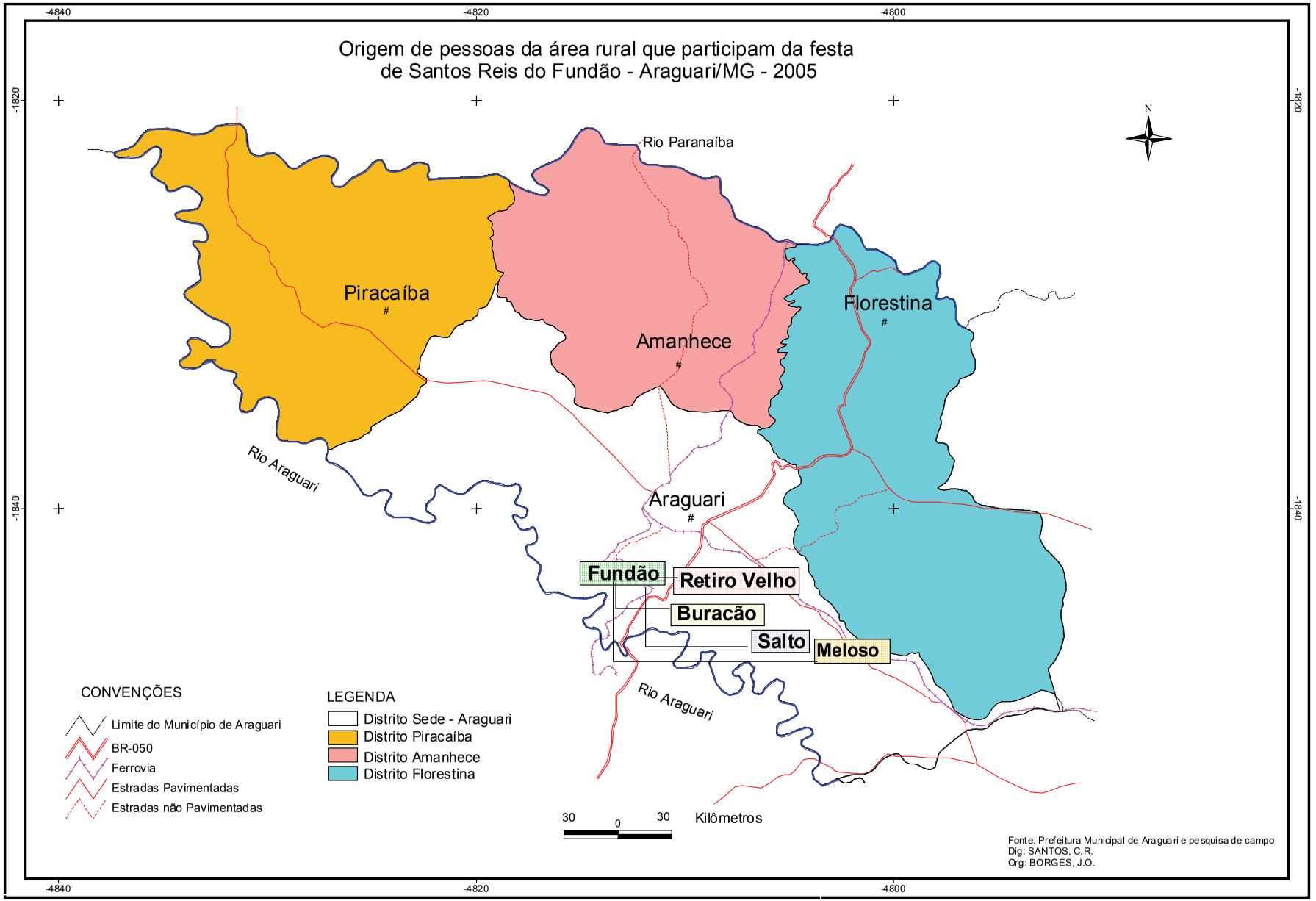
Comunidade	Quantidade
Comunidade Rural do Fundão	6
Comunidade Rural do Retiro Velho	4
Comunidade Rural do Salto	2
Comunidade Rural do Meloso	5
Comunidade Rural do Buracão	7
Região Central de Araguari	13
Bairro Amorim	8
Bairro Flamboyants	6
Bairro Santa Helena	28
Bairro Parque Brasília	7
Bairro Maria Eugênia	17
Bairro Paraíso	6
Bairro Gutierrez	4
Bairro Eduardo Moreira	8
Bairro São Sebastião	1
Bairro do Bosque	4
Bairro do Aeroporto	3
Bairro Jardim Milênium	1
Bairro Goiás	4
Bairro de Fátima	1
TOTAL : 20	**135**

FONTE: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

A festa de Santos Reis começou a ser realizada há, aproximadamente, quatro anos. Apesar de o dia de Santos Reis ser em 06 de janeiro, a data por vezes é alterada, tendo em vista que janeiro é período chuvoso, na região. No ano de 2005, a festa foi realizada no mês de maio, com o encerramento na capela do Fundão. A pesquisa foi feita no domingo, último dia da festa, antes da realização do baile. Isso porque já é notório que aqueles que se envolvem com os preparativos chegam mais cedo e participam ativamente do momento sagrado, que no caso da festa de Santos Reis é a realização do terço e a chegada da folia. Os demais visitantes chegam após o ritual sagrado da festa, e mesmo aqueles que chegam mais cedo, não participam desse primeiro momento. Isto justifica o fato de apenas cento e trinta e cinco pessoas terem sido entrevistadas, pois são estas pessoas que estamos considerando como membros da comunidade cíclica do Fundão.

Se considerarmos a procedência dos membros por paróquia, verificaremos que 45,9% dos participantes são paroquianos da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, paróquia à qual pertence o Fundão. Isso confirma o fato de que o pertencer a mesma paróquia e a proximidade geográfica são fatores importantes para que as pessoas continuem reproduzindo as festas que, no Fundão, são realizadas. De um total de 135 pessoas entrevistadas, 62 pertencem à mesma paróquia que o Fundão.

Analisando um pouco mais a TAB. 2, constatamos um total de 18 pessoas provenientes de outras comunidades rurais. Vale destacar que, praticamente todas elas, quase sempre, estão envolvidas na organização e realização das festas, sendo que algumas são constantemente festeiras em outras comunidades, além do Fundão.



MAPA 7 – Origem de pessoas da área rural que participam da festa de Santos Reis do Fundão – Araguari, 2005.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig.: SANTOS, C.R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Diante disso, podemos afirmar que as comunidades rurais de Araguari, citadas na pesquisa, pela própria proximidade geográfica, como mostra a MAPA 7, e por compartilharem de uma mesma fé religiosa, se ajudam, nos períodos de realização das festas. Vale destacar também que essa representatividade destacada de pessoas de outras comunidades rurais deve-se ao fato de que a festa de Santos Reis não é considerada uma festa tradicional do Fundão. Diante desse fato essas pessoas, já devotas de Santos Reis, se colocaram à disposição para ajudar a organizá-la. Gostaríamos de destacar, de uma maneira especial, o número de pessoas da comunidade do Buracão que praticamente estiveram presentes em todas as festas do Fundão, ajudando nas celebrações, na cozinha e onde mais se fez necessário. As duas comunidades são vizinhas, sendo separadas apenas pela Rodovia BR 050 (MAPA 3), o que facilita o acesso. Além de compartilharem de uma mesma fé religiosa, essas pessoas vivem experiências semelhantes, pois não moram mais nas comunidades de origem, mas se sentem ainda ligadas a elas por possuírem propriedades ou por participarem das festas que lá são ainda realizadas. Segundo Dona Josefa,

> [...] eu participo da festa porque é a Igreja que chama, porque eu gosto e me sinto bem. A minha origem é do Salto, mas fui criada no Buracão. Eu trabalho nas festas do Fundão, do Meloso, do Buracão e do Salto. Mas, no Salto eu trabalho com mais amor porque foi aqui que eu nasci[52].

Antes da confecção dos cartazes, os festeiros escolhem aqueles que irão ajudar na festa. Algumas vezes, as pessoas só tomam conhecimento de que fazem parte da equipe que irá ajudar na festa quando vêem os seus nomes nos cartazes de divulgação, espalhados por todas as paróquias. Atender ao chamado da Igreja se destaca na fala da entrevistada. Essas pessoas dificilmente recusam um pedido do padre ou dos próprios festeiros, que, muitas vezes, são velhos conhecidos. Eles se sentem valorizados pela Igreja, quando são lembrados

[52] Entrevista concedida por Dona Josefa de Menezes Martins no mês de julho de 2005, na festa de encerramento de São Sebastião na comunidade rural do Salto, município de Araguari-MG.

para ajudar. Por outro lado, o pedido da Igreja, feito na pessoa do sacerdote, não pode ser negado, pois se acredita que, nesse pedido, se manifesta a vontade de Deus.

O fato de se ter origens no lugar faz com que as pessoas trabalhem com mais amor para o santo padroeiro e que as homenagens sejam repletas de simbolismos. Este é outro ponto importante na fala de Dona Josefa. Ela se sente bem trabalhando em todas as festas que são realizadas nas comunidades rurais, mas o fato de pertencer à comunidade do Salto faz com que o trabalho dela lá seja mais prazeroso.

No GRAF. 1, é possível verificar a representatividade que tem cada grupo de pessoas, apresentadas na TAB. 2, na participação da festa de Santos Reis no ano de 2005.

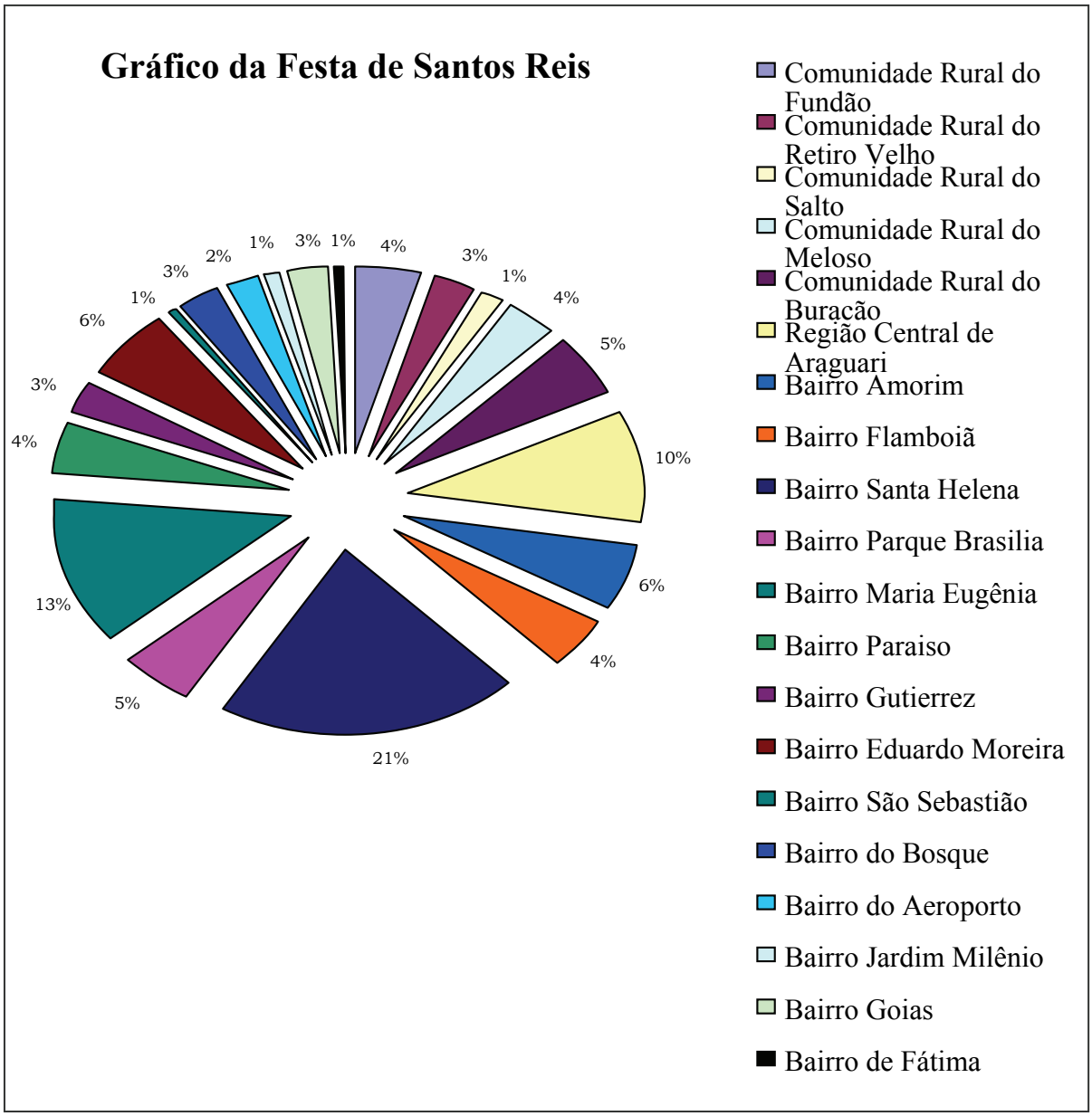
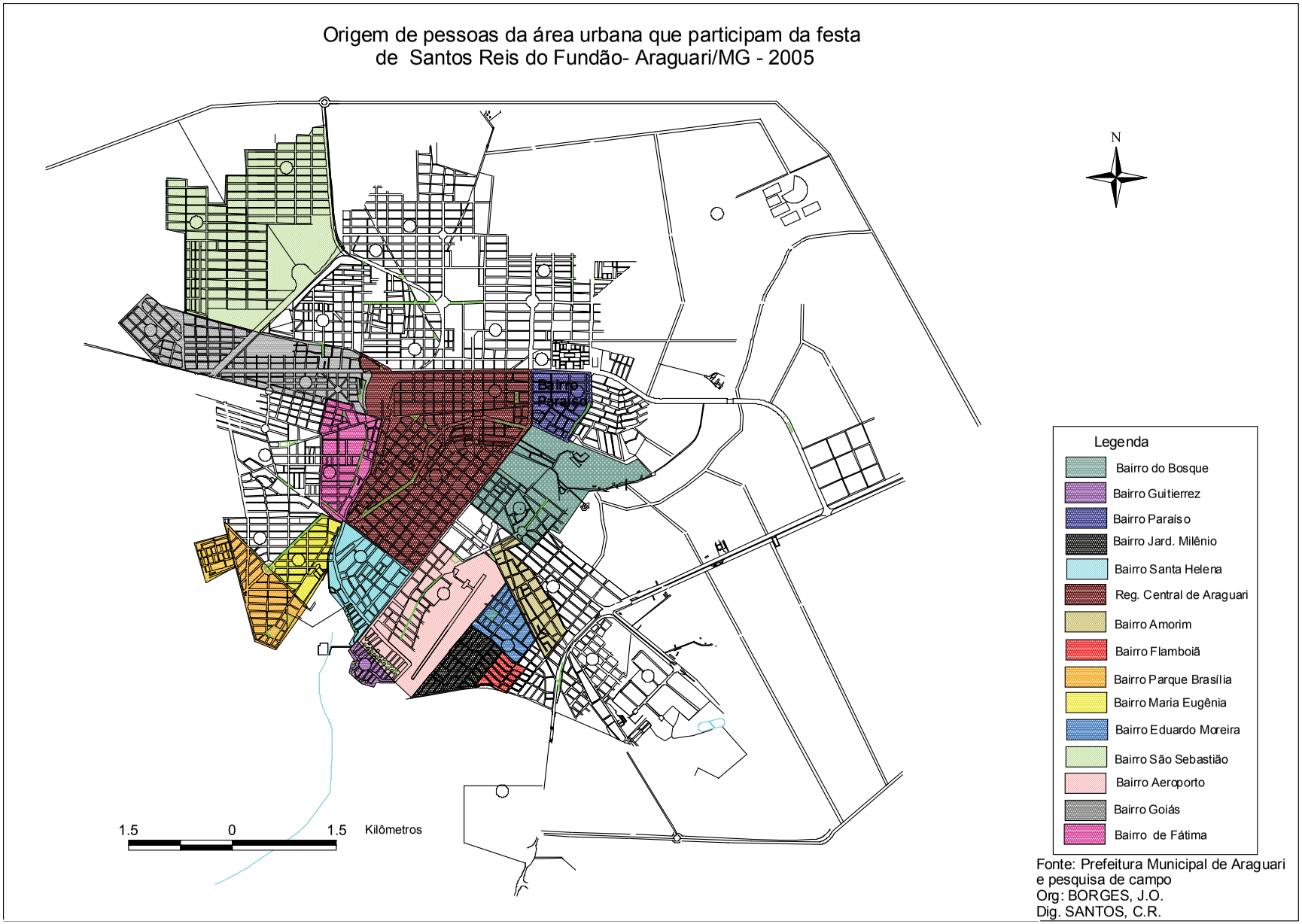


GRÁFICO 1 – Origem das pessoas que participaram da Festa de Santos Reis no Fundão, 2005.
Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira.

No GRAF. 1, é possível ter uma noção da representatividade que tem cada bairro na reprodução da festa de Santos Reis do lugar. No caso do Fundão, apenas 4% dos entrevistados moram ou têm suas origens na comunidade, ou seja, apenas seis pessoas, das 135 que foram entrevistadas, possuem vínculos com a comunidade do Fundão. Eles estão representados pelas pessoas que tomam frente para realização da festa de Santos Reis. O percentual reduzido de pessoas que moram ou têm suas origens no Fundão se justifica pelo fato de a festa de Santos

Reis ser um evento que só recentemente vem sendo realizado na comunidade, por iniciativa do presidente da Capela do Fundão, o Sr. Mauri Rodrigues. Outro dado importante são os 21% de pessoas procedentes do Bairro de Santa Helena, devido ao fato, como já comentamos anteriormente, de a Igreja Matriz estar localizada nesse bairro, e da própria proximidade geográfica com o Fundão, conforme mostra o MAPA 8. O bairro Santa Helena é também o lugar de moradia de um grande número de pessoas que possuem suas origens no Fundão. A família do Sr. Mauri Rodrigues, presidente da capela, na gestão de 2005, é um bom exemplo desta situação, pois ele nasceu e cresceu no Fundão, e depois que saiu de lá mudou-se para o bairro Santa Helena. Os parentes e o círculo de amizades da família do Sr. Mauri, no bairro Santa Helena, representa um número considerável de pessoas que participam das festas na comunidade.



MAPA 8 – Origem de pessoas da área urbana que participaram da festa de Santos Reis do Fundão – Araguari (MG), 2005.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig.: SANTOS, C. R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira.

Com relação à festa mais tradicional da comunidade do Fundão, a de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, podemos observar na TAB. 3 que a situação é semelhante.

TABELA 3
Origem dos participantes da festa de São Sebastião e N.S. Aparecida do Fundão, 2005.

Origem dos participantes da festa de São Sebastião e N.S. Aparecida do Fundão, 2005.	
Comunidade	**Quantidade**
Comunidade Rural do Fundão	16
Comunidade Rural do Buracão	1
Região Central de Araguari	23
Bairro Amorim	6
Bairro Flamboyants	2
Bairro Santa Helena	24
Bairro Parque Brasília	12
Bairro Maria Eugênia	22
Bairro Eduardo Moreira	1
Bairro São Sebastião	7
Bairro do Aeroporto	6
Bairro Goiás	1
Bairro de Fátima	2
Bairro Independência	5
Bairro Beatriz	6
Bairro Regina	1
Bairro Sibipiruna	1
TOTAL : 17	**136**

FONTE: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

No calendário católico, o dia 20 de janeiro é reservado para as comemorações em louvor a São Sebastião. A festa no Fundão é tradicionalmente realizada no mês de julho, já que o mês de janeiro é marcado por um elevado índice pluviométrico. Vale lembrar que Nossa Senhora Aparecida é também homenageada, nesta festa. A representatividade que São Sebastião tem para os membros da comunidade do Fundão é histórica. Tudo começou com a imagem trazida pelo Sr. João Esteves Sodado de Portugal, que ainda está presente no altar da igreja.



FIGURA 18 – Imagem de São Sebastião trazida de Portugal por João Esteves Sodado para a Capela do Fundão. Ela ocupa lugar de destaque na parte central do altar.
Fonte: ANDRADE, Rodrigo Borges. (2005).

Como aconteceu na festa de Santos Reis, a pesquisa foi intencionalmente realizada no dia de encerramento da festa, durante a realização do seu momento sagrado, em louvor ao santo. O fato é que, neste primeiro momento da festa, a maior parte das pessoas que participam são aquelas que estão mais comprometidas com sua organização e realização. Neste sentido, a tradição em realizá-la tem um peso maior, já que outros tipos de sentimentos estão envolvidos na continuidade de sua realização. Um exemplo desse comprometimento maior das pessoas, na preparação da festa, é o número relativamente elevado de pessoas que moram ou que têm suas origens no Fundão. Apesar dos desencontros de idéias e dos descontentamentos, já mencionados anteriormente, muitos vêm para participar da Festa de São Sebastião.

Mesmo não agradando a forma como a festa é conduzida, o Sr. Sebastião, que tem suas origens no Fundão diz que,

> [...] Naquela época a gente tinha aquela fé e tal, assim, como se diz, o costume do padroeiro era tanto, e todo mundo tinha muita fé em São Sebastião, São Sebastião foi o primeiro santo do Fundão e festeja até hoje, então a gente fazia o que podia... Eu agora vou lá pra rezar. Depois que eu rezei eu vou embora. Largo tudo o resto pra lá. O resto não me interessa mais [...] (Informação verbal).[53]

A fala do entrevistado justifica o número mais expressivo de participantes do Fundão na festa de São Sebastião, em relação à festa de Santos Reis. No entanto, os interesses que se têm, na festa, são diferentes dos demais participantes. A devoção leva à participação somente do primeiro momento da festa, dedicado à missa, à procissão e demais ritos católicos. Depois, nada mais interessa, e essas pessoas, mais tradicionais do lugar, usualmente vão embora.

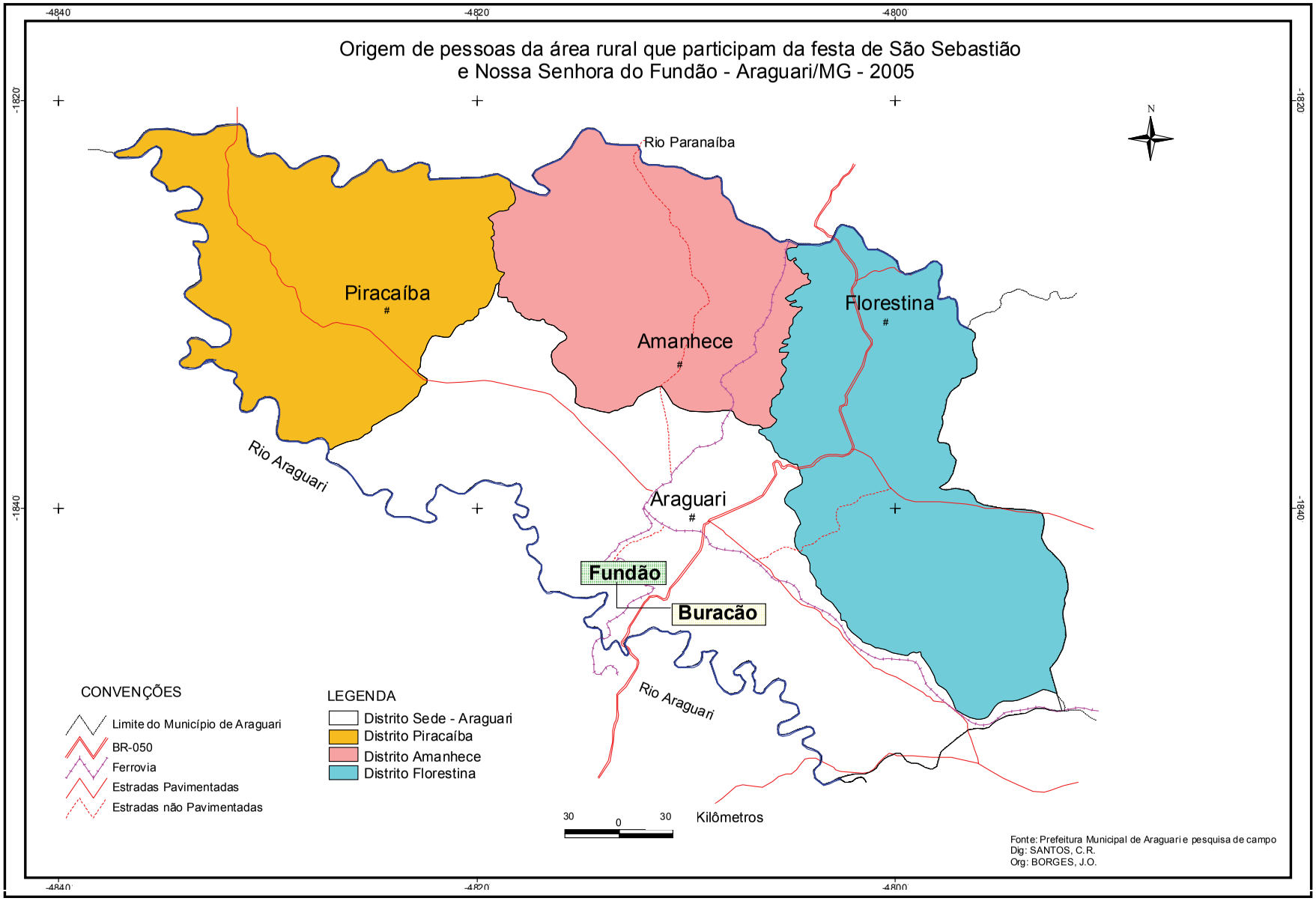
A participação de pessoas provenientes da paróquia de Nossa Senhora Aparecida representa 54,41% dos participantes. Este percentual elevado de pessoas da paróquia está representado pela grande quantidade de ministros da eucaristia e demais pessoas ligadas à Igreja Matriz, que vêm à festa com a finalidade principal de ajudar o sacerdote na condução da liturgia. Contudo, contribui também para este percentual o elevado número de pessoas provenientes dos demais bairros vizinhos à comunidade Rural do Fundão, que pertencem a mesma paróquia.

A festa de São Sebastião do Fundão é regionalmente conhecida, e, atrai milhares de pessoas, nos três dias de festa. Mas surpreende-nos a participação de pessoas provenientes de bairros distantes do Fundão, como por exemplo, os sete participantes que vieram do Bairro São Sebastião, localizado mais ao norte da cidade de Araguari, portanto, em sentido contrário ao Fundão.

Com relação à participação de pessoas provenientes de outras comunidades rurais, além do Fundão, encontramos apenas uma pessoa da comunidade do Buracão. É interessante observar que, ao contrário do que aconteceu na festa de Santos Reis, em que o número de

[53] Entrevista concedida pelo Sr. Sebastião Cândido de Melo no mês de junho de 2005 na cidade de Araguari – MG.

pessoas provenientes de outras comunidades rurais era maior, nesta, o número de pessoas do Fundão supera o de outras comunidades. Diante disso, entendemos que existe um maior comprometimento das pessoas da comunidade com a organização da festa, dado pela própria tradição e identificação que as pessoas têm com o santo padroeiro do Fundão.



MAPA 9 – Origem de pessoas da área rural que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão – Araguari (MG), 2005.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig.: SANTOS, C. R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira.

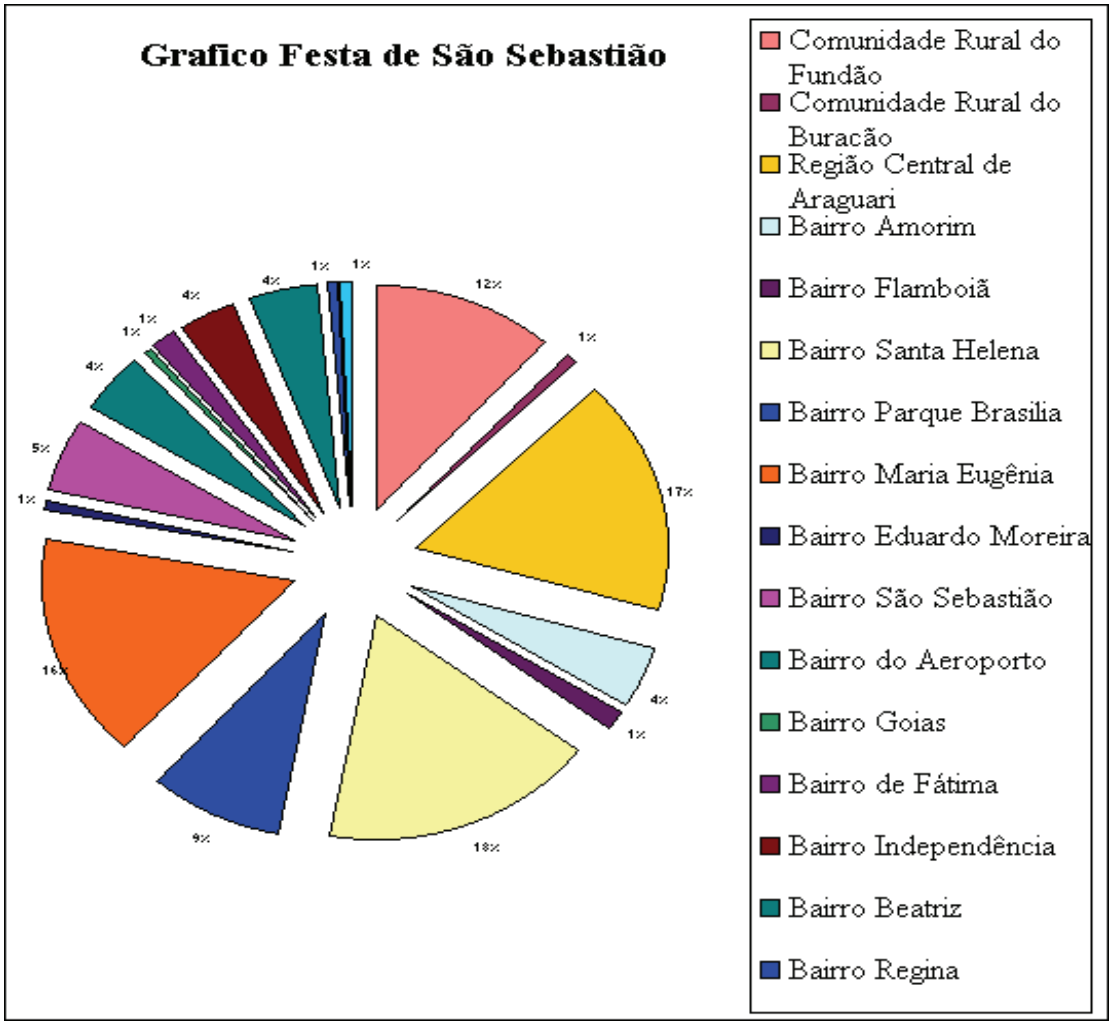
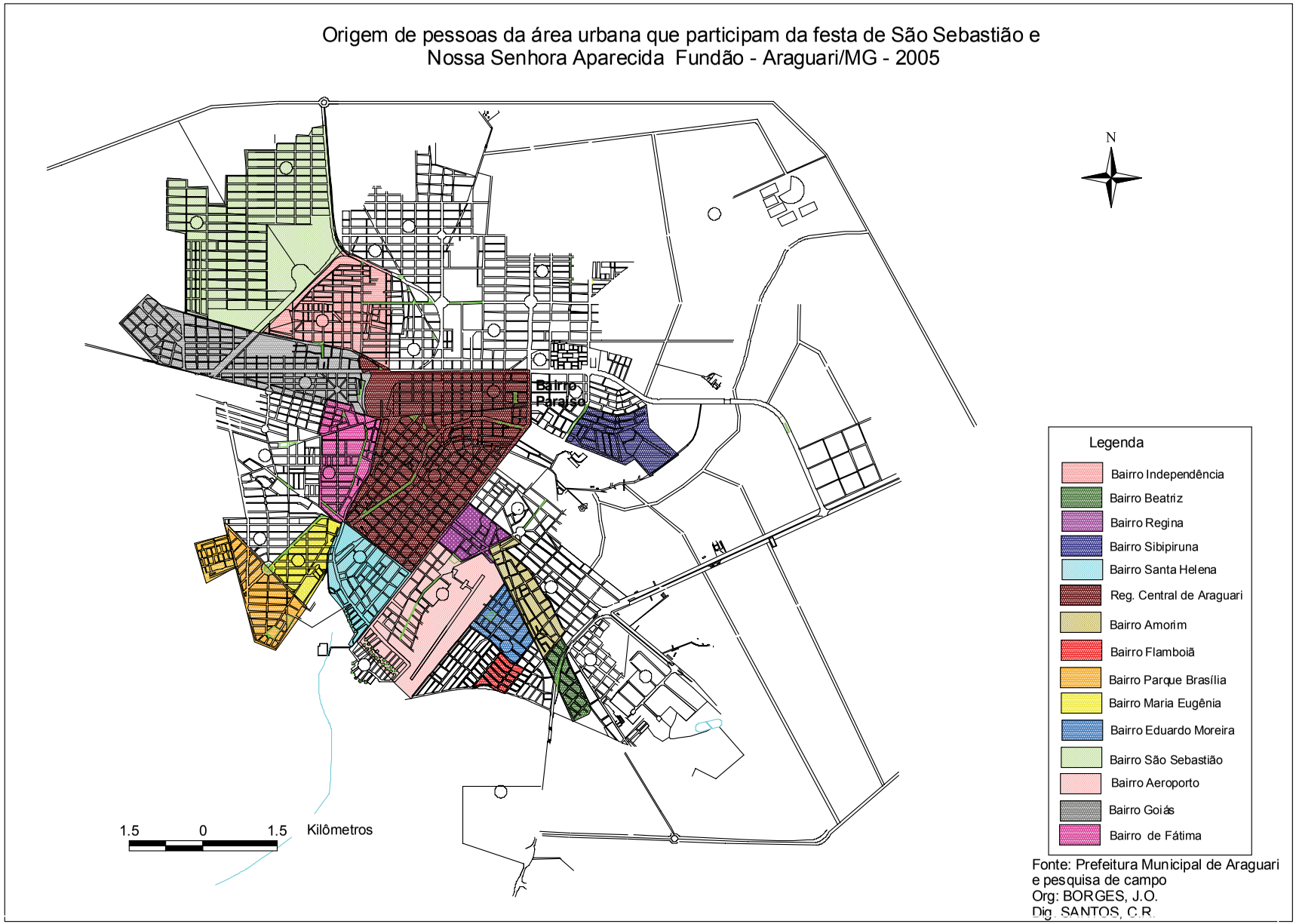


GRÁFICO 2 – Origem das pessoas que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, 2005.
Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira.

No GRAF. 2 é possível perceber, também, que essa comunidade cíclica, de inspiração religiosa, que ainda continua reproduzindo as festas e a própria comunidade do Fundão, está fortemente representada por pessoas proveniente de bairros localizados na porção sul da cidade de Araguari. Ou seja, são bairros relativamente vizinhos do Fundão, fato que acontece também na festa de Santos Reis. Os bairros Santa Helena, Maria Eugênia e Parque Brasília representam, sozinhos, 43% do total de pessoas que fazem parte dessa comunidade cíclica

religiosa, que vêm para o Fundão com data marcada, cujos vínculos basicamente se mantêm pela realização da festa; são eles os bairros mais próximos do Fundão.

Podemos dizer que, mesmo que a maioria das pessoas que hoje estão reproduzindo a comunidade no Fundão sejam provenientes de bairros vizinhos, aproximadamente 50% dessas pessoas estão vindo de diversos pontos da cidade de Araguari, como mostra o MAPA 10. Com isso, fica evidente que a realização das manifestações cultural-religiosas dão esse caráter cíclico que tem a comunidade do Fundão. Essas pessoas estão reproduzindo uma manifestação cultural de um lugar, que não faz parte do seu cotidiano, mas, de forma autônoma, e influenciados por algumas poucas pessoas que tem suas origens no Fundão e que, ainda, estão vinculados com a realização das festas, assumiram a responsabilidade de realizar os eventos religiosos que já eram tradicionalmente realizados e criaram outros, como, por exemplo, a festa de Santos Reis.



MAPA 10 – Origem de pessoas da área urbana que participaram da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão – Araguari (MG), 2005.
Fonte: Prefeitura Municipal de Araguari e Pesquisa de Campo.
Dig.: SANTOS, C. R.
Org.: BORGES, Jhonny de Oliveira.

O MAPA 10 ilustra bem a origem das pessoas da área urbana que ainda continuam reproduzindo a comunidade do Fundão. Uma comunidade que, até a década de 1970, era constituída plenamente, identificada não somente pelo fato de compartilharem de uma mesma fé religiosa, mas também por compartilharem o mesmo lugar, de possuírem processos produtivos semelhantes, de saberem das necessidades dos vizinhos que, pela própria proximidade das propriedades rurais, tinham um cotidiano marcado por práticas de solidariedade e ajuda mútua. Como foi dito anteriormente, ela não era uma comunidade isenta de conflitos, pois existiam, por vezes, desentendimentos entre eles, e ainda existem, nesta comunidade cíclica que continua reproduzindo o Fundão, a partir dos eventos religiosos que estamos representando nos mapas.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que o fluxo de pessoas que participam das festas que são realizadas no Fundão - representados na TAB. 2 e 3 - não significa que todas elas fazem parte dessa rede social que estamos tratando neste capítulo. De qualquer forma, achamos interessante mostrar de onde está vindo esse fluxo de pessoas que participam das festas do Fundão. Ficou claro que essa rede social, que continua reproduzindo a comunidade, além da religiosidade é movida por motivações diversas, e que uma delas, que merece destaque especial, é a prática do lazer. No quarto capítulo iremos abordar as motivações que levam essas pessoas, "estranhas" ao lugar, a continuar reproduzindo a comunidade, isto é, como é que o Fundão se encontra, depois de quase 200 anos de história. Desvendar como que essa comunidade cíclica consegue se organizar, para continuar reproduzindo o lugar, se ela vive um cotidiano completamente diferente daquele que se encontra no Fundão, são os nossos principais objetivos.

CAPÍTULO IV – OS REARRANJOS QUE MANTÉM VIVO O LUGAR

Depois de trabalhar o conceito de rede social e conhecer a origem dos fluxos de pessoas que continuam participando nas festas do Fundão, chegamos ao momento de tratar da dinâmica interna, ou seja, a organização dessa rede social da comunidade cíclica que continua realizando as manifestações cultural-religiosas e mantendo vivo o lugar.

Como já vimos, anteriormente, embora a coordenação dos eventos que acontecem ciclicamente continue sendo feita por pessoas que têm suas origens no Fundão, as pessoas que ajudam a realizá-los, em sua maioria, não possuem vínculos com a comunidade, mas comprometem-se em ajudar em todos os preparativos que se fizerem necessários.

A pergunta que fazemos, neste momento da pesquisa, é, sobretudo, com relação às motivações que levam, não somente essas pessoas que têm vínculo com o Fundão, mas também aquelas que não possuem vínculos, a participar, ciclicamente, na organização e preparação dos terços mensais, da festa de Santos Reis e da unificada festa em louvor a São Sebastião e a Nossa Senhora Aparecida.

Nos capítulos I e II, ficou evidente que, ao longo da história do Fundão, os processos produtivos que foram instalados determinaram um cotidiano marcado, sobretudo, pelo trabalho. O árduo trabalho das pessoas da comunidade impunha uma jornada onde poucos eram os momentos reservados para o descanso e para outras atividades, que fugissem da rotina exaustiva de trabalho. Seja no cultivo da terra, na produção de produtos artesanais ou no processo produtivo dos tijolos, a jornada de trabalho, que já começava antes mesmo do sol nascer, só findava com o pôr-do-sol.

Diante dessa realidade, que colocava o trabalho como atividade primordial, os poucos momentos de descontração se resumiam, basicamente, nas atividades religiosas que, como já vimos no capítulo III, já eram realizadas antes mesmo da construção da capela.

Por iniciativa do Sr. João Esteves Sodado, os terços e, mais tarde, as festas com a realização dos leilões proporcionavam uma oportunidade única de, uma vez por mês, os moradores do Fundão se reunirem para rezar e para se confraternizarem. Podemos dizer que as atividades ligadas à religiosidade suscitaram a formação de uma rede social na comunidade do Fundão, e representaram a principal iniciativa de aproximação de seus membros, proporcionando o fortalecimento das relações sociais.

Essa convivência social que se materializava, sobretudo na realização dos terços mensais e das festas, tornou-se a principal e, para muitos, a única atividade de lazer do Fundão. Nos períodos de intensa movimentação e produção, a comunidade via, nesses eventos religiosos, a oportunidade do reencontro, do lazer proporcionado pela realização, não só das novenas e missas, mas também das procissões, dos leilões e dos bailes.

4.1 Lazer: uma discussão necessária

Mas o que é lazer? Muito se tem discutido no meio acadêmico acerca do conceito de lazer. Se partirmos do senso comum, o lazer é tido como momento de descanso, divertimento ou, simplesmente, como momento do não-trabalho. Portanto, de acordo com o senso comum, o lazer é uma atividade que pode ser desenvolvida após uma interrupção da jornada diária de trabalho. Essa interrupção seria, então o uso do tempo livre para vivenciar atividades que fujam da rotina imposta pelo trabalho.

No meio acadêmico não existe consenso acerca do conceito de lazer. Muitos autores partem do princípio de que, desde os primórdios da civilização humana, sempre existiram os momentos do trabalho e os momentos do não-trabalho, onde pudessem ser desenvolvidas atividades que não tivessem a obrigatoriedade de ser realizadas. Nessa linha de raciocínio, o lazer poderia então realmente ser considerado como momento do tempo livre.

Para Yurgel (1983, p. 17), tempo livre é "a totalidade de tempo fora do sono, das refeições, e do trabalho; o tempo que engloba todos os comportamentos fora do trabalho profissional ou doméstico". Neste sentido, o tempo gasto com o transporte, com higiene pessoal, com a educação, apesar de ser um tempo do não-trabalho, não pode ser considerado como tempo livre, já que são atividades tidas como cotidianamente necessárias, portanto, não sujeitas, simplesmente, à livre escolha do sujeito em realizá-las.

Considerar a autonomia do sujeito na realização do tempo livre também não é consenso no meio acadêmico. Para Marcellino (1987, p.29), "o lazer não pode estar restrito a um tempo determinado. Além disso, tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social". Para o autor, a idéia de considerar um tempo específico para a prática do lazer é equivocada. Isso porque um indivíduo pode realizar mais de uma atividade ao mesmo tempo. Se as regras aplicadas ao ambiente de trabalho permitirem, o cantar, o ouvir música, o dialogar e o sorrir são algumas ações que podem ser desenvolvidas pelos indivíduos, enquanto trabalham.

É sabido que, em todo ambiente de trabalho, estabelecem-se normas de conduta que determinam aquilo que pode e o que não pode ser feito, durante o expediente. Mas essas normas de conduta extrapolam o limite do ambiente de trabalho. O estabelecimento de regras comportamentais é prática cultural das sociedades humanas inclusive nos ambientes onde se exercem atividades extraprofissionais. Diante disso, Marcellino (1987, p. 29) considera ainda que o ideal é falar em "tempo disponível" e não "tempo livre". Para ele o individuo não é

totalmente autônomo para realizar nem mesmo as atividades de lazer, pois o seu tempo sempre está sujeito a sofrer interferências do meio social de onde vive, sendo, muitas vezes, forçado a acatar as normas sociais ali estabelecidas. Nesse sentido o lazer é considerado como sendo:

> [...] *a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no "tempo disponível"***.** O importante, como traço definidor, é o caráter "desinteressado" dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A "*disponibilidade de tempo" significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa* [...] (MARCELLINO, 1987, p.31).

Na visão do autor, lazer são atividades vivenciadas pelos sujeitos durante o "tempo disponível" cuja finalidade principal é o prazer em realizá-la. Neste sentido, no conceito de lazer proposto por Marcellino, até mesmo as atividades de trabalho podem ser consideradas concomitantemente atividades de lazer, levando em consideração a satisfação e o prazer em realizá-las.

Assim sendo, contrariando a visão coercitiva do trabalho, visto como uma atividade que tem que ser realizada a todo custo para não comprometer o sustento da família, o "tempo disponível" é marcado pelo livre arbítrio de vivenciar ou não determinada ação. Entendemos então que neste conceito de lazer proposto pelo autor, o prazer e a opção de escolha, apesar de submetidos a normas de condutas especificas, marcam uma ruptura entre as atividades de trabalho, tidas como necessárias e obrigatórias, daquelas executadas no "tempo disponível".

Esse caráter "desinteressado" em que se realizam determinadas atividades é também fundamental no conceito de lazer desenvolvido por outros estudiosos do tema. Apesar do desenvolvimento das técnicas produtivas, que cada vez mais amplia as possibilidades de tempo disponível para a vivência de outras atividades, não vinculadas às atividades profissionais, a visão da necessidade de maximização dos lucros e do consumo defendida pelo

capitalismo tem levado uma parcela considerável, sobretudo das sociedades urbanas, a se dedicar a trabalhos extras para ampliar seus lucros e/ou o potencial de consumo.

Uma das conseqüências imediatas desse processo é, na maioria das vezes, a extensão da jornada de trabalho obrigatória (as chamadas horas extras), que tem como objetivo a ampliação dos rendimentos. Em contrapartida, ampliou-se também o número de pessoas que estão desenvolvendo atividades tidas como artesanais que, para Martins (1973, p.62), são exercidas em um "regime de trabalho doméstico que reúne os diferentes processos manuais de criação de objetos usuais ou artísticos, ou suscetíveis de sê-lo, com emprego de material disponível", tudo isso, também, com o objetivo de ampliar a renda familiar.

Neste caso, esse caráter "desinteressado", que a maioria dos estudiosos consideram, no estudo do lazer, tem que ser considerado na análise. As pessoas acabam desenvolvendo atividades artesanais, aproveitando-se da habilidade e da criatividade, para ampliar os seus rendimentos, tendo como diferencial a não obrigatoriedade de sua execução, já que, apesar de prazerosa, estas atividades são tidas como complementares, pois as pessoas que as executam já possuem vínculos empregatícios.

Para as pessoas que ficaram desempregadas e que, por motivos diversos, não conseguem se inserir novamente no mercado de trabalho, a produção artesanal não pode ser considerada simplesmente como uma atividade "desinteressada". Neste mesmo grupo de pessoas poderíamos, talvez, incluir as que se ocupam das tarefas domésticas e familiares. Enquanto no grupo das pessoas desempregadas o trabalho artesanal, apesar de ser uma atividade prazerosa, é uma atividade utilitária, pois assume um caráter econômico, cuja função principal é contribuir para o sustento familiar, no grupo das pessoas que se ocupam de tarefas domésticas e familiares, algumas funções por elas exercidas, embora não tenham, necessariamente, esse caráter econômico, podem trazer satisfação, ao serem realizadas. Neste caso, o aspecto utilitarista dessas atividades está na necessidade de realizá-las, mas isso não

elimina o prazer que se tem em desenvolvê-las, que assume, em parte, esse caráter desinteressado. Dumazedier (2001) chama de "semilazeres" esse conjunto de atividades que estão sendo desenvolvidas e que:

> [...] Em muitos lugares, independentemente do trabalho profissional complementar, verifica-se uma crescente expansão de atividades manuais em parte desinteressadas, em parte utilitárias, quer no local de trabalho, quer no jardim da família [...] Trata-se de uma atividade que, em proporções variáveis, pode ser utilitária e desinteressada. Os dois aspectos interpenetram-se, um preso ao setor das obrigações e o outro ao dos lazeres [...] (DUMAZEDIER, 2001, p. 36-37).

O autor considera como "semilazeres" todas as atividades que, apesar de ter esse caráter utilitário, são realizadas de "boa vontade", e que em alguns casos chegam a ser consideradas até mesmo como momentos de descanso para quem as realiza. Neste grupo de pessoas ele destaca as mulheres casadas e donas de casa, que ficam a maior parte do tempo no lar. Admite-se então a existência de uma zona intermediária entre o trabalho e o lazer que, segundo Dumazedier (2001, p. 118), "abrange um conjunto de atividades tão ou mais importantes do que a zona de lazer propriamente dita".

Diante de tudo isso, na concepção de Dumazedier (2001), essa zona de lazer, ou seja o lazer propriamente dito, é:

> [...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2001, p. 34).

No conceito desenvolvido pelo autor, o tempo para o lazer é o tempo descompromissado com toda e qualquer obrigação ligada às atividades tidas como necessárias ou obrigatórias. Esse tempo pode ser utilizado para finalidades diversas, desde que sejam marcadas pela livre escolha do sujeito, pelo caráter "desinteressado" e que o bem maior seja o bem-estar, a satisfação, a alegria e o prazer de quem as realiza.

A cada dia que passa está mais difícil a realização de atividades que tenham essa caráter desinteressado. O sistema capitalista se impõe diante do livre arbítrio do sujeito em realizar até mesmo as atividades que não estão diretamente vinculadas com o trabalho profissional e doméstico. Essa situação de submissão do sujeito ao tempo ditado pelo capitalismo leva a considerar o tempo livre como uma conquista simbólica, abstrata. Sua existência se materializa, sobretudo, no imaginário, na teoria, porque, na prática, o que prevalecem são os interesses do capital, que se impõem diante do livre arbítrio do sujeito. Kurtz (2000, p. 42) chama esse processo de "ditadura do tempo abstrato"; segundo ele, "o tempo livre conquistado foi imediatamente ocupado pela finalidade própria do capital, neste sentido o homem não pode estabelecer finalidades autônomas desvinculadas da própria finalidade do capital".

De acordo com os conceitos e visão de alguns estudiosos do lazer, podemos perceber que o tempo ocupa um lugar central na concepção e desenvolvimento das atividades a ele relacionado. A todo momento se faz referência ao "tempo do trabalho", ao "tempo do não-trabalho" que, como já vimos, não pode necessariamente ser considerado como tempo livre, e ao próprio "tempo livre". A necessidade de reprodução do capital está diretamente vinculada à produção desse tempo livre. Não se pode considerar o lazer sem uma análise da necessidade de reprodução do capital. É inegável a importância da inserção do homem no mercado de trabalho, para que ele possa prover o seu sustento e o de quem dele depende. Portanto, o trabalho, o lazer e o consumo estão intimamente ligados, existindo entre eles uma interdependência. Não se valoriza o trabalho pelo trabalho, mas sim pelo que ele pode oferecer. Não se valoriza o lazer pelo lazer, mas sim o que ele pode proporcionar para quem o oferece e para quem o pratica. Neste sentido o lazer seria não só o consumo do tempo tido como "livre", mas é, sobretudo, o tempo para o consumo da mercadoria.

Outro ponto importante a se considerar é que o desenvolvimento tecnológico contribuiu para uma ampliação do "tempo livre", ao mesmo tempo em que contribui, também, para o aumento do "tempo da ociosidade". Consideramos que o tempo da ociosidade é fruto do desemprego estrutural, provocado por uma mudança radical na estrutura produtiva, nos diversos setores de uma economia nacional. Podemos dizer, então, que o "tempo da ociosidade" é aquele vivenciado pelas pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho. As pessoas que vivenciam esse tempo não podem participar, ou melhor, escolher, livremente, dentre todas as possibilidades de lazer que são oferecidas, já que elas não possuem condições financeiras de consumir o que está sendo oferecido.

Com relação a isso, Santos (2000, p. 33) relata que o "consumo é o grande fundamentalismo contemporâneo, que preside tudo, ou quase tudo, inclusive o lazer". O autor considera ainda que esse processo de fundamentalização do consumo é facilitado pelo o que ele chama de "extraordinária mercantilização das relações", ampliada pelas influências externas, promovidas pelo processo de globalização. Nesta condição, ele afirma que tanto aquele que visita, em busca do lazer, como aquele que recebe esse visitante, sofre as influências dessa "manipulação do tempo livre", que é subordinado ao capital. O lazer é assim uma atividade que, quando não criada para essa finalidade, é por ele apropriada, a fim de se ter o controle, podendo, ainda, estabelecer os critérios de sua prática e de até mesmo selecionar aqueles que dela poderão participar.

Podemos considerar esse tipo de lazer, controlado e seletivo, como uma espécie de "lazer artificializado", ou seja, que foi produzido pelo capital, com a finalidade de controlar o tempo livre, por meio do consumo. Diante de tudo o que foi posto, Kurtz (2000) afirma que

> [...] O tempo do lazer não consiste em tempo liberado, mas transforma-se em espaço funcional secundário do capital. Na realidade, este tempo não está à livre disposição, pois caso isso fosse verdade, também deveria ocorrer com respeito à atividade produtiva. Não se trata de ócio no seu sentido antigo, mas de tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias. Deste modo, a indústria da cultura e do lazer não somente constitui novas e secundárias esferas do trabalho abstrato e, portanto da

> oferta capitalista, mas ironicamente o lazer torna-se para o consumidor continuação do trabalho por outros meios. Não apenas quando ganha dinheiro, mas também quando gasta o homem capitalista é um trabalhador. A ditadura do tempo abstrato também ocupou o lazer (KURTZ, 2000, p. 43).

Essa visão que Kurtz (2000) tem do tempo do lazer é interessante, porque o autor quer deixar clara a dependência desse tempo do lazer em relação à reprodução do capital. Se o tempo do trabalho é o espaço funcional primeiro do capital, o tempo do lazer é, então, o espaço funcional secundário. Ele é como se fosse uma extensão, uma continuidade do espaço funcional primeiro, com a diferença de que, no do tempo do trabalho, ele participa como mão-de-obra para reprodução do capital e, no tempo do lazer, ele passa a ser consumidor daquilo que, muitas vezes, ele mesmo ajudou a produzir, ou seja, a mercadoria propriamente dita. Podemos dizer, então, que além de o sujeito não ter o controle sobre o tempo do trabalho, com a apropriação do tempo do lazer pelo capital, ele perde o controle também sobre o tempo que ele passa fora do trabalho profissional e/ou doméstico, ou seja, do tempo que deveria ser livre.

A análise conceitual que fizemos, até este momento, sobre o lazer, leva-nos a questionar sobre a autonomia do sujeito na escolha do seu lazer, diante das imposições que são colocadas pelo capital e pelas relações que por ele são mediadas ou determinadas. Torres (1968, p. 70) aponta que "a grande revolução de nosso tempo pode estar na possibilidade de lazer para todos, fazendo, assim, desaparecer as distinções entre as classes, ou melhor, as disparidades de oportunidades de lazer nas diferentes classes". O autor defende a criação de uma "política de socialização do lazer", onde as possibilidades de lazer possam ser, no mínimo, ampliadas, podendo, assim, amenizar o que ele chama de "choques sociais".

Não acreditamos que a solução para amenizar os "choques sociais" esteja na socialização do lazer, mas sim numa melhor distribuição de renda. Contudo, consideramos o lazer como sendo fruto de uma bagagem cultural específica, e como um dos traços definidores da identidade de um povo. Para que ele exista, faz-se necessária a existência do trabalho e do desenvolvimento das técnicas produtivas capazes de prover o sustento daqueles que dele

participam. Segundo Dumazedier (1979, p. 236), “o lazer não é a ociosidade, pois que ele supõe, antes de mais nada, a presença do trabalho profissional, ao passo que a ociosidade supõe em primeiro lugar a negação deste”.

Neste sentido, podemos dizer que o tempo do lazer não pode existir sem o tempo do trabalho. O lazer não existe no tempo da ociosidade, ou seja, no tempo daquele que não tem trabalho. Isso porque a ausência de trabalho causa angústia, tristeza, e a finalidade principal do lazer é, ao nosso ver, o deleite e a satisfação proporcionada pela possibilidade de sua prática, ainda que ela seja controlada ou mediada pelo capital, que é o que Kurtz (2000, p. 43) chama de “ditadura do tempo abstrato”.

Neste sentido, faz-se necessário avaliar a importância do lazer para a reprodução da comunidade estudada. No próximo subcapítulo iremos abordar, então, a concepção de lazer dos membros da comunidade rural do Fundão, estabelecendo uma relação entre o teórico e o empírico, ou seja, estabelecendo uma relação entre a concepção de lazer dos membros da comunidade com os conceitos trabalhados.

4.2 O lazer na comunidade rural do Fundão

As atividades de lazer no Fundão também passaram por esse processo de evolução, beneficiado pelo desenvolvimento das técnicas produtivas e dos meios informacionais. Se levarmos em conta que a efetiva ocupação do Fundão se deu, sobretudo, no início do século XX, nos damos conta de que a vida cotidiana dos membros dessa comunidade era ocupada, basicamente, pelo mundo do trabalho. As cansativas jornadas de trabalho, já descritas no

capítulo II, demonstraram, a grosso modo, que o tempo livre era coisa rara entre eles, com uma jornada de trabalho que se iniciava antes mesmo do nascer do sol e findava somente ao anoitecer; poucos eram os momentos em que as pessoas poderiam criar e se ocupar de outras coisas, que não estivessem relacionadas com sua labuta diária.

Quando pensamos, sobretudo, nessa comunidade cíclica que ainda continua reproduzindo o Fundão, logo nos questionamos sobre quais são os rearranjos, as estratégias que os seus membros utilizavam, para continuar mantendo vivo este lugar. Mesmo em um mundo em que a vida cotidiana era marcada pelo tempo do trabalho, essas pessoas foram desenvolvendo, através do tempo, formas de sociabilidade que fugiam dessa realidade imposta, principalmente, com a criação das redes sociais de solidariedades. Ainda que a jornada de trabalho fosse extensa, até pela necessidade de prover o sustento familiar existiam alguns, mesmo que escassos, momentos de descanso, que eram dedicados também para a prática da religiosidade.

Sendo de origem católica, as pessoas que nasceram e cresceram no Fundão mostram uma realidade toda particular em relação às atividades de lazer. Esse Fundão, até o final da década de 1920, não tinha efetivamente o lugar para realizar os seus encontros religiosos. Contudo, após a colocação do primeiro Cruzeiro da comunidade, e por iniciativa de alguns moradores, eles estabeleceram ali o lugar do sagrado, que conseqüentemente passou a ser também o lugar do encontro. Para lá as pessoas do lugar passaram a se dirigir no mínimo uma vez por mês, para a realização dos terços. Neste momento poderíamos dizer que nasce, no Fundão, uma atividade que fugia desse pesado mundo do trabalho, que para muitos era considerado de descontração, de descanso, do lazer propriamente dito.

O que se percebe é que, antes da colocação do Cruzeiro e da própria construção da capela, poucas eram as opções de lazer da população do Fundão. Segundo o Sr. Sebastião, naquele tempo as pessoas

> [...] Praticamente só trabalhava. Ficava descansando lá na sombra só. O descanso era descansar na sombra. Quando dava tempo né, porque lá quase não dava tempo disso. Só descansava de noite na hora que deitava. Divertimento não tinha nenhum [...] as veis num dia de domingo nóis ia nadar lá no rio. Nóis atravessava o rio de lá pra cá...quando tava vazio, né. Quando tava cheio não dava pra fazê isso não. Naquele tempo o rio enchia que tampava os mato. Agora hoje não enche porque a represa controla. As veis nóis pescava, mais toda vida ali foi ruim de peixe (Informação verbal)[54].

Tendo nascido e vivido no Fundão, o entrevistado, de 75 anos de idade, retrata sua visão de lazer e também como ele era vivenciado, naquele período. Na sua concepção, fora os momentos que eram vivenciados nas atividades religiosas, o lazer se resumia aos escassos momentos em que se podia descansar na sombra, durante a jornada de trabalho. O nadar e pescar no rio eram práticas esporádicas, e vivenciadas no domingo. Neste sentido, o Sr. Sebastião não se entusiasma muito quando relata essa vivência, porque era basicamente no domingo que se podia ficar em casa e descansar. O saudosismo se faz presente, pois ainda que o nadar e o pescar não fosse rotina, era possível ver o rio "encher e tampar o mato".

Se, na visão do Sr. Sebastião, o seu lazer era restrito, neste momento, não somente no Fundão, mas também em outros lugares, o lazer da população feminina era vivenciado de maneira um pouco diversa. Segundo Dona Francisca, esposa do Sr. Sebastião, quando solteira, eram poucas as coisas que ela podia fazer lá no Fundão,

> [...] só serviço né. Só descansava na hora que deitava. E deitava cedo né. Ali pelas oito horas nóis deitava. Mas também cedinho nóis já tava de pé [...] O que eu gostava mesmo era de fazer polvilho, levá comê na roça pros companheiro, era um serviço que não pesava. Eu gostava de levar comida pra mim comer lá no meio da roça. Era bom levar aquela bacia de comê na cabeça. Nossa eu gostava demais! Eu sei que era muito serviço, ocê acabava um e pegava outro. E a mamãe tecia. Ocê conhece tear? Nóis tiava uma coberta por dia. Isso era uma diversão pra nóis. Nóis fazia o serviço tudo que tinha que fazê e depois nois tiava uma coberta [...]mais antigamente a gente trabalhava demais. Mas o momento de diversão mesmo era quando tinha a festa lá na igreja, e algum bailinho assim, que tinha nos vizinho e que a gente ia...ainda assim a gente só podia ir no baile com o papai. Não podia ir em lugar nenhum sem ele. Era aquela vida! (Informação verbal)[55].

[54] Entrevista concedida pelo Sr. Sebastião Cândido de Melo no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.
[55] Entrevista concedida pela Sra. Francisca Laudelina Rodrigues de Melo no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

É interessante observar a concepção de lazer entre os dois entrevistados. Enquanto o lazer do Sr. Sebastião, apesar de ser considerado por ele escasso, é representado pelo descansar na sombra, pelo nadar, pelo pescar e pelas participações nas festas e demais atividades religiosas da comunidade, para Dona Francisca o momento de descanso era mais restrito, sendo vivenciado somente quando ia dormir, no final do dia. O ir nas festas era possível apenas quando o pai a levava.

Diante dessa limitação de possibilidades para a prática do lazer, algumas das atividades desempenhadas por Dona Francisca eram tidas como possibilidade de diversão, pois davam prazer, ao realizá-las. Na realidade, eram atividades tidas como trabalho, mesmo que não muito empenhativas, mas que proporcionavam satisfação em fazer. O levar comida para os trabalhadores na roça e poder comer entre eles é citado destacadamente por ela. Outro ponto interessante de sua fala é que, depois que eram realizadas as atividades domésticas tidas como obrigatórias, elas se dedicavam àquelas que tinham, em parte, aquele caráter "desinteressado" que, para muitos, caracteriza as atividades de lazer. O trabalhar no tear era uma atividade de lazer para dona Francisca e para sua mãe, e era realizada após uma longa jornada de trabalho tido como obrigatório.

Diante das duas falas, é possível estabelecer um parâmetro entre o lazer masculino e o feminino. Ao homem, muitas coisas eram permitidas. Era concedida a ele uma autonomia maior para escolher as atividades de lazer. O cavalgar, o nadar, o pescar e o ir à festa eram atividades que, pelo homem, poderiam ser realizadas autonomamente, enquanto que, pelas mulheres, nem sempre. Segundo Kurtz, isso acontece porque

> [...] No processo de modernização, à metade feminina da humanidade foi atribuído este espaço ambíguo da sociedade e, compulsoriamente, todas as atividades que nele se realizam. À mulher coube a competência do lar e da família e atividades imateriais como amor, dedicação etc. (KURTZ, 2000, p. 42).

No caso específico da comunidade do Fundão, as mulheres assumiam uma dupla jornada de trabalho. Além de terem que dar conta dos trabalhos domésticos - o lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos - tinham ainda que ajudar os maridos nos trabalhos da roça, já que a mão-de-obra era reduzida e o trabalho familiar, essencial. Como se não bastasse, a elas era incumbida a responsabilidade de realizar, no lar, essas atividades que Kurtz chama de "atividades imateriais", cujo objetivo principal é manter a unidade e fortalecer os vínculos familiares.

De certo modo, o momento de lazer do homem é, muitas vezes, trabalho para a mulher. Algumas mulheres chegam a afirmar que o trabalho doméstico não tem fim. Nos finais de semana, e sobretudo aos domingos, alguns trabalhos domésticos não podem deixar de ser por elas realizados. Mesmo nos momentos em que os membros do Fundão procuravam exercer a sua autonomia na construção do lazer, essa situação se fez presente. Segundo a Sra. Maria Consuelo,

> Lá em casa era só eu de mulher e quatro homens. Então era tudo assim, só no tio Irineu não, lá eram duas mulheres só, lá ele nunca teve filhos homens não. Então era primo demais pra controlar a gente. Quando os nossos pais liberou, liberou porque tinha um punhado de homem pra nos fiscalizar, sabe? Então a gente, por exemplo, fazia festa lá na roça, eu falo a gente [...] sabe o que a gente fazia? A gente ia era cozinhar pra eles. A gente saia da novena, e falava: "ah, hoje vamo lá pra casa!" Chegava lá a gente ia fazê galinhada. Então, nós as mulheres na verdade ia era cozinhar para aquele bando de homem. E outra coisa [...] ocê acha que teve essa coisa assim, por exemplo, de fazer o que faz hoje, dança com um hoje, dançá com outro amanhã [...] não! A gente não fazia isso! A gente não fazia isso não. Então, o nosso lazer era, eu nem sei se muito saudável, quer dizer, era muito saudável, porque era muito puritano, era o que era permitido fazer [...] (Informação verbal)[56].

Na construção do lazer relatada pela entrevistada, alguns pontos chamam a nossa atenção. O primeiro ponto é o peso dos trabalhos domésticos, que recaía sobre a mulher, sobretudo quando essa presença feminina era em menor número do que a masculina. Isso fazia com que os já escassos momentos de lazer fossem ainda mais minguados e controlados pelos homens da família. O segundo ponto refere-se justamente a essa ausência de autonomia

[56] Entrevista concedida pela Sra. Maria Consuelo Ferreira Montes Naves no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

das mulheres, para a prática do lazer. A vigilância paterna só se interrompia quando os demais parentes do sexo masculino tivessem condições de fiscalizar as atitudes das mulheres da família, durantes as festas e demais atividades de lazer. O terceiro ponto é esse papel secundário que a mulher assume na construção do lazer, dentro dessa realidade vivenciada pela Sra. Maria Consuelo. Mesmo quando a idéia de se fazer a festa, na casa dos amigos ou parentes, não partisse de uma mulher, cabia a elas a tarefa de preparar a comida que seria servida durante sua realização. Diante disso, podemos dizer que eram as mulheres que construíam o lazer masculino, ou seja, enquanto os homens aproveitavam o que a festa podia oferecer, elas cozinhavam, serviam as refeições, cuidavam da bebida e ainda da limpeza da casa, no final da festa.

Dentro dessa realidade, podemos afirmar que o lazer era uma prioridade masculina. Para a mulher cabia o momento de lazer que a ela era permitido vivenciar. Neste sentido, elas não tinham outra opção a não ser buscar, dentre as atividades cotidianas, a satisfação e a alegria em realizá-las. Algumas dessas passaram, como já vimos anteriormente, a serem vistas por elas como atividades de lazer, isso porque não obrigatórias, como, por exemplo, o trabalhar no tear, fazer o polvilho para o consumo da família e outros produtos artesanais.

Dentro deste contexto, esse lazer vivenciado pelas mulheres do Fundão, neste período, pode ser considerado o que Dumazedier (2001, p. 36) chama de “semilazer”, que, como já vimos anteriormente, são aquelas atividades tidas, em parte, como desinteressadas e, em parte, como necessárias.

Se tomarmos como parâmetro de análise a interpretação do lazer feminino proposto por Dumazedier, dentro dessa realidade dos “semilazeres”, podemos dizer que raros eram os momentos em que as mulheres do Fundão vivenciavam o lazer propriamente dito, aquele que fosse realizado por livre escolha e de caráter puramente desinteressado, sem a obrigatoriedade

em realizá-lo. A maior parte do tempo, o que era a elas permitido vivenciar eram os "semilazeres".

Se, até a primeira metade do século XX, prevalecia uma maior autonomia masculina na prática do lazer dessa população que nasceu e cresceu no Fundão, para as pessoas que para lá se mudaram, após esse período, esse lazer se apresenta de maneira um pouco diversa. O Fundão apresenta, neste início do século XXI, um grupo razoável de famílias que não tem ali as suas origens e que estão estabelecendo uma relação toda particular com o lugar.

Essa relação diferenciada, que esses atuais moradores do Fundão vem estabelecendo, sofre a interferência direta do desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o acesso a uma série de inovações, levando comodidade e informação a essa população rural. Diante disso, o lazer vivenciado por grande parte dessas pessoas se enquadra dentro do que Yurgel (1983, p. 24) chama de "forma passiva de lazer", que nada mais é do que "a exposição do homem a um meio de comunicação"; que neste caso, destacamos a televisão. No caso do Fundão, muitas dessas pessoas que hoje vivem na comunidade são caseiros, contratados para cuidar das propriedades, ou são arrendatários.

O rendimento propiciado pelas atividades que esses arrendatários e caseiros exercem, na maioria das vezes não possibilita um potencial de consumo que lhe permita adquirir um meio de transporte. Podemos dizer, então, que os baixos salários, aliados ao aumento de furtos, no campo, fazem com que essas pessoas sejam levadas a vivenciar muito pouco os momentos de lazer coletivo[57], ou seja, a realização das festas religiosas, no Fundão. A Sra. Clauria Pereira diz que:

[57] Para Yurgel(1983, p. 13), "as formas coletivas de lazer culminou com o avanço dos recursos tecnológicos do mundo contemporâneo". A autora dá destaque especial para o rádio e a televisão. Ela parte da concepção de trabalho coletivo, que era exercido sob o sistema de multirões, e contrapõe para essa concepção de lazer coletivo. Ou seja, formas de lazer que, se não são construídas, são vivenciadas coletivamente.

> [...] vê televisão. Esse é o passatempo. Procê vê dá cinco horas nois pára né, cinco e meia, seis horas mais ou menos. Ai vai toma banho, entra pra dentro e fecha tudo, porque não pode ficar nada aberto né, porque é um perigo. Aí vai ver televisão, porque assim as horas passa, o dia passa [...] Nois não vai nas festa do Fundão não uai! Pobre não tem como divertir não uai! Sai daqui e ir a pé pra lá? Nossa Senhora! É um sacrifício! Nois não tem um carro, nem uma charrete que a gente possa andar. Vontade de ir nois tem (Informação verbal)[58].

Os donos das propriedades rurais têm condições de irem às festas do Fundão, mas os seus funcionários, na maioria das vezes, não. Neste caso, a vivência do "lazer passivo" não é uma opção que se faz, mas sim uma imposição da realidade. Mesmo as festas do Fundão sendo realizadas ciclicamente, a família de Dona Clauria se vê impossibilitada de participar. Não só pela ausência do meio de transporte, mas também por causa da insegurança do campo, que a obriga a permanecer mais tempo em casa. As saídas da fazenda se resumem aos sábados, quando vão fazer as compras de mantimentos na cidade.

Outra questão interessante, que pode ser observada na fala da entrevistada, é que, fazendo uma comparação entre o tempo livre dos primeiros moradores do Fundão, descrito anteriormente, com o tempo livre dessas pessoas que hoje lá estão vivendo, é possível perceber que o desenvolvimento tecnológico, aliado à redução da dependência dos proprietários em relação ao cultivo da terra, para prover o sustento da família, propiciou um aumento do tempo livre. Se antes o trabalho começava antes do sol nascer e só terminava ao anoitecer, hoje os horários são mais flexíveis e as horas livres do trabalho foram ampliadas, a ponto de possibilitar a vivência do "lazer passivo", como, neste caso, estamos considerando a televisão, para "passar o tempo".

Dentro deste contexto, vivido por Dona Clauria, algumas atividades domésticas por ela exercidas são consideradas pela família, como atividades prazerosas. O cuidar das criações, o fazer o queijo, os doces, o tirar o leite, acabaram se tornando atividades que, em

[58] Entrevista concedia pela Sra. Clauria Pereira no mês de outubro de 2005 na comunidade do Fundão – Araguari (MG).

parte, são necessárias e, em parte, desinteressadas, podendo, portanto, ser consideradas como "semilazeres".

Na vivência desse cotidiano descrito por Dona Clauria, embora ela more no Fundão, por questões econômicas e de segurança, ela não se sente membro da comunidade. A insegurança no campo faz com que o contato com os vizinhos seja restrito e o aspecto econômico a impossibilita de participar dos eventos religiosos que acontecem, ciclicamente, na comunidade.

Dentre esses atuais moradores do Fundão, existe a realidade daqueles que vivenciam, basicamente, o tempo do trabalho na comunidade, já que o lazer é vivenciado na cidade de Araguari. Segundo o Sr. Nivaldo, arrendatário de um olaria do Fundão,

> [...] aqui o trabalho nunca acaba. Aqui é diário. Começa cedo, ai ocê descansa, a tarde tem o tijolo... Produção significa hora-extra, e hora-extra quanto mais, mais eles querem. Aqui como eles estão só pra trabalhar, eles levantam cedo cortam, à tarde eles descansam um pouco e depois vai enfornar, então é do jeito que eles quiser, Não tem muito prazo. O dia é pequeno pra nós. Pra quem trabalha o dia é pequeno [...] No sábado a gente pára na hora do almoço, cada um toma o seu banho, eu pergunto quem quer ir pra cidade e eu levo e busco eles de novo. Cada um fica onde quer e se diverte de uma forma ou de outra [...] (Informação verbal)[59].

O Sr. Nivaldo é goiano, da cidade de Pires do Rio, e há aproximadamente três anos trabalha com olaria no Fundão. Podemos observar que, na realidade apresentada por ele, o trabalho é intenso, mas ainda sim essa quantidade de trabalho nem sequer se aproxima da realidade dos oleiros apresentada no capítulo II deste trabalho. O entrevistado é o responsável pela olaria e trabalham para ele, quatro homens. Apenas Nivaldo mora em Araguari, e se desloca todos os dias até o Fundão, os demais vivem com as famílias dentro da própria unidade produtiva.

Para as pessoas que estão diretamente envolvidas no processo produtivo da olaria, os momentos de descanso se resumem ao intervalo para o almoço e ao período da noite. As

[59] Entrevista concedida pelo Sr. Nivaldo Francisco dos Santos no mês de outubro de 2005, na comunidade do Fundão – Araguari (MG).

mulheres passam o tempo fazendo as tarefas domésticas, e por vezes ajudam os maridos no trabalho da olaria. Nas horas livres, elas aproveitam o tempo com os filhos, cujo passatempo predileto, nos dias mais quentes, é nadar no córrego do Fundão. Mas é, sobretudo, aos sábados, que essas pessoas que trabalham na olaria vivenciam o lazer. Tendo parentes em Araguari, praticamente todos os sábados essas pessoas se deslocam até a cidade, para visitar parentes e amigos e ainda freqüentar os barzinhos, um dos passatempos preferidos dos homens das famílias.



FIGURA 19 – Trecho do córrego Fundão onde a família dos oleiros da Olaria do Sr. Nivaldo costumam nadar.
Fonte: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Neste caso específico dos trabalhadores das olarias, podemos perceber que, durante a semana, as mulheres acabam tendo mais oportunidades para a prática do lazer do que os homens. Os homens vivenciam o lazer, principalmente, nos finais de semana. De modo geral, o lazer do oleiro e de sua família, apesar de viverem no Fundão, se realiza, sobretudo, na

cidade de Araguari. A participação dessas pessoas nas festas do Fundão são muito raras, pois sua ligação com o lugar se efetiva basicamente pelo trabalho.

Se, por um lado, estas pessoas que hoje vivem no Fundão, pouco, ou nada participam do lazer coletivo, que aqui consideramos a realização das festas religiosas, por outro, existe um grupo considerável de pessoas que se destinam, ciclicamente, para a comunidade, unicamente para participar dessas atividades. São essas pessoas que estamos considerando responsáveis pela reprodução dessa comunidade cíclica do Fundão, de caráter religioso.

Esse lazer coletivo e cíclico, representado pelas festas religiosas do Fundão, vem sendo realizado desde o século passado. Dentre as pessoas que estão envolvidas na construção desse lazer coletivo, estão as que não possuem vínculos diretos com o lugar; portanto, o interesse da construção desse lazer para esse, que não tem vínculo com o lugar, é diferente do que possui vínculos. Para os que têm suas origens no lugar, a construção desse lazer reproduz uma prática cultural que tem, além de uma opção de lazer, a finalidade de reproduzir as tradições de realização das festas, que contribui para fortalecimento das identidades. Já para os que não têm vínculos diretos com a comunidade, a realização da festa significa, principalmente, uma oportunidade de se ter uma opção de lazer. Mas muitos vão, aos poucos, construindo também uma identidade com essa prática cultural do Fundão. Dona Lourdes diz que:

> [...] apesar de ter minhas origens no Buracão, eu nasci e me criei lá, em toda festa do Fundão eu vou participar eu gosto muito. Eu ajudo a fazer os salgados. Eu gosto, porque eu me divirto trabalhando, mas eu também danço e aproveito a festa. Eu já fui festeira e hoje me identifico com as festa de lá (Informação verbal)[60].

A entrevistada se faz presente não só nas festas em louvor aos santos padroeiros, mas também está presente em todos os terços que são realizados na capela do Fundão. Há que se dizer que o Buracão e o Fundão, desde os primórdios de suas histórias, sempre tiveram boas

[60] Entrevista concedida pela Sra. Maria de Lourdes Alves Ferreira no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

relações. A comunidade do Buracão chegou a contribuir para a construção da capela do Fundão. Mas não é por isso que Dona Lourdes iniciou, há alguns anos, sua participação nas festas do Fundão. O laço de amizade com as pessoas dessa comunidade levou-a a participar, assiduamente, das festas. As festas do Fundão representam, para ela, não apenas a possibilidade da prática do lazer, mas também uma oportunidade de se fazer comunidade. Ela chega a afirmar que se "diverte trabalhando". De acordo com Marcellino (1987, p. 31), percebemos que dona Lourdes considera o trabalho realizado nas festas como atividade de lazer, justamente pelo fato de ser uma atividade "de escolha individual e praticada no tempo disponível, o que proporciona, como efeito, o descanso, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade".

Podemos observar que a concepção e, sobretudo, a forma de se vivenciar o lazer é um pouco diferenciada entre aqueles que têm suas origens no Fundão, entre os que não têm ali as suas origens, mas que hoje estão lá vivendo, e entre aqueles que apenas se dirigem para lá com datas marcadas, isto é, ciclicamente.

Neste subcapítulo, tivemos a confirmação de que, por intermédio da construção desse lazer coletivo, as festas religiosas, é que estão sendo estabelecidos esses rearranjos, que mantêm o Fundão vivo. Esse lazer cíclico da comunidade será, então, o nosso objeto de estudo no subcapítulo seguinte. O objetivo será mostrar como esses, hoje, citadinos, estão se organizando para realizar as festas.

4.3 A Festa: o lazer cíclico

Neste momento da pesquisa, será importante resgatar um pouco do que foi trabalhado sobre redes sociais, no capítulo III. Isso se faz necessário porque entendemos que é principalmente o estabelecimento dessas redes sociais que torna possível a continuidade da realização das festas.

A realização dessas festas, no Fundão, assume, como já vimos anteriormente, três funções básicas: a necessidade de reproduzir a tradição cultural local, o desejo de que as gerações vindouras continuem realizando essa tradição e manter uma importante atividade de lazer.

Prova disso é que, quando voltamos na história da comunidade, percebemos que, mesmo com o declínio das atividades produtivas e a crescente saída de população do Fundão, a realização dos eventos festivo-religiosos continuou. Segundo Maia (1999), isso se deve ao fato de que:

> A temporalidade das festas populares é marcada usualmente, por uma compreensão do movimento historial; ou seja, há toda uma preocupação por parte dos participantes em preservar um legado de crenças, hábitos, elementos alegóricos, etc., tidos como fundamentais na significação/caracterização/composição da festa como acontecimento (MAIA, 1999, p. 200).

Para o autor, a continuidade da realização das festas deve-se à necessidade da preservação das tradições do lugar. A festa acaba sendo reproduzida com a finalidade de resgatar parte da história de onde se originaram as atividades festivo-religiosas. Maia (1999, p. 200) completa dizendo que "não convém interpretar a tradição somente como uma conservação, preservação de dados históricos, mas também como uma possibilidade de realização de uma herança no porvir". Neste sentido, observamos que no Fundão existe

também essa preocupação, de que a tradição de se realizar as festas seja reproduzida pelas gerações vindouras.

As festas populares são momentos especiais de alegria e uma interrupção da rotina, muitas vezes cansativa e estressante, tanto no campo como na cidade. No dizer de Claval,

> As festas manifestam-se por procissões, danças, música, espetáculos. Cada um é por sua vez ator e espectador e vive um momento de intensa emoção, de comunhão e de evasão. O sentimento do pertencer coletivo é, então, muito forte [...] Estas manifestações e seus excessos têm virtudes de terapia coletiva e permitem purgar a sociedade das tensões [...] (CLAVAL, 2001, p. 131).

Neste sentido, podemos perceber que, além desse papel de preservar a essência da tradição herdada pelas gerações passadas, as festas tiveram e ainda têm o papel de proporcionar momentos de interrupção da rotina cotidiana. São momentos onde são permitidos alguns exageros comportamentais, quebrando certas formalidades que a sociedade impõe na vida cotidiana. Diante disso, as realizações das festas populares proporcionam a vivência de momentos que vão além dos aspectos tradicionais de sua realização. Neste caso específico da comunidade rural do Fundão, as festas significam, principalmente, a manutenção das atividades de lazer.

Essas festas, que possuem função tripla (tradição, manutenção e lazer), só continuam sendo realizadas porque a comunidade se organizou e continua se organizando para que isso aconteça. Essa organização vai além do fato de as pessoas terem as suas origens na comunidade ou de fazerem parte da mesma paróquia. A formação dessa rede social, que continua reproduzindo essa comunidade cíclica do Fundão, estabelece-se porque, segundo Dias (2005),

> [...] A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais [...] (DIAS, 2005, p. 22).

A construção dessa rede foi sendo estabelecida, através do tempo, pelos membros da comunidade rural do Fundão. Os objetivos dos primeiros moradores não eram os mesmos dos que, hoje, compõem essa rede. No início do século XX, essa comunidade, composta basicamente por católicos, carecia de um lugar para se reunir e fazer as suas orações. A constituição dessa rede, apesar de possuir os líderes, garantia que as decisões seriam tomadas coletivamente, cada pessoa representava um nó importante da rede, assegurando a realização dos eventos.

A rede social que continua realizando as festas organiza-se com objetivos que foram ampliados, através do tempo. A escala de ação é a mesma, ou seja, a comunidade rural do Fundão, mas agora com a tarefa de reproduzir os eventos religiosos que agregaram o valor de manter a tradição de realizar a festa, preparar os mais jovens para assumir as responsabilidades de sua realização e assegurar estes momentos de lazer coletivo que a realização desses eventos proporcionam.

Podemos observar que, tanto na sua formação inicial como na atual, os objetivos eram bem definidos. O que mudou, nestes quase cem anos de realização das festas, foi a composição do grupo e a ampliação dos objetivos da rede que as reproduz.

O grupo que, inicialmente, constituía essa rede, era composto basicamente por moradores do Fundão, mas contava também com um grupo considerável de pessoas do Buracão, uma comunidade rural vizinha. Segundo o Sr. João Montes,

> Quando começo lá tinha um cruzeiro, uma cruz arta [...] Sô Joãozinho mais a dona Tiofá, começô a rezá terço lá e chama o povo pra levá prenda. E levava. Um levava uma galinha, o outro levava uma otra coisa, aquelas muié de lá [...] rezá o terço. E pegava aquele dinheiro, a dona Tiofá dava pros pobre aqui. Aí saiu o negócio de fazê uma capela lá. Vei um povo do Buracão no terço e juntou muita gente lá no terço, certo? Muita gente. Rezava aquele terço com o povo do Fundão ali. Aí vinha esse povo lá do Buracão [...] essa coisa aqui. Aí deu muito dinheiro. Aí saiu aquele palpite pra fazê uma capela lá. Aí vamo fazê a capela. Aí fez a capelinha, mas a capelinha [...]Uma capelinha petiquita. (Informação Verbal)[61].

[61] Entrevista com o Sr. João Montes concedida no mês de junho de 2005, na cidade de Araguari – MG.

O Sr. João Esteves Sodado, conhecido como Joãzinho Português e sua esposa, conhecida como Teófila, foram os que inicialmente tiveram a iniciativa de colocar o cruzeiro e rezar os terços. Isso, no início do século XX. Convidando a comunidade, logo os demais membros foram se inserindo no grupo. Depois, com a idéia de construir a capela, os leilões durante os terços começaram a se tornar rotina, pois o grupo já tinha um objetivo traçado. Com isso, os nós dessa rede foram se estabelecendo. Todos contribuíam, levando prendas que eram leiloadas, depois da realização do terço. Pessoas de comunidades vizinhas aderiram à causa e logo foi concluída a primeira e pequenina capela do Fundão, lugar do encontro e que se tornou também o lugar do lazer.

A comunidade elegeu São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida como santos padroeiros. Além da realização dessas duas festas, todo mês tinha a celebração da missa ou do terço. Esses momentos eram ansiosamente aguardados por todos da comunidade e considerados, por muitos deles, como já vimos, os únicos momentos de lazer. Sobre isso, a Sra. Maria Consuelo relata que:

> [...] no Fundão era basicamente a capela, a gente vivia por aquele terço que tinha uma vez por mês e por duas festas durante o ano. Primeiro era uma festa só, depois na década de 1960, a minha tia levou a imagem de Nossa Senhora Aparecida, deve ter sido mais ou menos em 1964, 1966, mais ou menos, que eu lembro o dia que ela desceu, passou lá em casa com a imagem no colo [...] eu lembro de eu ter ido, a mamãe lá, conversando com ela e ela mostrando a imagem e a partir daí que começou a festa de Nossa Senhora Aparecida. Ai era o paraíso né, porque tinha duas festas no ano. Porque o terço, ficou de noite todo mundo ia embora. O terço era só durante o dia e a gente adorava né. Aí tinha duas festas por ano e agente vivia em função daquela festa. (Informação Verbal)[62].

Apesar de a realização das festas e dos terços, já naquela época, ser um lazer cíclico, a população não era cíclica, isso porque a maioria das pessoas ainda vivia no Fundão. Por ser basicamente as únicas possibilidades de lazer, a comunidade envolvia-se completamente na sua construção. Os festeiros, todos os anos, eram escolhidos, com o aval do padre, mas a

[62] Entrevista concedia pela Sra. Maria Consuelo Ferreira Montes Naves no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

responsabilidade de realizar a festa era assumida por todos. A arrecadação de prendas, a organização da missa, da procissão e demais momentos litúrgicos eram tarefas antecipadamente distribuídas e organizadas. A festa era, realmente, um lazer coletivo, tanto no processo de sua construção, como na participação. Tudo era feito com muito prazer pelas pessoas do lugar.

Os rearranjos para ampliarem estes momentos de lazer podem ser percebidos na fala da entrevistada. A imagem e a fé, de alguns membros da comunidade, em Nossa Senhora Aparecida, foi a oportunidade que muitos estavam esperando para ampliar os raros momentos de lazer. Essa idéia agradava os mais jovens, mas, de maneira especial, as moças. Os terços mensais eram realizados durante o dia e, à noite, todos já estavam em casa.

Como já vimos, as moças só podiam ir aos festejos acompanhadas pelos pais, e às vezes pelos irmãos mais velhos. A festa religiosa noturna se resumia na de louvor a São Sebastião. Diante disso, com a criação da festa de Nossa Senhora Aparecida, a família toda se comprometia, e as moças tinham presença garantida nesta mais nova festa noturna do Fundão.

A partir da década de 1970, essa situação começa a mudar. A saída de pessoas do Fundão iniciada na década de 1950, intensifica-se, nos anos de 1970. A princípio, as festas continuavam sendo realizadas, na responsabilidade, basicamente, das pessoas que tinham suas origens no Fundão, independentemente de estarem lá ainda morando, ou não. Isso porque, de alguma forma, os vínculos com o lugar continuavam, seja por ainda possuírem propriedade lá, ou por ainda participarem, mensalmente, dos terços e das festas.

Depois da década de 1980, a responsabilidade de se fazer a festa começa a ficar com um grupo cada vez mais restrito, que não necessariamente possuía as suas origens no Fundão, como mostra a TAB. 4. A partir desse momento, não somente as festas são cíclicas, mas também a freqüência das pessoas que formam essa rede e que fazem a festa acontecer.

TABELA 4
Origem dos Festeiros da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, 2006.

Local de origem	Número de pessoas
Comunidade Rural do Fundão	06
Comunidade Rural do Buracão	04
Bairro Santa Helena	04
Bairro Jardim Milênio	02
Total	**16**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2006).

De acordo com a TAB. 4, podemos observar que, dos dezesseis festeiros da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, do ano de 2006, apenas seis nasceram ou possuem suas origens no Fundão. Dos outros dez restantes, dois são do Jardim Milênio, quatro do Bairro Santa Helena e os outros quatro nasceram ou possuem as suas origens na comunidade rural do Buracão.



FIGURA 20 – Baile da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Fundão, 2005.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).

Desses dados vale ressaltar que, apesar de apenas seis festeiros terem suas origens no Fundão, os quatro do bairro Santa Helena e os dois do Jardim Milênio fazem parte da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida (conforme mostra os MAPAS 6 e 9), mesma paróquia que o Fundão. Isso quer dizer que, dos dezesseis festeiros, doze possuem algum tipo de ligação com a comunidade. Essa situação, aliada à identificação que as pessoas que têm suas origens no Fundão possuem com os santos e, conseqüentemente, com a festa, faz com que a participação de membros da comunidade seja bem superior à dos terços e à da festa de Santos Reis. A rede social que se forma em torno da realização dessa festa envolve um número superior de pessoas do que nas demais, isso porque são dois os santos, homenageados em uma única festa.



FIGURA 21 – Cartaz da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida de 2005.
Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: SANTOS, Rosselvelt José. (2006).

No caso da festa de Santos Reis, a participação de pessoas que não têm suas origens no Fundão é ainda mais marcante. Dos quatro festeiros escolhidos para o ano de 2006, nenhum possui origem no Fundão. Todos nasceram na comunidade rural do Buracão. Essa ausência de festeiros que tenham suas origens no Fundão se justifica pelo fato de a festa estar sendo realizada há poucos anos. O Sr. Mauri Rodrigues, presidente da capela, com a ajuda do Sr. Honor Jacó, capitão da folia, ambos membros da comunidade rural do Fundão, são os que tiveram a iniciativa de realizarem a festa. Neste sentido, a participação de pessoas de outras comunidades é constante. São pessoas ligadas aos foliões e ao presidente da capela, principalmente.



FIGURA 22 – Festa de Santos Reis do Fundão, 2005. A foto mostra a chegada da Folia na Capela do Fundão.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José.

Na realização da festa de Santos Reis do Fundão podemos dizer, então, que a rede social é formada basicamente por pessoas que possuem laços de parentesco, ou são amigas

daqueles que tomaram a iniciativa de trazer a festa para a comunidade. A participação de festeiros fora dessa realidade é raridade nesta festa, e a presença de pessoas que têm suas origens no Fundão também não é comum, já que esta festa não faz parte da história dessas pessoas.

Outro ponto importante é a participação destacada de festeiros que nasceram ou que têm suas origens na comunidade rural do Buracão. Se somarmos as duas festas teremos, para o ano de 2006, um total de vinte festeiros, e desses, oito são do Buracão. Como já dissemos anteriormente, isso se justifica pelos laços históricos que unem as duas comunidades. As duas fizeram parte da Sesmaria do Serrote, já destacada no primeiro capítulo desse trabalho.

Essa relação entre as duas comunidades não pára por aí. Muitos dos que têm suas origens no Buracão têm algum tipo de parentesco com aqueles que têm suas origens no Fundão. Segundo Dona Eleusa, o Sr. João Martins, por exemplo, "é primo do Sr. Mauri Rodrigues, presidente da capela e, embora tenha nascido no Buracão, já há muitos anos participa das festas do Fundão e no ano que vem vai ser festeiro da festa de Santos Reis".[63]

Nos terços, a responsabilidade de organizar fica basicamente circunscrita às pessoas que têm suas origens no Fundão. Um grupo reduzido, de aproximadamente quatro pessoas, toma frente de tudo, e as demais pessoas que ajudam nos preparativos são, basicamente, parentes dessas quatro. No total são, aproximadamente, dez pessoas envolvidas para a organização dos terços, que acontece no segundo sábado de cada mês. Apesar do baile depois do terço, a participação de visitantes é reduzida e o comprometimento das pessoas da comunidade também, não contando o terço, inclusive, com a participação do padre.

Nas duas grandes festas, a de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida e a de Santos Reis, os festeiros são sempre escolhidos pela própria comunidade. A eles cabe a

[63] Entrevista concedida pela Sra. Eleusa Pereira de Melo Rodrigues no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

responsabilidade de arrecadar prendas, organizar os grupos de trabalho que cuidarão da cozinha, da limpeza, da procissão, da ornamentação da igreja, do salão, dos andores e, por fim, da liturgia, no caso da missa, na festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida e do culto, no caso da festa de Santos Reis.



FIGURA 23 – Saída da procissão da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida da capela do Fundão no ano de 2005.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2005).

Devido ao grande volume de trabalho, os festeiros escolhem ainda os festeirinhos. Os festeirinhosos são formados pelos adolescentes da comunidade, na maioria netos e sobrinhos das pessoas que têm suas origens no Fundão. A presença deles é mais comum na festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. O convite a esses jovens tem também como objetivo inseri-los na organização e despertar, assim, o comprometimento, na realização das festas. Os festeiros acreditam que isso poderá assegurar a reprodução da comunidade, pelo aspecto religioso.

A Igreja Católica, sobretudo na festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, fica com 20% do total da renda da festa. O restante é para fazer melhorias na capela e para custear a festa do próximo ano. Apesar de a escolha dos festeiros ser feita pela comunidade, o padre dá o aval depois que os nomes são selecionados. Mas, ainda assim, o Sr. Mauri Rodrigues diz que tem autonomia para organizar as festas. Segundo ele,

> [...] o padre dá carta branca para levar a festa pra frente. Eu e a Eleusa organiza tudo e convida os festeiros para uma reunião e fechar tudo. Eu e a Eleusa pegou pra cuidar da capela porque o Wanderley deixou. Ninguém mais queria pegar nois pegou para não deixar acabar. Até hoje ninguém quis pegar, assim a gente continua. Mas cuidar da capela não é um peso pra mim. Eu tenho muita fé em Deus e em São Sebastião. A gente continua por amor aquilo lá pra não deixar acabar. Mas eu não vou negar que eu gosto muito de dançar também. O padre já deu carta branca pra gente voltar a organizar a festa de Nossa Senhora Aparecida separada da de São Sebastião, mas a gente só não fez porque a Eleusa acha que dá muito trabalho organizar mais de dois festa no ano além dos terço. (Informação Verbal)[64].

Devido à carência de sacerdotes, o padre se faz presente, quando muito, quatro vezes no ano, incluindo o dia da Festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Na festa de Santos Reis o padre não se faz presente. Essa festa, embora seja autorizada pela Igreja, é considerada uma festa do povo, onde a comunidade tem a autonomia de organizar todos os preparativos para que ela aconteça.

O entrevistado, como presidente da capela, quer deixar claro que tem autonomia para organizar tudo, inclusive retomar a realização da festa de Nossa Senhora Aparecida separada da festa de São Sebastião, pois o próprio padre interrompeu sua realização, alegando as dificuldades para organizar mais de uma festa no ano e a pouca renda que a festa estava proporcionando.

A fé nos Santos padroeiros e o amor pelo lugar e pelas festas tradicionais são mencionadas como motivos principais para continuar a organizar os eventos religiosos da comunidade, mas mesmo assim Dona Eleusa, esposa do Sr. Mauri Rodrigues, não quer o ônus

[64] Entrevista concedida pelo Sr. Mauri Rodrigues no mês de outubro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

de mais uma festa. Isso se deve ao fato de as responsabilidades da festa recairem, sobretudo, nessas pessoas que tomam frente em todos os preparativos.

Depois que o Sr. Wanderley José Rodrigues deixou, no inicio da década de 1990, a presidência da capela, o Sr. Mauri e sua esposa, Dona Eleusa, logo se prontificaram a tomar conta de tudo. Isso foi feito não só pela identificação que eles têm com o lugar, mas também para não perder o lazer que há anos faz parte da história dos membros da comunidade do Fundão.

Esse lazer cíclico, a festa, tem uma importância muito grande para os membros do Fundão. Para a Sra. Raulinda a festa é

> [...] participação, é encontro de família, é o encontro com os amigos, vem tudo ali, né. É onde todo mundo encontra. Lá tem, por exemplo, a dança, tem a reunião de todo mundo, tem uma cervejinha pra todo mundo tomá, um salgado, aquilo ali é uma união, uma irmandade. Transforma em uma família. Pra nois é assim né. Por exemplo, todo mês tem a reunião né, então todo mundo participa. É uma irmandade. (Informação verbal)[65].

A festa, na concepção da entrevistada, vai além do lugar para a realização do lazer cíclico. O momento da festa é onde a comunidade rural do Fundão se reencontra e se realiza, em plenitude. Ela não é mais marcada somente pelo momento do sagrado, representado pelo terço, missa e procissão, mas é também o momento de vivenciar o profano, representado pelo leilão e pelo baile. A fala da entrevistada traduz bem o que Damata (apud MAIA, 1999, p. 192) aborda sobre as festas, como sendo "momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores que são considerados altamente positivos". Podemos dizer que a festa é a oportunidade de sair da rotina, que muitas vezes traduz o cotidiano dessas pessoas. É, sobretudo na festa que essa comunidade rural do Fundão, neste início do século XXI, se estabelece.

---

[65] Entrevista concedida pela Sra. Raulinda Fernandes dos Santos no mês de julho de 2005, na comunidade do Fundão – Araguari (MG).

Diante de tudo o que foi colocado, não podemos negar a existência de uma rede social que tem a responsabilidade de realizar as festas. A necessidade de manter um espaço e um momento de lazer não é menos importante do que a função que as festas têm, de manter a tradição de sua realização. A festa é um lazer cíclico necessário, porque reproduz essa comunidade cíclica religiosa que hoje caracteriza o Fundão. Resta saber, agora, quais são as motivações dessas pessoas que hoje fazem parte dessa comunidade.

4.4 As motivações para continuar reproduzindo o lugar a partir das festas

O Fundão do século XXI apresenta-se, demograficamente, com uma população fixa reduzida, que nem de longe remonta àquele período de euforia do início do século XX, descrito no capítulo II.

Como já foi dito, a festa, que surgiu a partir da necessidade de se estabelecer o lugar do sagrado, passava a ter, no começo de sua realização, um significado maior para as pessoas que viviam na comunidade, por proporcionar um momento que interrompia as longas jornadas de trabalho e por suscitar a possibilidade do encontro.

A fé e a necessidade de sociabilidade, fatores motivadores primeiros, levaram à construção de relações sociais que fugiam do ambiente do trabalho e estabeleceu bases mais sólidas para a constituição da comunidade rural do Fundão. Essas motivações iniciais, com o tempo, tiveram como conseqüência a construção de uma identidade, construída também a partir da realização das festas. No dizer de Gomes,

> [...] O mundo rural[...] é marcado pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação estrita com a terra e com o local. O fundamento desta união é a identidade, ou seja, a igual ou quase idêntica repartição de perspectivas de vida – um quase absoluto sentimento de comunhão -, na identidade social [...] (GOMES, 1999, p. 117).

A manutenção dessa identidade é, ao nosso ver, uma das motivações mais importantes dessa reprodução do lugar, a partir das festas. No entanto, essa motivação só se faz presente naqueles que nasceram ou que vivenciaram, por algum tempo, o cotidiano do Fundão; daqueles que, por algum tempo, compartilharam as tradições, os hábitos e demais costumes, tanto os ligados ao cultivo da terra como os ligados diretamente à religiosidade.

Expressões como "constituir família" e "sentir parte da comunidade", são muito ouvidas entre as pessoas que possuem as suas origens no Fundão. Segundo Barreto (2000, p. 69), as "as motivações pertencem à esfera do afetivo", por estarem intimamente relacionadas com a subjetividade (sentimentos que normalmente não se consegue explicar sem considerar os valores sentimentais do homem – amor, saudade, alegria, pertencimento, etc-); mas podem estar relacionadas também à "racionalidade", ou seja, aspectos ligados a fatores passíveis de serem racionalizados, como por exemplo, "o tempo disponível, a liberdade e as afinidades culturais".

Quando se fala em motivação, não se pode negar a importância da Psicologia dentre as áreas do saber que se dedicam ao seu estudo. Gondim; Silva (2004, p. 145) chegam a afirmar que "os psicólogos acreditam que grande parte das razões da diversidade das condutas individuais decorra de um processo denominado de motivação". Neste sentido, os dois autores citados acreditam que a motivação interfere diretamente no comportamento das pessoas, podendo interferir também no êxito e no fracasso das ações por elas desempenhadas.

Recorrendo à própria origem etimológica da palavra, Gondim; Silva (2004, p. 145) chegam a afirmar que a palavra motivação, "provendo do latim *motivus* que significa mover, assumiu um significado de tudo que pode fazer mover, tudo que causa ou determina alguma

coisa, ou até mesmo o fim e a razão de uma ação". Eles acreditam que o estudo das motivações pode auxiliar na compreensão do comportamento humano.

Numa tentativa de conceituar motivação, Salanova; Hontagas; Peiró (1996 apud GONDIM; SILVA, 2004, p. 146) entendem que ela pode ser "definida como uma ação dirigida a objetivos, sendo auto-regulada, biológica ou cognitivamente, persistente no tempo e ativada por um conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas".

Neste sentido, entendemos que a Psicologia dá uma contribuição importante para o nosso trabalho, pois nos auxilia a compreender qual é esse "conjunto de necessidades, emoções, valores, metas e expectativas" que levam à reprodução do Fundão enquanto comunidade, mesmo que cíclica. Tanto as motivações ligadas à subjetividade, como as ligadas à racionalidade, sempre se fizeram presentes nas pessoas que reproduzem as festas no Fundão.

Neste sentido, entendemos que a fé tenha sido a motivação primeira, mas a busca de momentos de lazer não pode ser desconsiderada como uma motivação importante, muito almejada pela comunidade do Fundão.



FIGURA 24 – Missa em louvor a São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Momento sagrado da festa dos Santos Padroeiros do Fundão onde os fiéis manifestam a fé, motivação primeira para a manutenção da festa.
Fonte: SANTOS, Rosselvelt José. (2004).

Podemos afirmar que, se para os que têm suas origens no Fundão, as motivações estão estreitamente ligadas à sua experiência de vida com o lugar, para os que não têm, estão vinculadas, sobretudo, aos laços de amizade e de parentesco. Já para os visitantes, que aqui consideramos aqueles que não se comprometem com a realização da festa, o evento representa apenas uma oportunidade de lazer. Portanto, para os dois primeiros grupos, as motivações são de origem subjetiva, ou seja, ligadas à afetividade e, para o último, não necessariamente. Contudo, vale a pena destacar que a busca do divertimento, como fator motivacional importante, está presente nos três grupos, representado, sobretudo, pela realização do baile propriamente dito.

Com o objetivo de conhecer as motivações que levam os dois primeiros grupos - os que têm as origens no Fundão e os que estão a ele ligados por laços de amizade ou parentesco

- a se comprometerem com a festa, foi realizada uma pesquisa na festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, por ser a festa mais tradicional da comunidade. No entanto, cabe ressaltar que ela foi feita trinta minutos antes de começar o momento sagrado da Festa, tendo em vista que as pessoas que não se comprometem com a realização da festa, geralmente, não faz questão de chegar para participar deste primeiro momento, seja por não entenderem os rituais, ou pelo simples fato de não valorizarem a cultura local.

TABELA 5

Motivações para que as pessoas se comprometam com a realização da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do fundão, 2005.

Comunidade	Quantidade
Fé	**2**
Tradição	**3**
Já ter sido festeiro	**2**
Ser parentes de festeiros	**4**
Procissão	**2**
Não tem vínculo com a comunidade, vem porque gosta	**2**
Ser amigo dos festeiros	**2**
Confraternização e orações	**3**
Pertence à mesma paróquia	**4**
Ser parentes de pessoas Comunidade	**1**
Lazer	**1**
Divertir e rezar	**1**
Ser amigo do Presidente da Capela	**1**
Já ter morado no Fundão	**1**
TOTAL	**29**

Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

A celebração do momento sagrado da festa inicia-se no final da tarde, por volta das 16 horas, enquanto que o leilão e o baile, à noite. Aproximadamente cinqüenta pessoas já haviam chegado, trinta minutos antes do início da missa. Destas, vinte e nove foram entrevistadas.

As entrevistas demonstram a importância da afetividade como fator motivacional para o comprometimento das pessoas com a festa. Das vinte e nove pessoas entrevistadas, apenas duas não alegaram possuir, como aspecto motivacional, a afetividade.

Somando o resultado da TAB. 5, podemos observar que as treze pessoas que mencionaram a fé, a tradição, a procissão, o já ter morado no Fundão, o já ter sido festeiro, a confraternização e oração, como motivações importantes, são as que possuem suas origens no Fundão ou que lá fixaram moradia por um período relativamente longo. Neste caso, o comprometimento provém, justamente, da construção de uma identidade, ao longo do tempo. A festa adquiriu uma importância relevante na identificação dessas pessoas com o lugar. Segundo o Sr. Stanislau, a festa do Fundão "é agora a maior diversão que tem na comunidade"[66]. Ela é uma manifestação cultural que se consolidou como atividade de lazer.

Um outro grupo chama a atenção na pesquisa. É o das pessoas que, embora não possuam suas origens no lugar, estão ligadas a ele por laços de parentesco ou amizade com as pessoas que têm. O ser parente ou amigo de festeiro e de membros da comunidade foi mencionado por um total de oito pessoas. Muitas dessas pessoas já estão, inclusive, sendo escolhidas como festeiras. Um exemplo disso é o Sr. Anésio; ele diz que:

> [...] a festa do Fundão é bão demais! Eu sou do Buracão, mais participo nas festas do Fundão a mais de 3 anos. Fui convidado pra ir nas festas por amigo e mais tarde fui escolhido pra ser festeiro. No ano que vem eu vou ser festeiro pela segunda veis. Lá é bão demais! Todo mundo é amigo. (Informação verbal)[67].

A identificação com os membros da comunidade tem gerado, em pessoas como o Sr. Anésio, uma identificação também com o lugar, mas um lugar que, no caso dele, acaba sendo reduzido ao local onde está localizado o conjunto formado pelo cruzeiro, capela, coreto e salão de festa, pois é essa escala do espaço que está sendo vivenciada por ele, ciclicamente, por meio das festas.

O interessante, em relação a esta rede social, é a ampliação de pessoas que se comprometem com a realização das festas, mas que não têm suas origens na comunidade. O

[66] Entrevista concedida pelo Sr. Stanislau Viera dos Santos no mês de junho de 2004, na comunidade do Fundão – Araguari (MG).
[67] Entrevista concedida pelo Sr. Anésio Antônio Alves no mês de dezembro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

Sr. Anésio começou a levar os seus filhos na festa do Fundão, e embora toda a sua família tenha as suas origens no Buracão, o seu filho Wellington, de vinte seis anos, diz que,

> A motivação principal de ajudar na festa é pra ajudar a Igreja. Eu acho bão demais! A primeira veis que eu fui, eu fui com o meu pai. Apesar de morá em Araguari eu sou do Buracão, mas é o Fundão que eu considero como a minha segunda casa. Tem só dois ano que eu participo lá, mais lá todo mundo é amigo e já convidou eu e a minha esposa pra ser festeiro. (Informação Verbal)[68].

Na fala do Wellington vale destacar a questão da receptividade. A receptividade por parte dos membros da comunidade fez com que o Wellington se identificasse com as festas. Em apenas dois anos, ele alega que se sente mais em casa do que no lugar onde ele tem suas origens. Podemos perceber que a festa pode ser reproduzida motivada também pela receptividade e pela confiança naqueles que a visitam. Prova disso é que toda a família do Sr. Anésio, já há dois, anos se compromete com todos os eventos festivo-religiosos que acontecem no Fundão. Mas é bom destacar, novamente, que o lugar vivenciado por eles se resume, basicamente, ao conjunto da capela, que é ciclicamente freqüentado.

Um outro importante grupo de pessoas, que também está representado na TAB. 5, são aquelas que se comprometem com o momento litúrgico da festa. Isso acontece não pelo fato de elas terem suas origens no Fundão, mas simplesmente por pertencerem à mesma paróquia que o Fundão (Paróquia de Nossa Senhora Aparecida) e lá exercerem funções importantes, em nível paroquial. Nesse sentido, cabe a elas a tarefa de auxiliar o padre na celebração da missa e da procissão. Não existe, dentre essas pessoas uma ligação direta, nem com o lugar e nem com as pessoas que têm ali suas origens.

Por fim, vale destacar as duas pessoas que alegaram participar da festa simplesmente pelo fato de gostar, não se comprometendo, no entanto, com a organização. Neste grupo de pessoas que não se comprometem com a organização do evento podemos incluir, ainda,

---

[68] Entrevista concedida pelo Sr. Wellington Carlos Alves no mês de dezembro de 2005, na cidade de Araguari – MG.

aqueles que vêem a festa como um momento especial para rezar e ao mesmo tempo se divertir. Mas eles participam integralmente da festa, valorizando tanto o momento sagrado como o profano.

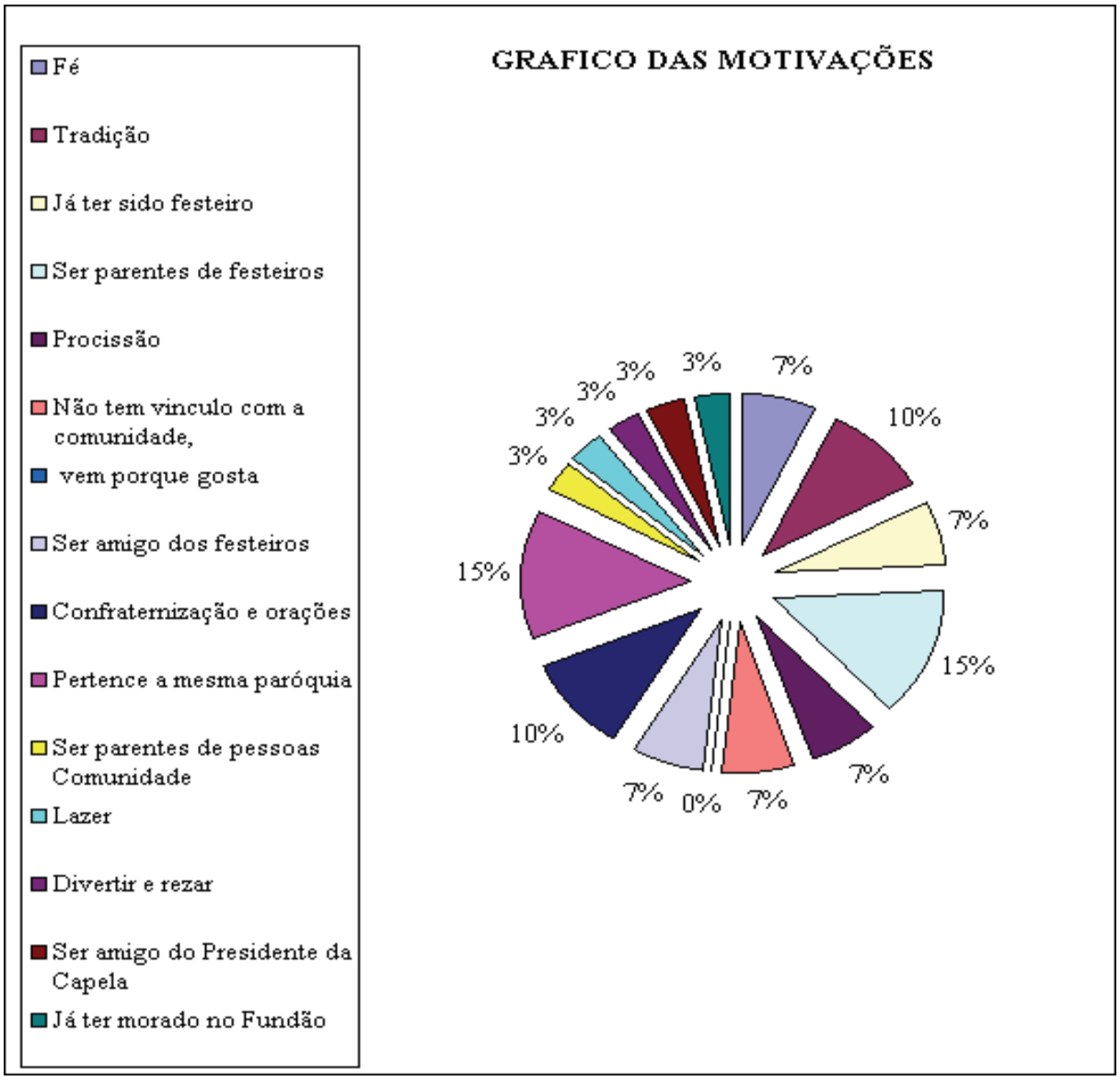


GRÁFICO 3 – Motivações para que as pessoas se comprometam com a realização da festa de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do fundão, 2005.
Fonte: Pesquisa de Campo.
Autor: BORGES, Jhonny de Oliveira. (2005).

Na análise do GRAF. 3 gostaríamos de destacar a representatividade das pessoas que têm suas origens no lugar e cujas motivações estão diretamente ligadas à subjetividade, à afetividade, propriamente ditas. Um total de 44% dos entrevistados, que se comprometem

com a realização da festa destacam, como fator motivador, estes valores imateriais ligados à afetividade, como por exemplo, a fé, a tradição, a oração, a confraternização, a identidade com o lugar.

Outro ponto importante é a crescente representatividade de pessoas que se comprometem com a realização das festas, mas que não possuem suas origens no Fundão. Elas representam 28% do total de pesquisados. Como já mencionado anteriormente, a identificação dessas pessoas com a comunidade vem sendo construída, recentemente, por intermédio das relações que vêm sendo estabelecidas com as pessoas da comunidade. A participação delas assegura a reprodução da festa, mas não a isenta de sofrer mudanças. Segundo Maia (1999, p. 200), "toda a tradição de uma festa popular é passível de mudança, podendo esta – a mudança – configurar, inclusive, fases ou momentos históricos". O comprometimento desses 28% dos entrevistados dá sinais de que a tradição de se realizar a festa continua, mas ela vem sofrendo mudanças significativas na condução dos rituais, nas canções sacras e profanas, nos bailes, nos leilões e também nos cardápios.

A igreja matriz de Nossa Senhora Aparecida, sede da paróquia, está representada por 15% dos entrevistados. A participação dessas pessoas é necessária nas festas, para auxiliar o sacerdote na liturgia, mas elas se tornam essenciais quando da ausência do padre. Isso acontece, sobretudo, nos terços mensais e na festa de Santos Reis, onde os ministros da eucaristia[69] ficam responsáveis pela celebração do culto.

Os 13% restantes são representados pelas pessoas que não se comprometem com a realização, mas que valorizam todos os momentos da festa. A possibilidade de lazer é destacada por esse grupo como sendo uma das principais motivações para participar do evento.

[69] Os ministros da eucaristia são pessoas que receberam uma formação específica por parte da Igreja Católica que lhes permite fazer a celebração do culto e distribuir a hóstia já consagrada pelo sacerdote.

Enfim, podemos dizer que o significado da festa não é o mesmo para esses diversos grupos de pessoas. Para o grupo maior ela significa a manutenção da tradição e da manifestação de fé em Deus e nos santos padroeiros. Para o grupo de pessoas que vem ampliando a rede social que realiza a festa, ela significa a possibilidade de estabelecer relações e aos poucos vai construindo uma identificação com o lugar por meio desses vínculos. Estes dois grupos, apesar de motivações distintas, representam 72% do total de entrevistados, que se sentem comprometidos com a realização da festa.

É importante ressaltar que, segundo o Sr. Mauri Rodrigues, presidente da Capela do Fundão, as duas festas da comunidade (Santos Reis, São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida) chegam a receber juntas, a visita de mais de dez mil pessoas, por ano. Esses visitantes são motivados pela possibilidade da prática do lazer, portanto, participam, basicamente, do baile.

Diante disso, o número de pessoas que se comprometem, de alguma forma, com a realização da festa, dentro dessa realidade apresentada na TAB. 5 e no GRAF. 3, não chega a cem. São, sobretudo, elas que fazem parte dessa comunidade cíclica de caráter religioso, que é o Fundão. O fluxo de pessoas que todos meses participam das festas é grande, mas o comprometimento raramente passa da simples vivência do lazer que esses eventos oferecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos o trabalho colocando novamente aquelas questões que suscitaram a pesquisa: como é que uma comunidade rural, praticamente abandonada, consegue se reproduzir? Quem são essas pessoas que hoje participam dos eventos festivo-religiosos do Fundão? Estas questões nos proporcionaram uma bela viagem na história de Araguari e do Fundão, com "paradas obrigatórias" em alguns conceitos básicos da Geografia – lugar e paisagem – e em outros conceitos, com destaque para cultura e comunidade, que são de interesse direto da Sociologia e Antropologia.

A valorização da interdisciplinaridade apresentou-se como um desafio durante a pesquisa, já que exigiu coragem e dedicação para trabalhar conceitos que não são de domínio da Geografia e interpretá-los, confrontado-os com a realidade estudada.

Esta viagem da qual estamos tratando não esteve limitada apenas às "paradas obrigatórias" nos conceitos importantes para as temáticas abordadas. Devido à carência de registros materiais de Araguari e, sobretudo, da comunidade rural do Fundão, a história oral se apresentou como subsídio indispensável para a pesquisa, no resgate da história destes lugares.

O Fundão ocupou a maior parte da Sesmaria do Serrote, vivenciou atividades produtivas que se alteraram, à medida que novas realidades foram sendo impostas, sejam motivadas por limitações de ordem natural ou social.

O relevo acidentado e a elevada acidez, que caracteriza os solos do cerrado, foram preponderantes para que ocorressem as alterações iniciais dos processos produtivos. O Fundão conviveu, a priori, com a prática de uma agricultura de subsistência, passando

também, anos mais tarde, pelo cultivo comercial do arroz, e depois do esgotamento dos solos, acabou voltando-se para a pecuária.

Esta comunidade que foi constituída, principalmente, no final do século XIX (aproveitando-se inicialmente dos portos fluviais presentes no rio Araguari e, anos mais tarde, da ferrovia que facilitava o transporte), implementou processos produtivos que levaram os solos da região, em um curto espaço de tempo à exaustão. Não existia uma preocupação, ou sequer o conhecimento adequado, para utilizar os solos, a fim de não comprometê-los.

Mesmo o avanço do processo de industrialização e de urbanização das cidades de Araguari e Uberlândia - acompanhado dos avanços das técnicas produtivas - não resolveu o problema do Fundão, que já acontecia desde o final da década de 1950, com uma crise produtiva no setor agropecuário e sem condições de recuperar os solos e de modernizar a produção. O êxodo rural marcou, de maneira especial, esse período.

Se, por um lado, o processo de urbanização de Araguari significou a saída da população do Fundão, por outro lado, ele motivou o surgimento de outros processos produtivos. Nesse sentido, a produção artesanal de doces e também a produção de tijolos foram atividades importantes, que foram implementadas após o empobrecimento do solo.

A ampliação dos sítios urbanos motivou os proprietários rurais do Fundão a produzir tijolos, aproveitando-se da presença da matéria-prima necessária - a argila, facilmente encontrada nos canais fluviais da região. Com isso, a produção de tijolos torna-se ainda, no final da década de 1950, a principal atividade produtiva do Fundão, mas concentrada nas propriedades que eram margeadas pelos canais fluviais, onde era possível extrair a argila.

Além da argila, a madeira era matéria prima importante, na produção de tijolos. A destruição do cerrado é acelerada para abastecer as quatorze olarias que estavam presentes no Fundão. O processo de urbanização de Araguari e a lógica do sistema capitalista (o consumo e

o lucro) foram os responsáveis pelos momentos de euforia e de decadência de atividades produtivas do Fundão. Aquele cotidiano que era marcado pelo cultivo da terra e pelo ciclo da natureza, passa a ser dominado pela ótica capitalista de produção. A paisagem natural do Fundão se apresentava cada vez mais modificada; é o preço que se paga pela modernidade.

Os valores citadinos passam, cada vez mais, a influenciar o modo de vida rural. A própria necessidade de estudar começa a ser vista como necessária também para o homem do campo, que ampliava os seus contatos e negócios urbanos. Junto com a industrialização e a urbanização, vieram também os rigores nas legislações ambientais e trabalhistas. Nesse sentido, já na década de 1980, as olarias se viram obrigadas a fechar as unidades produtivas. A saída de pessoas do Fundão se efetiva aqui e a agropecuária passa a ser novamente a sua principal atividade produtiva.

As oscilações no fluxo populacional, como também nas atividades produtivas, influenciaram, mas não interromperam as atividades cultural-religiosas. As festas em louvor aos santos católicos motivaram a construção do templo religioso, que se tornou o local de encontro, onde literalmente os membros do Fundão faziam e ainda fazem comunidade.

Após a década de 1980, fica evidente, na história, que essa comunidade do Fundão, a qual estamos considerando, não é mais uma comunidade fixa e sim, cíclica. Apesar de possuírem uma base territorial, a maioria das pessoas não se fixa mais lá, a freqüência torna-se somente em datas marcadas.

No limiar do XXI, o Fundão apresenta-se como sendo uma comunidade cíclica, para aqueles cuja freqüência se resume nos encontros religiosos, e simbólica, para os que não freqüentam e nem moram mais no lugar, mas que se sentem parte dessa comunidade pela identidade construída com ela - o lugar onde nasceram, cresceram e estabeleceram relações, não só pessoais, mas também com a paisagem circundante.

Na comunidade simbólica que estamos considerando, a base territorial é fixa, mas ela existe somente na lembrança de seus membros, já que aquela comunidade da qual eles se sentem parte e construíram, não existe mais.

Sempre existiu uma dinâmica interna na comunidade que tradicionalmente realiza as festas. A rede social que se forma com o objetivo principal de organizá-la, já existia nos primórdios da comunidade e continua existindo. As pessoas que a compõem mudaram, durante o tempo, mas o seu objetivo principal, não. Nela, as responsabilidades são divididas e a ajuda mútua ainda se faz presente.

Ainda que a manutenção das tradições seja importante, por intermédio das festas se mantém, também, uma forma antiga de lazer da comunidade do Fundão. Esta é uma das motivações mais importantes para a manutenção da festa, que significa também a manutenção do lazer. Um lazer que se constrói na utilização do pouco tempo disponível que marca a vida dos que vivem na cidade, onde os contatos são facilitados pelos novos meios de comunicação.

Contudo, faz-se importante dizer que esse Fundão do início do século XXI não se resume, apenas, na realização das festas. Existem ali atividades produtivas que foram implementadas e que assumiram uma certa importância comercial. O cultivo de plantas ornamentais, de seringueiras e a pecuária de corte são feitos em larga escala e comercializados.

As plantas ornamentais são cultivadas em duas propriedades rurais do Fundão. As vendas são feitas, sobretudo, nas cidades de Araguari e Uberlândia. Já o seringal soma mais de sete mil árvores produzindo aproximadamente três mil quilos de látex por mês, sendo toda a produção vendida para as indústrias paulistas.

Outra atividade importante é a pecuária de corte. Muitas propriedades do Fundão se dedicam a essa atividade, porque ela requer menos investimentos e mão-de-obra do que a

agricultura. O gado é vendido, especialmente, para os frigoríficos da região do Triângulo Mineiro.

As Olarias, que tanta importância tiveram até a década de 1970, ainda se fazem presentes no Fundão, com unidades produtivas. A produção é menor, tendo em vista a pouca procura. O processo produtivo continua praticamente o mesmo apresentado no capítulo II, com a diferença de que a "pipa", agora, é movimentada a motor e recebe o nome de "maromba".

Dentre as atividades produtivas ainda presentes no Fundão, as mais importantes são a pecuária de corte, a produção do látex e o cultivo de plantas ornamentais, dado, primeiramente, a sua importância comercial. Mas isso não quer dizer que essas pessoas, que estão envolvidas nestas atividades produtivas, estejam, necessariamente, ligadas à realização dos eventos festivo-religiosos da comunidade.

Após quase duzentos anos de colonização, o Fundão apresenta-se em pequenas propriedades, pois já foram divididas, fruto, sobretudo, de distribuição por heranças. No entanto, muitos destes herdeiros já não estão lá presentes. Dentre os pecuaristas, ainda é comum encontrar pessoas que têm suas origens no Fundão, mas dentre os agricultores de plantas ornamentais e seringueiros, não. Estes possuem suas origens em outras cidades da região e até mesmo em outros estados da federação, portanto, o estabelecimento de vínculos que fogem ao cotidiano vivido no trabalho ainda não foram construídos. Em contrapartida, muitos dos que hoje participam da rede social responsável pela organização das festas não têm vínculo algum com o lugar; eles são movidos pela religiosidade e pelos laços de amizade, com aqueles que têm ali suas origens.

Nestas circunstâncias, o Fundão assume caráter de comunidade fixa, propriamente dita, para aqueles que moram e que compartilham de um cotidiano comum. Simbólica, para aqueles têm suas origens e se sentem parte de uma comunidade que existe, sobretudo, na

memória, na lembranças dessas pessoas. Por fim, cíclica para aqueles que têm, nas festas, o seu vínculo maior, onde a comunidade é mantida pela rede social que reproduz as festas e pela freqüência dessas pessoas.

Essa é a realidade que se apresenta no Fundão, neste início de século XXI. As relações que estão sendo estabelecidas com o lugar não são únicas. Com isso, a representatividade, a importância que ele tem para as pessoas que, de alguma, forma estão ali estabelecendo algum tipo de vínculo, também é diferenciada. A cotidianidade não é mais caracterizada apenas pelo compartilhamento de um lugar e interesse comuns. Ela se apresenta repleta de outras relações, de outros significados, alimentados por motivações diversas. Para alguns, ele assume o papel do lugar de trabalho, do lazer e da manutenção das tradições; para outros, o lugar da prática da religiosidade e do nostálgico. Tudo isso vai depender dos interesses de quem o vivencia.

Enfim, diante da problemática e dos objetivos que foram traçados durante a realização deste trabalho, cabe-nos dizer que eles foram alcançados a contento. No começo era como se estivéssemos entrando numa mata virgem e desconhecida, com referenciais escassos e enigmas abundantes. Aos poucos, os contornos e os elementos que compunham a paisagem foram ficando menos enigmáticos, porém mais experimentados, mais vivenciados. Os atores, que pareciam invisíveis, porque ainda desconhecidos, surgem como pontos norteadores da pesquisa. Suas histórias de vida, experenciadas e depois interpretadas, apresentam um lugar que, se vazio demograficamente, está repleto de significados. Isso porque o lugar não se define apenas pelo que é possível ser materialmente visto e tocado, mas também por aquilo que nele se vivenciou, além da consideração dos laços afetivos que foram com ele construídos, parte da imaterialidade da cultura.

São complexas as relações que estão sendo estabelecidas com o Fundão. Religiosidade, tradição, amizade, trabalho, lazer; independentemente das motivações que contribuem no estabelecimento dessas relações, a discussão vai além da conclusão de que

“antigamente era melhor”. Existem outros atores, outros interesses, novas relações de produção e, por que não dizer, “um outro Fundão”. O certo, de tudo isso, é que o lugar está e estará lá, despertando sentimentos e estabelecendo vínculos que o mantêm vivo e que o reproduzem.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Monica. A Trama de um Pensamento Complexo: Espaço Banal, Lugar e Cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. **Ensaios de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55 – 61.

BALBIM, Renato Nunes. Região, Território, Espaço: Funcionalização e Interfaces. In: CARLOS, A. F. A. **Ensaios de Geografia Contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160 – 169.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 59-79.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** A busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. Tituto original: Community: Seeking Safety in na Insecure World.

BEALS, Alan R. **Culture in Process**. Chicago: Stanford University. 1967.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Paulinas, 1997. 1783 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et. al. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cédulas e Moedas Brasileiras**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CEDMOEBR>. Acessado em: 20 jan. 2006.

BRASIL. **Código civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. 55. ed. **Manuais de legislação Atlas**, São Paulo: Atlas, 2004. p. 11.

BRASIL. Ministério do Interior Sudeco. **Diretrizes e Estratégia para Ocupação dos Cerrados**. POLOCENTRO. 1979.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acessado em: 07 ago. 2005.

BURNS, Peter M. **Turismo e Antropologia**: uma introdução. Trad. de Dayse Batista. São Paulo: Chornos, 2002.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Definir o Lugar?. In: **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19 – 26.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Trad. Roneide Venâncio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59-97.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 96p.

CUSTÓDIO, Ada Borges. **Produção e Comercialização do Tomate de Mesa em Araguari (MG)**. Uberlândia, 2000. 224f. Dissertação de Mestrado – IGUFU.

DAVIES, D. R. SHACKLETON, V. J. Psicologia e Trabalho. In: HERRIOT, Peter (Org.). **Curso Básico de Psicologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 108-128. Titulo original: Psychology and Work. Pag. 108- 128.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONOMICO – DIEESE. **Salário Mínimo**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml>. Acessado em: 20 jan. 2006.

DIAS, Leila Christina. Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Dinâmica dos nomes na Cidade de São Paulo:** 1554 – 1897. 2. ed. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado São Paulo, 1990.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 2001. Título original: Vers Une Civilization du Loisir (Francês).

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNADES, F**.** (Org.) **Comunidade e Sociedade**: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Divisão de Patrimônio HISTÓRICO. **Dossiê de Tombamento Estação Ferroviária Stevenson**. Araguari, abril, 2003.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Divisão de Patrimônio Histórico. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Capela do Fundão**. Araguari, abril, 2004.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Arquivo Público Municipal. **Araguari em Dados**. Araguari, 1934.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Arquivo Público Municipal. **Araguari em Revista.** Araguari, 1950.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Arquivo Público Municipal. **Salve Araguari**. Araguari, agosto, 1968.

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – Arquivo Público Municipal. **Araguari em Dados**. Araguari, 1975.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE ARAGUARI – FUNEC, Faculdade de Filosofia, Ciências e letras de Araguari. **Araguari cem anos de dados e fatos**. Edição: Prefeitura Municipal de Araguari.

GOMES, Paulo César da Costa. Cultura ou Civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 99-122.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; SILVA, Narbal. Motivação do Trabalho. In: ZANELLI, José Carlos. ANDRADE, Jairo Eduardo Borges. BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. (Orgs). **Psiciologia, organizações e trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2004. pág. 145-174.

GUIMARÃES, José. Bagagem. **Gazeta do Triângulo**, Araguari, 06 de out. 1969. n. 2819. p. 9, c. 1.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 30 jul. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito Antropológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

KROEBER, A. L. **A Natureza da Cultura**. Trad. Teresa Louro Peres; Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1993. Título original: The Nature of Culture.

KURTZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: SESC/WLRA. **Lazer numa Sociedade Globalizada**. Trad. Mario Bresighello. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p.40-46. Título original: Leisure in a globalized society.

MAIA, Carlos Eduardo S. Ensaio Interpretativo da Dimensão Espacial das Festas Populares Proposições sobre Festas Brasileiras. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 191-218.

MAMERI, Abdala. **Pelos Caminhos da História**: Pessoas, Coisas e Fatos de Araguari: ARTGRAF, 1988.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, n. 19, p. 95-112, Jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 2. ed. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MINAS GERAIS. **Lei Orgânica do Município de Araguari**, de 21 de abril de 1990. Lex.: Câmara Municipal de Araguari, Araguari, p. 4 – 7, 1990.

MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e Globalizações**: Ensaiando uma interpretação. Disponível em: <http://www.ruralidades.org.br/producao/archives/000043.htmI#000043>. Acessado em: 20 de nov. 2005.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PARÓQUIA DE BOM JESUS DA CANA VERDE. **Livro de Tombo**. Araguari. Araguari, 1906. Arquivo da Secretaria da Paróquia de Bom Jesus da Cana Verde.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro de Ata da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima**. Araguari. Araguari, 1953.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. Tese (Doutorado) - Unesp, Rio Claro, 1988.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

ORIGEM DAS SESMARIAS. Disponível em: <http://www.rootsweb.com/brawgw/propriedades.html>. Acessado em 30 de jul. 2005.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 8. ed. Tradução: Christina Ávila de Menezes. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, Milton. Lazer Popular e Geração de Empregos. In: SESC/WLRA. **Lazer Numa Sociedade Globalizada**. Tradução de Mário Bresighello. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 31-34. Titulo original: Leisure in a globalized society.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico informacional. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Gislene Aparecida. Redes e Território: Reflexões Sobre a Migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 51-78.

SANTOS, Rosselvelt José. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia: Edufu, v. 11. p.111 – 125, Jan/dez, 1999.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala européia. Programa de seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais: método de análise e políticas de intervenção. Roma, 30 de out. 1996. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos2/zeeli.pdf>. Acessado em: 20 de nov. 2005.

MARTINS, Saul. **Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Orgs.) **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia Para Normalização de Trabalhos Técnicos-Científicos:** projetos de pesquisa, monografias, dissertações, teses. 2. ed. Uberlândia: Edufu, 2002.

STOKOWSKI, Patrícia. O dilema das comunidades. In: SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. Trad. Mário Bresighello. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. Titulo original: Leisure in a globalized society.

SUBIRATS, Eduardo. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Revista Electronica de Geografia Y Ciências Sociales.** Universidad de Barcelona. Nº 93. 15 de Julio de 2001.

STRAZZACAPPA, Cristina; MONTANARI, Valdir. **A Questão das Terras no Brasil**: Das Sesmarias ao MST. São Paulo: Moderna, 2002.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Lazer & Cultura**. Petrópolis: Vozes, 1968.

TRIVINO, Eugênio. **Redes: obliterações no fim de século**. São Paulo: Annablume, 1998.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: **Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980. Título original: Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values.

_____. Geografia Humanistica. In: **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 143-164.

VEIGA, José Eli da. **Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização**. Disponível em:<http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos2/zeeli.pdf.> Acessado em: 20 de nov. 2005.

VERDE, Valéria Villa. **Territórios, Ruralidades e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/primeira_versao/territorios.pdf>. Acessado em: 20 de nov. 2005.

WEBER, Max. Comunidade e Sociedade como Estruturas de Socialização. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

YÁSIGI, Eduardo. (Org.) et al. **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

YURGEL, Marlene**. Urbanismo e Lazer.** São Paulo: Nobel, 1983.

YOSHII, Kazuhiro; CAMARGO, Amabílio J. A. de; ORIOLI, Álvaro Luiz (Orgs). **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do Prodecer**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2000.